

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO**

LUÍZA BUZZACARO BARCELLOS

**“NÃO É ATIVISMO, É JORNALISMO”: o feminismo do Projeto Celina nas narrativas
sobre violência de gênero**

São Leopoldo, RS

2021

LUÍZA BUZZACARO BARCELLOS

**“NÃO É ATIVISMO, É JORNALISMO”: os feminismos do Projeto Celina nas
narrativas sobre violência de gênero**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Comunicação, pelo Programa de Pós-
Graduação em Ciências da Comunicação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Jobst de Aquino Bittencourt

São Leopoldo, RS

2021

B242n Barcellos, Luíza Buzzacaro
 “Não é ativismo, é jornalismo”_____: o feminismo do
 Projeto Celina nas narrativas sobre violência de gênero /
 Luíza Buzzacaro Barcellos. – 2021.
 225 f._____ il. ; 30 cm.

 Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio
 dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da
 Comunicação, 2021.

 “Orientadora: Profa. Dra. Maria Clara Jobst de Aquino
 Bittencourt.”

 1. Jornalismo. 2. Feminismo. 3. Violência de gênero.
 4. Narrativas. 5. Projeto Celina. I. Título.

CDU 070

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

À minha mãe e às minhas avós,
que, direta ou indiretamente, atuaram na minha construção enquanto mulher e feminista.
A todas as meninas, em especial à Antonella, para que possam viver em um mundo mais justo
e menos desigual.

AGRADECIMENTOS

Uma vez escutei que o processo de pesquisa era solitário. No entanto, tenho o prazer de poder discordar veementemente dessa afirmação, já que minha caminhada no mestrado foi construída com as mãos de muitas pessoas. Considero essa pesquisa um ato coletivo, fruto de um “eu” pesquisadora em relação com muitos “Outros”, portanto, apresenta, sobretudo, o resultado de todas essas minhas conexões: com minha família, minhas amigas, minhas professoras, minhas interlocutoras de pesquisa e com todas que de alguma forma passaram pela minha vida até aqui. Contudo, peço licença para, aqui, agradecer especialmente algumas mulheres que foram cruciais para o desenvolvimento dessa dissertação, clamando por um protagonismo dessa “comunidade”, se assim podemos nomear, invisibilizada e menosprezada historicamente. Essa pesquisa é feita *por* mulheres, *com* mulheres e *para* as mulheres, independentemente de sua cor, idade, classe, credo ou sexualidade.

A primeira pessoa que gostaria de agradecer é a minha mãe, Cristiane Buzzacaro, mulher forte e professora incansável. Palavras nunca serão suficientes para traduzir o meu sentimento de gratidão por tudo o que fez e ainda faz por mim, das coisas mais triviais do dia a dia até as mais profundas, da alma. Mãe, te agradeço por todo o carinho e apoio, por segurar as pontas em casa por mim enquanto eu surtava. Obrigada pelas nossas conversas polêmicas, por me ajudar a crescer e permitir que eu te ajudasse a evoluir também. Obrigada por sempre lutar para me proporcionar uma educação de qualidade, por me mostrar o valor do conhecimento e por segurar a minha mão bem forte enquanto inúmeras dúvidas surgiam na minha cabeça. Obrigada por me mostrar a mulher forte e corajosa que eu sou e por insistir que eu era capaz de chegar onde eu quisesse – o fato é que, se não fosse teu apoio, eu teria chego a lugar nenhum.

Da mesma forma agradeço à Antonella Buzzacaro, minha afilhada, que foi o meu refúgio nesse último ano de dissertação. Um dia ela poderá ler esse agradecimento e saberá o quão importante foi o seu nascimento em minha vida. Uma potência de amor e energia transformadora para mim. Dividir o tempo entre a dissertação e os cuidados com ela durante esse primeiro ano de vida me ensinou sobre prioridades, organização e resiliência. Nos momentos de extremo cansaço eram o sorriso e o abraço dela que me davam forças para continuar. Nos momentos em que nada mais fazia sentido, olhava para ela e para o mundo que ela teria que enfrentar, e seguia, não só por mim, mas também por ela. Olhar para aqueles olhinhos tão cheios de vida me dá forças todos os dias. Igualmente sou muito grata à minha

tia, Cássia Buzzacaro, e à minha avó, Ini Noema da Rocha, que fazem parte dessa minha linhagem de mulheres guerreiras e com quem compartilho o dia a dia na nossa “casa das cinco mulheres”.

Agradeço também a toda(o)s a(o)s professora(e)s do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos por me proporcionarem tantos aprendizados e por atuarem nessa minha formação enquanto pesquisadora. Em especial, agradeço à minha orientadora, Maria Clara Aquino, pela autonomia que me deu na condução desta pesquisa, por me lembrar que eu era capaz e por puxar o freio de mão quando eu queria ir além do que eu realmente podia. Também preciso agradecer especialmente à Marcia Veiga, professora que tenho o prazer e o privilégio de hoje chamar de amiga, que desde a graduação é uma inspiração para mim enquanto pesquisadora e professora, mas que acabou se tornando, também, uma inspiração de ser humano, pela sua doação ao próximo e pela sua generosidade e empatia. Marcia, certa vez, me provocou no momento exato, me fez perguntas que eu não sabia responder e outras que eu já tinha respostas prontas e, quando no desespero não sabia mais como encaminhar a minha pesquisa, pegou em minha mão e me fez enxergar o caminho. Obrigada por tanto! Também agradeço às minhas professoras da graduação, Janie Pacheco por ter me acompanhado no processo de seleção do mestrado, sempre disponível para qualquer ajuda ou dúvida (inclusive na reta final da conclusão deste trabalho); e Karine Vieira e Daniela Hinerasky, que estavam na minha banca de TCC e mostraram que a pesquisa acadêmica era o meu lugar.

Importante, na mesma medida, agradecer às professoras que aceitaram participar da minha banca de defesa e que fizeram considerações tão contundentes: Ana Carolina Escosteguy e Alinne Bonetti. Às professoras Ana Carolina e Alinne agradeço imensamente pela oportunidade de troca e pelo privilégio de ter duas mulheres participando desse meu processo de pesquisa que, além de referências nas suas áreas de estudo, são, também, pessoas que me inspiram.

Aos meus queridos colegas do PPG, agradeço imensamente por terem sido companhia e diversão em momentos tão confusos e de incertezas. Aos meus colegas de Representação Discente, por terem me proporcionado tantas experiências e parceria que extrapolaram os nossos deveres técnicos e passaram a ser uma gentil amizade. À Bianca Rosa, minha querida amiga, agradeço por ser meu porto seguro, por sempre me acolher, entender e me incentivar a continuar. À Camila Scarrone e Raiana Rodrigues, por termos formado, junto com Bianca, esse clã, essa alcateia de mulheres lobas que aprendem e crescem juntas, sendo a força e o incentivo uma da outra. Igualmente agradeço a todas as minhas amigas que, de formas mais

singulares e pessoais, me ajudaram num processo de autoconhecimento que está, também, refletido nessa pesquisa. Ademais, agradeço à Roberta Lemes por ter sido a única que não mediu esforços para me ajudar a contatar a editora do Celina, do jornal O Globo – quando muitos poderiam ter feito o mesmo e não quiseram. Roberta, minha eterna gratidão, sem a tua ajuda essa pesquisa não seria a mesma!

Agradeço às minhas entrevistadas: Renata Izaal, Leda Antunes, Raphaela Ramos, Carla Nascimento e Constança Tatsch pela disponibilidade, pelo diálogo, pela confiança e pela transparência. Essa pesquisa só obteve tais resultados graças à contribuição dessas jornalistas.

E por último, mas não menos importante, agradeço aos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) que ampliaram o acesso à educação e deram incentivos à ciência, fatores que, no atual governo, perderam importância. Graças a essas políticas públicas que pessoas, como eu, tiveram a oportunidade de cursar o ensino superior e a pós-graduação, mudando a perspectiva de vida, dando esperanças e chances de um futuro melhor. Essa dissertação só pode ser desenvolvida, pois contou com a concessão de uma bolsa integral do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foi um privilégio ter acesso a tantas oportunidades e poder contar com o investimento público à ciência, portanto, farei o possível para retribuir à sociedade, de alguma forma, todo o conhecimento que adquiri nesse processo.

*Em nome de nossas antepassadas, diretas ou não,
nos tornamos feministas porque houve mulheres
que foram duramente oprimidas, mas também
porque no passado existiram lutadoras incomuns,
pessoas que se tornaram exemplos, mulheres a
quem devemos o nosso lugar.*

Márcia Tiburi.

RESUMO

Esta dissertação buscou compreender como ocorre a prática de um jornalismo feminista tomando como objeto o Projeto Celina, uma iniciativa do jornal O Globo, criado em 2019, destinado à cobertura de temas ligados a gênero, mulheres e diversidade. O objetivo, portanto, era entender se e em que medida os feminismos das jornalistas do projeto eram acionados na cobertura sobre violência de gênero – fenômeno entendido, por mim, como uma das principais consequências das desigualdades de gênero –, levando em consideração que a iniciativa é alocada em um jornal tradicional e reconhecido por um discurso conservador. Para alcançar tal objetivo, a pesquisa parte do entendimento de gênero como uma categoria teórico-epistemológica (BONETTI, 2012) e do jornalismo como uma instituição pedagógica e um tipo de conhecimento social, que é, em si, marcadamente masculino (VEIGA DA SILVA, 2014). O estudo se encaminha a partir de dois vieses metodológicos: a análise da narrativa (MOTTA, 2017), aplicada às notícias sobre violência de gênero veiculadas no primeiro ano de funcionamento do projeto; e a realização das entrevistas com algumas das jornalistas de Celina. Esses dois métodos buscaram uma análise mais abrangente sobre a prática jornalista do Celina, colhendo pistas dos interesses comunicativos expostos nas narrativas e também o entendimento das jornalistas em relação a gênero e feminismo. Com isso foi possível perceber que, mesmo que as jornalistas proponham uma cobertura feminista no projeto e que de fato consigam romper com algumas normas profissionais masculinistas e hierarquizantes, o compromisso com a objetividade acaba se apresentando como um dos principais obstáculos nesse jornalismo feminista que seria mais afeito à subjetividade, à parcialidade e à alteridade. Essa objetividade também se mostrou como uma conduta que acaba limitando a abertura das jornalistas com sujeitos e realidades distantes das delas, seja na proposição das pautas ou no próprio desenvolvimento destas. Mesmo que haja um esforço em abranger as pautas do feminismo interseccional, considerando as desigualdades de gênero em relação aos outros marcadores sociais, as jornalistas de Celina, ao negar as suas subjetividades e os seus ativismos nas notícias que veiculam, acabam legitimando apenas as vozes de algumas mulheres e apenas alguns tipos de violência de gênero, que estão mais próximas delas enquanto sujeitas.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo; Feminismo; Violência de Gênero; Narrativas; Projeto Celina.

ABSTRACT

This dissertation sought to understand how the practice of feminist journalism occurs, taking as its object the Projeto Celina, an initiative of the newspaper O Globo, created in 2019, aimed at covering issues related to gender, women and diversity. The objective, therefore, was to understand whether and to what extent the feminists of the project's journalists were triggered in the coverage of gender violence - a phenomenon I understand as one of the main consequences of gender inequalities - taking into account that the initiative is allocated in a traditional newspaper and recognized for a conservative speech. To achieve this goal, the research starts from the understanding of gender as a theoretical-epistemological category (BONETTI, 2012) and journalism as a pedagogical institution and a type of social knowledge, which is, in itself, markedly masculine (VEIGA DA SILVA, 2014). The study is based on two methodological biases: the analysis of the narrative (MOTTA, 2017), applied in the news about gender violence published in the first year of operation of the project; and conducting interviews with some of Celina's journalists. These two methods sought a more comprehensive analysis of Celina's journalistic practice, gathering clues from the communicative interests exposed in the narratives and also the journalists' understanding of gender and feminism. With that, it was possible to realize that, even though the journalists proposed feminist coverage in the project and that in fact managed to break with some masculinist and hierarchical professional norms, the commitment to objectivity ended up presenting itself as a main obstacle in this feminist journalism that would be more affectionate subjectivity, partiality and otherness. This objectivity also proved to be a conduct that ends up limiting the openness of journalists with subjects and realities that are distant from theirs, whether in the proposition of the guidelines or in their own development. Even though there is an effort to cover the intersectional feminism guidelines, considering the gender inequalities in relation to other social markers, Celina's journalists, by denying their subjectivities and their activism in the news they broadcast, end up legitimizing only the voices of some women and only some types of gender-based violence, which are closer to them as subjects.

KEYWORDS: Journalism; Feminism; Gender Violence; Narratives; Projeto Celina.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	23
3 GÊNERO E FEMINISMO: UMA DISCUSSÃO INICIAL	33
3.1 Desigualdades de gênero e a construção do movimento feminista	33
3.2 Gênero: uma palavra, várias perspectivas.....	43
3.3 Violência de gênero: uma última instância das desigualdades.....	52
4 JORNALISMO: INFORMAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOCIAL	61
4.1 A construção do campo jornalístico	61
4.2 Objetividade: uma lógica profissional masculinista.....	63
5 PROJETO CELINA: GÊNERO E JORNALISMO.....	71
5.1 A emergência do feminismo no século XXI e a apropriação da Comunicação.....	71
5.2 A criação do projeto, a equipe e as práticas jornalísticas de Celina.....	75
6 ANÁLISES	99
6.1 As narrativas sobre violência de gênero em Celina.....	99
6.2 Jornalismo e feminismo em embate no Projeto Celina	142
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	149
REFERÊNCIAS.....	157
APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS.....	164

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país marcado, dentre tantos outros aspectos, pelas desigualdades de gênero. Essas desigualdades são calcadas em uma lógica de condutas e normas sociais que estabelece que mulheres devem seguir padrões de feminilidade e homens, de masculinidade (JOHNSON, 1997). Até mesmo antes de nascermos, quando a genitália do bebê é identificada e a partir disso se define se a criança é menino ou menina, uma série de padrões normativos presentes no imaginário social são evocados. A partir do sexo biológico do indivíduo, portanto, são entregues pacotes fechados de condutas que devem ser seguidos (Raewyn¹ CONNELL; Rebecca PEARSE, 2015): meninas usam rosa, são delicadas, submissas, cuidadoras; meninos usam azul, são fortes, poderosos e impulsivos.

Essas condutas de gênero não só determinam o comportamento dos sujeitos, mas também estabelecem quem terá prestígio na sociedade e quem não o terá – o que é comprovado em diversas instâncias da vida cotidiana. “Afirma-se superioridade de determinadas identidades ao mesmo tempo que se promove a desvalorização das vidas construídas como seu ‘outro’” (Flávia BIROLI, 2018, p. 166). Essa desvalorização é exemplificada através das inúmeras desigualdades. As mulheres são responsabilizadas com o cuidado da casa e dos filhos, portanto, dedicam mais que o dobro do tempo dedicado pelos homens com as tarefas domésticas (BIROLI, 2018). Elas, mesmo tendo o acesso à educação superior ampliado nos últimos anos, ainda recebem salários inferiores ao dos homens (20,5% a menos), mesmo que tenham a mesma qualificação e ocupem o mesmo cargo IBGE (2019)². Na política o cenário não é muito diferente: mesmo representando mais da metade da população eleitoral, apenas 10% dos cargos políticos legislativos são ocupados por mulheres no país (BIROLI, 2018). Para além do gênero, desigualdades decorrentes de outros marcadores sociais como raça, classe e sexualidade se impõem às mulheres. Enquanto as mulheres brancas conseguiram maior qualificação profissional, as negras ainda ocupam a população com trabalhos mais precários (BIROLI, 2018), por exemplo. A interseccionalidade dessas expressões fica ainda mais evidente nos casos de violência: de acordo com dados da

¹ Os prenomes das autoras serão apresentados quando elas forem citadas pela primeira vez. Essa prática é recorrente em pesquisas feministas e visa uma maior visibilidade das mulheres teóricas, já que uso do sobrenome, exclusivamente, acabou corroborando com o masculinismo da ciência.

² Fonte: AGÊNCIA BRASIL. Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens. 08 mar 2019. Disponível em: <<https://agencia.denoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>>. Acesso em: 02 mar 2020.

Agência Patrícia Galvão (2019)³, as mulheres sofrem com o assédio em diferentes locais: 97% das mulheres com mais de 18 anos afirmam já terem sido assediadas no transporte público e 74% no trabalho. Ainda, de acordo com os mesmos dados, foram 4.254 mulheres mortas no Brasil em 2018, a cada nove minutos uma mulher é vítima de estupro, a cada um dia três mulheres são vítimas de feminicídio, e a cada dois minutos uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha. Estes são dados mais gerais, mas quando analisamos a violência de gênero contra mulheres negras ou pertencentes à comunidade LGBT, os dados são ainda mais preocupantes. De todas as mulheres assassinadas em 2017, 66% eram negras (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019)⁴. Já em relação à violência contra os LGBT, nem mesmo há um levantamento nos principais institutos nacionais de coletas de dados. Contudo, existem iniciativas independentes, como o Grupo Gay da Bahia (GGB), que realiza pesquisas de forma autônoma há 40 anos. Segundo o levantamento de 2019⁵ foram 329 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) que tiveram morte violenta no Brasil, vítimas da homotransfobia: 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%).

Os casos de violência contra mulheres trans, lésbicas e outras identificadas com a comunidade LGBT também têm aumentado, sobretudo após as eleições presidenciais de 2018. Com a ascensão de uma política de extrema direita, calcada em um discurso de ódio às minorias políticas, enaltecendo o sexismo, homofobia, racismo, classismo e tantos outros preconceitos e ataques aos direitos humanos, representada principalmente pelo Presidente da República Jair Bolsonaro, a busca pela suposta ordem social, que ressuscitaria a moral e os bons costumes, é feita por meio de violência contra mulheres, negros, indígenas, pobres e LGBTs. O discurso do presidente, portanto, trouxe à tona uma série de convenções sociais hegemônicas de gênero, classe, raça e sexualidade produtoras das desigualdades sociais. Esses preconceitos que indivíduos comuns sentiam e que, por um motivo ou outro, calavam no convívio em sociedade, passaram a ser legitimados por Bolsonaro e aceitos socialmente por parcela da sociedade, fazendo com que seus eleitores passassem não só a falar abertamente contra negros, mulheres e LGBTQs, mas também a violentar pessoas pertencentes a essas comunidades ou mesmo ativistas dessas causas e sujeitos que se posicionavam contra a ideologia de extrema direita defendida pelo então candidato. Ainda no primeiro turno das

³ Fonte: Violência contra as Mulheres em Dados. Disponível em: <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>> Acesso em: 03 set. 2019.

⁴ Fonte: ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

⁵ Fonte: MORTES VIOLENTAS DE LGBT+ NO BRASIL – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

eleições, foram cerca de 70 ataques, dentre agressões físicas e até mesmo assassinato, praticados por eleitores declarados do presidente (MACIEL et al., 2018). Em pesquisa feita pela Gênero e Número (2019), constatou-se que 92,5% dos respondentes consideraram que as violências contra pessoas LGBTQ+ aumentaram durante as eleições, no segundo semestre de 2018. Dentre elas, 80% afirmaram que a violência aumentou muito. Dentre as pessoas que foram vítimas de violência, a maior parte delas sofreu violência mais de três vezes durante o período eleitoral e pós-eleitoral: 47%.

A temática da violência de gênero permeia este trabalho, pois acredito que seja uma última instância, talvez a mais brutal, das desigualdades de gênero. Aquilo que se convencionou como “normal” para homens e mulheres desde que tomamos consciência de quem somos acaba gerando um poder dos homens em relação às mulheres, ocasionando a violência, ou seja, todas as desigualdades que citamos acabam desembocando na violência de gênero – fenômeno estreitamente ligado aos conceitos de feminilidade e masculinidade. Quando as mulheres não cumprem com os afazeres domésticos apanham de pais ou maridos; quando elas ascendem ao mercado de trabalho, conquistam uma maior independência e assumem a responsabilidade financeira das famílias, são penalizadas por terem tirado o lugar “natural” de provedores dos homens; quando elas não querem fazer sexo com os maridos/namorados/companheiros, são estupradas porque se entende que o corpo delas é propriedade deles. Resumindo, a violência ocorre em função do não cumprimento com os papéis esperados de feminilidade, com a entrada da mulher no mercado de trabalho, com a autonomia emocional, sexual e financeira da mulher. Ou pelo simples sentimento de posse do corpo da mulher, visão da mulher como objeto ou propriedade. Aqui estamos apenas mencionando algumas situações de violência doméstica, mas, para além dela, também há outros tipos de violência simbólica e estrutural que perpassa a vida das mulheres diariamente. Todo esse contexto de violência de gênero acaba levando muitas delas à morte – consequência de um Estado e de uma sociedade calcada em uma história e cultura patriarcal e machista.

Importante ressaltar que entendo gênero como categoria teórico-epistemológica, como conceituada por Alinne Bonetti (2012) e aplicada por Marcia Veiga da Silva (2014), ou seja, gênero como sendo uma primeira instância na qual as relações de poder se estabelecem e se manifestam. Gênero neste trabalho, portanto, não é tido como um sinônimo de mulheres, mas como uma lente conceitual que abrange todas as opressões geradas não só por valores de gênero, mas também de raça, classe e sexualidade (Kimberlé CRENSHAW, 2002). Isso quer dizer que, ao mencionar violência de gênero não estamos nos referindo à violência contra

mulheres, no sentido hegemônico da palavra, como se “mulheres” fosse uma comunidade universal e estável. Ao invés disso, consideramos mulheres todas aquelas que sofrem com as opressões decorrentes do gênero diariamente, ou seja, mulheres brancas, negras, indígenas, ricas, pobres, heterossexuais, bissexuais, lésbicas, cisgênero e transexuais e tantas outras que nem sequer se encaixam em nenhum desses padrões.

A transformação social no que diz respeito ao combate das desigualdades de gênero e, conseqüentemente, a violência, pode ser colhida em diversas instituições sociais, dentre elas a mídia. Nesse contexto de preconceitos e de ataques a esses grupos, os veículos de comunicação jornalísticos são uma instituição social que tem suma importância no combate a essa realidade, pois produzem diferentes significados culturais, por meio das representações, que influenciam nas práticas sociais e acabam orientando as condutas dos indivíduos (HALL, 1997 apud VEIGA DA SILVA, 2014). Além disso, entendo o jornalismo como uma instância pedagógica e como um tipo de conhecimento social, portanto, que influi no cotidiano das pessoas (VEIGA DA SILVA, 2014). Como instituição social formada por sujeitos, no entanto, a mídia jornalística também está permeada pelo gênero, por valores hegemônicos que, em grande maioria, acabam colaborando para a transformação de diferenças em desigualdades. Ou seja, as distinções de gênero na prática resultam em relações desiguais em diversos aspectos da vida social “nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias” (VEIGA DA SILVA, 2014, p.82). Isso é refletido, evidentemente, nas matérias veiculadas pelo jornalismo, sobretudo quando a temática é violência de gênero.

Ao noticiar casos de violência contra as mulheres, muitos veículos de comunicação reforçam dados, números e escutam fontes institucionais, como a polícia, e os agressores, centrando a narrativa no homem ao invés de dar um protagonismo à mulher, a afetada pela violência (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020). Em casos de feminicídio, quando não há a possibilidade de fala da mulher, além de ser culpabilizada pela violência, a memória da vítima é posta à prova, sua vida é investigada de forma que se achem motivos plausíveis que justifiquem o cometimento daquele crime, como a evocação de condutas consideradas imorais para uma mulher, por exemplo (Débora PRADO; Marisa SANEMATSU, 2017). O reforço de estereótipos também acontece quando se alega que as vítimas eram boas esposas e mães, portanto, em decorrência disso, “não mereciam morrer” (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020). Comumente essas matérias também amenizam a culpa dos agressores ao justificar o cometimento dos crimes por surtos psicóticos ou consumo excessivo de álcool e drogas. Além disso, a cobertura sobre violência de gênero ignora “a dimensão de problema social ao

perceber tais acontecimentos como parte de tragédias privadas e não previstas” (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020, p. 45).

No entanto, na contramão desse discurso jornalístico hegemônico, também há iniciativas comunicacionais, criadas sobretudo por movimentos feministas, que pautam e veiculam temáticas de mulheres a partir de um viés feminista. É evidente o papel fundamental da comunicação para o movimento feminista, que, desde seu início, tratou de criar jornais e revistas próprios para a divulgação de pautas e temáticas pertinentes às mulheres (Ana Carolina ESCOSTEGUY, 2019). Entretanto, cada vez mais, especialmente após as manifestações de junho de 2013 e da ascensão do acesso e uso das redes sociais, as feministas têm cobrado que a mídia jornalística hegemônica também passe a cobrir as temáticas feministas (Heloísa HOLLANDA; Cristiane COSTA, 2018). É nesse contexto que surge o Projeto Celina, uma iniciativa do jornal O Globo destinada exclusivamente à cobertura de notícias relacionadas a gênero e diversidade. Celina possui uma equipe formada por três jornalistas, Renata Izaal, Leda Antunes e Raphaela Ramos, que se identificam com o feminismo e se propõem a fazer uma cobertura feminista. No entanto, essa cobertura feminista é dificultada, pois as jornalistas ainda operam sobre uma lógica profissional que preza pela objetividade, imparcialidade e neutralidade (MIGUEL; BIROLI, 2010), uma lógica extremamente masculinista, como estudado por Veiga da Silva (2014), visto que preza pelo distanciamento e universalidade, valores masculinos. Fabiana Moraes e Veiga da Silva (2019, p. 19) propõem um tipo de jornalismo que seja capaz de subverter com a lógica da objetividade, rompendo “com as redes de poder e de saber que norteiam as condições sociais de pensamento e as práticas jornalísticas que historicamente retiram a condição de humanidade dos sujeitos construídos como Outros do sujeito universal”. Segundo as autoras (2019, p. 19), “a compreensão de um Eu que constrói o Outro em relação é um ganho gigantesco para as problemáticas relações de alteridade do jornalismo hegemônico”. Concordo com as autoras ao demonstrar que o não rompimento com os ideais da objetividade prejudicam uma cobertura efetivamente feminista, pois quando o jornalista se distancia da sua própria produção, acaba tratando as mulheres vítimas de violência como um “outro”, não só diferente, mas desigual.

Levando estes aspectos em consideração, portanto, pergunta-se: **Como o feminismo de Celina se manifesta nas narrativas jornalísticas sobre violência de gênero veiculadas pelo Projeto?** A partir deste questionamento, se estabelece o objetivo geral da pesquisa: Analisar como as narrativas jornalísticas sobre violência de gênero veiculadas pelo Celina são construídas e atravessadas pela perspectiva feminista das jornalistas do Projeto. Para tanto,

são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Entender a partir de que viés o Projeto Celina vai conceber a violência de gênero nas suas notícias sobre a temática, considerando, além do gênero, outros marcadores sociais como raça, classe e sexualidade; b) Verificar o contexto da criação do Celina e quais os seus objetivos enquanto produto jornalístico; c) Compreender como os feminismos das jornalistas de Celina se manifestam na cobertura de violência de gênero e na rotina produtiva do projeto; d) Analisar as notícias veiculadas no primeiro ano de funcionamento do projeto Celina a partir da identificação dos círculos dêuticos das narrativas jornalísticas.

A relevância desta pesquisa ampara-se na ainda atípica abordagem do jornalismo a partir de uma perspectiva de gênero. Em pesquisa feita pelo Banco de Teses e Dissertações da CAPES⁶, dos 1477 trabalhos encontrados a partir da pesquisa dos termos “gênero” e “jornalismo”, 39 destes mencionavam essa relação no mesmo sentido que esta investigação adota – muitas das pesquisas citavam o termo “gênero” se referindo a gêneros jornalísticos, não a gênero como uma categoria analítica ou teórico-epistemológica perpassada pelo poder e ligada às questões de feminilidade e masculinidade. Destas dissertações encontradas, chamamos a atenção para algumas que se assemelham ao viés da presente pesquisa⁸: “Um emissor e dois enunciadores: a violência contra a mulher nas páginas de Massa! e A Tarde”, defendida por Clarissa Viana Matos de Moura em 2014, na Universidade Federal da Bahia; “Além dos boletins de ocorrência: análise das narrativas midiáticas sobre a violência contra a mulher nos impressos Super Popular e Jornal da Cidade”, defendida por Barbara Nascimento de Oliveira em 2016, na Fundação Universidade Federal de Sergipe; “Jornalismo, Identidade e Gênero: Desconstruções Discursivas na Revista TPM”, defendida por Suzanne da Silva Borela em 2017, “Jornalismo Feminista: estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo”, defendida por Jessica Gustafson Costa em 2018, ambas realizadas na Universidade Federal de Santa Catarina; “Minha roupa não é um convite”: uma análise da construção do discurso feminista da Revista Elle Brasil”, defendida por Viviane Garbelini Cardoso em 2017, na Faculdade Cásper Líbero; “Entre assassinatos em série e uma série de assassinatos: o tecer da intriga nas construções narrativas de mulheres mortas e seus agressores nas páginas de dois impressos mineiros”, defendida por Barbara Lopes Caldeira

⁶ <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

⁷ Além de utilizar os termos “gênero” e “jornalismo” no mecanismo de busca da plataforma, também utilizamos alguns filtros. Selecionamos a visualização somente de dissertações e as opções de ciências sociais aplicadas e multidisciplinar como grandes áreas do conhecimento, comunicação como área do conhecimento e comunicação/informação; comunicação/ciência da comunicação como áreas de avaliação. A pesquisa foi feita no dia 9 de julho de 2020.

⁸ Interpretação feita a partir dos conceitos acionados nos títulos das dissertações.

em 2017, na Universidade Federal De Minas Gerais; “Jornalismo, narrativas e discursos: um estudo sobre feminicídio no jornal A Gazeta”, defendido por Isabella Silva de Freitas Mariano em 2019, na Universidade Federal do Espírito Santo; “O jornalismo contemporâneo e a mulher jornalista: um estudo sobre gênero dentro da profissão no estado de São Paulo”, defendida por Jessica de Oliveira Collado Mateos em 2019, pela Universidade Metodista de São Paulo; “Vou só com Passagem de ida: enquadramento e aspectos políticos da violência contra a mulher na cobertura do caso Eliza Samúdio no Portal Uol”, defendida por Gabriela Petrucci em 2019, na Universidade Federal do Paraná; “Jornalismo Feminista: Uma análise dos processos de comunicação em rede do Portal Catarinas”, defendida por Francielle Esmitiz da Silva em 2019, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos; e “Interface entre Jornalismo e Gênero: a cobertura dos portais de notícias Arede (Ponta Grossa) e RSN (Guarapuava) sobre violência contra a mulher”, defendida por Naiara Namma Perdigao Persegona em 2019, na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Também realizei pesquisa⁹ no Google Acadêmico¹⁰ utilizando os termos “gênero”, “jornalismo” e “feminismo”, apresentando um resultado de 7.920 trabalhos, incluindo teses, dissertações, artigos, pesquisas de iniciação científica, dentre outras modalidades, diferente da busca realizada na plataforma da CAPES. Pelo alto número de trabalhos encontrados, olhei somente as dez primeiras páginas da pesquisa e encontrei ao menos 18 pesquisas com a temática semelhante ao presente estudo. A maioria dos estudos encontrados centrava a análise em veículos de comunicação alternativos ou blogs feministas, como O Pasquim, Think Olga, AzMina, Questão de Gênero, Agência Patrícia Galvão ou veículos de comunicação hegemônicos, como Veja e Folha de S. Paulo. No que diz respeito à pesquisa pelo tipo de análise adotada no presente estudo, foram buscados os termos “gênero”, “jornalismo” e “análise da narrativa”, que redundou em 808 trabalhos. Também visualizando os trabalhos das dez primeiras páginas desse resultado, encontrei apenas três pesquisas que utilizavam a análise de narrativa em questões de gênero.

Durante levantamento feito em sua tese, Tomazetti (2019) constatou que das 13.265 teses e dissertações desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação do país defendidas entre os anos de 1972 e 2015 apenas 316 articulavam as questões de gênero, representando, portanto, 2,36% da produção total. A maioria dessas pesquisas (240) abordava as problemáticas a partir de uma vertente teórica com viés feminista e/ou de mulheres, mas também havia investigações sobre o universo queer/LGBT (62) e sobre masculinidades (14).

⁹ Pesquisa realizada no dia 10 de julho de 2020.

¹⁰ <https://scholar.google.com.br/>

Entretanto, segundo o autor (2019, p. 15), mesmo que as relações entre comunicação, gênero e feminismos ainda sejam incipientes na pesquisa, a intersecção das temáticas é extremamente relevante para o âmbito acadêmico.

[...] preocupar-se com as questões de gênero ancoradas no campo da comunicação têm relação com a inserção social de nossas pesquisas e com a relevância sociopolítica de pensar as instituições midiáticas e comunicacionais da sociedade como importantes canais de produção de saberes sobre as relações culturais generificadas. Isso significa atentar-se também para as potencialidades de propagação de outros discursos, outras representações, outras identidades, outras experiências possíveis que podem ser formuladas para contribuir com a redução das violências e das assimetrias sancionadas nos corpos dissidentes (mulheres, gays, lésbicas, travestis, transexuais, não-binários...). Assim, discutir problemáticas de gênero, é, e sempre foi, uma questão de sobrevivência daqueles que são socialmente marginalizados, estando conectado academicamente à produção de ferramentas teóricas, sociais e políticas que trazem à tona as relações de poder e desigualdade que excluem, discriminam e, até mesmo, matam pessoas.

Tomazetti (2019) salienta que, mesmo que as pesquisas em comunicação com um olhar sobre os papéis de gênero e as condições das mulheres tenham se intensificado a partir de 2010, há pouco tensionamento teórico, metodológico e epistemológico nelas, portanto, não apresentam novos caminhos de pesquisa. Considerando todos estes fatores, e tomando a conclusão do autor como um desafio, entendo que a relevância desta pesquisa se mostra justamente por utilizar uma lente teórica de gênero para ler o jornalismo, perspectiva inaugurada com a dissertação de mestrado de Marcia Veiga da Silva, denominada “Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias”, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Além dessa questão, poucas pesquisas foram feitas utilizando como metodologia a análise de narrativas com um olhar para a problemática de gênero no jornalismo. Outro aspecto é o ineditismo da pesquisa utilizando como objeto de estudo o Projeto Celina, do jornal O Globo, que além de ter sido lançado recentemente, em 2019, também é uma das poucas iniciativas destinadas à cobertura específica de gênero dentro de veículos de comunicação hegemônicos. As relações teóricas e metodológicas adotadas nesta pesquisa, portanto, permitem uma problematização acerca do masculino como fundante das práticas jornalísticas, propiciando compreender como as convenções de gênero vão perpassar a cobertura sobre violência de gênero.

Para tanto, a pesquisa está estruturada da seguinte forma: após a introdução, o **capítulo 2** apresenta o percurso da pesquisa e a adoção das estratégias metodológicas a fim de alcançar os objetivos propostos. O **capítulo 3** procura fazer um resgate das pautas do movimento feminista e das desigualdades de gênero que sempre se impuseram na realidade brasileira, estabelecendo os conceitos de gênero e feminismo adotados como lentes teóricas da

pesquisa e partindo para as peculiaridades da violência de gênero em si. No **capítulo 4** trazemos a discussão dos princípios fundantes da prática jornalística, sobretudo a objetividade, e como esse pressuposto profissional, além de ser calcado em convenções de gênero, acaba dificultando uma cobertura jornalística afeita ao feminismo. No **capítulo 5** abordo como os movimentos feministas vêm pautando os meios de comunicação tradicionais e cobrando para que as demandas feministas sejam abordadas por estes, por isso apresentamos o contexto de criação do Projeto Celina e algumas das jornalistas que colaboram ou colaboraram com o projeto, apoiando-se, além da fundamentação teórica, nas informações obtidas através das entrevistas realizadas com elas, já fazendo, nesse sentido, alguns esboços analíticos. No **capítulo 6**, primeiramente, apresento a análise das narrativas feita a partir dos textos que compõem o *corpus* de análise, com a identificação dos círculos dêiticos dos textos que compõem os conjuntos temáticos. Em seguida, faço aproximações com relação aos dados obtidos na análise das narrativas e nas entrevistas realizadas com as jornalistas de Celina. Por fim, no **capítulo 7**, apresento as considerações finais pertinentes à conclusão desta pesquisa.

Importante pontuar que considero essa pesquisa não só de gênero, mas também feminista.

[...] o viés feminista e de gênero não deve ser considerado um simples adjetivo aos estudos em comunicação que versam sob as temáticas que envolvem o que compreendemos em termos históricos e sociais de universo feminino. A articulação de pesquisas feministas em comunicação e gênero necessita de um empenho epistêmico que desafia as estruturas normativas da neutralidade e da objetividade científica e da razão descorporificada (LONGINO, 2012 apud TOMAZETTI, 2019, p. 62).

Ainda, de acordo com Tomazetti (2019, p. 63), “a meta dessa epistemologia é a produção de saberes engajados e politicamente responsáveis por suas escolhas e formulações”. Nesse sentido, é imprescindível situar a minha trajetória, quem eu sou e porque escolhi trabalhar com essa temática no mestrado. É o que apresento a seguir.

De onde parte essa pesquisa: o meu lugar de fala

Esta é uma pesquisa acadêmica feminista sobre gênero e jornalismo. Ela é feminista porque eu, enquanto pesquisadora e sujeita, me declaro como tal. Portanto, é imprescindível situar o leitor, desde esse momento, que acredito na produção de um saber localizado como propõe Donna Haraway (1995), ou seja, um saber científico que não se pretende universal, estável e incontestável, mas sim que se coloca em um lugar de questionamento, reflexão e evolução constantes. Assim como Haraway (1995), também considero importante evidenciar

as relações entre sujeita (pesquisadora) e objeto de pesquisa, nesse sentido, a construção dos saberes da presente pesquisa são interpretações, por isso me responsabilizo por todas as conclusões parciais e limitadas a que esta dissertação chegou. Algumas escolhas metodológicas foram feitas tendo em mente justamente este aspecto, de contar quem eu sou. O detalhamento da minha trajetória tem este objetivo, de compartilhar qual o lugar do qual esta pesquisa surge.

Sou uma mulher cisgênero, heterossexual, branca e de classe média baixa. Filha de uma mãe professora e de um pai taxista que com muito esforço conseguiram arcar com as despesas de uma escola particular. Eles sempre me ensinaram o valor da educação, portanto, sempre fui muito grata por ter a oportunidade de estudar em uma boa escola. Já o valor da faculdade era inviável para eles, portanto, cursei a minha graduação em jornalismo na Escola Superior de Propaganda e Marketing de Porto Alegre com o Programa de Financiamento Estudantil FIES. Me sinto e sempre me senti muito privilegiada em todos os sentidos, pois as oportunidades sempre se colocaram à minha frente, o que tenho consciência que, infelizmente, não ocorre com todas as mulheres, sobretudo as negras, pobres e LGBTs. O fato é que sempre entendi e consegui enxergar que a vida de algumas pessoas era mais difícil do que a vida de outras e escolhi o jornalismo porque acreditava que a informação era uma das formas de transformação social – e ainda acredito, mas agora com uma visão crítica sobre a prática profissional. Durante os quatro anos de graduação, fui entendendo que o papel da comunicação influía na vida das pessoas bem mais do que eu imaginava e nem sempre era de forma positiva. Foi na graduação, também, que tive o meu primeiro contato com o feminismo, sobretudo enquanto movimento social, político e teórico. Mas eu queria saber mais sobre esse movimento, aprender, entender. Por isso o meu trabalho de conclusão de curso foi sobre a representação das mulheres vítimas de violência nas notícias veiculadas pelo jornal Estadão¹¹. Com essa pesquisa, descobri que, mesmo com o passar dos anos, a mídia jornalística continuava a colocar as mulheres em lugares subalternos, inferiores e estereotipados. Queria continuar entendendo esse fenômeno: por que os veículos de comunicação tratavam as mulheres como culpadas das violências sofridas? Foi então que decidi ingressar no mestrado em Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, que só pude cursar graças à bolsa integral concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹¹ O título do trabalho é “Violência contra a mulher: a representação da figura feminina no jornal O Estado de S. Paulo em épocas de transição política”, orientado pela professora Janie Kiszewski Pacheco e defendido em dezembro de 2017.

O interesse pela temática da violência de gênero me acompanha desde a graduação, mas naquela época eu ainda não entendia o porquê. Nunca vivi nenhuma situação grave de violência física pessoalmente e também nunca soube de familiares e amigas próximas que sofreram com agressões, mas, assim como a maioria das mulheres brasileiras, já sofri assédios e abusos na rua, de desconhecidos, de professores, na escola, e de namorados, dentro da minha própria casa. Eu sempre estive em um lugar de conforto e privilégio, porque, socialmente, sempre fui considerada uma boa moça, comportada, de família, para casar, com uma conduta moralmente correta e inquestionável. O fato é que nem mesmo todos esses atributos perfeitamente femininos me livraram de sofrer as opressões impostas pelo gênero. Essas opressões, é claro, se manifestam de formas muito sutis, e só fui perceber que elas tinham acontecido comigo depois de estudar sobre gênero e feminismo. Percebi tantas situações de assédio que eu já havia passado que nem ao menos consigo contar. Também me dei conta de que a minha própria postura como mulher, minha opção por ser moralmente respeitável pela sociedade, não era uma opção, mas uma imposição. E, sobretudo na adolescência, adotei uma conduta de rebeldia contra tudo isso, inclusive com agressividade – e hoje entendo que foi a única forma que encontrei de deter poder e respeito em relação aos homens. Entendi, também, que em nome da minha mãe, que era sobrecarregada com os trabalhos domésticos, em nome da minha avó materna, que foi expulsa de casa, grávida, aos 17 anos, em nome da minha avó paterna, que dedicou a vida inteira ao marido e aos filhos e acabou se anulando enquanto cidadã, em nome de todas as minhas amigas que sofreram com relacionamentos abusivos ou foram estupradas, em nome de todas elas eu precisava fazer alguma coisa para tentar mudar a vida dessas e de outras mulheres que ainda nem nasceram, pra que um dia possam desfrutar de um mundo sem desigualdades – afinal, essa é a grande utopia do feminismo.

Para mim era óbvio que as produções noticiosas influenciavam nesse contexto de desigualdades e opressões de gênero e acreditava que eu conseguiria entender esse fenômeno tão complexo analisando somente o produto final, ou seja, as notícias. Estava errada e com a ajuda de professoras, em especial Maria Clara, minha orientadora, e Marcia Veiga, minha grande inspiração, consegui vislumbrar um caminho de pesquisa que compreenderia parte desses fenômenos sociais envolvendo gênero e jornalismo de forma mais humana, menos mecânica. Por isso minha opção em estudar as narrativas sobre violência de gênero construídas pelo Projeto Celina não só em relação aos dados textuais, ao que estava explicitamente posto aos meus olhos, mas também considerando como essas narrativas foram

construídas e por quem, ou seja, levando em consideração toda a trama de gênero e poder envolvida na prática jornalística para além do texto.

Entendendo que toda a minha experiência e subjetividades permeiam a construção dessa pesquisa, e inclusive considerando este ponto como positivo, é que optei por escrevê-la em primeira pessoa. Não posso, como pesquisadora e feminista, anular minhas interpretações, seja na articulação das teorias, nas escolhas metodológicas e nas posteriores análises. Portanto, levando todos estes aspectos em consideração, apresento, a seguir, todo o processo metodológico da pesquisa, justificando as escolhas tomadas.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O presente capítulo apresenta os métodos adotados para desenvolver a pesquisa, tendo em vista seus objetivos. O estudo se caracteriza como qualitativo, exploratório, bibliográfico e documental.

A pesquisa aqui apresentada se classifica como qualitativa, pois “pretende verificar a relação da realidade com o objeto de estudo, obtendo várias interpretações de uma análise indutiva por parte do pesquisador” (RAMOS; BUSNELLO, 2005 apud DALFOVO; LANA; Amélia SILVEIRA, 2008, p. 6). Segundo Cassel e Symon (1994), este tipo de pesquisa tem foco na interpretação, na subjetividade e na preocupação com o contexto (apud DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008). Neste sentido, são fundamentais as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental para a coleta de dados, teóricos e empíricos, conforme as definições de Baptista e Campos (2016) e Gil (1991), respectivamente.

No entanto, entendo que, antes de começar uma formulação teórica e metodológica, era necessário a escolha de um objeto de estudo, a partir desse primeiro contato é que se definiriam as vertentes teóricas e metodológicas que melhor se encaixariam no objeto a fim de responder o objetivo da pesquisa. O projeto de mestrado inicial pretendia investigar como era feita a cobertura dos casos de feminicídio pela mídia jornalística, enfocando nas representações feitas das vítimas. Ao longo dos primeiros semestres, entretanto, após o contato com algumas disciplinas, meu interesse foi mudando: no lugar de encontrar um padrão da mídia hegemônica que reforça estereótipos e desigualdades quando veicula sobre crimes de feminicídio, queria encontrar alternativas mais afeitas ao feminismo dentro do jornalismo, ou seja, encontrar um veículo, editoria ou projeto em que jornalistas estavam tentando subverter com essa lógica jornalística que utiliza das diferenciações de gênero para colocar as mulheres como desiguais e inferiores em relação aos homens, sobretudo na cobertura de violência de gênero.

Nesse momento comecei a pesquisar por iniciativas que tratavam sobre as temáticas de gênero com um viés diferente do jornalismo factual, diário e *hard news*. Nessa pesquisa inicial me deparei, dentre tantos outros, com o Projeto Celina, uma iniciativa dentro do jornal O Globo que visava tratar apenas de temas de gênero e diversidade. O meu interesse se deu por esse projeto por alguns motivos: Celina foi criado no Dia Internacional da Mulher de 2019, o primeiro ano da eleição presidencial de Jair Bolsonaro, representante de uma política de extrema direita calcada em um discurso machista, sexista, classista, racista, dentre tantos outros preconceitos; além de ter sido o único projeto com o qual me deparei que se pretendia

fazer uma cobertura feminista dentro de um espaço de jornalismo hegemônico e historicamente conservador, ou seja, o jornal O Globo. As outras iniciativas com as quais cruzei se caracterizavam como coletivos midiáticos ou como agências de jornalismo independente, ou seja, com uma maior autonomia na produção dos conteúdos. Os questionamentos iniciais que me surgiram foram: qual o interesse do jornal em criar um projeto destinado à cobertura de temas ligados a gênero? Como a equipe desse projeto conseguiria fazer negociações e concessões para pôr em prática uma cobertura feminista dentro de um espaço majoritariamente hegemônico e conservador?

Com esses questionamentos em mente, comecei a acompanhar os conteúdos veiculados por Celina e coletar todos os que tratavam da temática de violência de gênero¹². A primeira etapa da pesquisa consistiu, portanto, na coleta de todas as matérias veiculadas pelo Celina com a temática de violência de gênero no primeiro ano de funcionamento do projeto, ou seja, de 08/03/2019 a 08/03/2020. Durante todo o primeiro ano, uma vez ao mês, eu entrava no site de Celina para visualizar quais matérias haviam sido veiculadas e quais se encaixavam na temática da violência de gênero. Essa coleta inicial foi concluída no final de março de 2020. No primeiro ano de funcionamento foram, em média, 364 matérias publicadas¹³, sendo 94 destas sobre violência de gênero.

A partir dessa primeira etapa, percebi que o projeto se propunha a uma cobertura menos vinculada ao factual e mais ligada a um jornalismo interpretativo, de reflexão. No lugar de relatar os fatos, as matérias traziam reflexões críticas e buscavam explicar alguns fenômenos sociais mais complexos relacionados a gênero e diversidade. Com as matérias coletadas, fiz uma leitura dinâmica de todas elas e procurei estabelecer alguns critérios de seleção para os textos que comporiam o meu *corpus* de análise final (**Quadro 1**). Foram adotados os seguintes critérios: ser um conteúdo com produção da própria equipe de jornalistas do Celina; estar situada em um contexto brasileiro e ser uma matéria de livre acesso, ou seja, não exclusiva para assinantes do jornal O Globo. Como o objetivo da pesquisa era analisar a construção de narrativas feita pelo Projeto Celina, seria incoerente analisar conteúdos comprados de agências de notícias ou produzidos por outros veículos de comunicação. Além disso, quanto aos dois últimos critérios elencados, acreditamos que estas matérias, em se tratando de um contexto brasileiro e podendo ser lidas por qualquer público

¹² Importante ressaltar que nem todas as matérias salvas mencionavam o termo violência de gênero no texto, mas continham aspectos como agressões, assédios, etc., que interpretamos como violências de gênero.

¹³ Média feita pela autora considerando que o projeto veicula materiais diariamente no seu portal. No entanto, é importante ressaltar que em alguns casos o site veiculou mais de um texto por dia, e, em outros, nenhum, sendo este número, portanto, apenas uma média.

(pagante ou não), atinge e afeta um maior número de pessoas, sendo mais relevante na construção da opinião pública e podendo agir na transformação social de forma mais abrangente.

Quadro 1 - Resumo da coleta de notícias do Celina

Tipo de produção	Própria (equipe Celina): 66
	Outras: 28
Contexto	Brasil: 58
	Mundo: 36
Acesso	Livre: 52
	Assinantes: 42

Fonte: Elaborado pela autora.

Levando estes critérios em consideração, o corpus de análise final é composto por 27 textos. Como forma de agrupá-los para a realização das análises, eles foram separados em categorias temáticas, são elas: **Conjunto Temático 1** – Violência Doméstica/Feminicídio/Histórias de vida; **Conjunto Temático 2** – Estupro/Abuso Sexual; **Conjunto Temático 3** – Leis/Pesquisas; **Conjunto Temático 4** – Política; **Conjunto Temático 5** – Redes Sociais; **Conjunto Temático 6** – Cultura/Arte; **Conjunto Temático 7** – Atos/Protestos. Os nomes dos conjuntos temáticos são autoexplicativos, ou seja, no Conjunto Temático 1 são apresentadas as matérias que tratam da violência de gênero ocorrida em âmbito doméstico/familiar e/ou trazem uma personagem central para o desenvolvimento do texto; o Conjunto Temático 2 traz as reportagens que tratam de um tipo específico de violência de gênero, a sexual; o Conjunto Temático 3 traz matérias que discutem a violência de gênero a partir de leis e pesquisas, e assim sucessivamente. No **Quadro 2** apresentamos a composição do *corpus* de análise.

Quadro 2 – Corpus de análise

	Título	Data	Link
Conjunto Temático 1 <i>Violência Doméstica/ Femicídio/ Histórias de vida</i>	Precisamos falar sobre a saúde emocional das mulheres que sofrem violência	05/04/2019	https://oglobo.globo.com/celina/precisamos-falar-sobre-saude-emocional-das-mulheres-que-sofrem-violencia-23568413
	Quem é a criadora da primeira delegacia do Brasil especializada em investigar feminicídios	27/06/2019	https://oglobo.globo.com/celina/quem-a-criadora-da-primeira-delegacia-do-brasil-especializada-em-investigar-femicidios-23765241
	Quem é a líder assassinada que deu origem à ‘Marcha das Margaridas’, protesto que ocupa Brasília nesta quarta-feira	14/08/2019	https://oglobo.globo.com/celina/quem-a-lider-assassinada-que-deu-origem-marcha-das-margaridas-protesto-que-ocupa-brasilia-nesta-quarta-feira-23876551
	Autocuidado é prática crescente entre mulheres negras, para driblar violência e falta de acesso a sistemas de saúde	14/10/2019	https://oglobo.globo.com/celina/autocuidado-pratica-crescente-entre-mulheres-negras-para-driblar-violencia-falta-de-acesso-sistemas-de-saude-2-24011505
	‘A primeira agressão que minha mãe sofreu foi quando estava grávida de mim’, revela Hermila Guedes, de ‘Segunda chamada’	29/10/2019	https://oglobo.globo.com/celina/a-primeira-agressao-que-minha-mae-sofreu-foi-quando-estava-gravida-de-mim-revela-hermila-guedes-de-segunda-chamada-24046847
	Violência doméstica na favela traz ‘impossibilidade da denúncia já que a polícia não vem até agressor’, diz pedagoga	14/12/2019	https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/violencia-domestica-na-favela-traz-impossibilidade-da-denuncia-ja-que-a-policia-nao-vem-ate-agressor-diz-pedagoga-24137469
	Glamour Garcia fala sobre retorno aos palcos, feminismo e violência: ‘Não quero ser mártir. Quero ser feliz’	06/03/2020	https://oglobo.globo.com/celina/glamour-garcia-fala-sobre-retorno-aos-palcos-feminismo-violencia-nao-quero-ser-martir-quero-ser-feliz-24287910
	Dia internacional da Mulher: as lições de uma militante de 95 anos	08/03/2020	https://oglobo.globo.com/celina/dia-internacional-da-mulher-as-licoes-de-uma-militante-de-95-anos-1-24288083
Conjunto Temático 2	‘Fogo’, ‘Socorro’ e a urgência de salvar nossas garotas	08/03/2019	https://oglobo.globo.com/celina/fogosocorro-a-urgencia-de-salvar-nossas-

<i>Estupro/ Abuso sexual</i>			garotas-23505931
	Constrangimento verbal. Toques não consentidos. Abuso sexual. A dura realidade das mulheres que sofrem violência obstétrica	19/03/2019	https://oglobo.globo.com/celina/constrangimento-verbal-toques-nao-consentidos-abuso-sexual-dura-realidade-das-mulheres-que-sofrem-violencia-obstetrica-23532499
	'A primeira vez com um negão não dói', diz promotor à defensora em júri. Organização repudia fala	05/07/2019	https://oglobo.globo.com/celina/a-primeira-vez-com-um-negao-nao-doi-diz-promotor-defensora-em-juri-organizacao-repudia-fala-23787186
	Carnaval 2020: assédio dentro e fora do bloco é crime. Saiba como e onde denunciar	20/02/2020	https://oglobo.globo.com/celina/carnaval-2020-assedio-dentro-fora-do-bloco-crime-saiba-como-onde-denunciar-24255864
	Short 'tipo Anitta' ou qualquer outra roupa não justificam assédio. Parece óbvio, mas até a cantora teve que explicar. Veja vídeo	20/02/2020	https://oglobo.globo.com/celina/short-tipo-anitta-ou-qualquer-outra-roupa-nao-justificam-assedio-parece-obvio-mas-ate-cantora-teve-que-explicar-veja-video-24258562
Conjunto Temático 3 <i>Leis/Pesquisas</i>	Projeto de lei propõe agilizar divórcio para quem sofreu violência doméstica	15/04/2019	https://oglobo.globo.com/celina/projeto-de-lei-propoe-agilizar-divorcio-para-quem-sofreu-violencia-domestica-23595243
	Pesquisa afirma que maior parte das empresas brasileiras não monitoram casos de violência doméstica	07/11/2019	https://oglobo.globo.com/celina/projeto-de-lei-propoe-agilizar-divorcio-para-quem-sofreu-violencia-domestica-23595243
Conjunto Temático 4 <i>Política</i>	Para deputado, roupa é chamariz para estupros: 'você sabe o risco que está correndo'	10/05/2019	https://oglobo.globo.com/celina/para-deputado-roupa-chamariz-para-estupros-voce-sabe-risco-que-esta-correndo-1-23655705
	Mulheres apontam 'sequência de erros' na fala de Moro sobre violência doméstica	08/08/2019	https://oglobo.globo.com/celina/mulheres-apontam-sequencia-de-erros-na-fala-de-moro-sobre-violencia-domestica-23862850
Conjunto Temático 5 <i>Redes Sociais</i>	Após morte, campanha tenta proteger mulheres de falsos motoristas de aplicativo	18/04/2019	https://oglobo.globo.com/celina/apos-morte-campanha-tenta-proteger-mulheres-de-falsos-motoristas-de

			aplicativo-23606168
	#LinkedInNãoéTinder: usuárias reagem a assédio na plataforma de networking profissional	18/07/2019	https://oglobo.globo.com/celina/linkedin-na-oetinder-usuarias-reagem-a-ssedio-na-plataforma-de-networking-profissional-23771379
	Com a hashtag #ondedói, campanha contra abusos médicos viraliza nas redes	09/12/2019	https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/com-hashtag-ondedoi-campanha-contra-abusos-medicos-viraliza-nas-redes-24128068
Conjunto Temático 6 <i>Cultura/Arte</i>	Cidade que mais mata mulheres no México inspira peça de protesto no Brasil	27/06/2019	https://oglobo.globo.com/celina/cidade-que-mais-mata-mulheres-no-mexico-inspira-peca-de-protesto-no-brasil-1-23764918
	Por que Junior Lima está certo ao criticar letra de ‘Maria Chiquinha’	22/07/2019	https://oglobo.globo.com/celina/por-que-junior-lima-esta-certo-ao-criticar-letra-de-maria-chiquinha-23824009
	14 músicas que trazem em seus versos machismo ou violência contra a mulher	22/07/2019	https://oglobo.globo.com/celina/14-musicas-que-trazem-em-seus-versos-machismo-ou-violencia-contra-mulher-23823894
	Seis músicas brasileiras que denunciam em suas letras a violência contra a mulher	23/07/2019	https://oglobo.globo.com/celina/seis-musicas-brasileiras-que-denunciam-em-suas-letras-violencia-contra-mulher-23824787
	Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres: livro em quadrinhos discute abusos e feminicídio	25/11/2019	https://oglobo.globo.com/celina/dia-internacional-para-eliminacao-da-violencia-contra-as-mulheres-livro-em-quadrinhos-discute-abusos-feminicidio-24095741
Conjunto Temático 7 <i>Atos/Protestos</i>	Mulheres cariocas reproduzem performance chilena contra estupro	03/12/2019	https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/mulheres-cariocas-reproduzem-performance-chilena-contra-estupro-24116623
	Ato feminista reúne 100 mulheres em São Paulo com coreografia surgida no Chile	04/12/2019	https://oglobo.globo.com/sociedade/celina/ato-feminista-reune-100-mulheres-em-sao-paulo-com-coreografia-surgida-no-chile-24118743

Fonte: Elaborado pela autora.

Essa divisão temática foi feita a partir de uma leitura dinâmica de todas as matérias que compõem o *corpus* de análise. Buscou-se, por meio desse agrupamento, padrões e repetições na narrativa, seja de tipo de conteúdo ou abordagem, de forma que a análise pudesse ser melhor compreendida.

A partir desse contato inicial com o objeto, portanto, entendi que uma análise textual, somente, não daria conta de compreender todos os jogos de poder que estavam envolvidos na produção dos conteúdos de Celina – tendo em vista a minha pergunta de pesquisa. Estabeleci que, juntamente dos textos sobre violência de gênero veiculados pelo projeto, era fundamental também acompanhar a rotina produtiva do Celina, fazendo uma observação *in loco* na redação, para perceber como se dava uma cobertura de gênero, em teoria, afeita ao feminismo, dentro de um espaço de jornalismo hegemônico. Para negociar a minha ida até a redação do jornal O Globo, iniciei o contato com a editora do Projeto Celina, Renata Izaal. Na primeira troca de e-mails, ela foi muito receptiva e aberta à pesquisa e às entrevistas que seriam realizadas com a minha ida até a redação, mas depois desse primeiro contato acabamos não conseguindo mais conversar, nem por e-mail, nem por telefone. Durante todo o primeiro ano do mestrado, em 2019, de tempos em tempos, tentava contato, mas sem sucesso. Além dessa dificuldade de contato, no ano seguinte, todos fomos surpreendidos pela pandemia mundial causada pelo vírus Covid-19, que necessitava medidas preventivas como o distanciamento e isolamento social. Mesmo tentando encontrar outras formas de encaminhar a pesquisa resolvi tentar, mais uma vez, o contato com a Renata. No dia 13 de maio de 2020 fiz uma ligação para o celular dela, mas, sem retorno, enviei uma mensagem por Whatsapp para o mesmo número. Na mensagem eu explicava que mesmo não podendo mais fazer as entrevistas presencialmente em função da pandemia, ainda sim tinha o interesse em realizar as entrevistas a distância, por vídeo chamada. Foi quando ela me respondeu, pedindo para que eu indicasse com quem eu queria falar, que ela me passaria os contatos. Na ocasião, me explicou que a equipe fixa de Celina tinha apenas três jornalistas: ela, como editora, Leda Antunes, repórter, e Raphaela Ramos, estagiária. Renata me disse que como Celina funcionava como uma vertical de conteúdo do jornal, além das produções realizadas pela própria equipe, também contava com produções feitas por repórteres de outras editorias d'O Globo. Portanto, fiz um levantamento dos nomes de todas as jornalistas que apareciam nas matérias que compunham o meu *corpus* de análise. Foi identificado o nome de 13 jornalistas, destas, quatro já não trabalhavam mais no jornal, portanto, Renata não tinha mais os contatos delas para me

passar. Entrei em contato com sete jornalistas e consegui realizar entrevista¹⁴ com cinco delas: Renata Izaal, editora de Celina; Leda Antunes, repórter de Celina; Raphaela Ramos, estagiária de Celina; Constança Tastch, repórter da editoria Sociedade, e Carla Nascimento, da editoria Online/Rede Social.

As entrevistas foram realizadas no modelo semiestruturada, ou seja, com um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, entretanto levando em consideração respostas que, por ventura, fugissem momentaneamente desse roteiro, já que “a entrevista é um exercício de escuta, não de fala” (MARTINO, 2018, p. 119). Segundo o autor (2018, p. 115), esse tipo de entrevista é utilizado “quando o objetivo é conhecer o pensamento do entrevistado sobre determinado assunto, dando uma margem de liberdade para suas próprias considerações e mudanças de rumo, mas sem perder o recorte específico da pesquisa”.

Como forma de aliar as informações obtidas por meio dos textos e também das entrevistas com as jornalistas, optou-se pela análise da narrativa, pois “nas pesquisas em Comunicação, a análise de narrativas procura compreender as estratégias e os modos de contar uma história” (MARTINO, 2018, p. 168). Segundo o autor, estudar as narrativas significa entender o cotidiano das interações, visto que elas representam, além de um modo de contar histórias, também o poder de representar e construir a realidade, relacionando, de forma coerente, passado, presente e futuro.

Narrar um fato é uma maneira de dar existência ao mundo. Aquilo que não é narrado não existe. Por isso, narrativas não são apenas uma maneira de mostrar a realidade, mas principalmente de construí-la de acordo com quem narra (MARTINO, 2018, p. 169).

Nesta pesquisa em específico, optamos por trabalhar com uma adaptação da Análise Pragmática da Narrativa Jornalística, conforme elaboração de Luiz Gonzaga Motta (2004; 2005; 2010; 2017). Para o autor, a narrativa, além de ser uma forma de representação, também é uma ação sociocultural pensada a partir de alguns objetivos do narrador (jornalista), que gerarão, conseqüentemente, efeitos em seus leitores. Conceitos como objetividade, presentes na prática jornalística, tentam invalidar as intenções de quem narra no campo jornalístico, no entanto, é preciso reavaliar o jornalismo, visto a impossibilidade de uma mediação sem interferências (Magali MOSER, 2018). “Apesar de ter semelhanças com a narrativa literária, a narrativa jornalística diferencia-se pela capacidade de contribuir para a construção social da realidade [...] Nenhuma narrativa é ingênua, ressalva Motta” (MOSER, 2018, p. 175).

¹⁴ Trechos das entrevistas serão trazidos ao longo do texto, dentro dos capítulos teóricos, mas a decupagem das mesmas na íntegra pode ser conferida no Apêndice I.

Portanto, “pretende-se observar as narrativas jornalísticas como jogos de linguagem, como ações estratégicas de constituição de significações em contexto, como uma relação entre sujeitos atores do ato de comunicação jornalística” (MOTTA, 2010, p. 146-147).

Como defende Motta (2004, p. 34), “É justamente através da análise destas narrativas produzidas pelas notícias é que se torna possível identificar e interpretar os sentidos alimentados por elementos culturais”. O autor ainda diz que é por meios dessas narrativas que nós, indivíduos, compreendemos a maioria das coisas do mundo.

Em um esboço mais recente sobre a teoria, Motta (2017) ressalta a importância de conceder à narratologia um cunho mais antropológico e menos ligado aos limites da linguística e da teoria literária. O autor defende, portanto, que a teoria da narrativa deve tornar-se uma teoria da ação comunicativa, na qual deve-se identificar, no texto, pistas e traços que revelem as intenções comunicativas. “Isso torna a teoria narrativa uma teoria da argumentação, e sua interpretação, uma análise da retórica que poderá desvelar os ardis e artimanhas. Os jogos de poder, enfim” (MOTTA, 2017, p. 55). É partindo desse pressuposto que aproximamos, nas análises, as informações textuais da narrativa e as informações obtidas a partir das entrevistas.

Motta (2017, p. 60) propõe ao analista a utilização de uma “teoria ampliada de círculos dêiticos que [...] fornece subsídios relevantes para a análise das narrativas como atos de fala dinâmicos e circunstancializados”. Os círculos dêiticos propostos por Motta (2017) são os seguintes: 1) Identidade dos sujeitos participantes, o lugar social que ocupam, seus interesses e intenções comunicativas; 2) Coações institucionais, normas profissionais, etc.; 3) Graus de hierarquias entre os sujeitos da enunciação e suas condicionantes na interlocução; 5) Espaço físico e sua influência na enunciação; 6) Percepções recíprocas por parte dos participantes dos fatores anteriores; 7) Circunstâncias históricas de ocorrência do ato; 8) Circunstâncias culturais, crenças, mitologias, ideologias, conhecimento de mundo compartilhado; 9) Memória coletiva de curto e longo prazos; 10) Percepções recíprocas de todo este conjunto de fatores. Para o autor, “Os níveis dêiticos são apenas indicadores a partir dos quais as pistas e traços argumentativos da linguagem narrativa podem ser interpretados de maneira mais segura” (MOTTA, 2017, 59).

Para possibilitar a leitura do objeto a partir da Análise de Narrativa, de forma que a pergunta de pesquisa seja respondida, é preciso, antes de partir para a análise propriamente dita, definir com quais lentes teóricas estamos visualizando as movimentações do Projeto Celina. Portanto, analisaremos as narrativas tendo como apoio principalmente três conceitos,

que serão trabalhados nos capítulos teóricos a seguir: feminismo interseccional, gênero como categoria teórico-epistemológica e objetividade jornalística.

3 GÊNERO E FEMINISMO: UMA DISCUSSÃO INICIAL

Este primeiro capítulo teórico tem como objetivo trazer um pano de fundo para a discussão da construção do movimento feminista a partir do entendimento das desigualdades de gênero no mundo, sobretudo no Brasil. A partir dessa discussão inicial podemos chegar à questão do gênero em si, conceituação central para o objetivo deste trabalho. O gênero é empregado como conceito por diversas teóricas feministas, desde a década de 1970, mas tomou diversos contornos ao longo dos anos. Entender esse aspecto é fundamental para que possamos adentrar na conceituação do gênero como categoria teórica-epistemológica, noção que articula gênero a poder e aos diferentes marcadores sociais que, juntos, compõem a noção de interseccionalidade. Por fim, é necessário aprofundarmos a questão da violência de gênero em si, pois esta é uma das consequências, talvez a mais explícita e fatal, do discurso brasileiro calcado numa cultura patriarcal e machista que vê na agressividade a única forma de lidar com a diferença e o feminino.

3.1 Desigualdades de gênero e a construção do movimento feminista

É difícil pensar em uma sociedade onde não há o machismo. Desde que nascemos e tomamos consciência de quem somos, sabemos que a vida das mulheres é marcada por percalços há muito tempo. Entendemos na prática, com o passar dos anos, que meninas ocupam espaços opostos dos meninos. Essas diferenças aparentemente tão naturais se tornaram desigualdades concretas em todos os âmbitos da vida cotidiana e as mulheres precisaram e ainda precisam lutar para conquistar um lugar de igualdade de gênero não só no Brasil, como em todo o mundo – e é esse movimento de luta por direitos que chamamos de feminismo. É claro que as demandas por um mundo mais justo e humano para as mulheres dependem do contexto social, cultural, político e histórico em que estão inseridas, tomando diferentes caminhos ao longo das décadas¹⁵ – e é sobre isso que discorreremos a seguir.

O primeiro movimento de reivindicação pelos direitos das mulheres ocorreu no século XVIII, na França, influenciado pela Revolução Francesa que tinha como lema a “liberdade, igualdade e fraternidade”. Na época, o movimento que depois ficou conhecido como sufrágio, tinha como principais bandeiras o direito ao voto feminino e o acesso à educação.

¹⁵ Há uma discordância entre autoras sobre os anos em que ocorreram as chamadas ondas feministas. Portanto, falaremos sobre as bandeiras feministas levantadas em cada momento, de forma cronológica, tendo as décadas em que aconteceram como base para a discussão, mas sem que haja um rigor de datas, especificamente. Levaremos em consideração, sobretudo, como essas bandeiras feministas reverberaram aqui no Brasil, como movimento social e como conquistas em relação a políticas públicas.

Em documentos como a Carta dos Direitos da Mulher e da Cidadã, de 1791, escrito por Olympe de Gouges (Beatriz LINS; MACHADO; Michele ESCOURA, 2016) e o *Vindication of the Rights of Women* (Reivindicação dos Direitos das Mulheres), de 1792, elaborado por Mary Wollstonecraft (Cecília SARDENBERG; Ana Alice COSTA, 1994), já chamavam a atenção para os direitos das mulheres e se configuravam como os primeiros documentos feministas de que se tem conhecimento. Segundo Miguel (2014, p. 21), “O programa dessa primeira fase do feminismo tinha como eixos a educação das mulheres, o direito ao voto e a igualdade no casamento, em particular o direito das mulheres casadas a dispor de suas propriedades”. No Brasil o direito ao voto feminino conquistado em 1932 só se igualaria ao dos homens na Constituição de 1946 (BIROLI, 2018), sendo Bertha Lutz a principal figura ligada a esse movimento (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Importante salientar, como bem lembra Sardenberg e Costa (1994), que o feminismo sufragista era uma corrente adotada e identificada com os interesses de mulheres de classe média. Stephanie Ribeiro (2018) lembra, no entanto, que a luta sufragista não era uma pauta apenas das mulheres brancas, mas também das negras e das asiáticas. Segundo a autora, o que ocorre é o apagamento destas e o protagonismo das brancas no movimento sufragista, inclusive por fatores como as leis segregacionistas, que impediam as negras de marchar com as brancas em protestos sufragistas norte-americanos.

Ainda no século XIX pouca coisa havia mudado para a vida das mulheres. Mesmo com algumas adentrando nas instituições de ensino básico e superior (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016), os papéis de gênero eram bem delimitados: das mulheres se esperava o compromisso com o casamento, a maternidade e os cuidados do lar; enquanto aos homens cabia o trabalho extra lar, o sustento financeiro da família (Carla BASSANEZI, 2007; Raquel VIANA, 2013). Em geral, era permitido que as mulheres estudassem porque, assim, considerava-se que elas poderiam ser esposas e mães melhores. Com o movimento sufragista, elas acreditavam que teriam maior liberdade, ao passo que com direito ao voto poderiam participar das decisões públicas, no entanto, o fato não mudou a realidade à qual as mulheres estavam expostas não só no seio da família, mas também na sociedade como um todo.

O segundo movimento feminista, que ocorreu em meados do século XX, começava a questionar os papéis impostos a mulher e pregava a libertação feminina em todos os aspectos, como a liberdade da sexualidade feminina, o rompimento com os estereótipos da mulher como mãe e dona de casa, questões relativas ao mercado de trabalho, o direito ao aborto seguro, além da criminalização da violência doméstica e sexual (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Esses ideais travavam, segundo Sardenberg e Costa (1994, p. 92), “uma

luta ideológica contra os valores patriarcais¹⁶”. Uma das principais teóricas nesse sentido foi Simone de Beauvoir, com a publicação de “O Segundo Sexo”, em 1949, e com a máxima “Não se nasce mulher, torna-se mulher”, que explicitava o fato de que “a mulher não é definida nem por seus hormônios nem por instintos misteriosos, mas pela maneira pela qual ela recupera, por meio de consciências alheias, seu corpo e sua relação com o mundo” (BEAUVOIR, 1949, p. 16 apud MIGUEL, 2014, p. 27). No Brasil, além da luta específica pelos direitos das mulheres na segunda onda do feminismo, as feministas também, nessa época, lutaram contra a ditadura militar que assombrava o país (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). A máxima “o pessoal é político” foi um divisor de águas na época, porque reforçava que o que ocorria no âmbito doméstico deveria ser responsabilidade do Estado e as experiências pessoais das mulheres, influenciar no desenvolvimento de políticas públicas nesse sentido (SARDENBERG, COSTA, 1994). Nessa época, muitas mulheres já haviam adentrado o mercado de trabalho, seja por necessidades financeiras da família, no caso das mulheres pobres, ou pela busca de uma independência, no caso das mulheres pertencentes às classes mais altas (Clara ARAÚJO; Celi SCALON, 2005). Portanto, a grande pauta do feminismo nesses anos foram as questões do trabalho: direito à cidadania, previdência social e outros serviços de assistência (Joana Maria PEDRO, 2013).

Algo que ficou claro, no entanto, é que mesmo com a possibilidade de trabalho fora de casa, as mulheres ainda eram sobrecarregadas com todo o serviço doméstico e o cuidado com os filhos, assumindo, como muitas autoras mencionam, duplas jornadas de trabalho (Carla PINSKY, 2013). Ao passo em que novas atribuições públicas são assumidas pelas mulheres, novas atribuições domésticas são impermeáveis para os homens (ARAÚJO; SCALON, 2005). Outras pautas do feminismo do século XX que não podemos deixar de mencionar é o direito ao divórcio (ARAÚJO; SCALON, 2005), dando à mulher uma segunda chance de vida além do casamento, a pílula anticoncepcional, que mudou a relação entre sexualidade e procriação para as mulheres, e a discussão sobre violência doméstica e sexual (PEDRO, 2013).

Já se encaminhando para o século XXI, a terceira onda do feminismo refletiu sobre as diversas maneiras de ser mulher, levando em consideração não só gênero, como também raça, classe social e orientação sexual (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016), o que trouxe à tona a questão da interseccionalidade. Nesse debate da interseccionalidade as mulheres negras

¹⁶ Segundo Biroli (2018, p. 11), o patriarcado é “um complexo heterogêneo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas. É ativado de forma concreta, nas instituições e nas relações cotidianas”. Já, para Tiburi (2018, p. 41), “patriarcado é um verdadeiro esquematismo do entendimento, um pensamento pronto, que nos é dado para que pensemos e orientemos a nossa ação de um determinado modo, sempre na direção do favorecimento dos homens brancos e de tudo o que sustenta seu poder”.

tiveram papel fundamental. Desde o início dos anos 1990 as mulheres negras vinham reivindicando seu espaço no movimento feminista – até então havia dois movimentos distintos: o movimento negro e o movimento feminista (Cidinha DA SILVA, 2018). As mulheres negras foram as principais responsáveis por levantar as questões relativas às diferenças entre mulheres, descentrando o discurso universal do feminismo branco preponderante até então. As brancas, burguesas e heterossexuais eram consideradas o grupo dominante no feminismo, como se as mulheres que não se encaixassem nesse padrão não fossem ao menos consideradas como mulheres (María LUGONES, 2008), dessa forma as afro e indígenas se tornaram subalternas dentro do próprio feminismo (Ochy CURIEL, 2019). Segundo Ribeiro (2018, p. 263), se não há o reconhecimento dessas diferentes mulheres e distintos feminismos,

[...] nós, negras, e todas as outras mulheres socialmente marcadas por opressões (indígenas, asiáticas, deficientes, trans) seremos engolidas e colocadas como coadjuvantes em uma luta que sempre pretendeu, pelo menos em seus discursos, emancipar todas as mulheres.

Também, para além da conquista por direitos ligados somente às mulheres cisgênero e heterossexuais, a terceira onda incorporou algumas pautas ligadas ao movimento LGBTQ+. Entretanto, outros percalços vão se impondo às mulheres, como a questão da cobrança por padrões estéticos de beleza inalcançáveis e o estímulo ao consumismo (PINSKY, 2013). Também vem à tona a baixa participação política das mulheres (Marlise MATOS, 2013) e o desenvolvimento de políticas públicas para o combate da violência contra a mulher (Eva BLAY, 2003).

Esse breve resgate histórico nos permite enxergar que mesmo algumas pautas sendo levantadas desde os primórdios do movimento feminista, e evidentemente alguns direitos sendo conquistados, as desigualdades de gênero permanecem, pois, no âmbito social e cultural, pouca coisa mudou efetivamente. Mesmo que haja um acesso à educação e ao mercado de trabalho, as mulheres possuem a responsabilidade da maternidade e dos cuidados domésticos. Mesmo com o direito ao voto, poucas mulheres conseguem firmar uma carreira como políticas. Mesmo com o acesso a métodos contraceptivos, a liberdade sexual da mulher ainda é um tabu e o aborto criminalizado. Mesmo com políticas públicas que propõem a proteção das mulheres em caso de violência, muitas delas morrem em decorrência da omissão do Estado e da legitimação da violência pela sociedade. Quando consideramos a raça, a classe e a sexualidade dessas mulheres, todos esses problemas se tornam ainda mais complexos.

Esses são apenas alguns dos pontos que demonstram as desigualdades de gênero tão presentes, ainda, no Brasil.

No que diz respeito à política, as mulheres são sub-representadas. Mesmo com uma legislação nacional que prevê que 30% das candidaturas nas eleições devem ser ocupadas por mulheres, apenas 10% dos cargos políticos eletivos são assumidos por elas, mesmo elas representando mais da metade do eleitorado (BIROLI, 2018). Em 2010 o país elegeu uma mulher para o cargo de Presidente da República e a reelegeu em 2014, mas com um golpe parlamentar Dilma Rousseff foi tirada do cargo antes que pudesse concluir o seu mandato.

Apesar desses dados, falar de mulheres e política no Brasil não é fazer o relato de uma ausência. As mulheres têm atuado em partidos, sindicatos e movimentos ao longo da história e em diferentes contextos nacionais. Organizações coletivas e movimentos feministas ampliaram-se a partir da segunda metade do século XX atuando em diversas frentes, entre as quais se destacam o direito a creches, o combate à violência contra as mulheres, a defesa de direitos reprodutivos e sexuais e a agenda da ampliação da participação feminina na política. Com o enfraquecimento da ditadura e a retomada do pluralismo partidário no fim dos anos 1970, mulheres e movimentos passaram a atuar para incluir organismos e políticas públicas para mulheres na nova institucionalidade, forçando a construção de espaços de atuação e redefinindo o patamar das disputas. Permanecem, no entanto, muitos dos filtros que as impedem de construir carreiras políticas, vencer eleições ou receber indicações para cargos de primeiro escalão (BIROLI, 2018, p. 176).

Há, ainda hoje, segundo a autora (2018, p. 17), “investidas contra as mulheres na política, contestações à sua competência como atores políticos e ações contrárias a direitos que foram estabelecidos como resultado de demandas e lutas históricas”. Essa baixa participação política é consequência de uma série de desigualdades de gênero que vão sendo impostas às mulheres ao longo da vida e que limitam as suas possibilidades de atuação no âmbito público.

O primeiro ponto que podemos mencionar é a separação entre o que é tido como responsabilidade de um homem e o que é responsabilidade de uma mulher, sobretudo quando falamos do âmbito familiar. A responsabilização pelo cuidado com a casa, com os filhos (e outros dependentes como pessoas idosas ou deficientes) fica com as mulheres, enquanto os homens ficam liberados dessas atividades para se dedicar a uma vida profissional no âmbito público (BIROLI, 2018). Segundo Biroli e Miguel (2014, p. 12), “o tempo semanal dedicado pelas mulheres ao trabalho doméstico no Brasil seria, segundo pesquisas recentes, 150% maior que o tempo dedicado pelos homens”. Enquanto 87,6% das mulheres com mais de 16 anos dizem realizar trabalhos domésticos, 45,8% dos homens na mesma faixa etária afirmam realizar as mesmas tarefas (BIROLI, 2018). Em relação ao cuidado com os filhos, a institucionalização da responsabilidade da mulher se dá, mais explicitamente, quando no

nascimento de uma criança as mães têm direito a 120 dias de licença-maternidade, enquanto os pais têm direito a apenas cinco dias. Para Biroli (2018, p. 186), esses “são efeitos da prevalência de uma lógica convencional, que dificulta a institucionalização do compartilhamento de responsabilidades pelo cuidado entre mulheres, homens e coletividade”.

O acesso à educação foi um primeiro passo dado, depois da conquista do voto, no que diz respeito à busca por autonomia das mulheres. E elas realmente se destacaram nesse sentido, conquistando um espaço maior do que os homens nas universidades – em 2009, quase 60% das matrículas no ensino superior eram de pessoas identificadas com o sexo feminino. No entanto, esse acesso às universidades tinha um recorte de raça: a taxa de escolarização no ensino superior era menos de 10% entre as mulheres negras (BIROLI; MIGUEL, 2014). Se sabe que com a política de cotas raciais e as opções de financiamento estudantil federais ocorreram mudanças nesse quadro, ampliando o acesso à educação superior, mas ainda há discrepâncias, principalmente de raça e classe.

A entrada no mercado de trabalho foi, certamente, uma das principais conquistas das mulheres em relação à independência, sobretudo a financeira, e teve como amparo o direito à formação no ensino superior. Mas o acesso ao trabalho remunerado também demonstra uma série de desigualdades não só de gênero, mas também de raça e classe. A primeira delas diz respeito aos salários: o rendimento mensal dos homens é quase o dobro do rendimento das mulheres. “Nos dois extremos estão a renda média dos homens brancos e das mulheres negras – a dos primeiros é quase três vezes maior que a das últimas [...] a renda média das mulheres negras é 44% menor que a das mulheres brancas” (BIROLI; MIGUEL, 2014, p. 10). As diferenças de salários se dão, também, baseados no fato de que alguns, em geral homens brancos, têm profissões de prestígio, enquanto outros, em geral mulheres negras, têm empregos precários (BIROLI, 2018). Outro fato, para além do salário, é que mesmo que as mulheres tenham um emprego na esfera pública, ainda cabe a elas a responsabilidade pelo trabalho doméstico, fazendo com que assumam duplas (ou as vezes triplas) jornadas de trabalho, como falamos anteriormente. Isso é imposto não só pelos homens, mas também assumido pelas mulheres, porque, segundo Tiburi (2018, p. 19), as mulheres são convencidas, com sedução e violência, de que a família e o amor devem ser prioridades nas suas vidas “quando, na verdade, o amor de devoção à família serve para amenizar a escravidão, que, desmontada, faria bem a todos, menos àqueles que realmente preferem uma sociedade injusta porque se valem covardemente de seus privilégios”.

Cabe salientar, no entanto, que a ascensão profissional da mulher branca e de classe alta contou com o trabalho doméstico de outras mulheres, marcadas pela raça e/ou pela classe

social, contratadas como empregadas domésticas ou como babás para que dessem conta do cuidado com as crianças e a casa enquanto as patroas conquistavam espaço no mercado. “Muitas vezes as mulheres se emancipam ao conseguirem que outras mulheres trabalhem por elas e então repetem o mesmo ciclo que poderiam ajudar a destruir na luta contra a desigualdade doméstica e pública” (Márcia TIBURI, 2018, p. 64).

Cuidando dos filhos de outras mulheres, permitiam que estas se “emancipassem” e tivessem maior autonomia e reconhecimento profissional. Enquanto isso, para elas, a rotina de trabalho pode ter dificultado o cultivo de laços amorosos e, quando mães, enfrentaram o dilema da criação dos próprios filhos em conjunto com o exercício do trabalho remunerado, em condições de precariedade (BIROLI, 2018, p. 68-69).

É por isso que as mulheres negras e pobres têm poucas chances de conseguir contratar serviços privados para dar conta das atividades domésticas e familiares do seu próprio lar, “o que torna suas jornadas de trabalho não apenas menos protegidas e menos remuneradas, mas também mais longas” (BIROLI, 2018, p.72). Isso também explica o fato de que elas dependem de um apoio público, do Estado, no que diz respeito à disponibilidade de creches. Segundo a autora (2018, p. 109), em 2014, apenas 24,6% das crianças entre zero e três anos frequentavam creches no Brasil, e, aqui no país, “é alta a correlação entre o acesso das crianças a creches e a empregabilidade das mães, o que tem efeitos para a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres”. Esses entraves colocados as mulheres devido à maternidade fazem com que algumas delas, em nome da sua própria autonomia, optem por terem menos filhos e/ou serem mães mais tarde, ao passo em que outras preferem simplesmente não serem mães. Nesse sentido, “um ponto importante é que a entrada maciça das mulheres no mundo do trabalho remunerado não foi acompanhada de um aumento correspondente na oferta de equipamentos públicos e comunitários que pudessem amparar as mães e as crianças” (BIROLI, 2018, p. 108).

Todos estes fatores trazem à tona a questão da liberdade sexual da mulher, do uso de métodos contraceptivos, sobretudo a pílula anticoncepcional, como forma de controlar os seus próprios desejos em relação à maternidade, rompendo com a ideia patriarcal de que o corpo da mulher só serviria para a procriação. “A dissociação entre sexo e reprodução é necessária para que se possa reconhecer e legitimar relações que não tenham como fim a procriação e justificar arranjos familiares alternativos” (BIROLI, 2018, p. 135). Em relação à autonomia da mulher em relação ao próprio corpo a pauta da descriminalização do aborto no Brasil torna-se urgente, não só por representar uma escolha da própria mulher em levar uma gestação adiante ou não, mas também porque torna-se um problema de saúde pública ao passo que, em 2015,

por exemplo, meio milhão de mulheres recorreram ao aborto, o que representa que 1.300 mulheres realizaram um aborto por dia (BIROLI, 2018). Outro dado interessante trazido pela autora é que a maioria das mulheres que realizam aborto são casadas, já têm filhos e são religiosas (católicas ou evangélicas). A criminalização do aborto, segundo Biroli (2018, p. 160), “compromete a integridade física e psíquica das mulheres e pune, sobretudo, as mulheres mais pobres, que têm menos chances de interromper a gestação com segurança”.

Outro aspecto relativo à autonomia do corpo das mulheres diz respeito à violência doméstica. Com o entendimento de que o que se passava na esfera doméstica era, também, uma responsabilidade do Estado, foi possível tipificar as relações de poder e assimétricas que se davam no ambiente familiar (BIROLI, 2018).

As conquistas do feminismo na legislação relativa à violência doméstica e ao estupro se apresentam como avanços não apenas na contenção dessas formas de agressão contra a mulher, de modo mais específico, mas também na definição do direito das mulheres à autodeterminação (BIROLI, 2014, p. 112-113).

Um fator importante em relação a essa autodeterminação, também, é o direito ao divórcio, que desde 1977 permite às mulheres o término de casamentos abusivos, principalmente após a Constituição de 1988, que rompeu com a autoridade do homem sobre a mulher no casamento, estabelecendo que “direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercícios igualmente pelo homem e pela mulher” (BIROLI, 2018, p. 120). É claro que mesmo posto em lei essa não é a realidade de muitas mulheres, pois, mesmo divorciadas, ainda cabe a elas a continuidade das responsabilidades que assumiram durante o casamento.

Essa série de desigualdades de gênero que elencamos certamente não nos mostra uma realidade total dos percalços enfrentados pelas mulheres no Brasil, mas nos dão uma noção, um pano de fundo, para que possamos enxergar que as desigualdades de gênero não se originam apenas pelas opressões contra o gênero feminino, mas também a todos os outros marcadores sociais. Isso significa que, dependendo da raça, classe ou sexualidade da mulher, as desigualdades que as mulheres enfrentam possuem suas especificidades. Para Tiburi (2018, p. 45), “A dialogicidade do feminismo refere-se a essa presença concreta das diferenças”. Mesmo que os feminismos sejam diversos, muitos desconsideram questões de raça e classe nas suas discussões, fazendo com que o feminismo branco e hegemônico atue como um *habitus* colonial moderno¹⁷ (Betty Ruth LERMA, 2010). Levando estes aspectos em

¹⁷ Mais adiante retomaremos essa discussão sobre a colonialidade que não só influenciou na construção do feminismo enquanto movimento político, mas também na organização social dos países de Terceiro Mundo

consideração, uma nova onda do feminismo vem se desenvolvendo nos últimos anos, com uma crítica ao feminismo hegemônico branco e ocidental que por muitas décadas definiu as pautas prioritárias para as mulheres, sem levar em consideração as questões levantadas por negras, indígenas, pobres, lésbicas, transexuais, etc.

Heloísa Hollanda e Maria Bogado (2018, p. 29), acreditam que essa nova quarta onda do feminismo surgiu após os massivos protestos de junho de 2013¹⁸. O entusiasmo dos manifestantes não se perdeu, “desdobrou-se em outras marchas, outras demandas, outros movimentos, estratégias e linguagens políticas, visceralmente ligadas ao éthos de junho”. Há, segundo as autoras, duas marcas que perpassaram os protestos de 2013 e que estão presentes no feminismo atual: a busca pela horizontalidade, a negação de eleger lideranças e uma maior preocupação com a coletividade; e o uso do corpo como principal linguagem política e plataforma de expressão. Essa horizontalidade se dá porque todas as experiências pessoais e subjetivas das mulheres passaram a ter voz e todas essas vozes começaram a ter autonomia.

No caso das manifestações feministas, se, por um lado, a narrativa provém de um “eu”, por outro ela se dissolve na repetição do grupo que circunda esse “eu”. A narrativa, sem se tornar impessoal, passa a integrar a experiência do grupo, que assume coletivamente a voz individual: [como no caso do movimento] “Mexeu com uma, mexeu com todas” (HOLLANDA; BOGADO, 2018, p. 36, acréscimo nosso).

Ao assumir essa experiência individual como coletiva, segundo as autoras (2018, p. 37), se insere a noção de que o que aconteceu com uma mulher poderia ter acontecido com todas, ou seja, o que era um problema pessoal passa a ser um problema coletivo e comum. “Em vez de apagar a diferença entre as histórias de vida que ali se apresentam, a repetição por todas serve como fator de sensibilização com essas diferenças, como fator de aproximação e criação de laços”. Nesse sentido, as redes digitais/sociais têm um papel fundamental na ascensão desse novo feminismo, que entende a potência de afetação das experiências relatadas em primeira pessoa (HOLLANDA; COSTA, 2018). As feministas adotaram um discurso no qual se entende, portanto, que “lutar por direitos não significa lutar pelos próprios direitos em

submetidos a uma ordem eurocentrada e ocidental. Esses aspectos tiveram “respingos”, inclusive, na construção da ciência e do jornalismo, como discutiremos no capítulo 5.

¹⁸ “O ano de 2013 já vinha sendo perpassado por pequenas manifestações relacionadas ao aumento do preço do transporte público. Em março, protestos em Manaus e em Porto Alegre criticaram o aumento das tarifas. No dia 16 de maio, um ato em Goiânia reuniu mil pessoas. Já em São Paulo, no dia 19 de maio, o Movimento Passe Livre (MPL) promoveu ações na Virada Cultural e seguiu militando ao longo do mês. No dia 6 de junho, um protesto também em São Paulo reuniu mais de 5 mil estudantes, número considerado expressivo até então” (HOLLANDA; BOGADO, 2018, p. 23). Em resumo, o ano de 2013 foi marcado por uma série de protestos políticos com lemas como “O Gigante Acordou”, “Amanhã vai ser maior” e “Desculpem o transtorno, mas estamos mudando o país”. Para entender melhor sobre o assunto, ver o documentário “Junho – O Mês que Abalou o Brasil”, produzido pela TV Folha e dirigido por João Wainer.

um sentido individual” (TIBURI, 2018, p. 55). Justamente pela diversidade desses feminismos que se desdobram a cada dia, o espaço da internet se mostrou flexível para demonstrar todas as diversas posições que contornam as lógicas interseccionais. Segundo Hollanda e Costa (2018, p. 47), “talvez somente agora, a partir de modos de fala e uso de vozes individuais em rede, o feminismo tenha conseguido encontrar um modelo de comunicação efetivamente contagioso”. As autoras consideram que o feminismo foi o movimento social que mais se beneficiou da lógica descentralizada das redes.

Assim, não é errado dizer que o feminismo de cada uma entra em jogo com os feminismos possíveis das outras mulheres, os feminismos preexistentes e que se recriam, se replicam, redefinem tempos e espaços e, ao mesmo tempo, relacionam-se ao ‘feminismo’ em um sentido genérico. Este termo, quando usado no singular, não deve nos remeter a uma unidade, ela mesma uma categoria patriarcal, mas, antes, nos levar a pensar em termos da construção do ‘comum’ e da presença da singularidade. Feminismo é um significante que preenchemos com nosso desejo, nossos saberes e ignorâncias, fundando uma trama, um tecido, uma rede – para usar uma expressão bem contemporânea –, que ajuda a visualizar didaticamente o contexto de nossas relações hoje (TIBURI, 2018, p. 43).

As pautas do movimento, no entanto, não diferem das levantadas por ondas anteriores do feminismo: violência, sexualidade, aborto, trabalho, sexismo, comportamento. “A grande diferença hoje não está apenas na pauta do feminismo jovem, mas no encaminhamento dessas questões através da capacidade multiplicadora e articuladora da internet” (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 60). Essa nova onda do feminismo, se assim podemos chamar, “nos ajuda a melhorar o modo como vemos o outro. O direito de ser quem se é, de expressar livremente a forma de estar e de aparecer e, sobretudo, de se autocompreender” (TIBURI, 2018, p. 23). Mas, então, como podemos definir o feminismo? De acordo com Tiburi (2018, p. 11-12):

O feminismo nos leva à luta por direitos de todas, todes e todos. Todas porque quem leva essa luta adiante são as mulheres. Todes porque o feminismo liberou as pessoas de se identificarem somente como mulheres ou homens e abriu espaço para outras expressões de gênero – e de sexualidade – e isso veio interferir no todo da vida. Todos porque luta por certa ideia de humanidade (que não é o humanismo, pois o humanismo também pode ser um operador ideológico que privilegia o homem em detrimento das mulheres, dos outros gêneros e, até mesmo, das outras espécies) e, por isso mesmo, considera que aquelas pessoas definidas como homens também devem ser incluídas em um processo realmente democrático, coisa que o mundo machista – que conferiu aos homens privilégios, mas os abandonou a uma profunda miséria espiritual – nunca pretendeu realmente levar à realização.

O feminismo é, portanto, uma potência transformadora (TIBURI, 2018) contra todas as desigualdades que se impõem às mulheres, mas não só em relação a gênero, mas também a classe, raça e sexualidade. “O feminismo está aí para ajudar as pessoas a se perguntarem sobre os jogos de poder envolvidos em sua própria vida” (TIBURI, 2018, p. 29) e “a lutar por

um mundo em que os corpos e, com eles, a dignidade das pessoas possam ser resgatados” (TIBURI, 2018, p. 37).

É impossível falar sobre feminismo sem falar sobre gênero, pois os movimentos feministas lutam justamente para que as desigualdades de gênero, classe, raça e sexualidade sejam extintas a ponto de concederem uma real humanidade, dignidade e cidadania para as mulheres. No entanto, a própria conceituação de gênero passa por várias nuances teóricas e feministas; por isso acreditamos que ao separar a discussão sobre feminismo e gênero em si torna mais compreensível a complexa relação que se dá entre ambos. Estudos feministas precisam falar sobre gênero, mas nem sempre estudos de gênero são feministas. Identifico esse estudo como um estudo de gênero realizado a partir de um viés feminista.

3. 2 Gênero: uma palavra, várias perspectivas

A utilização do termo gênero popularizou-se nos anos 1990, mas já na década de 1970 a conceituação começava a aparecer em algumas pesquisas (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Desde então, gênero é a principal pauta, se assim podemos chamar, dos movimentos feministas. O fato é que a discussão sobre gênero é extensa e contraditória: ao passo em que muitas teóricas feministas acreditam ser necessária a distinção de gênero para conseguirmos garantir direitos para as minorias políticas¹⁹, outras afirmam que, ao reforçar essas diferenças, podemos legitimar ainda mais as desigualdades destas decorrem. Portanto, discutiremos alguns pontos relativos a conceituação de gênero e diferença, para que possamos delimitar com quais perspectivas teóricas olharemos o objeto de estudo desta pesquisa. Considero importante, antes de iniciar a discussão, já demarcar que gênero não é uma categoria universal, estável (CURIEL, 2019) ou autoexplicativa (Chandra MOHANTY, 2017).

A utilização do termo gênero nos permite desconstruir os conceitos de feminino e masculino utilizados, até então, como sinônimos do sexo biológico dos indivíduos, passando a pensá-lo, portanto, como um marcador que está presente nas relações sociais e de poder (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Considerar homens e mulheres como dois grandes grupos perpassados pela exploração/dominação é uma dicotomia simplista (MOHANTY, 2017), insuficiente para discutir tudo o que as convenções de gênero implicam. É preciso

¹⁹ Como explica Tiburi (2018), quando utilizamos o termo “minorias” de forma isolada, ele perde a sua conotação fundamental, visto que consideramos minorias grupos como as mulheres, negros, indígenas, LGBTQs, e estes não são grupos pequenos em relação a quantidade numérica em nossa sociedade, portanto, não são minorias sociais. Utilizamos o termo “minorias políticas” porque, na política, estes grupos são pouco representados, ou seja, suas vozes e interesses são pouco ouvidos.

salientar que, ao longo dos anos, gênero foi trabalhado e analisado a partir de três diferentes perspectivas, principalmente: como categoria descritiva, como categoria analítica ou como categoria teórico-epistemológica. Como Joan Scott (2019) nos chama atenção, o primeiro movimento de utilização da palavra gênero se deu como uma forma de neutralidade e objetividade ao tratar sobre mulheres; gênero e mulheres eram, portanto, tidos como sinônimos. Segundo Bonetti (2012, online) entender “gênero como categoria descritiva é tomá-la como relativa à mulher enquanto fenômeno empírico, ou como referente à relação entre o homem e a mulher ou, ainda, como sinônimo de mulher, em algumas situações de deslizamentos semânticos”. Essa categoria aproxima gênero do sexo ou diferença sexual, sem tomar uma posição relacional com as desigualdades ou o poder (SCOTT, 2019).

O segundo movimento de utilização teórica do gênero é como categoria de análise, que, de acordo com Scott (2019), entende gênero como uma forma de constituição das relações sociais, preocupação que só se demonstrou no final do século XX.

Gênero como categoria analítica, constitutiva de convenções de gênero, vem substituir as categorias representações de gênero e papéis sexuais/de gênero, caudatárias da escola interacionista estadunidense, da teoria dos papéis, de caráter sistêmico e funcionalista. A sua principal crítica é que partem de um padrão normativo implícito associado, por exemplo, a um modelo abstrato de família nuclear, composta por uma divisão sexual tradicional do trabalho entre homem-provedor e mulher-cuidadora (Connell, 1987). Seu uso, por vezes, representa uma amarra teórica que torna a análise mais limitada; tornando-se atraente, no entanto, porque significou uma abertura para se analisar as construções sociais e as expectativas direcionadas a cada um dos sexos na sociedade (BONETTI, 2012, online).

Os trabalhos de gênero como categoria analítica apresentam limitações, como expõe Bonetti (2012, online), principalmente por não permitir uma ampliação dos olhares em relação à “influência da agência dos sujeitos sociais nas transformações das estruturas e sistemas sociais”. Por isso, neste trabalho, faremos um esforço para analisar gênero a partir da categoria teórico-epistemológica, que entende gênero como uma constituição social perpassada pelas estruturas de poder. Isso “significa dizer que todas as coisas do mundo têm um atributo relativo a gênero e poder” (BONETTI, 2012, online). Acreditamos que essa perspectiva também permite analisar o gênero considerando as suas circunstâncias locais e contextos particulares (LERMA, 2010), ou seja, fazendo “generalizações cuidadosas, historicamente específicas, sensíveis a realidades complexas” (MOHANTY, 2017, p. 339).

Para Bonetti (2012), é a partir dessa categoria teórico-epistemológica que conseguimos entender como as relações sociais geram assimetrias e desigualdades de gênero. Em relação às desigualdades, Scott (2019, p. 73) também reforça que as hierarquias sociais

“baseiam-se em compreensões generalizadas da relação pretensamente natural entre o masculino e o feminino”. Como explica Guacira Louro (2003, p. 21), a discussão começa a se centrar no fato de que “masculino” e “feminino” não são papéis construídos a partir das características sexuais somente, mas sim de construções sociais de um dado momento histórico: “Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos”. Para essa discussão a utilização do conceito de gênero é fundamental.

Adotamos, portanto, a percepção de que gênero é uma construção social, histórica e cultural, mas não somente na sua relação com o sexo biológico em si, pois, como afirma Judith Butler (2019a), até mesmo a construção da natureza sexual e reprodutiva dos indivíduos é um discurso cultural. “As feministas, é claro, não ignoram a biologia das mulheres, mas questionam ideologias que constroem e representam a subordinação das mulheres como resultado de suas capacidades biológicas” (Avtar BRAH, 2006, p. 342). Ou seja, não há uma negação da biologia dos corpos, pois o gênero se constitui com ou sobre o sexo, mas é preciso enfatizar que as características biológicas, são, também, construções sociais e históricas (LOURO, 2003).

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2019a, p. 27).

Esse discurso cultural é evidenciado ainda no nascimento de um bebê. Ao definir, de forma binária, se ele é menino ou menina, conforme sua genitália, são impostos pacotes fechados de condutas e normas que supostamente devemos seguir, ao longo da vida, devido ao respectivo sexo (CONNELL; PEARSE, 2015). Segundo Johnson (1997, p. 205), o gênero “refere-se a ideias culturais que constroem imagens e expectativas a respeito de machos e fêmeas”. Esse conceito leva em consideração traços de personalidade e comportamento que reforçam o que é considerado ser feminino ou masculino, assumindo formas opostas (JOHNSON, 1997). Ainda, segundo Johnson (1997), a masculinidade e a feminilidade se relacionam com os papéis de gênero que são as expectativas da sociedade em relação a como homens e mulheres devem pensar, sentir, parecer e se comportar. Para o autor, “os conceitos de masculinidade e feminilidade servem a funções de controle míticas e sociais que reforçam

a dominação masculina” (1997, p. 206). No entanto, não podemos considerar que essas experiências dadas a partir do gênero são fixadas pela natureza, pois “As pessoas constroem a si mesmas como masculinas ou femininas. Reivindicamos um lugar na ordem de gênero – ou respondemos ao lugar que nos é dado –, na maneira como nos conduzimos no cotidiano” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 39).

O que importa aqui considerar é que — tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade — as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomada como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja “assentada” ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 2003, p. 27).

Outra definição possível para gênero, portanto, é uma “estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 48). Já Scott (2019, p. 67), diz que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”, ou seja, o gênero é um campo onde se iniciam as articulações de poder entre os indivíduos. O gênero, portanto, é uma estrutura social multidimensional, não dizendo respeito “apenas à identidade, nem apenas ao trabalho, nem apenas ao poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 49).

É importante, para este trabalho, entender o gênero não como sinônimo de sexo, aspecto “natural”, “biológico” e inevitavelmente explícito pelo corpo do indivíduo, mas como algo que pode ser fluido e performado pelos sujeitos. Como afirma Butler (2019b, p. 216, grifo nosso), “As pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos”. A autora completa esta visão ao considerar “[...] gênero, então, como um estilo corporal, um ‘ato’, que é intencional e performático, em que ‘performático’ tem ao mesmo tempo uma carga ‘dramática’ e outra ‘não referencial’”. Connell e Pearse (2015) consideram gênero como uma estrutura social que envolve uma relação específica com os corpos. Ao falar sobre o corpo, as autoras também mencionam essa “coconstrução do biológico e do social”:

Está claro que os corpos são afetados por processos sociais. O modo como nosso corpo cresce e funciona é influenciado pela distribuição de comida, costumes sociais, guerras, trabalho, esporte, urbanização, educação e medicina, para citar apenas as influências mais óbvias. Todas essas influências são estruturadas pelo gênero. Então não podemos pensar em arranjos sociais de gênero como mero efeito

que flui de propriedades do corpo. Eles também precedem o corpo, formando as condições em que este se desenvolve e vive (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 93).

O que queremos dizer é que ao trabalhar gênero não estamos tratando de mulheres apenas no sentido hegemônico, como se houvesse apenas uma identidade de “mulher”: branca, heterossexual, classe alta, que possui uma vagina e cumpre seus papéis sociais impostos como se casar com um homem e ter filhos, ou seja, que cumpra com todos os atributos predominantemente ligados a feminilidade. Concordamos com Audre Lorde (2019, p. 243) ao afirmar que “Recursar-se a reconhecer a diferença torna impossível enxergar os diferentes problemas e armadilhas que nós, mulheres, enfrentamos”. Para trabalhar gênero como categoria teórico-epistemológica é preciso, portanto, romper com a lógica binária que considera homens e mulheres sempre em polos opostos (SCOTT, 2019).

Desconstruir a polaridade rígida dos gêneros, então, significaria problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Implicaria observar que o pólo masculino contém o feminino (de modo desviado, postergado, reprimido) e vice-versa; implicaria também perceber que cada um desses pólos é internamente fragmentado e dividido (afinal não existe a mulher, mas várias e diferentes mulheres que não são idênticas entre si, que podem ou não ser solidárias, cúmplices ou opositoras) (LOURO, 2003, p. 31-32).

Existem diversos tipos de masculinidades e feminilidades, pois a constituição do gênero também é atravessada por várias identidades perpassadas por classes, raças, religiões, idades (LOURO, 2003) e sexualidades (TIBURI, 2018). Portanto, é preciso complexificar a análise sócio-histórica de gênero “a partir da combinatória, ou da “articulação” como prefere Avtar Brah (2006), de distintos feixes de marcadores sociais empenhados na produção de sistemas/estruturas sociais de desigualdades” (BONETTI, 2012, online). Por isso aqui consideramos também todos os marcadores de opressão em relação a constituição do gênero, admitindo como mulheres todas aquelas que se identificam como tal e que sofrem, diariamente, com as consequências de todas essas desigualdades. Cabe reiterar, no entanto, que os grupos tidos como dominados são “capazes de fazer dos espaços e das instâncias de opressão, lugares de resistência e de exercício de poder” (LOURO, 2003, p. 33), considerando poder segundo Foucault, como uma estratégia, não como “um privilégio que alguém possui (e transmite) ou do qual alguém se ‘apropria’” (LOURO, 2003, p. 38). Isso quer dizer que o poder, assim como as identidades, não é fixo, pois no exercício do poder há manobras, técnicas, as quais podem ser contestadas, absorvidas, aceitas ou transformadas (LOURO, 2003).

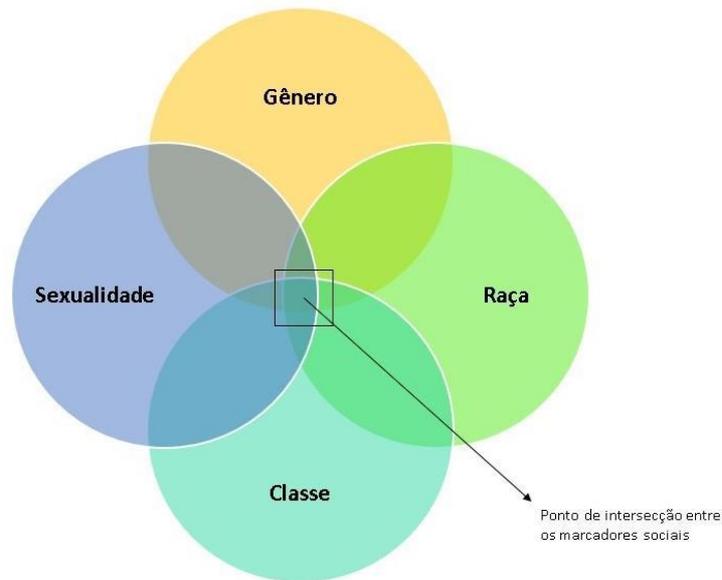
Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente, diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder (LOURO, 2003, p. 41).

Importante lembrar que o exercício de poder não se dá apenas entre homens e mulheres, pois há diferenças notáveis entre os grupos femininos e masculinos quando levamos em consideração os outros marcadores sociais. Quando falamos em diferença, precisamos ter em mente que toda “atribuição da diferença está sempre implicada em relações de poder, a diferença é nomeada a partir de um determinado lugar que se coloca como referência” (LOURO, 2003, p. 47). Segundo a autora, esse lugar de referência na sociedade brasileira pertence a uma hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, ou seja, considerados diferentes são todos aqueles que não compartilham dessas características. São as posições subalternas criadas a partir dos sistemas de dominação, calcados na colonialidade do poder (CURIEL, 2019). As diferenças, ou os marcadores sociais, que compõem a identidade de um sujeito, no entanto, não podem ser consideradas como “camadas” que se acumulam, “como se o sujeito fosse se fazendo ‘somando-as’ ou agregando-as. Em vez disso, é preciso notar que elas se interferem mutuamente, se articulam; podem ser contraditórias; provocam, enfim, diferentes ‘posições’” (LOURO, 2003, p. 51).

Ao considerar gênero em relação com outros marcadores sociais estamos trabalhando com o conceito de interseccionalidade:

[...] o feminismo interseccional, que reúne em si os marcadores de opressão da raça, do gênero, da sexualidade e da classe social, é evidentemente uma luta contra sofrimentos acumulados. Da dor de ser quem se é, de carregar fardos históricos objetivos e subjetivos. A interseccionalidade das lutas nos leva a pensar que toda luta é luta quando é luta ‘junto com’ o outro, o companheiro, contra um estado de coisas injustas (TIBURI, 2018, p. 55).

Algumas autoras apontam que a primeira autora a trabalhar com essa conceituação foi a estadunidense Kimberlé Williams Crenshaw, no âmbito jurídico. O conceito trabalhado por ela, no entanto, foi adotado pelo movimento feminista e é utilizado em estudos de diferentes naturezas. Crenshaw (2002) trata da questão da interseccionalidade para compreender como as discriminações de gênero e de raça se dão em conjunto, afetando as oportunidades para as mulheres negras. “A interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos” (CRENSHAW, 2002, p. 10). Apresentaremos, a seguir, uma adaptação da ilustração da autora de como ocorrem essas sobreposições.

Figura 1 – Interseccionalidade

Fonte: Elaborado pela autora. Adaptação de Crenshaw (2002, p. 10).

Como mostrado na **Figura 1**, os marcadores sociais de gênero, sexualidade, classe e raça não geram opressões de forma isolada, e sim de maneira sobreposta, articulada e mútua. No meio do gráfico, onde todos esses marcadores se interseccionam, está o indivíduo mais distante da identidade dominante (masculina, branca, heterossexual, rica), a saber a mulher, negra, pobre e LGBT. Assim como na análise de Crenshaw (2002) que localiza as mulheres negras ao centro do gráfico, aqui chegamos à conclusão de que quando são sobrepostas as questões de sexualidade e classe, a situação da mulher negra é ainda mais agravada, pois são elas “que tendem a ser mais excluídas das práticas tradicionais de direitos civis e humanos” (CRENSHAW, 2002, p. 10). As experiências e as opressões as que as mulheres estão submetidas dependem, portanto, da intersecção com os outros marcadores sociais. Mulheres brancas sofrem de maneira distinta de mulheres negras, pobres enfrentam obstáculos diferentes das ricas, lésbicas lidam com questões inexistentes para as heterossexuais, e assim por diante. Cada intersecção vai gerar experiências e afetações subjetivas. Outra autora que corrobora essa visão ao trabalhar com o conceito de interseccionalidade é Brah:

Seria muito mais útil compreender como relações patriarcais se articulam com outras formas de relações sociais num contexto histórico determinado. Estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como “variáveis independentes” porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela (BRAH, 2006, p. 351).

O que a autora quer dizer é que o gênero é constituído e representado dependendo da nossa localização dentro das outras relações de poder, incluindo processos econômicos, políticos e ideológicos. Cada mulher constrói sua identidade em relação aos fatores de classe, raça, sexualidade, entre outros; portanto, cada uma dessas mulheres ocupam uma condição social específica. Isso quer dizer que esses marcadores sociais não significam apenas opressão, mas também são sinônimos de poder. Nesse sentido, ser mulher branca e ser mulher negra, ser heterossexual ou lésbica, rica ou pobre, tem diferenças que não podem ser desconsideradas. “Tal desconstrução é necessária se quisermos decifrar como e por que os significados dessas palavras mudam de simples descrições a categorias hierarquicamente organizadas em certas circunstâncias econômicas, políticas e culturais” (BRAH, 2006, p. 345-346).

Discussões sobre o feminismo e o racismo muitas vezes se centram na opressão das mulheres negras e não exploram como o gênero tanto das mulheres negras como das brancas é construído através da classe e do racismo. Isso significa que a “posição privilegiada” das mulheres brancas em discursos racializados (mesmo quando elas compartilham uma posição de classe com mulheres negras) deixa de ser adequadamente teorizada, e os processos de dominação permanecem invisíveis (BRAH, 2006, p. 351).

É preciso, com isso, considerar as relações de poder não só entre homens e mulheres, mas também entre as próprias mulheres, visto que algumas detém certos privilégios decorrentes da cor da sua pele, da sua classe social ou sexualidade. Por vezes, esses privilégios podem, inclusive, serem utilizados por elas para oprimir outras mulheres não pertencentes a essa construção social de uma feminilidade hegemônica. Analisar somente os efeitos das opressões torna invisível a complexa articulação das relações e processos de construção das desigualdades (BRAH, 2006). Nesse sentido, a autora (2006, p. 358) chama a atenção para a importância de entendermos melhor como são vistas essas diferenças, pois “A questão-chave, então, não diz respeito à ‘diferença’ em si, mas a quem define a diferença, como diferentes categorias de mulheres são representadas dentro dos discursos da ‘diferença’ e se a ‘diferença’ diferencia lateral ou hierarquicamente”. Brah (2006, p. 332), chamando a atenção “para a importância de analisar a problemática da subjetividade e identidade para compreender a dinâmica de poder da diferenciação social”, conceitua diferença a partir de quatro conceitos: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade.

Ao trabalhar diferença como experiência, a autora reflete sobre como a experiência não é uma realidade pré-determinada, mas sim uma cotidiana construção social, cultural e

política; portanto, experiência é, sobretudo, um lugar de formação do indivíduo como sujeito. Já, ao conceituar diferença como relação social, Brah (2006, p. 363) sublinha “a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas”. Diferença como subjetividade, no entanto, leva em conta questões ligadas à psicanálise e ao inconsciente. Isso quer dizer que “os processos de formação da subjetividade são ao mesmo tempo sociais e subjetivos; [...] podem nos ajudar a entender os investimentos psíquicos que fazemos ao assumir posições específicas de sujeito que são socialmente produzidas” (BRAH, 2006, p. 370). Enquanto isso, segundo a autora, trabalhar a diferença como identidade implica entender os nossos modos de ser como indivíduos, pois a nossa identidade é formada pelas inúmeras posições que temos como sujeitos, posições que não são fixas nem singulares, mas sim constantemente transformadas. As nossas identidades podem nos unir em comunidades, em um “processo de significação pelo qual experiências comuns em torno de eixos específicos de diferenciação – classe, casta ou religião – são investidas de significados particulares” (p. 372). Sem esquecer, no entanto, que essa identificação se dá em um contexto econômico, cultural e político específico.

Levando todos esses fatores em consideração, trabalharemos a diferença como identidade, como proposto por Brah (2006), pois entendemos que, ao construir uma identidade, processos de experiência, subjetividades e relações sociais são levadas em consideração pelo sujeito – todos estes fatores afetam, de alguma forma, a construção da identidade baseada em diferenças.

O conceito de diferença, então, se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e resignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política (BRAH, 2006, p. 374).

Como ressalta a autora, entendendo a diferença como identidade podemos, também, saber no que elas implicam: poder e desigualdade ou diversidade e igualitarismo. Ao considerar todas as diferenças em relação, ou seja, ao trabalharmos gênero interseccionado com outros marcadores sociais como raça, classe e sexualidade, temos a “oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas” (CRENSHAW, 2002, p. 16).

Partindo de toda essa discussão sobre gênero, diferença e interseccionalidade, e delimitando sobre qual aspectos enfocaremos a nossa lente teórica, na próxima seção discutiremos uma das consequências das desigualdades e opressões as quais as mulheres estão expostas no cotidiano: a violência de gênero.

3.3 Violência de gênero: uma última instância das desigualdades

Como reforçamos nos subcapítulos anteriores, as desigualdades de gênero no Brasil são calcadas na construção da masculinidade e da feminilidade baseada em relações de poder que dão aos homens e ao masculino privilégios em relação às mulheres e ao feminino. Como vimos, esse poder e consequente privilégio é percebido em todos os âmbitos da vida cotidiana, no âmbito familiar e no âmbito público. Todas as desigualdades de gênero causam efeitos negativos na vida das mulheres, mas é claro que algumas são mais explícitas que outras, como é o caso da violência. O resultado de um discurso social, cultural e histórico desigual é a vulnerabilidade das mulheres nas suas relações. A violência é, portanto, a desigualdade de gênero que afeta a saúde física e emocional das mulheres, mas também mata, em uma última instância.

A violência contra as mulheres é uma pauta que vem sendo levantada pelo feminismo desde a segunda onda do movimento, no século XX. Desde então, mulheres vêm lutando para que suas vidas e sua integridade física e emocional sejam protegidas efetivamente por políticas públicas e, nesse sentido, a primeira barreira que foi rompida foi o entendimento de que o que acontecia na esfera doméstica era, também, responsabilidade do Estado. Nesse sentido, a busca por uma igualdade plena, em especial nas relações familiares e privadas, “teve destaque importante nessa agenda na medida em que significava o rompimento com a lógica patriarcal da subordinação feminina. A conquista por direitos formais foi, assim, o passo inicial do feminismo brasileiro” (Leila BARSTED, 2016, p. 23). Foi desde os anos 1970 que atitudes mais enfáticas vêm sendo tomadas, aqui no Brasil, como forma de combater essa problemática.

Um dos principais movimentos públicos nesse sentido veio da Organização das Nações Unidas (ONU) que em 1967, influenciada pelos movimentos feministas, firmou a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (BARSTED, 2016); posteriormente, em 1975, a ONU também realizou o primeiro Dia Internacional da Mulher (BLAY, 2003), tornando a questão da violência de gênero uma pauta internacional e

reverberando no debate público sobre o assunto. Desde então, a violência contra as mulheres ocupou a agenda do Brasil.

Ainda na década de 1970, em face da reiterada absolvição de homens que assassinaram suas mulheres alegando a “legítima defesa da honra”, feministas organizadas em diversos estados brasileiros deram início a uma grande campanha nacional, com destaque nas ruas e na mídia, sob o slogan “quem ama não mata”. Essa campanha tornou possível, no início dos anos de 1980, a condenação de homens que assassinaram suas companheiras, até então impunes apesar de seus crimes (BARSTED, 2016, p. 27).

É, portanto, no início da década de 1980 que a agenda feminista brasileira passou a cobrar por mecanismos e serviços institucionais capazes de atender as mulheres vítimas de violência (BARSTED, 2016), portanto, em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que promoveu a Campanha Nacional contra a violência contra a mulher (Lana LAGE; Maria Beatriz NADER, 2013) e a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, órgão da polícia civil, inaugurado em São Paulo, que tinha “o intuito de ser um espaço de atendimento interdisciplinar às diversas situações de violência às quais as mulheres podem ser submetidas” (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p. 47). “De forma fundamental, a delegacia especializada representou um ganho político para a conscientização das mulheres contra a opressão masculina e pela busca de cidadania” (Lourdes BANDEIRA, 2019, p. 297).

No contexto de reabertura democrática, semeada nos anos 1980, a pressão exercida pelo movimento feminista diante do descaso do sistema policial e de justiça no tratamento da violência contra a mulher levou à criação das Deam’s (Delegacia Especial de Atendimento à Mulher), iniciativa brasileira pioneira que acabou adotada posteriormente em vários países da América Latina (BANDEIRA, 2019, p. 296).

Outra conquista importante no que tange o combate a violência de gênero, sobretudo a doméstica, foi a Constituição Federal de 1988, que firmaria o compromisso do Estado “na assistência a cada membro da família no que diz respeito à coibição da violência no âmbito das relações familiares” (LAGE; NADER, 2013, p. 290). A Constituição Federal de 1988 “reconheceu a igualdade de direitos de homens e mulheres na vida pública e na vida privada, bem como incorporou em seu texto inúmeros outros direitos individuais e sociais das mulheres” (BRASIL, 1988 apud BARSTED, 2016, p. 29). Os casos de violência psicológica, maus tratos, assédios, estupros e assassinatos de mulheres, em grande maioria cometidos por maridos ou companheiros, “passaram a ser vistos com novos olhos e combatidos com maior ênfase depois que foram identificados como um tipo específico de violência e um atentado aos direitos humanos” (LAGE; NADER, 2013, p. 286).

Com o passar dos anos, outras políticas públicas e ferramentas de enfrentamento a violência contra as mulheres foram desenvolvidas. Na década de 1990 as delegacias especializadas foram ampliadas e abrigos e centros de referência para as vítimas foram criados (BARSTED, 2016). Foi também nessa época que o Superior Tribunal de Justiça (STF) declarou inconstitucional a tese “da legítima defesa da honra”, que era usada como justificativa para que maridos agredissem ou matassem as mulheres em caso de infidelidade ou outras atitudes tidas como imorais para o gênero feminino com o respaldo legal do Estado brasileiro. “Esse Tribunal não foi insensível à campanha ‘quem ama não mata’, considerando a tese da legítima defesa da honra como antijurídica por expressar tão somente as relações de poder entre homens e mulheres” (BARSTED, 2016, p. 30). A Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres (Convenção de Belém do Pará) também foi outro marco para o desenvolvimento de políticas públicas a partir dos anos 1990. Já nessa convenção considerava-se violência de gênero “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (BARSTED, 2016, p. 32).

A partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres em âmbito federal, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher “foram fortalecidas por meio da elaboração de conceitos, diretrizes, normas; e da definição de ações e estratégias de gestão e monitoramento relativas à temática”²⁰. Foi também neste ano que se deu a criação do “Ligue 180”, uma Central de Atendimento à Mulher, plataforma dedicada para acolher denúncias de violência de gênero. Alguns anos depois, em 2006, foi promulgada a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) (LAGE; NADER, 2013), talvez a mais importante ferramenta federal de combate à violência contra as mulheres, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento de que as mulheres sofriam um tipo de violência específico, entendendo a importância da sua tipificação e criminalização. A Lei se refere a violências perpetradas contra mulheres devido ao gênero a que pertencem, não só nos casos em que as agressões e abusos são cometidos por um familiar dentro do âmbito doméstico, mas também em locais públicos, compartilhando as responsabilidades de atuação entre os planos federal, estadual e municipal (Lourdes BANDEIRA, 2013). Ainda, segundo Bandeira (2013), a maior contribuição da lei está relacionada à impunidade nos casos de violência contra a mulher. A partir de então, os homens são punidos pelas agressões, não com o pagamento de cestas básicas ou multas, mas sim com prisão.

²⁰ Fonte: <www12.senado.leg.br/institucional/omv/entenda-a-violencia/pdfs/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.. Acesso em: 15 abr 2021.

Outra lei extremamente importante no que diz respeito ao combate da violência de gênero é a Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015), promulgada em 2015, e que reconheceu a morte de mulheres em virtude do gênero um crime hediondo e responsabilidade do Estado (PRADO; SANEMATSU, 2017).

Neste cenário, a tipificação penal do feminicídio foi apontada por especialistas como uma importante ferramenta para denunciar a violência sistêmica contra as mulheres em relações conjugais, que muitas vezes resulta em homicídios encarados como “crimes passionais” pela sociedade, pela mídia, e até mesmo pelo sistema de Justiça (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 16).

É preciso atentar para o fato, no entanto, de que existem algumas especificidades que diferenciam um homicídio de um feminicídio. O crime é denominado feminicídio quando há o desprezo pelo feminino, ou seja, quando a mulher assassinada possui marcas de mutilação nas partes genitais e rosto, violência sexual ou qualquer outra agressão a partes do corpo relacionadas ao feminino (WIECKO apud PRADO; SANEMATSU, 2017). Um feminicídio também é tipificado assim quando a motivação do crime está ligada às questões de gênero, por ódio e desprezo ao feminino ou a sexualidade da mulher.

O balanço de mais de três décadas no enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil revela a importante capacidade política dos movimentos de mulheres dirigida especialmente ao Estado. Esse balanço revela sucessos, no que se refere à superação da legislação sexista, à criação de mecanismos institucionais voltados para a atenção às mulheres em situação de violência, bem como uma abertura do poder judiciário para incorporar os instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos (BARSTED, 2016, p. 36).

No entanto, apesar de todo esse respaldo político e jurídico, mulheres – mas não somente – vêm sofrendo com a violência de gênero diariamente, pois, mesmo depois de três décadas lutando para a desconstrução da violência de gênero, há, ainda, um discurso cultural marcado pela herança patriarcal e machista que legitima o poder dos homens sobre as mulheres.

Há o pressuposto de que a violência contra mulheres é um tipo de violência aprendida no decorrer dos processos primários de socialização e deslocada para a esfera da sociedade em momentos secundários da socialização e na socialidade da vida adulta. Tal modalidade de violência, portanto, não se caracteriza como patologia ou como desvio individual, mas sim como “permissão social” concedida aos homens na sociedade, em relação a qual estariam de acordo (BANDEIRA, 2019, p. 304-305).

A cultura patriarcal e machista do Brasil reforça as desigualdades decorrentes da diferenciação de gênero a qual impõe determinadas normas binárias de masculinidade e

feminilidade. Essa ideologia patriarcal é responsável por banalizar e justificar as diversas formas de violência cometidas contra as mulheres, “criando na sociedade um sentimento de tolerância, que dificulta ou mesmo impede a punição desses atos, ainda que estejam tipificados como crimes nos códigos penais” (LAGE; NADER, 2013, p. 288). Socialmente, portanto, se colocam características como impulsividade, instinto ou fatalidade aos homens para dar sentido e legitimar violências cometidas contra as mulheres, que estão, em grande maioria, no lugar de esposas, namoradas ou companheiras (Márcia Thereza COUTO; Lilia SCHRAIBER, 2013). O âmbito privado é um dos principais locais de violência justamente porque representa o início dessa formação e imposição dos valores atribuídos a gênero. Em muitas realidades, a “violência contra a mulher, [é] tida como necessária para a manutenção da família e o bom funcionamento da sociedade (LAGE; NADER, 2013, p. 287, acréscimo nosso). Todos esses valores refletem uma heterossexualidade colonial que gera violência (LUGONES, 2008). Ou seja, a herança colonialista que constrói o homem (burguês, branco, ocidental, heterossexual) como o detentor do poder e da humanidade, também desumaniza os indivíduos considerados como seus “Outros”, como as mulheres. Desumanização, essa, que gera preconceitos e desigualdades (CURIEL, 2019).

Afinal, é pela perspectiva de gênero que se entende o fato de a violência contra as mulheres emergir da questão da alteridade como fundamento distinto de outras violências. Ou seja, **esse tipo de violência não se refere a atitudes e pensamentos de aniquilação do outro, que venha a ser uma pessoa considerada igual ou que é vista nas mesmas condições de existência e valor que o seu perpetrador**. Ao contrário, tal violência ocorre motivada pelas expressões de desigualdades baseadas na condição de sexo, a qual começa no universo familiar, em que as relações de gênero se constituem no protótipo das relações hierárquicas. Porém, em outras situações, quem subjuga e quem é subjugado pode receber marcas de raça, idade, classe, dentre outras, modificando sua posição em relação àquela do núcleo familiar (BANDEIRA, 2019, p. 294, grifo nosso).

Essas hierarquias de gênero aprendidas na esfera familiar geram relações de dominação que são, portanto, assimétricas, pois a vontade de uns é prevalecida sob a vontade de outros (BANDEIRA, 2013). Segundo a autora (2019, p. 295), isso não significa que se considere a mulher como uma vítima submissa e sem reação, mas, ao mesmo tempo, é preciso “destacar que a expressiva concentração desse tipo de violência se impõe historicamente sobre os corpos femininos e que as relações violentas existem porque as relações assimétricas de poder permeiam o cotidiano das pessoas”.

A violência é a principal consequência dessas relações de poder: quando as mulheres não cumprem com os papéis sociais impostos a elas, como as tarefas domésticas ou ligadas à maternidade, são agredidas como forma de “aprendizado” (PINSKY, 2013). A dependência

emocional e econômica das mulheres em relação aos pais ou maridos é outro aspecto dessas relações assimétricas (BANDEIRA, 2013). No caso de famílias pobres, no entanto, essa dependência não é presente, visto que tanto o homem como a mulher trabalham para sustentar a casa – o que dava mais um motivo aos homens cometerem as agressões: a insegurança e perda de suas funções “naturais”, já que ele é visto como incapaz de sustentar sua família sozinho (PINSKY, 2013).

Como destaca Biroli (2018, p. 91), ao mesmo tempo em que “o universo das relações familiares é feito de afetos, cuidado e apoio” também representa um local “de exploração do trabalho, do exercício da autoridade e da violência”, sempre pela construção simbólica do feminino como subordinado do masculino. Essa subordinação é representada sobretudo pelo corpo da mulher. Ao passo em que o contrato de casamento é firmado, o corpo da mulher, como objeto ou território, passa para a “posse” de seu marido (BANDEIRA, 2013). É por isso que até pouco tempo a questão do estupro dentro de um casamento era tido como impossibilidade lógica (BIROLI, 2014). Inclusive muitas mulheres agredidas negam os maus-tratos/violência física e/ou emocional, amparando-se no fato de que é dever da mulher no matrimônio servir ao homem sexualmente, uma vez que estão casadas (BANDEIRA, 2013). O controle sobre o corpo feminino não era só socialmente aceitável, mas também legitimado pelo Estado. Somente em 2005, quando houve a promulgação do novo Código Civil, é que a questão do adultério deixou de ser considerada crime no Brasil, mudando a ideia de que a violência nas relações conjugais – muitas vezes revertidas em assassinatos – não passava de uma “defesa da honra” do homem (LAGE; NADER, 2013).

As conquistas do feminismo na legislação relativa à violência doméstica e ao estupro se apresentam como avanços não apenas na contenção dessas formas de agressão contra a mulher, de modo mais específico, mas também na definição do direito das mulheres à autodeterminação. As hierarquias nas duas esferas, privada e pública, potencializam uma posição de maior vulnerabilidade para as mulheres, relativamente aos homens, na medida em que restringem sua autonomia de diversas maneiras – do controle sobre o próprio corpo ao acesso a recursos materiais e simbólicos que viabilizam o autogoverno (BIROLI, 2014, p. 112-113).

Contudo, essa noção do corpo das mulheres como propriedade reverbera em violências contra as mulheres também fora da esfera privada.

Um dos efeitos desse ‘pertencimento’, que é, simultaneamente, uma localização (na esfera doméstica) e uma subordinação (ao marido ou, antes dele, ao pai), é que em sociedades nas quais prevalecem práticas sexistas e misóginas, a mulher é alvo de violência tanto na esfera doméstica quanto fora dela, quando esses laços ‘protetores’ não são reconhecidos. O risco existe em graus variados, dependendo da região do globo, do país e mesmo da localização (territorial e social) dentro de países

determinados. Ainda assim, a ameaça difusa que a violência sexual representa para as mulheres pode ser pensada como um dos aspectos que as definem como um grupo social distinto dos homens (BIROLI, 2014, p. 42-43).

Nesse sentido o feminismo teve papel importante, pois foi capaz de mostrar “que é impossível descolar a esfera política da vida social, a vida pública da vida privada, quando se tem como objetivo a construção de uma sociedade democrática” (BIROLI, 2014, p. 33). A democracia precisa garantir a liberdade e autonomia para todos os cidadãos, incluindo os grupos oprimidos como as mulheres e a comunidade LGBTQ+, mas, ao mesmo tempo, as questões acometidas dentro das relações familiares precisam se tornar conhecidas para garantir a cidadania e integridade física destes, tendo em vista que, de acordo com Birolí (2014, p. 34), “o mundo dos afetos é também aquele em que muitos abusos puderam ser perpetuados em nome da privacidade e da autonomia da entidade familiar em relação às normas aplicáveis ao espaço público”.

Essa realidade é demonstrada através dos dados: segundo levantamento da Agência Patrícia Galvão (2019), foram 4.254 mulheres mortas no Brasil em 2018. Além disso, hoje, segundo a mesma pesquisa, a cada nove minutos uma mulher é vítima de estupro, a cada um dia três mulheres são vítimas de feminicídio, e a cada dois minutos uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha. Os dados se tornam ainda mais alarmantes, pois, como demonstramos anteriormente, o país possui legislação e políticas públicas que atuam como ferramentas importantes para erradicação da violência de gênero. Os dados demonstram, no entanto, que há um descompasso muito grande entre o que está na lei e a realidade vivida por inúmeras mulheres.

Em pleno século XXI, os assassinatos de mulheres continuam sendo praticados de forma crescente, embora não sejam mais explicados oficialmente como crimes de honra. Paradoxalmente, não houve mudanças significativas em relação às razões que continuam a justificar formalmente a persistência da violência de gênero, centrando-se, ainda, na argumentação de que a mulher não está cumprindo bem seus papéis de mãe, dona de casa e esposa por estar voltada ao trabalho, ao estudo ou envolvida com as redes sociais. **Pela abundância de atos recorrentes de violência, percebe-se que a ordem tradicional se ressignifica permanentemente, remodelando os padrões e os valores sexistas, porém, sem os eliminar.** Logo, não há ruptura significativa nas estruturas antigas, as que ordenam e regem as hierarquias e os papéis femininos e masculinos na esfera familiar. Isto é, as concepções dominantes de feminilidade e masculinidade ainda se organiza, com base em disputas simbólicas e materiais, que operam no interior dos espaços domésticos e que, por conseguinte, acabam por se projetar a outras searas, sendo processadas em diferentes espaços institucionais (BANDEIRA, 2019, p. 301, grifo nosso).

As violências não acometem somente as mulheres, mas também a todos os indivíduos que de alguma forma rompem com esses valores sexistas. Por isso, consideramos violência de

gênero não só a violência perpetrada contra mulheres num sentido hegemônico, mas sim toda a violência que ocorre em função de um desrespeito com a identidade de gênero e sexualidade dos indivíduos, o que abrange, portanto, a violência contra mulheres transexuais, travestis e homossexuais (Cecilia Maria SARDENBERG; Márcia TAVARES, 2016). A violência contra LGBTs ancora-se num pensamento patriarcal e hegemônico que busca ditar quais são as formas corretas de amor e de se relacionar, e quais são, em contrapartida, modos “errados” de viver a própria sexualidade. Esses desvios de uma suposta conduta moral “marcam os indivíduos negativamente e os incluem, por conseguinte, no grupo de pessoas que podem ser violentadas e torturadas” (BIROLI, 2018, p. 166). Segundo a autora, ao mesmo tempo em que há a valorização e superioridade de algumas identidades hegemônicas, há a desvalorização da vida e da cidadania de outras.

Em 2018, foram 1.685 denúncias de violência contra a população LGBT colhidas pelo Disque 100 (Paula FERREIRA, 2019), um instrumento que busca mapear denúncias relativas a ataques aos Direitos Humanos. A maioria das denúncias (70,56%) é classificada como discriminação, ocorre na rua (32,32%) e é cometida contra gays (32%) e transexuais (31%) majoritariamente. Em uma pesquisa realizada com 141 travestis e transexuais de Belo Horizonte (MG), verificou-se que, destas, “99% foram vitimadas por violência psicológica, 98% sofreram violência sexual e 96% relataram terem sofrido algum tipo de violência física” (PRADO et al, 2016, p. 245). Os números já são assustadores, mas é importante salientar, no entanto, que os dados sobre violência contra LGBTs são “precariedade produzidos e pouco sistematizados pelo próprio Estado brasileiro” (PRADO et al, 2016, p. 238), além de haver uma chance alta de subnotificação, principalmente porque, segundo os autores, há uma dificuldade de acesso aos equipamentos de segurança pública por essa população, além do descaso e mau atendimento.

É justamente considerando que os motivos que levam à violência não é somente o sexo da vítima, mas o gênero construído e manifestado por ela, que concordamos com Bandeira (2019, p. 295) ao afirmar que “ao escolher o uso da modalidade violência de gênero, entende-se que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, com cenários sociais históricos não uniformes”.

O uso da expressão violência de gênero tornou-se, portanto, uma categoria que, além de potencializar a complexidade das relações sociais, em nível mais abstrato, consolidou-se como categoria analítica. A inteligibilidade e o uso dessa expressão estão associados a campos teóricos e políticos específicos, o que permite determinadas análises e aplicações do termo ao se eleger uma perspectiva e não outra. A própria categoria insere-se num jogo de forças entre tradições acadêmicas e políticas, que visam legitimar suas respectivas definições. **Do mesmo modo, deve-**

se considerar que, do ponto de vista metodológico, os conceitos dialogam, complementam-se e interagem. Dada a complexidade do fenômeno, não há como contê-lo em um sistema de classificação ou de codificação com fronteiras nítidas de diferenciação (BANDEIRA, 2019, p. 305, grifo nosso).

Ao adotar a expressão violência de gênero no lugar de violência contra as mulheres, estamos considerando que todas as desigualdades não geram violência somente para as mulheres no sentido hegemônico (brancas, heterossexuais e de classe alta), mas também para as mulheres trans, travestis, negras, pobres, indígenas, lésbicas. Portanto, estamos adotando uma perspectiva de feminismo interseccional ao trabalhar violência de gênero, pois acreditamos que os marcadores sociais vão se sobrepor, o que vai gerar diferentes opressões para essas diferentes mulheres. Ao adotar esse viés feminista sobre o estudo da violência de gênero, estamos reforçando a ideia de necessidade de uma democracia profunda que seja capaz de colocar “a questão dos direitos das mulheres e avança, interrogando a urgência dos direitos de todos que sofrem sob jugos diversos, em cenários nos quais o poder do capital estabelece toda forma de violência, das mais sutis às mais brutais” (TIBURI, 2018, p. 46).

Nesse sentido, o discurso feminista tem importância no que tange ao combate das desigualdades de gênero, sobretudo quando se trata de violência de gênero, pois uma cultura patriarcal e machista coloca a vida dessas pessoas em risco e legitima as suas mortes. Uma das principais instituições sociais responsáveis por formar esse discurso através das notícias e informações que dispõem é a mídia jornalística.

Portanto, no próximo capítulo abordaremos questões referentes à construção do campo jornalístico e mais especificamente a objetividade, umas das principais técnicas adotadas na prática cotidiana do jornalismo moderno. A objetividade é uma das responsáveis por conferir um status de verdade àquilo que é veiculado pela mídia e, nesse sentido, pode corroborar algumas desigualdades de gênero, classe, raça e sexualidade ancoradas em discursos e padrões hegemônicos de comportamento. A reflexão sobre estes aspectos, então, torna-se central para um tipo de jornalismo que busca semear transformações sociais.

4 JORNALISMO: INFORMAÇÃO E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOCIAL

Neste capítulo é discutida a ruptura que o jornalismo sofreu com o advento do capitalismo, quando se passou a encarar a notícia como um produto mercadológico. A partir desse momento histórico, alguns valores como verdade, credibilidade e imparcialidade passaram a fazer parte do cotidiano prático da profissão. Para alcançar tais valores algumas ferramentas são evocadas pelos jornalistas, como a objetividade – aspecto o qual concentraremos a reflexão.

4.1 A construção do campo jornalístico

É difícil mensurar quando, exatamente, o jornalismo se tornou um aspecto central para a vida em sociedade. O fato é que a informação sempre esteve presente na vida dos indivíduos, seja de forma mais ou menos estruturada. Quando os jornais começaram a circular entre as pessoas, a imprensa era marcada por uma linguagem literária e partidária, altamente opinativa (SODRÉ, 1999), e tinha como principal objetivo orientar os leitores sobre os assuntos os quais veiculavam (Marialva BARBOSA, 2007).

A partir dos anos 1960, no entanto, com o modelo capitalista que começava a vigorar em grande parte do mundo, a imprensa modelou-se como empresa jornalística, com fins lucrativos bem estabelecidos (SODRÉ, 1999). Justamente por passar a entender a notícia como um produto, os veículos de comunicação estabeleceram técnicas de produção mediante as quais um acontecimento é transformado nesse produto jornalístico (PENA, 2005): as redações desenvolvem manuais de escrita e a veiculação de uma notícia começa a ser mais controlada, ou seja, devendo seguir alguns critérios – do estabelecimento da pauta até a sua efetiva divulgação. No momento em que a prática jornalística começa a primar mais os fatos do que as opiniões dos jornalistas (TRAQUINA, 2005), a imprensa buscava cumprir com uma espécie de contrato com o leitor, que passou a consumir determinado jornal em busca de um tipo de informação “limpa”, tida como imparcial.

Importante salientar, também, que a partir dessa mudança impulsionada pelo capitalismo, o campo jornalístico²¹ passou a ser permeado por uma série de valores que são

²¹ Bourdieu (apud TRAQUINA, 2005) define o campo jornalístico como um espaço social estruturado, composto por dois polos: o polo intelectual e o polo econômico. O polo intelectual do campo jornalístico diz respeito à ideologia profissional, do modo como o jornalismo é visto como um serviço público, que garante a democracia a partir das informações que veicula. Já o polo econômico associa a prática jornalística ao lucro dos meios de comunicação e, conseqüentemente, ignora a ideologia profissional para conseguir maior audiência.

centrais para a profissão. Esse campo foi sendo constituído ao longo das décadas, mas o que se estabeleceu a partir do século XX continua permeando o jornalismo até hoje. Segundo (FRANCISCATO, 2008, s.p.),

[...] as lutas competitivas movidas por interesses econômicos, geradas pelo crescimento dos jornais, aumento da circulação, limitação de recursos financeiros disponíveis, além de processos de industrialização, concentração e capitalização que teriam dado os contornos e delimitado as fronteiras do campo do jornalismo.

Para Franciscato (2008, s/p), “quando nos referimos ao campo do jornalismo, estamos visualizando um campo com regras, princípios e relações de conduta jornalística, bem como um grau de legitimidade frente às demais instituições sociais”.

Destacamos que, assim como Veiga da Silva (2014), consideramos o jornalismo como um tipo de conhecimento social e como uma instituição com traços pedagógicos, que acabam influenciando na cotidianidade dos indivíduos e na cultura.

Sua função “educativa” se traduz, sobretudo, pela necessidade de “explicar” o mundo sempre baseado na “verdade” e fazendo uso de recursos técnicos e humanos capazes de ilustrarem esses saberes gerando significados. O jornalismo, assim, se reflete num conhecimento social e cultural que ensina ao mesmo tempo que constrói realidades. (Marcia VEIGA DA SILVA; Virgínia FONSECA, 2011, p. 185).

Dentre os recursos técnicos mencionados pela autora, traduzidos também em princípios circundantes ao campo jornalístico, estão a verdade, a credibilidade e a objetividade (TRAQUINA, 2005). Esses três valores se relacionam entre si na prática do jornalismo, já que, segundo as crenças da profissão, só é possível veicular a verdade dos fatos a partir de um relato objetivo por parte do jornalista, e é esse relato objetivo que garante a almejada credibilidade dos veículos de comunicação frente ao público.

Como ressalta Traquina (2005, p. 138), “com a ideologia da objetividade, os jornalistas substituíram uma fé simples nos fatos por uma fidelidade às regras e aos procedimentos criados para um mundo no qual até os fatos eram postos em causa”. De acordo com o autor, para se atingir a objetividade são utilizados dois procedimentos padrão: a escolha das fontes e a estruturação da informação no texto. Portanto, em teoria, uma notícia deve apresentar os dois lados de uma história, ou seja, utilizar fontes com opiniões opostas. Além disso, o texto teve conter uma sequência apropriada das informações, compondo o *lead*, que responde às perguntas “o que”, “quem”, “quando”, “onde”, “porquê” e “como”.

Ocorre, portanto, uma legitimação de que os jornalistas têm a responsabilidade de veicular os temas e assuntos importantes e dar-lhes sentido por meio das notícias. Nesse

sentido, há uma série de “atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública” (ALSINA, 2009, p. 47). Ou seja, a partir disso as pessoas confiam naquilo que a mídia diz que é verdade, e os veículos de comunicação, por sua vez, apostam em algumas estratégias para conferir essa veracidade às notícias, como a explicitação das fontes usadas, depoimentos tácitos e muitos dados sobre o acontecimento.

Entretanto, autores como Traquina (2005) ressaltam para o fato de que mesmo a objetividade e a imparcialidade sendo valores fundamentais para o jornalismo, dificilmente um jornalista consiga, em uma notícia, mostrar toda uma história, devido à necessária escolha de alguns acontecimentos, fatos e fontes. Ademais, os repórteres estão suscetíveis a estabelecerem um recorte da realidade, quando, por exemplo, formulam determinada pergunta no lugar de outra (Luciana BISTANE; Luciane BACELLAR, 2010).

É por isso que acredito, assim como Meditsch (1997, p. 10), que o conhecimento produzido pelo jornalismo estará “sempre condicionado histórica e culturalmente por seu contexto e subjetividade por aqueles que participam desta produção”. Há, segundo o autor, uma falta de transparência sobre o que condiciona a produção das notícias, e mesmo que o público possa entender que aquilo que é veiculado pela mídia é apenas um recorte da realidade, este aspecto não fica suficientemente claro.

Entendendo a objetividade como um valor e uma ferramenta central na prática jornalística, que confere credibilidade aos veículos de comunicação, mas, ao mesmo tempo, esconde alguns processos subjetivos na construção das notícias, discutiremos, a seguir, alguns aspectos relativos ao estabelecimento da objetividade como regra no jornalismo.

4.2 Objetividade: uma lógica profissional masculinista

Segundo Liriam Sponholz (2009, p. 9), “a palavra objetividade é frequentemente utilizada para denominar tudo o que se deseja do jornalismo”, uma cobertura equilibrada e crítica. Segundo a autora, são atribuições do jornalismo a mediação da realidade e o compromisso com a verdade, sendo a objetividade, em si, um sinônimo de credibilidade e qualidade no jornalismo. Segundo Motta (2010), a objetividade é uma estratégia argumentativa utilizada no jornalismo para construir os efeitos do real, dando a impressão de que não há mediação entre os fatos e os jornalistas que os narram.

O desejo de objetividade do jornalista e sua estratégia textual de “relatar a verdade” são compactuados e validados pela comunidade de leitores, ouvintes e telespectadores da mídia jornalística que acreditam estar lendo, vendo ou ouvindo a verdade dos fatos. A comunidade jornalistas-audiência reproduz uma convenção (informal, obviamente) em que emissores e destinatários dão por convencional que o jornalismo é o lugar natural da verdade, o lugar do texto claro, isento, preciso, sem implicaturas nem pressuposições (MOTTA, 2010, p. 164).

Esse conceito não é só um balizador das condutas dos profissionais que atuam nas redações dos meios de comunicação, mas também nas universidades a objetividade é ensinada para os futuros jornalistas como uma prática a ser seguida (VEIGA DA SILVA, 2015). A objetividade, portanto, seria uma conduta que daria aos jornalistas certo distanciamento na produção das notícias, mantendo a imparcialidade necessária para o relato dos fatos, da “verdade” e da “realidade”. Como salienta Veiga da Silva (2015, p. 22-23), “o conhecimento tácito na notícia não sugere dúvidas, busca a ‘verdade’ e se apoia em respostas simplificadoras para questões complexas”.

[...] a forma como as notícias são construídas está permeada por convenções sociais (de gênero, de classe, de raça, de sexualidade, etc.) e também por determinadas noções metodológicas, epistemológicas e paradigmáticas reconhecidas como legítimas para a produção de um conhecimento validado, como se propõe a ser o saber da ciência e também, em certo grau, o do jornalismo [...] Nas bases da objetividade, imparcialidade e universalidade comum a ambas as formas de conhecer estão impressos vieses de pensamento que delineiam as possibilidades de apreensão da realidade que, especialmente no caso do jornalismo, acabam por reproduzir sem questionamentos os valores hegemônicos na cultura (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 23).

Adelmo Genro Filho, ainda na década de 1980, já chamava a atenção para a impossibilidade de uma objetividade neutra no jornalismo:

Todo o relato jornalístico, toda notícia ou reportagem, reproduz os fatos através de uma complexa operação subjetiva. O resultado desse processo será, sempre, aquilo que podemos chamar de singular significativo, isto é, o produto de uma modalidade de apreensão subjetiva que supera o particular e o universal no interior da singularidade do fato jornalístico. Por isso, um fato jornalístico não é uma objetividade tomada isoladamente, fora de suas relações históricas e sociais, mas, ao contrário, é a interiorização dessas relações na reconstituição subjetiva do fenômeno descrito (GENRO FILHO, 1987, p. 73 apud VEIGA DA SILVA, 2015, p. 47).

Como salienta Rita Laura Segato (2012), tudo aquilo relativo à mulher se torna um “resto” quando se busca uma perspectiva neutra²². Nesse sentido, é importante salientar que, mesmo com essa roupagem imparcial dada pela objetividade, o jornalismo é feito por sujeitos com suas próprias visões de mundo, permeados pelo seu gênero, raça, classe e sexualidade,

²² A autora, aqui, se referia à ciência, mas transpomos para a discussão do jornalismo, pois, como veremos a seguir, a objetividade científica e jornalística tem muitas semelhanças.

portanto suas subjetividades são acionadas na construção das notícias (VEIGA DA SILVA, 2014), ou seja, o que é visto como um relato é, na verdade, uma interpretação, uma realidade situada. Segundo a autora (2014, p. 321), este aspecto fica ainda mais evidente, pois está “presente em todos os processos relacionais, de escolha e de noticiabilidade, dada a dimensão real das impossibilidades de um fazer jornalístico objetivo e neutro, da impossibilidade das notícias serem um reflexo da realidade”. Miguel e Biroli (2010, p. 66) também endossam essa posição ao afirmar que “qualquer discurso, inclusive o midiático, é um discurso situado e marcado por uma rede complexa de relações”.

O ritual estratégico da objetividade (TUCHMAN, 1993), que pode ser percebido nas prescrições dos saberes de profissão, ancora-se numa perspectiva positivista que prevê a prática supostamente capaz de apartar o sujeito dos processos tanto de observação quanto de narração da realidade. Normatizando os comportamentos e o discurso em torno da objetividade jornalística, que deve ser expressa tanto na postura do profissional quanto na estilística do texto, esses saberes acabam mais centrados nos procedimentos técnicos para a ação do que nas formas pelas quais esta ação se concretiza pelos processos simbólicos. Desse modo, contribui para que os valores do mercado, que é o regente das técnicas, sobreponham-se aos valores sociais da profissão, resultando nas dificuldades de compreensão sobre o papel e a responsabilidade social dos jornalistas no processo de construção social da realidade. (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 241).

Na verdade, assim como a ciência, o jornalismo constrói a realidade a partir de um lugar comum, pertencente ao homem ocidental, burguês, branco e heterossexual. Este é também o sujeito nativo da cidadania moderna (SEGATO, 2012). “Estas diversas e entrelaçadas colonialidades foram cruciais nas hierarquias e ideologias globais que, ainda no início do século XXI, experienciamos em escala planetária” (GROSFOGUEL, 2012, p. 342-343 apud VEIGA DA SILVA, 2015, p. 36). Como Veiga da Silva (2015, p. 221) percebeu durante observação em cursos de graduação em jornalismo, “os valores normativos do Ocidente estariam em lugar de maior legitimidade – seriam conceitos e não preconceitos”. Ou seja, os conhecimentos eurocêntricos não são questionados, apenas tidos como dados, como verdades estabelecidas. Algumas autoras mencionam essa colonialidade do poder (QUIJANO, 2007 apud CURIEL, 2019) e do saber (LERMA, 2010) como responsáveis por esse fenômeno.

Se establece una geopolítica del conocimiento dentro de la cual el mundo colonizado no produce sino que reproduce el conocimiento europeo, por lo cual es posible hablar de una colonialidad del saber ya que el conocimiento europeo se plantea y percebe como universal, objetivo y verdadero así que lo que exprese será reconocido como verdad científica, por lo que puede afirmarse que “nuestro conocimiento tiene carates colonial y está asentando sobre supuestos que implican procesos sistemáticos de exclusión y subordinación” (LANDER, 1999, p. 53 apud LERMA, 2010, p. 10).

Todas essas condutas, tanto na ciência quanto no jornalismo, acabam por produzir, portanto, um tipo de saber universal, mas “a universalidade sempre se manifesta mediada por interesses particulares” (GENRO FILHO, 1987, p. 90 apud VEIGA DA SILVA, 2015, p. 51). Essa noção profissional se aproxima muito com uma noção típica do cientificismo moderno, que prevê uma “verdade e credibilidade assentada em uma estrutura mental positivista, binária e simplificadora para a apreensão dos acontecimentos” negando a subjetividade e reafirmando métodos e técnicas baseados em verificação e provas (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 2). A objetividade, seja na ciência ou no jornalismo, legitima esse saber universal que é responsável por transformar tudo aquilo e aqueles que se distanciam do padrão masculino hegemônico em diferente, subalterno, portanto, desigual. Como salienta Miguel e Biroli (2010, p. 71), “a mídia convencional continua a ser o ambiente privilegiado de conformação do debate público, daí a importância de torná-la mais plural”. A necessidade de uma maior pluralidade nos discursos midiáticos fica evidente quando falamos de grupos subalternos como as mulheres, os negros, os indígenas e os LGBT que são postos pelo jornalismo a partir de um olhar calcado em preconceitos.

Todos os dias são centenas de exemplos que demonstram o quanto o jornalismo não vem sendo capaz de complexificar fenômenos sociais inspirados pelo machismo e pelo racismo, bem como pelo heterossexismo e o classismo. No Brasil, as desigualdades sociais são marcadamente de raça, de gênero e de classe, colocando às margens gigantescas parcelas da população a partir de sistemas de classificação e hierarquização de diferenças cujas desigualdades se forjam na cultura, nos sistemas simbólicos, em que a linguagem se constitui central. Nesse sentido, o jornalismo vem operando enredado às tramas de poder-saber, reproduzindo valores dominantes a partir das lentes de uma racionalidade excludente. O poder simbólico (BOURDIEU, 2010) do jornalismo é uma das redes por onde se tecem os fios de sentidos que em última instância alimentam os altos índices de feminicídio e o genocídio das populações negras e indígenas no país. (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 12).

Mesmo “que um certo tipo de crítica à noção de objetividade tenha se banalizado nas escolas de jornalismo e mesmo dentro das redações, o recurso a ela permanece central no entendimento que homens e mulheres de imprensa têm sobre seu próprio fazer” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 59). É importante entendermos, portanto, “que a noção de imparcialidade sustentada no jornalismo é, em si mesma, um obstáculo para a ampliação da pluralidade” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 60), pois ela “reforça a opressão ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados em uma posição universal” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 66). Ou seja, ao passo em que há a crença numa objetividade jornalística que estaria comprometida com a verdade, ocorre uma legitimação da verdade e dos interesses de um sujeito masculino

universal, por isso o entendimento de que a objetividade não é neutra traria mais possibilidades de diversidade no discurso jornalístico.

Além disso, todo esse processo de transformação das diferenças em desigualdades e opressões, como mencionamos acima, ocorre porque o campo jornalístico é profundamente marcado por convenções de gênero, raça, classe e sexualidade. Seja nas redações ou nos cursos de graduação em jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2014; 2015) não só os homens ocidentais, brancos, burgueses e heterossexuais, mas tudo o que é convencionalmente tido como masculino tem maior valor, poder e prestígio.

A construção social que se estabelece entre masculino e feminino, para além dos corpos biológicos, incluindo todas as “coisas” do mundo, produz uma hierarquia que historicamente, em nossa cultura, tem feito com que o que se atribui ao masculino (e aos homens) acabe tendo um valor positivo, e aquilo que é construído como feminino (ou relativo às mulheres) acabe sendo feito de modo negativo (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 163).

Podemos citar alguns exemplos desse prestígio do que é convencionalmente visto como masculino no jornalismo, como as editorias (economia, polícia, política), o tipo de notícia (duras e fortes) e os comportamentos que são mais valorizados no âmbito profissional, como a rigidez e a hierarquização dos cargos dentro das redações. Como nos mostra Veiga da Silva (2014), o jornalismo é masculino por todos esses fatores, mas a objetividade, ligada a um sistema colonial-moderno-positivista (VEIGA DA SILVA, 2015), é, em suma, o que pode dificultar uma prática jornalística efetivamente feminista. Para que uma cobertura feminista fosse, de fato, aplicada, acreditamos ser necessário um reconhecimento da subjetividade como parte da produção jornalística.

Nesse mesmo sentido, as concepções de neutralidade/imparcialidade tidas também como posturas adequadas para a produção de um discurso “objetivo” de “verdade” dão mostras de ainda vigorarem no jornalismo associadas ao ideário cientificista de apagamento do sujeito na produção do conhecimento da realidade. Por ser uma prática discursiva e social que não tem primado por um exercício de alteridade, um dos motivos pelos quais é veementemente criticado, caberia perguntar se a prevalência dessas concepções de objetividade/neutralidade não estaria restringindo as formas como a realidade pode ser percebida e, assim, limitando a reflexão sobre uma prática que considere a subjetividade como um dos caminhos por onde o plano simbólico se entrelaça cognitivamente na construção do conhecimento social. Perceber a subjetividade como partícipe da construção do conhecimento, repensando o próprio conceito de objetividade, por certo ajudaria a ponderar sobre os possíveis motivos pelos quais a realidade vem sendo etnocentricamente narrada (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 49).

Moraes e Veiga da Silva (2019, p.13) acreditam que uma das formas de “desestabilizar os modos redutores de representação perpetrados pela imprensa é a adoção do que chamamos

de jornalismo de subjetividade”, não colocando objetividade e subjetividade em polos opostos, mas como componentes complementares em um fazer jornalístico mais ético e íntegro, sobretudo como forma de romper com o racismo e sexismo epistêmicos. Fabiana Moraes (2019), por exemplo, acredita em um jornalismo de subjetividade, pois, para ela, todo o jornalista interpreta o mundo a partir do seu olhar, e isso evidentemente aparece nas notícias, mesmo que de forma não declarada. “É antes um exercício ético, no qual a/o jornalista não se neutraliza, mas pensa na potência e nos limites da própria produção” (MORAES, 2019a, p. 11). Além disso, “a subjetividade não pode ser entendida como algo meramente interno, pessoal, do campo da vida privada – a subjetividade é também formada por um ambiente histórico dado, objetivo” (MORAES, 2019b, p. 209).

É preciso sublinhar que a subjetividade sobre a qual nos referimos neste jornalismo se imana a critérios objetivos, mas que tantas vezes não são entendidos como tais: na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados e não conferidos e investigados); em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular. Necessário dizer que a dimensão subjetiva também é conduzida ao lado de uma apuração rigorosa, análise de dados, pesquisas bibliográficas e de campo, observação direta ou indireta, etc., técnicas comuns ao trabalho jornalístico. (MORAES, 2019a, p. 5).

A necessidade de sublinhar a questão da subjetividade na produção diária do jornalismo é justamente entender as limitações que um discurso de imparcialidade tem. Calcado num ideal profissional neutro, o jornalismo acaba produzindo um espaço tecnicamente plural, ao ouvir “os dois lados”, mas o faz de uma posição confortável e escondendo interesses que na verdade geram uma “simulação controlada dos conflitos sociais” (MIGUEL; BIROLI, 2010, p. 74). A subjetividade é negada não só na linguagem jornalística, no texto, mas também “nas reflexões críticas sobre as práticas, tanto pelos profissionais que as desempenham quanto por boa parte dos estudos sobre o campo” (Marcia VEIGA DA SILVA; Beatriz MAROCCO, 2018, p. 36). Nesse sentido, Moraes e Veiga da Silva (2019, p. 19) propõem um tipo de jornalismo que seja capaz de subverter com a lógica da objetividade, rompendo “com as redes de poder e de saber que norteiam as condições sociais de pensamento e as práticas jornalísticas que historicamente retiram a condição de humanidade dos sujeitos construídos como Outros do sujeito universal”. Segundo as autoras (2019, p. 19), “a compreensão de um Eu que constrói o Outro em relação é um ganho gigantesco para as problemáticas relações de alteridade do jornalismo hegemônico”.

Entendemos que o uso da emoção, nesse jornalismo que preza também o subjetivo, se dá primeiramente pelo não apagamento da jornalista/do jornalista na produção que ela/ele realiza (entendendo que o lugar do jornalista não é o do protagonismo, não é o do heroísmo). A procura pela tradução desse encontro do Eu-Outro na composição dos textos potencializa justamente a desconstrução de um olhar de autoridade sobre a vida alheia, principalmente aquelas experienciadas por pessoas/comunidades vulnerabilizadas. Entretanto, para que se conceba a tradução de um Outro por um Eu é preciso que se reconheça, fundamentalmente, a existência de um Eu – não universal, mas situado, limitado, nos termos de Donna Haraway. (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 18).

Ou seja, consideramos ser necessário para subverter essa lógica de um jornalismo neutro e imparcial mais do que apenas “virar a chave”, ou seja, adotar a subjetividade no lugar da objetividade, considerando o fenômeno como a operação de uma lógica binária. Essa lógica é criticada pelos estudos de gênero e pelo feminismo justamente por sempre considerar os opostos bem/mal, mulher/homem, objetivo/subjetivo como se esses fatores tidos como opostos não fossem, também, relacionais. Ao adotar a subjetividade em detrimento da objetividade, como uma forma de substituição de práticas, estaríamos reduzindo a complexidade dos fenômenos sociais e profissionais que permeiam o jornalismo e, além disso, reforçando uma lógica binária de ver o mundo que, como foi discutido em outros capítulos, só reforça as desigualdades de gênero.

É por isso, portanto, que acreditamos na aplicação de uma objetividade feminista situada, como é trabalhada por Haraway e trazido por Moraes e Veiga da Silva (2019):

Propomos um jornalismo que inscreva o sujeito como central nos processos cognitivos de leitura da realidade, rompendo com a noção de neutralidade e universalidade na qual se assenta epistemologicamente. Um jornalismo de subjetividade que se aproxime da noção de objetividade situada de Donna Haraway, que trata da “localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto”, e indica os modos como “podemos nos tornar responsáveis por aquilo que aprendemos a ver” (HARAWAY, 1995, p. 21 apud MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 14).

Essa objetividade feminista, portanto, “integra a subjetividade, que sinaliza os significados possíveis a partir de uma visão que se constitui a partir de sistemas de percepção ativos que constroem traduções, interpretações e modos específicos de ver” (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019, p. 14). Para Haraway (1995) uma objetividade feminista é necessariamente uma objetividade que prevê saberes localizados. Isso significa dizer que, como teóricas e pesquisadoras feministas, nós precisamos reconhecer o nosso lugar, o nosso corpo em relação ao objeto, assumindo a responsabilidade por todos os saberes que produzimos. Segundo a autora (1995, p. 27), a objetividade é uma conexão parcial em que a “identidade, incluindo auto-identidade, não produz ciência; posicionamento crítico produz,

isto é, objetividade”. Esse posicionamento crítico ao qual a autora se refere diz respeito à ciência e política feminista da interpretação e da tradução: “O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial” (HARAWAY, 1995, p. 31-32).

Saberes localizados requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo" [...] De fato, levar em conta a agência dos "objetos" estudados é a única maneira de evitar erros grosseiros e conhecimentos equivocados de vários tipos nessas ciências. (HARAWAY, 1995, p. 36).

A partir dessa perspectiva, “as notícias não visariam explicar e dar a verdade para as pessoas (da forma simplificadora, como vêm sendo produzidas), mas ampliar as perspectivas pelas quais as pessoas possam questionar e pensar sobre as verdades” (VEIGA DA SILVA, 2015, p. 54). Considerar esse conceito de objetividade feminista se torna ainda mais necessário e relevante para o um projeto como o Celina, que pretende fazer uma cobertura sobre temas relativos a gênero e diversidade a partir de um viés feminista.

Portanto, no próximo capítulo apresentaremos a aproximação entre gênero e jornalismo que o Projeto Celina propõe a partir da contextualização da sua criação pelo jornal O Globo e das pistas do cotidiano, das práticas e do tipo de cobertura que realiza, colhidas por meio das entrevistas feitas com jornalistas que participam ou já participaram ativamente da iniciativa. Nesse sentido, é possível começar a compreender como as notícias sobre gênero são construídas por essas jornalistas e como os feminismos delas vão ser vivenciados no dia a dia do projeto e nas narrativas que veiculam.

5 PROJETO CELINA: GÊNERO E JORNALISMO

Este capítulo tem como objetivo trazer, como uma primeira articulação, como o movimento feminista, em especial a quarta onda, vem pautando os meios de comunicação em relação a cobertura das suas demandas sociais e políticas. É evidente que desde o início os feminismos entenderam a importância da mídia, criando revistas e jornais para falar das especificidades da vida das mulheres e as lutas que enfrentavam no dia a dia. No entanto, com a emergência das redes sociais, as feministas passaram a cobrar a presença das pautas relativas a gênero não só em espaços específicos, mas em toda a mídia hegemônica. O Projeto Celina é um desses exemplos: foi criado pelo jornal O Globo e lançado no Dia Internacional da Mulher, em 2019, com o objetivo de tratar de temas de gênero e diversidade. Para entender mais sobre a criação e o funcionamento do Celina contaremos neste capítulo, para além de uma estruturação teórica dos conceitos referentes a gênero e jornalismo, com trechos de entrevistas realizadas com as jornalistas da equipe do Projeto.

5.1 A emergência do feminismo no século XXI e a apropriação da Comunicação

O movimento feminista desde os seus primórdios vem entendendo a importância da apropriação de meios de comunicação para fazer suas demandas circularem para o maior número de pessoas. Antes em espaços restritos, ou seja, revistas e jornais feministas criados por mulheres especificamente com esse fim: tornar conhecidas as suas demandas enquanto indivíduos. “Enfim, o movimento feminista, desde seu início, tratou de compreender o uso da mídia como mecanismo de ação política” (ESCOSTEGUY, 2019, p. 17).

No entanto, a partir da quarta onda feminista, empreendida no século XXI, e com a ampliação do acesso à internet e emergência das redes sociais, os espaços comunicacionais da luta feminista se multiplicaram, alcançando ainda mais pessoas. “O recurso mais utilizado pelos novos ativismos insurgentes é claramente aquele que privilegia a autonomia e a ação direta entre pares. Este sim é um grande poder das redes” (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 44). Com uma linguagem própria das redes, as mulheres começaram a reivindicar um lugar de fala próprio, relatando experiências em primeira pessoa e negando lideranças que representavam e falavam por todas, o que era bem comum no início do movimento feminista. Ao reivindicar esse lugar de fala as demandas foram sendo ampliadas e houve o reconhecimento de pautas que até então tinham sido ignoradas pelo tido “feminismo universal”, marcado por uma parcela de feministas brancas, heterossexuais e de classe média.

Esses movimentos de articulação do feminismo em rede “permitem a um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação segundo seus próprios valores e interesses, independentemente das instituições” (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 44).

No caso da diversidade de feminismo que se desdobram e se anunciam a cada dia, as redes se mostraram ainda uma base suficientemente flexível para articular as múltiplas posições indenitárias feministas dentro das lógicas interseccionais indispensáveis para a expressão dos novos ativismos das mulheres. Talvez somente agora, a partir de modos de fala e uso de vozes individuais em rede, o feminismo tenha conseguido encontrar um modelo de comunicação efetivamente contagioso (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 47).

Heloísa Buarque de Hollanda (2018) acredita que com esse movimento houve uma ampliação do feminismo, resultando em diversos outros feminismos, os chamados “feminismos da diferença”. “A multiplicação de vozes ativas proporcionada pelas redes permitiu um ganho significativo de visibilidade de correntes do feminismo até então pouco amplificadas, como o feminismo negro, trans ou lésbico” (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 60). O feminismo negro, por exemplo, adiciona as pautas relativas a discriminação racial, o silenciamento e o genocídio decorrentes do racismo, não excluindo dessa luta os desafios enfrentados por seus filhos homens e negros. Já o feminismo indígena tem dentre suas prioridades o protagonismo e a maior visibilidade dentro de lutas como a demarcação de terras e o genocídio dos seus povos. Enquanto isso, o feminismo asiático confronta os fetiches e sexualização dos corpos asiáticos, além da discriminação xenofóbica (HOLLANDA, 2018). Outros feminismos que merecem destaque são o feminismo lésbico e o feminismo trans. O transfeminismo luta pelo “reconhecimento, contra o genocídio trans, pela inserção legal e de direitos, pela aceitação no mercado de trabalho, pelo direito de se desidentificar com ambos os gêneros, se assim o desejarem” (HOLLANDA, 2018, p. 243). Já o feminismo lésbico busca por “maior visibilidade no interior do movimento LGBTQI e trabalha prioritariamente num formato de atuação coletiva, com muita força nas expressões artísticas e culturais” (HOLLANDA, 2018, p. 243-244). Esses feminismos da diferença não só ocupam os espaços da rede, como também criam espaços próprios de conteúdo e exigem que os veículos de comunicação tradicionais passem a cobrir as suas demandas e pautas.

Recentemente, as mídias tradicionais têm abarcado com mais frequência temas minoritários, como diversidade e injustiças relacionadas a gênero, sexualidade e padrões de beleza. Essa virada certamente é fruto da pressão das redes. Prova disso é a passagem de blogs, revistas on-line, youtubers e afins para o circuito editorial. A transposição das redes para o papel é uma tendência entre os expoentes de maior destaque do feminismo virtual. (HOLLANDA; COSTA, 2018, p. 55).

Esses novos feminismos têm cobrado, sobretudo na mídia hegemônica, a presença de conteúdos relativos a gênero e diversidade, o que poderia operar como um reconhecimento das pautas e do movimento feminista, pois também é papel do feminismo “se preocupar com as palavras por meio das quais as pessoas sempre foram controladas, cerceadas e dominadas” (TIBURI, 2018, p. 75).

Todas essas práticas de comunicação ao mesmo tempo em que produzem uma diversidade de narrativas que se contrapõem aos valores dominantes e a representações estereotipadas, fortalecem a difusão de múltiplas vozes, num cenário político e midiático conservador, sobretudo, após as eleições presidenciais de 2018. De toda forma, elas pressionam por políticas públicas para atenuar as desigualdades de gênero, bem como pela eliminação das discriminações contra as mulheres e identidades LGBTQs (ESCOSTEGUY, 2019, p.17).

No entanto, mesmo abordando esses temas, a mídia, principalmente a jornalística, ainda reforça estereótipos de gênero e atua de forma machista. Um dos exemplos dessa atuação machista está na cobertura de violência de gênero. Ao noticiar casos de violência contra as mulheres, muitos veículos de comunicação reforçam dados, números e escutam fontes institucionais, como a polícia, e os agressores, centrando a narrativa no homem ao invés de dar um protagonismo a mulher, a afetada pela violência (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020). Em casos de feminicídio, quando não há a possibilidade de fala da mulher, além de ser culpabilizada pela violência, a memória da vítima é posta à prova, sua vida é investigada de forma que se achem motivos plausíveis que justifiquem o cometimento daquele crime, como a evocação de condutas consideradas imorais para uma mulher, por exemplo (PRADO; SANEMATSU, 2017). O reforço de estereótipos também acontece quando se alega que as vítimas eram boas esposas e mães, portanto, em decorrência disso, “não mereciam morrer” (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020), como se, caso a mulher não tivesse essa conduta moral, a morte fosse mais aceitável.

[...] temos o apagamento da existência das vítimas, que no caso dos assassinatos, representam o que podemos compreender como uma “segunda morte”, agora decretada pela cobertura jornalística. Ainda que pudéssemos fazer o apelo fácil à impossibilidade de as vítimas de assassinatos contarem elas próprias as agruras vividas até a culminância na sua eliminação física, não estaria resolvido o problema do apagamento de suas histórias, passíveis de resgate a partir de depoimentos de pessoas que lhe foram próximas e queridas ao longo da vida. Substituí tais relatos possíveis, com poucas exceções, a fala policial que se limita a descrever, quase sempre superficialmente, o assassinato. (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020, p. 31).

Além da culpabilização da vítima, há também uma amenização da culpa do homem agressor, alegando que estes agem em defesa da honra, segundo uma lógica de crimes

passionais. Quando os crimes são extremamente violentos, “a imagem de ‘monstro’ atribuída ao agressor tende a encobrir a própria natureza violenta do crime praticado e, por extensão, das relações de gênero implicadas”, ou, ainda, o discurso midiático se utiliza de surtos psicóticos ou consumo de álcool e drogas como motivadores centrais dos crimes de violência de gênero (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020, p. 33-34). Ademais, em geral, a cobertura jornalística sobre violência de gênero ignora “a dimensão de problema social ao perceber tais acontecimentos como parte de tragédias privadas e não previstas” (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020, p. 45).

Ao reforçar esses estereótipos a mídia não só justifica, como também legitima a violência de gênero. Há, portanto, pouca problematização do fenômeno da violência de gênero, pois não há uma contextualização de fatores como a misoginia, machismo e o patriarcalismo “e demais modalidades de depreciação das mulheres [que] leva a que elas sejam sistematicamente assassinadas, agredidas física e moralmente e, não raro, culpabilizadas por aquilo de que são vítimas” (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020, p. 60-61). Ao mesmo tempo, banaliza esse tipo de acontecimento sob uma lógica perversa do discurso midiático, como observa Marcia Benetti (2010), ao destacar que assuntos cujo interesse público não pode ser questionado dificilmente encontram eco no jornalismo, em função do fator repetição. Um exemplo são as narrativas sobre a fome no mundo, a desigualdade social e as injustiças sociais. Nesse sentido citado pela autora, podemos mencionar a violência contra a mulher como um desses temas banalizados pois, por vezes, é uma pauta jornalística de importância pomenorizada diante de outros assuntos, quando na realidade deveria estar em primeiro plano, pela dimensão humana e social que carrega.

Em geral, sobretudo nas mídias impressas, há uma justificativa de que as notícias e reportagens sobre alguns temas, como a violência, não seriam mais aprofundadas devido às questões de tempo de produção e espaço destinado a tal assunto. Nesse sentido, o jornalismo online poderia ser uma alternativa para ampliar o debate sobre o assunto, visto que possibilita, além de um maior espaço de texto, também publicar áudios, fotos e vídeos para compor a narrativa. No entanto, segundo Coelho et al (2020), os portais de jornalismo ainda funcionam como uma espécie de repositório de tudo o que já foi produzido por outras plataformas do mesmo conglomerado empresarial, sem ocorrer uma produção de conteúdo específica para esse meio digital. Mesmo em maior quantidade, as notícias sobre violência de gênero continuam com uma cobertura superficial nos portais, pois “constituem, com raras exceções, mais do mesmo corte estatístico das violências genericamente praticadas, com o apagamento das dinâmicas que as promovem” (COELHO et al, 2020, p. 120).

Algumas iniciativas têm buscado, contudo, romper com esse paradigma profissional que trata das pautas de gênero a partir de um viés machista, masculinista e raso. Uma dessas iniciativas é o Projeto Celina, criado pelo jornal O Globo para ser um espaço no qual as pautas sobre gênero e diversidade tivessem um enfoque mais interpretativo, crítico e analítico. Portanto, a seguir, falaremos da criação do Celina e da prática jornalística cotidiana do projeto a partir das entrevistas realizadas com as três profissionais que compõem a equipe fixa – Renata Izaal, editora; Leda Antunes, repórter; e Raphaela Ramos, estagiária de jornalismo – e outras duas jornalistas, repórteres de diferentes editorias do jornal – Carla Nascimento e Constança Tatsch.

5.2 A criação do projeto, a equipe e as práticas jornalísticas de Celina

O Projeto Celina é um projeto dentro do site d'O Globo que trata somente de temas ligados a gênero, mulheres e diversidade. Foi fundado no Dia Internacional da Mulher, em 2019, como uma iniciativa do jornal, um dos maiores veículos de comunicação brasileira em termos de audiência. Entendemos a criação deste projeto como simbólica por alguns motivos, que apresentaremos a seguir.

O projeto leva o nome da primeira mulher brasileira a ter direito ao voto²³, em 1928, uma importante conquista feminina para a época, e também uma das principais pautas defendidas pelas feministas da primeira onda. Celina Guimarães Viana, nascida em Natal, Rio Grande do Norte, era professora e conquistou o direito após se inscrever para votar numa eleição complementar para o Senado. Após a permissão do Poder Judiciário, ela e outras 20 mulheres se inscreveram, sendo Celina a primeira a ter o direito concedido. A decisão acabou sendo invalidada pelo Senado e o sufrágio feminino foi adotado alguns anos depois, no Código Eleitoral de 1932, mas Celina ficou conhecida pelo pioneirismo.

Só pela escolha do nome e por essa justificativa já podemos interpretar que o projeto tem a intenção de ser mais que um espaço destinado à cobertura dos temas destinados às mulheres (como beleza, gastronomia ou qualidade de vida), como as editorias femininas dentro dos jornais trabalhavam até então. O surgimento de Celina, nesse sentido, já ensaiava algumas mudanças necessárias no discurso que a mídia e a sociedade de um modo geral teciam sobre as mulheres.

²³ Fonte: <https://oglobo.globo.com/celina/celina-inspiracao-na-historia-da-primeira-eleitora-do-brasil-23507004>. Acesso em: 13 abr. 2021.

Esse movimento torna-se ainda mais significativo por surgir no primeiro ano em que Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil. Bolsonaro, desde a sua campanha presidencial, adotou um discurso político alinhado a ideologia de extrema direita, o que significou mudanças significativas para minorias políticas como as mulheres, os negros, indígenas e os LGBT. Segundo Belligni (2010) o extremismo é um fenômeno moderno e contemporâneo que instiga diversos movimentos sociais e políticos em épocas de intensa mobilização social e transformações consideráveis no âmbito institucional. O extremismo de direita, portanto, provém de uma “emanação direta de classes e categorias sujeitas a uma repentina perda de *status* e de condição e a uma drástica redução da sua influência política” (BELLIGNI, 2007, p. 458) – fenômeno este que ocorreu no país após 14 anos do governo de esquerda comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), forte no desenvolvimento de “políticas de afirmação pública de identidades e reconhecimento de direitos associados a novos papéis de gênero e padrões de família” (ALONSO, 2019, p. 57).

Para Belligni (2007), esse fenômeno extremista tende a propor uma luta radical e inegociável perante os valores ideológicos que defende. Há, de acordo com Srouf (2005), duas ideologias mais próximas do que podemos chamar de extrema direita: o tradicionalismo e o fascismo – características as quais circunscrevem o governo Bolsonaro. Dentre os ideais defendidos pelo tradicionalismo, podemos destacar a identificação com instituições como família, pátria, forças armadas e igreja; o reconhecimento da desigualdade como natural e socialmente benéfica; o culto à hierarquia e à disciplina; a exaltação da morte; e a subordinação da política à moral e à religião. O tradicionalismo e o fascismo apresentam algumas semelhanças, como o culto ao herói, a disciplina e a obediência ao governo, a condenação do homossexualismo e a rejeição às mulheres de atividades fora do lar e da família (SROUR, 2005).

Ainda na campanha eleitoral de Bolsonaro, esses traços ideológicos e políticos ficavam claros com o slogan “Deus acima de tudo. O Brasil acima de todos”. Estabelece-se, a partir de 2018, uma “moral bolsonarista”, como chama Angela Alonso (2019). Dentre os aspectos que formam essa moral, cabe chamar a atenção para um em específico: o cerne patriarcal e a hierarquia de gênero. Como salienta Alonso (2019), seja em postagens, declarações, discursos ou fotos, o candidato em questão coloca a superioridade “nata” da masculinidade, e, como consequência, a “natural” subordinação feminina. Para a moral bolsonarista existem dois tipos de mulheres: as princesas e as “feminazis”²⁴.

²⁴ Termo usado como uma forma de desqualificação e menosprezo com as mulheres que se identificam como feministas.

Se bem-sucedida em seu principiado, a princesa ganharia outro estatuto digno, o de rainha do lar. Como esposa, complementaria o marido. Deveria compreender e apoiar, reproduzir e educar, reger casa e família, vigilante para que a desordem moral do mundo não conspurque o reino doméstico. Nessa perspectiva, não é a maternidade que confere respeitabilidade, mas o casamento (ALONSO, 2019, p. 59).

Segundo o que é pregado pelo presidente do Brasil o lugar da mulher, portanto, é atrás do marido, não disputando poder, como Dilma Rousseff²⁵, ou lutando por direitos, como as feministas, mas sim assumindo os deveres postos pelo matrimônio (ALONSO, 2019). Para endossar esse discurso e reforçar essa série de estereótipos ligados ao gênero, assume o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, “pastora que prega a milhares de fiéis, ao vivo e na rede, contra a ‘erotização infantil’, a ‘desconstrução da família tradicional’, a ‘guerra’ entre os sexos, o aborto, os movimentos LGBT e feminista” (ALONSO, 2019, p. 61). Além desses fatores, a política de Bolsonaro ainda assume uma postura violenta e agressiva:

Em guerra, violência é recurso legítimo, como símbolo e ato. A comunidade moral bolsonarista trava uma “guerra cultural” nas redes sociais, armada de verborragia feroz. Todos os xingamentos e apps – Facebook, Instagram, Twitter, Whatsapp, Youtube – servem para deslegitimar reivindicações de minorias (sexuais e étnicas), justificar o golpe militar de 1964 e a tortura como inevitabilidades ante a ameaça comunista (daí condenar a Comissão da Verdade e celebrar ícones da ditadura), além de associar a corrupção aos “petralhas”²⁶. Esse discurso misto de guerra justa e Guerra Fria converte adversários políticos em inimigos da pátria. Por isso abatíveis. O sentido se corporifica no gesto-síntese de candidato e seguidores, que simulam empunhar uma arma (ALONSO, 2019, p. 55).

Tendo posto estes fatores sociais, históricos e políticos que permeiam o contexto de criação do Celina, também é interessante pontuar que o projeto é uma iniciativa do Globo, um jornal de referência²⁷ e marcado por um discurso conservador. O Globo foi criado em 1925 no Rio de Janeiro e firmou seu legado no jornalismo brasileiro a partir da década de 1960, quando a imprensa diária carioca sofria com a crise causada pelas reformulações do jornalismo e sua consequente concentração empresarial – nessa época, o jornal O Globo foi o único da região a conseguir manter a tiragem em 200 mil exemplares (BARBOSA, 2007). O jornal pertence ao Grupo Globo, que ocupa a 19ª posição do ranking dos principais trinta

²⁵ Ex-presidenta brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT), cujo mandato foi interrompido, pois sofreu *impeachment* em 2015.

²⁶ Termo utilizado para desqualificar ou ofender pessoas filiadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) ou indivíduos que se identifiquem com políticas de esquerda.

²⁷ Um jornal de referência possui as seguintes características: “ter tradição, prestígio e credibilidade; servir de referência a outros jornais no próprio país; voltar-se para a política, a economia e os assuntos internacionais; ter como público um leitor competente do mundo público (as elites econômica e cultural), e possuir índices e levados de tiragem e circulação” (ZAMIN, 2014, p. 931).

proprietários de mídia do mundo, feito pelo Zenith Top Thirty Global Media Owners²⁸, e possui além do jornal, emissoras de TV, rádio, editora e outras categorias de mídia. Segundo Ribeiro (2000 apud BARBOSA, 2007), a inauguração da TV Globo, em 1965, em pouco tempo se tornou a maior rede de televisão da América Latina, o que conferiu força ao jornal e ao grupo como um todo.

Segundo o próprio jornal, jornalismo é

[...] o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas [...] O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade (O GLOBO, 2021).

Para alcançar tal jornalismo, o Globo acredita em uma informação de qualidade que precisa respeitar três atributos: isenção, correção e agilidade. Queremos chamar a atenção para o trecho dos princípios editoriais²⁹ do jornal onde há o enfoque na isenção.

Isenção é a palavra-chave em jornalismo. E tão problemática quanto “verdade”. Sem isenção, a informação fica enviesada, viciada, perde qualidade. Diante, porém, da pergunta eterna – é possível ter 100% de isenção? – a resposta é um simples não. Assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo. Isso não quer dizer, contudo, que seja impossível atingir um grau bastante elevado de isenção. É possível, desde que haja um esforço consciente do veículo e de seus profissionais para que isso aconteça (O GLOBO, 2021).

Interessante notar que o jornal admite que é impossível produzir uma notícia completamente isenta, mas reforça que a isenção é fator principal num jornalismo de qualidade. Ainda segundo os princípios editoriais de O Globo, essa isenção é possível ao jornalista construir a notícia com apuração e seriedade, sendo o mais fiel a realidade possível. Sabemos, como posto no capítulo 4, que a objetividade é uma das ferramentas que conferem legitimidade ao saber e a informação veiculada pelo jornalismo. Nesse sentido, é curioso compreender como um projeto com temática de gênero e diversidade, dentro de um jornal com esse discurso de fazer jornalístico, negociaria uma cobertura feminista.

Segundo o próprio jornal, Celina surgiu da necessidade e do compromisso do Globo em aumentar a diversidade e a representatividade na sua equipe e nas reportagens que veicula. “Hoje, na redação integrada que produz reportagens para os jornais O GLOBO e Extra e para

²⁸ Fonte: <https://brazil.mom-rsf.org/br/proprietarios/empresas/detail/company/company/show/grupo-globo/>. Acesso em: 15 abr 2021.

²⁹ Fonte: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>. Acesso em: 14 abr 2021.

a revista *Época*, há 409 profissionais, sendo 237 homens (58%) e 172 mulheres (42%). Já em relação a jornalistas com cargos de chefia, o equilíbrio é absoluto: são 65 mulheres e 65 homens” (O GLOBO, 2019). Em relação aos personagens, ou seja, as fontes ouvidas pelos jornalistas para elaboração de suas matérias há, também, uma discrepância visível: 67,1% são homens, enquanto 32,9% são mulheres³⁰.

O Projeto foi pensado e discutido durante um ano até ser colocado no ar, em 2019. Além de contar com opiniões da própria equipe do veículo, o Globo se preocupou, também, em ouvir outras mulheres, como destacou Maria Fernanda Delmas, editora executiva do jornal, em uma matéria sobre o lançamento do *Celina*. “Enquanto avançávamos, as conversas se estendiam para fora da Redação. Fizemos inclusive um bate-papo de quase três horas com um grupo de jovens mulheres, de variadas origens e experiências, de quem ouvimos dicas valiosas. Chamamos de nosso conselho editorial informal”³¹. O projeto, portanto, vislumbra ser um espaço em que as pautas de gênero sejam tratadas com maior profundidade: “Este é o momento para ter reportagens, dados e reflexões. Para que pensemos como a mulher é tratada e vista pela sociedade sob o ponto de vista da cultura, da mídia, da educação e da política. Não é mimimi, isso tem efeitos concretos” (UNBEHAUM apud O GLOBO, 2019)³².

Além de apresentar o projeto, como foi feito acima, é também importante mostrar quem são as jornalistas que fazem *Celina* no dia a dia. São três jornalistas fixas no projeto, uma editora, uma repórter e uma estagiária, mas outras jornalistas de diferentes editorias do jornal também colaboram eventualmente com alguma reportagem. *Celina* é um projeto de vertical de conteúdo³³, ou seja, além da equipe do projeto produzir conteúdos específicos, também há uma espécie de curadoria de reportagens desenvolvidas por outras editorias do jornal e por agências de notícias que tratem sobre aspectos relativos a gênero e que possam ser publicadas na plataforma. Foi buscando entender quem eram essas mulheres e o que elas pensavam sobre a temática que optei por fazer entrevistas³⁴ com elas. Indo ao encontro do

³⁰ Fonte: <https://oglobo.globo.com/celina/com-plataforma-celina-um-compromisso-do-globo-em-busca-de-diversidade-23506980>. Acesso: 28 set.2019.

³¹ Fonte: <https://oglobo.globo.com/celina/conversas-pesquisas-muita-colaboracao-como-foi-construida-plataforma-celina-23558179>. Acesso: 28 set. 2019.

³² Fonte: <https://oglobo.globo.com/celina/o-globo-lanca-celina-uma-plataforma-sobre-mulheres-diversidade-23506999>. Acesso: 28 set. 2019.

³³ Segundo Renata Izaal, editora do *Celina*, vertical de conteúdo é uma nova maneira de pensar o jornal digital, visto que o público não consome as notícias no site da mesma forma que consome num jornal impresso. A vertical de conteúdo procura ser um espaço dedicado a abrigar notícias sobre determinados assuntos em específico, mas não é uma editoria, pois, como é o caso de *Celina*, outras editorias produzem matérias sobre gênero que podem entrar no projeto sem necessariamente terem sido produzidas pela equipe fixa de *Celina*.

³⁴ As entrevistas foram realizadas individualmente com cada jornalista e por vídeo chamada devido ao contexto de isolamento social por conta da pandemia de Covid-19. Os trechos das entrevistas serão apresentados com recuo 2cm, em itálico, como forma de diferenciação das citações diretas.

objetivo geral da pesquisa, de compreender o acionamento dos feminismos das jornalistas no cotidiano do projeto e na cobertura de violência de gênero, é crucial ouvir e conhecer essas jornalistas, levando em consideração que os textos podem nos dizer muita coisa, mas não nos dizem tudo. Importante lembrar que foi feito um mapeamento das jornalistas que apareceram nas notícias que compõem o *corpus* de análise desta pesquisa, totalizando 13 profissionais. No entanto, a entrevista foi realizada com apenas cinco delas: as três fixas e duas repórteres de outras editorias do jornal O Globo³⁵.

De modo a deixar claras as dimensões éticas que envolvem a participação das interlocutoras na pesquisa, vou explicar como ocorreram as negociações para a realização das entrevistas a partir do contato com a Renata Izaal, editora do Celina. Renata me passou os contatos das jornalistas que eu havia mapeado, por isso pude tratar diretamente com elas, explicando sobre a minha pesquisa e verificando o interesse delas em participar ou não do meu estudo. Na primeira conversa que tive com Renata questionei se elas precisariam de uma autorização do jornal O Globo para participar, mas ela me respondeu que não era necessário. Depois de uma primeira apresentação sobre os objetivos da minha pesquisa, via e-mail ou Whatsapp, agendei, individualmente, um dia e horário que ficasse melhor para as entrevistadas. No ato das entrevistas, que aconteceram por vídeo chamada no Skype ou Google Meet, eu explicava mais detalhadamente sobre a minha pesquisa e como a entrevista estava estruturada, confirmando, mais uma vez, se elas gostariam de participar da pesquisa. Com a afirmativa delas, eu perguntava se elas se importavam que eu gravasse a nossa conversa, de modo a facilitar a transcrição das falas delas (inclusive optei por decupar as entrevistas para manter a fidelidade e não alterar as palavras que as mesmas utilizavam nas respostas) e deixava claro que, caso elas não se sentissem confortáveis com alguma pergunta, elas não precisariam responder. Todas elas responderam todas as perguntas que fiz, concordaram com a gravação e, posteriormente, me entregaram um termo assinado autorizando a divulgação de trechos ou da transcrição das entrevistas. Uma delas me pediu, ao longo da entrevista, que alguns trechos ficassem em “off” ou seja, que não fossem divulgados. Após a transcrição da entrevista dessa jornalista em questão, enviei o arquivo pra que ela pudesse revisar e grifar as partes que não gostaria que fossem divulgadas e, após a confirmação dela, incluí essa entrevista na minha pesquisa. Outro aspecto que deve ser mencionado é a minha escolha em identificar as interlocutoras: por se tratar de um projeto, embora pequeno, mas vinculado a um veículo jornalístico de referência no âmbito nacional,

³⁵ Das 13 jornalistas, cinco não trabalhavam mais no jornal quando falei com a Renata, editora, para pedir os contatos. Além disso, fiz contato com outras três jornalistas que não me deram retorno.

mesmo que os nomes delas não fossem divulgados, elas seriam facilmente identificadas, já que outras informações relevantes sobre elas como raça, idade, sexualidade seriam postas na pesquisa. Além disso, nenhuma delas se opôs ser identificada, já que tivemos uma conversa sincera e transparente, onde ficou claro que eu não queria fazer uma crítica ao jornal, nem pretendia que elas me dissessem coisas comprometedoras, apenas queria entender melhor como era a rotina produtiva do projeto, como era a prática jornalística que elas vivenciavam, e compreender, a partir disso, como as narrativas sobre violência de gênero eram construídas e como os feminismos delas seriam acionados nessa cobertura. Portanto, é necessário que fique clara a minha intenção, enquanto pesquisadora, em usar a fala dessas jornalistas pra entender como o feminismo é experienciado dentro de um jornal tradicional e hegemônico como o Globo, mas sem emitir juízo de valor sobre elas enquanto mulheres e/ou profissionais.

Posto isso, a seguir, apresentarei as jornalistas que colaboram com o projeto, destacando alguns trechos das entrevistas, sobretudo sobre o que elas pensam sobre feminismo, gênero, sexualidade, violência de gênero e jornalismo, assim como sobre os objetivos do Celina e as práticas jornalísticas do mesmo.

Renata Izaal é a editora do Celina, tem 40 anos, é mulher cisgênero, branca, heterossexual e de classe média alta. Trabalha no jornal O Globo desde 2011, quando foi contratada como repórter do caderno Ela. Morou na Zona Sul do Rio de Janeiro na infância e adolescência e sempre estudou em escolas particulares. Os pais, que são separados desde que ela ainda era criança, têm formação superior: a mãe é formada em Letras, é professora, e o pai é doutor em História. Por parte de mãe possui uma irmã e um irmão, ela é advogada e ele, engenheiro. Renata é formada em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e possui mestrado em Estudos Pós-Coloniais pela Universidade de Londres (University of London), Inglaterra.

Leda Antunes é repórter de Celina, tem 28 anos, é mulher cisgênero, branca e de classe média. Quando questionada sobre sua sexualidade diz que sua orientação sexual oscila entre a heterossexualidade e a bissexualidade. Trabalha no O Globo desde dezembro de 2019, quando foi contratada para atuar como repórter do Celina, mas antes já havia feitos alguns trabalhos como freelancer para o projeto. Antes de entrar para o Globo, também foi repórter no Estadão, Grupo Folha e no HuffPost Brasil. Ela é natural de Curitiba, Paraná, onde cresceu e estudou. Por algumas dificuldades financeiras enfrentadas pela família cursou o ensino médio em escola pública (até então tinha estudado em escolas particulares) e conseguiu uma bolsa de curso pré-vestibular. É filha única e foi criada pela família da mãe, que é falecida há 20 anos. Cursou jornalismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e no momento da

entrevista estava cursando uma Especialização em Políticas e Justiça de Gênero na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso).

Raphaela Ramos, estagiária³⁶ no jornal O Globo desde janeiro de 2020, é estudante de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tem 23 anos, é mulher cisgênero, heterossexual, parda e de classe média. Em 2018 fez um intercâmbio universitário para Sorbonne, em Paris, onde ficou durante um semestre. Os pais têm formação superior: a mãe é designer, mas trabalha com atividades administrativas, e o pai é economista. Possui um irmão de 21 anos que cursa engenharia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e uma irmã de 15. Ela, os pais e os irmãos moram todos juntos na Tijuca, Niterói.

Carla Nascimento, repórter da editoria Online/Rede Social, trabalha no Grupo Globo há cinco anos e atuou nos primeiros meses de projeto, auxiliando sobretudo no que dizia respeito as redes sociais de Celina. Ela tem 35 anos, é mulher cisgênero, heterossexual, parda e de classe média. Nasceu em Volta Redonda (RJ), sua mãe é professora, hoje aposentada, e o pai é técnico em mecânica, e tem dois irmãos, uma irmã mais velha e um irmão mais novo, ambos com ensino superior. Estudou boa parte da vida escolar em escolas públicas, ganhou uma bolsa integral para cursar jornalismo na PUC-Rio onde, também com bolsa, concluiu o Mestrado em Comunicação em 2009. Antes de ingressar como repórter no Grupo Globo empreendeu, durante alguns anos, na área de comunicação empresarial.

Constança Tatsch é atualmente repórter da editoria Sociedade, mas ingressou no jornal O Globo como repórter de Celina, em março de 2019. Ela tem 41 anos, é mulher cisgênero, heterossexual, branca, de classe média, é casada e mãe de uma menina. Fez alguns anos de Teatro, mas é formada em jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo e possui uma especialização no Instituto Francês de Imprensa, na Universidade Paris 2. Trabalhou na Folha de São Paulo, na rádio Band News e no Jornal Destaque. Os pais são formados pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ele engenheiro, ela jornalista; e a irmã, mais velha, é publicitária.

Todas as jornalistas se consideram feministas, mas, como vimos no capítulo 3, os feminismos são diversos, portanto é crucial que entendamos de qual feminismo elas estão falando, ou seja, o que elas entendem por feminismo:

Eu entendo que sobretudo no Brasil, por razões históricas, as mulheres tenham dificuldade em se declarar feministas. É sempre aquele discurso de que não gosta de rótulos e tal e acho que é justamente por isso que eu me declaro. Primeiro porque há muita desinformação sobre o que é o feminismo e também porque eu faço questão de me declarar feminista pra poder explicar o que eu

³⁶ Os estagiários d'O Globo trabalham em esquema de rodízio, passando por todas as editorias do jornal durante o período de estágio. Raphaela era a atual estagiária em Celina no momento em que a entrevista foi realizada, no dia 27 de maio de 2020.

acho que é feminismo e também porque nunca para só na declaração [...] Então eu acho importante me declarar como feminista pra poder falar sobre feminismo e também como uma posição política. As estatísticas são terríveis no Brasil, então eu acho que quando a gente se declara “sim, eu sou feminista”, é um posicionamento político, pra mim é um pouco como dizer “sim, eu defendo os direitos das mulheres” [...]E depois de muitos anos me afirmando só como feminista eu me afirmo hoje como uma feminista interseccional porque é impossível ser feminista no Brasil e discutir qualquer tipo de projeto político no Brasil sem levar em conta as questões de raça e classe (Renata Izaal, 21/05/2020).

Sim, me declaro feminista, porque eu acho que todo mundo que entende o básico de feminismo se declara feminista, quer dizer, as mulheres, os homens eu acho que não são feministas, podem ser pró-feminismo. Mas assim, a coisa que eu mais acredito é que a gente precisa é lutar pra que as mulheres, e aí é claro, fazendo todo o recorte interseccional nessa análise, mas o meu grande objetivo de vida é contribuir de alguma forma pra que as mulheres tenham igualdade de direitos e oportunidades. Acho que pra mim esse é o meu principal motivador de existência [...] eu tendo a me identificar mais com essa análise da interseccionalidade, eu acho que ela é essencial pra pensar no feminismo e o que a gente quer atingir com o feminismo (Leda Antunes, 16/06/2020).

Eu acho que feminismo é a busca pela igualdade, então desde que... eu acho que no colégio eu ainda não tinha tanto contato assim, porque é algo mais recente, mas desde que eu entrei na faculdade, comecei a ler e a ouvir falar mais eu sempre me identifiquei [...] não que tenha uma corrente que eu diga assim, nunca escolhi assim uma corrente, mas eu me identifico bastante com o feminismo interseccional, porque eu acho que é importante ter outros olhares, além do olhar de gênero também ter um olhar de raça, olhar de classe, então eu acho que é isso assim. Eu não faço tanto essa distinção, mas acho importante ter sempre esse olhar mais abrangente (Raphaela Ramos, 27/05/2020).

O feminismo é natural de alguém que espera igualdade. Então, fora dos clichês do que é ser feminista, eu acho que qualquer mulher que tem qualquer pensamento ou luta ou, enfim, anseio por igualdade, é feminista [...]Eu acho que o feminismo o único cuidado que eu tenho é... eu entendo que o feminismo ele é diferente pra cada mulher, eu sei que a luta de uma mulher negra é diferente da luta de uma mulher branca, eu sei que a luta de uma mãe é diferente de uma mulher com o conforto que eu tenho, por exemplo, que não tem filho, eu não sou negra, também não sou branca, eu sou parda, mas eu não sofro nenhuma violência por causa da minha cor nesse país racista que a gente vive. Então eu entendo que as lutas elas têm que ter o espaço que elas precisam, não é nem merecem, é precisam, requerem. Então eu acho que a gente tem que estar de mãos dadas com os outros grupos entendendo que a gente não pode fazer um feminismo da branca da zona sul (Carla Nascimento, 02/06/2020).

Feminismo no meu entendimento é a busca, a luta por direitos das mulheres, por direitos iguais na sociedade, mas é que vai além dos direitos né, o direito ao voto, por exemplo, mas também lutar por mais respeito, é uma igualdade de oportunidades desde a oportunidades profissionais até as coisas mais pequenas como oportunidade de fala, por exemplo. É poder colocar a sua voz, respeitar, ouvir. É muito uma igualdade...oportunidades sociais e domésticas. O que eu quero dizer é ter igualdade na família, nos relacionamentos, ter uma parceria, um equilíbrio [...]Eu entendo, por exemplo, quando a primeira luta é a racial. Essas são questões que talvez o feminismo não contemple como deveria. É difícil um movimento contemplar todo mundo, mas eu acho que o feminismo que eu acredito é um feminismo que agrega o máximo possível (Constança Tatsch, 22/05/2020).

Como os excertos das entrevistas mostram, todas as jornalistas além de se considerarem feministas, se identificam ou entendem a importância da interseccionalidade nessa luta, considerando, portanto, que os marcadores sociais de raça e classe, como elas mesmas mencionam, não podem ser ignorados na discussão desse movimento político. Igualdade de direitos e oportunidades para as mulheres parece ser uma unanimidade quando

elas definem o feminismo em que elas acreditam. Quando falam de feminismo, no entanto, não aparece uma menção a sexualidade das mulheres, por exemplo. Entendendo que gênero e sexualidade são temas centrais para o feminismo, também foi questionado qual era a visão que elas tinham sobre estes aspectos.

É... eu dou sempre uma resposta que é uma resposta assim, pra todo mundo entender, que [gênero] é o masculino e o feminino e tudo que tem no meio disso tudo e que são escolhas que as pessoas fizeram. Escolha não é a palavra né, mas em algum momento você se dá conta de que aquela é a sua identidade, independente de como você nasceu. E eu tento sempre explicar de uma maneira quase infantil porque eu acho que é mais pedagógico em um país que fala sobre ideologia de gênero. Então, enfim, é a identidade. Se eu fosse definir em uma palavra seria a identidade, aquilo com o que você se identifica, você com os seus botões, porque isso não diz respeito a ninguém e não tem nada a ver se você nasceu com uma vagina ou com um pênis [...]Cara, sexualidade pra mim é um conceito até meio psicanalítico, sabe [...]quando eu penso em sexualidade eu saio um pouco dos estudos de gênero e eu vou muito pra esse canto de pensar a sexualidade como natureza humana que deve ser exercida com liberdade e se ela não é exercida com liberdade em algum momento se libertará. E se exercida com liberdade é fundamental, mesmo, tão fundamental quanto a imunidade biológica pro ser humano ser saudável. É muito aquela ideia mesmo do Freud que a sexualidade é central na natureza humana e tudo o que a gente faz envolve e passa por ela, eu concordo muito com isso (Renata Izaal, 21/05/2020).

Eu entendo[gênero] por uma construção social e cultural de expectativas, de comportamentos, de condutas que a gente atribui a determinado sexo biológico. A gente tem a construção de um gênero masculino, que é uma construção social, que a gente tem uma construção do feminino, que é uma construção social. Então essas construções são atribuídas pra gente quando a gente nasce [...] [Sexualidade] é a nossa relação com a gente mesmo e com o outro. Puxa vida... É que não é só sobre sexo né, não tem a ver só com sexo, tem a ver com a própria identidade, assim da maneira como a gente interage com a gente mesmo e interage com os nossos sentimentos e com os nossos desejos também, em relação com a gente e com os outros (Leda Antunes, 16/06/2020).

Bom, gênero, o que eu penso primeiramente é que existem múltiplos gêneros, hoje em dia não é mais aquilo só sobre masculino e feminino. Normalmente quando eu vou apresentar o Projeto Celina quando eu vou entrevistar alguém o que eu falo é “nós somos uma editoria do jornal que fala sobre as questões de gênero e de diversidade”, então quando eu penso em gênero a primeira coisa que eu penso é nisso, nessa pluralidade, e quando eu falo questões de gênero é basicamente tudo, em todas as áreas a gente consegue encontrar essas questões, seja na política, seja no esporte ou qualquer coisa do nosso dia a dia, a gente consegue fazer um recorte que tenha ligação com gênero pras mulheres ou de qualquer outra forma [...]Sexualidade... acho que a maneira da pessoa é... expressar com o seu corpo, a maneira de ela mostrar e encontrar prazer sexual (Raphaela Ramos, 27/05/2020).

Gênero é uma construção social que surge a partir de uma característica biológica. São papéis sociais construídos a partir do sexo [...]Sexualidade pra mim, acho que é importante dizer, sexualidade é diferente de orientação sexual né. Sexualidade é um conceito mais amplo de como a pessoa existe no mundo e se relaciona com ele (Carla Nascimento, 02/06/2020).

Gênero é uma classificação cultural com a qual você se identifica. Se você se identifica com o feminino ou masculino, ou agênero ou transgênero, enfim, é uma classificação cultural [...]Sexualidade, opção sexual, tem a ver com desejo sexual, independe de gênero. É por quem você sente atração (Constança Tatsch, 22/05/2020).

As perguntas sobre gênero e sexualidade foram importantes para constatar o entendimento delas sobre como esses aspectos são perpassados pela cultura, por uma construção social que atribui papéis, normas, condutas à homens e mulheres. No entanto, é importante ressaltar que mesmo que Raphaela fale “gênero é basicamente tudo”, nenhuma

delas entende o conceito de gênero como trabalhamos nesta pesquisa, como uma categoria teórico-epistemológica, ou seja, gênero enquanto uma instância de poder que perpassa não só a construção dos corpos e das identidades dos indivíduos, mas também as próprias instituições sociais. Conforme os trechos das entrevistas apresentados acima, o gênero e a sexualidade ainda estão muito ligados aos corpos de homens e mulheres, mas é possível identificar, também, que a compreensão das jornalistas ultrapassa gênero enquanto categoria descritiva e como apenas sinônimo de uma cisheteronorma, já que o discurso delas abrange também pessoas LGBTQ+. Inclusive todas elas entendem que o feminismo deve abranger essas questões, como Renata chama a atenção:

Feminismo é um movimento político feito por mulheres para as mulheres para lutar contra uma situação social, política e econômica absolutamente desigual que foi criada pelo patriarcado, por essa sociedade em que os homens sempre mandaram e decidiram. Pra se afirmarem como líderes dessa sociedade sempre colocaram a mulher no lugar de um Outro inferior, então o feminismo é esse movimento nosso, e eu gosto de dizer que é nosso porque eu não acredito que existam homens feministas, eu acho que os homens são aliados do feminismo, mas feministas somos nós que construímos esse movimento político pelos nossos direitos, pela tão falada igualdade de gênero. E pra mim igualdade de gênero é pra todas as mulheres que se identificam como mulheres, não me importa a sigla do LGBTI, é pra mulheres trans, pra mulheres lésbicas, enfim, pra todas nós (Renata Izaal, 21/05/2020).

Dentre tantas desigualdades de gênero que as mulheres enfrentam em decorrência dessa cultura machista e patriarcal está a violência de gênero, fenômeno que está sendo analisado de forma mais específica nesta pesquisa. Por isso também era importante entender o que elas consideravam violência de gênero, não só para compreender o desenvolvimento das narrativas sobre violência de gênero em si, mas também para poder fazer aproximações com a discussão teórica feita durante o trabalho sobre a temática.

Violência de gênero é uma dessas... é talvez a imagem, a prova mais atual e quase visual dessa tremenda desigualdade e inferioridade da qual o patriarcado colocou as mulheres. Quando eu digo que a sociedade foi construída, liderada e comandada por homens, com a mulher como Outro num lugar inferior, é como se eles fossem nossos donos e pudessem fazer o que quisessem, e as cenas mais sórdidas disso são as violências, não apenas a violência física, a violência física é o último grau, mas pra mim violência de gênero inclui todos os tipos de assédio e todas as carências sabe, desde a falta de oportunidade, a desigualdade de rendas, de salários (Renata Izaal, 21/05/2020).

Violência de gênero eu acho que é qualquer tipo de violência né, considerando todos os tipos de violência, violência patrimonial, violência psicológica, violência física mesmo, violência verbal... que acontece pelo fato de você viver nesse contexto em que existe uma dominação do gênero masculino com o gênero feminino. Então a violência de gênero se baseia nessa relação de poder, onde o gênero masculino tem poder sobre o gênero feminino (Leda Antunes, 16/06/2020).

Violência de gênero eu entendo que é qualquer tipo de violência que esteja baseada na ideia de superioridade de um gênero em relação ao outro. Então pode acontecer de diversas formas, pode ser uma violência física, pode ser psicológica, e também relacionada a diversas áreas e diversas questões, às vezes de uma forma mais ampla, mais evidente, e às vezes de uma forma mais subjetiva (Raphaela Ramos, 27/05/2020).

Eu acho que a violência de gênero ela surge pra “colocar a mulher no lugar dela”. Por exemplo a violência contra mulheres, são posições de poder que são marcadas, enfim, são esses pés que são batidos, esse aqui é o seu lugar, fique aí, não saia daí, você não pode se comportar assim, você abaixa a cabeça pra mim enquanto eu tô falando com você, você não pode ser essa “piranha” que sai desse lugar de recato, uma série de entre aspas de motivos que levam a violência. Só um adendo, e eu sei que tá claro, mas só pra remarcar. Que a violência pra demarcar lugares, eu falo desses lugares que são construídos a partir da noção de gênero (Carla Nascimento, 02/06/2020).

*Bom, a violência de gênero é o máximo do desrespeito, vai desde a violência física até o desrespeito pela pessoa por ser o que ela é, pelo gênero com o qual ela se identifica. **É quando acredita-se que uma pessoa é menor por ser mulher, ou por ser trans...** Essa violência pode ser física, como é em muitos casos, mas ela também pode ser verbal, psicológica* (Constança Tatsch, 22/05/2020).

Como fica claro pela fala das jornalistas, elas entendem que a violência de gênero é uma das formas mais brutais e explícitas da demonstração das desigualdades de gênero, construídas a partir de uma noção cultural, social e histórica de inferioridade de alguns indivíduos a partir do gênero, mas não somente. Constança, por exemplo, deixa claro que pessoas trans também são acometidas pela violência de gênero, ou seja, não são só as mulheres no sentido hegemônico que sofrem com as consequências da violência, mas também as mulheres identificadas com outros marcadores sociais, como a sexualidade, a raça e a classe. Nesse sentido, entendendo que o Brasil é um país fortemente marcado por essas desigualdades de gênero, foi questionado às jornalistas como o feminismo poderia atuar no combate a essa problemática.

*O feminismo eu acho que é a mola propulsora, **o feminismo é o combate às desigualdades de gênero, eu acho que ele não tem um papel porque ele é esse combate.** E a gente tá nesse momento muito interessante que graças às redes sociais, e graças a essa ideia que veio junto com a quarta onda do feminismo, que feminismo vende, que tem um espaço no mercado, então tem muita informação circulando, nas redes, nos coletivos, em projetos como o Celina, a gente sabe que não é o único projeto, tem livro pra caramba, tem festival [...] Enfim, **eu acho que o feminismo ele é o combate, mas eu acho que ele é combate e ferramenta nesse momento em que a informação circula com muito mais facilidade e aí permite que o feminismo chegue a lugares que aquelas feministas históricas do passado não poderiam nem imaginar*** (Renata Izaal, 21/05/2020).

*Cara, eu acho que o feminismo faz muito mais que o jornalismo só que a gente não reconhece assim, no sentido de que o jornalismo hoje só tem uma cobertura de gênero né, tipo assim, ainda que seja limitada, porque o feminismo lutou pra isso, entendeu. Lutou para que essas questões fossem reconhecidas e pra que esse olhar fosse dado assim, **eu acho que o movimento feminista é primordial e a gente tem um problema de não reconhecer mais isso, sabe [...]** Nada disso do que a gente tem hoje, a gente ainda tem muito o que conquistar, mas **tudo o que a gente conquistou até hoje é fruto de luta do movimento feminista, seja dentro das instituições, seja dentro dos partidos, seja de maneira autônoma.** O fato de a gente ter um projeto que faça cobertura de gênero dentro de um jornal conservador como é o Globo é fruto do movimento feminista, tudo isso assim. Falta muito reconhecimento, as pessoas acham que as coisas vêm do nada, mas tem milhares de mulheres lutando pelas coisas há muito tempo* (Leda Antunes, 16/06/2020).

Eu acho que [o feminismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero] é elegendo lutas, elegendo prioridades, elegendo questões vitais, tipo, combatendo coisas urgentes, violência doméstica que já tem muito, desigualdade de mercado de trabalho que é muito pesado eu acho, eu acho que isso assim, desigualdades que botam a vida das mulheres em risco, eu iria por aí assim.

Na verdade é o que eu tento fazer, mas eu não sei se é o melhor caminho, é um caminho que eu enxergo, como mulher e profissional. É a forma como eu falo, como eu posso contribuir com essa discussão, o que me salta aos olhos com urgência e no que eu posso ajudar, então esse é o movimento que eu faço, talvez uma ativista que entenda melhor esses trâmites, essas coisas da luta da rua que eu não tenho, te respondesse outra coisa (Carla Nascimento, 02/06/2020).

É a gente denunciar, sempre. A função do feminismo é a busca pelos direitos, é denunciar o que tá errado. E eu acho que não é só ficar citando casos, mulher que foi morta pelo marido porque ele achou que ela tinha uma amante. Bom, mas por quê? Não importa, porque ele matou uma mulher. Então são coisas que a gente tem que estar vigilante, sobretudo no jornalismo (Constança Tatsch, 22/05/2020).

É interessante notar o quanto as jornalistas, ao responderem qual era o papel do feminismo no combate às desigualdades de gênero, acabam relacionando a luta feminista com o próprio jornalismo, transferindo a questão para um modo mais particular de como elas, enquanto jornalistas, viam possibilidades de aplicar o feminismo na própria prática profissional e atuar nesse combate. Contudo, quando questionadas sobre o papel do jornalismo, especificamente, nessa atuação de combate às desigualdades de gênero, normas profissionais são acionadas, como a objetividade e a imparcialidade, dificultando essa missão do feminismo que elas expuseram nas falas acima.

*Eu acho sobretudo com informação, sabe. Informação e denúncia [...] Então eu acho que tem que ter cada vez mais a ideia de prestar um serviço pro leitor, sabe. Então por exemplo uma coisa que a gente fala em Celina e que é muito importante pra gente é **informar as mulheres**, elas precisam saber quais são os direitos delas, que legislação existe, o que elas podem fazer. E **denúncia**, é denunciar o assediador, denunciar a carência de serviços, eu acho que a gente tem esse papel. **Se não for o jornalismo, quem será?** (Renata Izaal, 21/05/2020).*

*Cara, porque eu acho que a gente... uma que **eu acho que por muito tempo o jornalismo reproduziu discursos machistas, misóginos, que reforçavam, na verdade, a violência contra as mulheres, e eu acho que o jornalismo tem uma responsabilidade social imensa, embora tenha muitas falhas evidentemente, mas a responsabilidade é imensa, e eu acho que quando a gente não fala dessas questões a gente tá deixando 50% da população de fora de uma cobertura, de uma análise crítica, dessas questões da sociedade, assim. Acho que fazer jornalismo não é só narrar os fatos, é fazer essa análise crítica das coisas que estão acontecendo, e tem muitas coisas que acontecem, ainda mais num país como o Brasil, que acontecem por causa do machismo, por causa da dominação de gênero, dessas relações de poder. Então é muito importante que no jornalismo, é... pra aprofundar mesmo, pra entender melhor como as coisas funcionam e como acontece, sabe [...] Eu acho que [o jornalismo pode atuar] denunciando, é... denunciando essas desigualdades, no sentido de mostrando mesmo, escancarando que elas estão ali [...] eu acho que o papel do jornalismo é colocar luz sobre esses problemas, fazer essas denúncias e falar de... eu acho que também tem muito a ver com uma coisa de **prestar serviço**, sabe? Então, **levantar essas discussões, prestar um serviço de dar informação importante pras pessoas, fazer gerar essas reflexões e... incidir na prática diária, cotidiana.** Eu acho que é uma ambição grande, mas eu acho que quando uma pessoa faz jornalismo eu acho que ela faz meio que com essa ambição mesmo, mais utópica (Leda Antunes, 16/06/2020).***

*Eu acho que é importante porque, primeiro porque como existe a desigualdade de gênero, acho que é importante que esse tema seja tratado e debatido na mídia. E em relação a diversidade porque de forma geral a gente acaba vendo sempre, tanto ponto de vista como as fontes, enfim, e todas as questões, a gente vê normalmente pelos homens, brancos, heterossexuais. Então **eu acho importante por esse lado da diversidade trazer outras pessoas pra falarem, darem seus pontos de vista, porque a gente vive numa sociedade que é formada por pessoas diferentes, então todo mundo tem que ter voz.** E como existe essa questão da desigualdade de gênero, e todas as outras*

desigualdades que a gente já comentou, é importante que na mídia tenha um espaço pra se falar e se debater também essas questões [...] Acho que [o jornalismo] pode atuar no combate tanto dando voz pras pessoas, pra que elas mostrem que existe essa desigualdade, tanto também mostrando iniciativas positivas e buscando, assim, mostrando que o problema existe, mas também quando existem iniciativas, soluções, e o que pode ser feito. A gente faz muita matéria também de serviço em Celina, dizendo onde é que é a delegacia, como pode fazer, como pode denunciar, quais são os motivos que são enquadrados na lei. Então acho que é dessa forma (Raphaela Ramos, 27/05/2020).

Eu acho que a importância de falar disso é tornar oficial de que essa não é uma preocupação passageira, de que esse é um compromisso social dos valores de igualdade do jornal, de falar sobre isso, de discutir isso e de corrigir de alguma forma. Eu acho que o jornal deveria ter essa preocupação de olhar pra si, de ver o que ele já fez de machista, porque somos todos, não tem jeito, é uma desconstrução, então eu acho que ele tem um papel de desconstruir o que quer que seja que ele já tenha ajudado a construir em termos de machismo e gênero. Fica difícil esse papel, porque é muito difícil desconstruir, mas Celina vem como uma marcação desse compromisso mesmo [...] eu acho que toda iniciativa que é pra legitimar reflexões sobre gênero tem que estar estampadas, e isso estar em um jornal, na minha opinião, dá uma chancelada na discussão [...] Eu acho que o jornalismo tem esse papel de mostrar e desconstruir, sabe? Esse papel do desconstruir do tipo “olha, a gente sempre contou isso assim, mas isso não é só assim, isso também é assim, assim e assim”. Eu acho que a gente passa muito tempo elaborando rótulos, e construindo a informação no sentido de que os rótulos às vezes só prendem a gente (Carla Nascimento, 02/06/2020).

Não é ativismo, é jornalismo. Eu sou feminista, mas sou sobretudo jornalista. Então fazendo um papel de jornalismo. Então dentro disso é importante salientar que não é ativismo, é jornalismo. Lógico que é um jornalismo que tem uma busca por diferentes ideias, que tem um embate, que tem um monte de questões, mas é jornalismo e dentro de uma empresa jornalística. Então a gente tem que saber respeitar [...] É uma tarefa que eu vejo como uma das principais tarefas do jornalismo que é ver o que tá errado na sociedade, investigar, fazer uma denúncia do que tá errado [...] Eu acho que o jornalismo também tem que entender o olhar interno, que é um pouco do que tem em Celina, mas mesmo que não tenha aí uma vertical, que seja uma editoria, tem que ter uma postura que é de ouvir mulheres, ouvir especialistas que sejam mulheres, denunciar algumas coisas e equilibrar um pouco a balança (Constança Tatsch, 22/05/2020).

Muito do que as jornalistas falam sobre o papel e a importância do jornalismo recai a uma cultura profissional que cobra que os jornalistas sejam isentos e objetivos, além de uma crença, mesmo que implícita, que o jornalismo pode atuar como um espelho da realidade. Isso fica evidente quando elas falam em informação, denúncia, prestação de um serviço, mostrar, colocar luz sobre os problemas, equilibrar a balança, etc., todos aspectos ligados a objetividade do jornalismo. Algumas parecem romper com essa premissa quando falam sobre a responsabilidade da mídia desconstruir, refletir, debater, analisar criticamente as situações, mas, ao mesmo tempo, se demonstra uma preocupação em fazer jornalismo, não ativismo. Mesmo quando perguntadas sobre a abordagem que a mídia jornalística deveria ter nos casos de violência de gênero, ainda há um pensamento calcado nesses valores de objetividade.

Acho importante [que a mídia aborde a violência de gênero], mas eu faço ressalvas. Eu acho que sim, acho que é obrigatório que a imprensa aborde violência de gênero, acho obrigatório que a imprensa faça denúncias, que apure os casos, que faça um mapa da violência de gênero no Brasil, onde ela ocorre, quais são os números, mas eu tenho uma ressalva: pra fazer tem que fazer direito, sabe? Não adianta simplesmente dizer que tá pautando violência de gênero e mandar um repórter machista ir fazer essa matéria, entendeu? [...] Então tem muito vocabulário pra estudar, tem legislação, tem modos de operar, você não pode mandar, por exemplo, mandar

*um homem pra entrevistar uma mulher que foi vítima de violência sexual, sabe? Por mais que ele seja um repórter incrível, não dá, por uma questão de acolhimento, **você tem que ter sensibilidade pra tratar das questões de gênero, sobretudo quando a gente trata das violências. Tem que entender que não é só número** e... tem que ter a sensibilidade (Renata Izaal, 21/05/2020).*

*Acho fundamental e acho que não deveria ser uma coisa restrita a projetos como o Celina, entendeu? Tipo, eu acho que a abordagem de gênero tem que ser, tem que fazer parte da prática cotidiana do jornalismo, assim como a violência racial [...]é importante que tenha um lugar dentro do jornal que a gente discuta essas questões, mas eu acho que é uma etapa do processo. **Pra mim um mundo ideal, pensando no jornalismo, o ideal é que essa cobertura faça parte do jornalismo como prática diária e que a gente não precise ter um lugar dedicado só pra isso, pra que essa cobertura essencialmente esteja na pauta do dia a dia, assim como a cobertura racial e a diversidade sexual também.** Mas acho que a racial e a de gênero ainda mais... porque não é uma pauta, me irrita um pouco tratar como pauta identitária, não é uma pauta identitária, é metade da população no Brasil, mais da metade é mulher, mais da metade são pessoas negras, então interessa a população como um todo. Então eu **acho fundamental que o jornalismo trate disso e que trate cada vez mais, acompanhe, ponha uma lupa sobre esse assunto**, que se dedique, que não reforce estereótipos de gênero, que não reforce culpabilização da vítima e etc. O que é difícil né, por mais que a gente tenha melhorado muito nesse aspecto, acho que ainda tem muitos veículos, principalmente veículo popular assim, que reforça muito assim, principalmente na violência de gênero, ainda reforça muito mais violência [...]Pra que isso faça parte da nossa conversa diária também, porque **o jornalismo tem esse potencial de pautar o que as pessoas tão discutindo né, e a violência de gênero muitas vezes passa despercebida, porque ela já é tão naturalizada que a gente não percebe, então se a gente cada vez mais cobrir isso de maneira responsável, isso vai aparecer no nosso dia a dia e vai ter mais pessoas capazes de diagnosticar isso e poder agir, intervir em situações e mudar seus comportamentos, influenciar nas suas realidades.** Acho que isso já acontece muito com a violência doméstica, por exemplo, hoje em dia é muito menos tolerável, então é um processo longo, mas eu acho que a gente tá conseguindo construir aos poucos. Talvez tenha que ser mais rápido, talvez... mas é difícil (Leda Antunes, 16/06/2020).*

*Sim, acho importante [a mídia abordar a violência de gênero] porque é um problema que existe e que precisa ser falado, mostrado, pra que as pessoas **se conscientizem e saibam e vejam que isso é um problema e que precisa ser feito algo pra mudar essa situação** (Raphaela Ramos, 27/05/2020).*

*Eu acho que tem que abordar o absurdo, **eu acho que as pessoas se conscientizam que uma coisa tá errada quando você mostra** [...]Claro que uma situação de violência física ela é mais óbvia, não se bate numa pessoa né, eu acho que é chamando a atenção e criando essa consciência coletiva de gente, isso aqui não é mais aceito como há muito tempo atrás algumas violências, alguns abusos eram simplesmente deixados de lado, tipo, não, a família que resolve, não se mete a colher. Então **eu acho que é nesse sentido de desconstruir verdades e crenças que a gente tem e que a gente carrega no dia a dia, às vezes por falta de reflexão, às vezes por falta de alguém, porque as vezes falta né, alguém falar “não, pera aí, isso tá errado”** [...]Então eu acho que é isso, são esses movimentos, e o jornalismo tem que olhar pra isso, ele tem que falar disso, ele tem que dizer que uma questão relacionada a gênero, ao abuso, ele tem consequências muito grandes, o assédio no trabalho tem consequências muito grandes pra vida da mulher, pra autoestima dela, pra saúde mental, pro futuro, pra capacidade dela de num futuro cuidar da própria família, no sentido de que ela pode ter consequências negativas profissionalmente falando. Então é isso, **gerar consciência mesmo do peso que as coisas têm**, nesse sentido (Carla Nascimento, 02/06/2020).*

***Eu acho que mais que importante, é fundamental.** É um debate necessário porque a gente ainda vive numa sociedade muito desigual, a gente ainda vive numa sociedade violenta, eu acho que a sociedade inteira tem que se repensar. A gente vê aí, agora principalmente na pandemia, a situação de violência de algumas mulheres, o que merece destaque e exige uma luta mais efetiva, mais incisiva na pandemia. E isso é só um exemplo de que a sociedade tem que ser repensada. **A mulher tem que ter mais voz, a gente tem que ter mais vozes, de outras etnias, grupos, porque quanto mais a gente ouvir essas vozes, mais a nossa sociedade vai ser plural. E quanto mais plural for a nossa sociedade, melhor ela vai ser, mais ela vai avançar.** A gente é uma civilização,*

*e uma civilização precisa de todas as vozes, pra que ela avance [...]Eu acho muito importante [a mídia jornalística abordar a violência de gênero], mas eu acho que isso tem que ser feito com uma reflexão em cima. **Acho que isso tem que ser feito com uma reflexão e não só com o relato de casos.** A gente tem que ter um cuidado porque quando a gente fala sobre essas situações sempre vai ter uma pessoa com um lado meio sádico que vai se deliciar com aquilo, sabe? Ou pode servir de inspiração pra uma outra pessoa... se não trazer uma reflexão aplicada, não soma. Se a gente faz uma matéria de abuso, a gente tenta trazer uma coisa de trazer telefones, se você precisar de ajuda, [saber] onde pode recorrer. **Se a gente não trazer ferramentas de apoio, se a gente não trazer reflexão em cima, aí a gente não consegue avançar, e aí a gente pode acabar fazendo um desserviço** (Constança Tatsch, 22/05/2020).*

Aqui, quando questionadas sobre violência de gênero, mesmo que ainda recorram a termos como denúncia, informação, dados, números, elas reconhecem a necessidade de haver uma maior sensibilidade na cobertura desse tema, chegando a admitir que essas pautas são desenvolvidas de forma diferente por jornalistas homens e por jornalistas mulheres. Portanto, percebe-se que elas entendem não só que o jornalismo atua na construção de realidades, que podem influir nos comportamentos dos indivíduos e numa conscientização coletiva, como também assumem que o gênero do repórter vai variar na forma como vai cobrir a temática. Além disso, as jornalistas também chamam a atenção para a necessidade dessa cobertura em específico promover uma maior reflexão e debate. E é justamente isso a que se propõe o Projeto Celina, cobrir essas temáticas relativas a gênero e diversidade com uma maior análise crítica, por isso, a seguir, apresentaremos os trechos das entrevistas em que as jornalistas explicam os objetivos do projeto e as suas práticas diárias.

*Acho que também por conta dessa quarta onda feminista não só o jornal trazer mulheres, mas trazer **leitoras mais jovens**, ou seja, rejuvenescer o jornal, eu acho que **Celina rejuvenesce o jornal, inclusive pelo perfil editorial**, que não é aquele velho [perfil] de revista feminina, acho que a gente rejuvenesce o jornal. E obviamente eu acho que **Celina é uma nova oportunidade comercial pro jornal** mesmo, entendendo que as marcas tão querendo falar pras mulheres de uma outra maneira, estão querendo discutir gênero e diversidade, acho que Celina é uma nova oportunidade. E acho que também é um objetivo do jornal, sabendo que as questões de gênero são questões das mais importantes pra sociedade brasileira nesse momento, pro bem e pro mal das mulheres discutindo, olha o Presidente da República falando sobre ideologia de gênero, eu acho que Celina coloca o Globo na vanguarda dessas discussões, não está mais lá um repórter de política conversando com a Damares sobre ideologia de gênero, não, tem a Leda que é um repórter especialista nessa área, com experiência nessa área, conversando com as especialistas, todas as “ólogas”, com mulheres, pras elas dizerem o que tem que ser dito. **Então eu acho que pro jornal também tem isso, é uma maneira da gente se colocar à frente desse debate e da gente pautar o debate também né [...]**E eu acho que, no fim, resumindo, o que a Celina faz é trazer **informação de qualidade, bem apurada, bem pesquisada, feita por mulheres que estão discutindo, pensando, estudando essas questões e querendo lidar com elas com seriedade.** Informar mesmo, sabe (Renata Izaal, 21/05/2020).*

*Então eu acho que **o objetivo é realmente dar importância pra um assunto que não tava tendo uma cobertura tão grande**, até pelas limitações mesmo do próprio jornal, as redações estão cada vez menores, a cobertura de gênero ficaria com a editoria de sociedade, mas por exemplo, a cobertura de coronavírus e a cobertura de educação também fica com sociedade, ou de meio ambiente. Então, pensa assim, no governo Bolsonaro, que você tem uma crise ambiental, uma crise no ministério da educação toda semana, aí vem uma pandemia, eu acho que realmente fica difícil de você exigir que essa equipe consiga fazer uma cobertura de gênero [...]Eu acho que **essas duas coisas meio que convergem, acho que a importância é você ter um grande jornal***

fazendo isso, e o objetivo é realmente dar esse destaque a uma cobertura que não necessariamente é feita no dia a dia (Leda Antunes, 16/06/2020).

*Acho que o objetivo é trazer esse... dentro do jornal O Globo né, que é **um jornal grande, trazer esse olhar de mulheres né, que tão definindo as pautas, definindo as fontes, definindo como vai ser feito, e de sempre olhar pra essas questões que a gente comentou, de gênero e diversidade.** Garantir que tenha né, porque esse olhar poderia também ter mais geral no jornal, mas garantir que esteja sendo produzido conteúdo nesse sentido. Eu acho que Celina é importante [pra sociedade] porque é um jornal de grande alcance e também de renome, é um jornal que as pessoas, enfim, conhecem e confiam. E aí trazer esse olhar pras pessoas que talvez não tivessem acesso a esse tipo de informação, e trazer esse olhar pra essas questões. Acho que é importante nesse sentido, de que as pessoas leiam, conheçam e debatam sobre esses assuntos (Raphaela Ramos, 27/05/2020).*

*Eu acho que Celina veio pra ficar, acho que **Celina marca o fim de uma era em que o jornalismo não tratava dessa questão com a oficialidade e com o peso com que ela merece. Eu acho que Celina dá esse carimbo** sabe, agora a gente vai ter que olhar pra isso sim, isso vai fazer parte da nossa rotina sim, não é mais saúde, educação, política, economia e bem-estar, **gênero também é uma questão que é um tema urgente. Eu acho que Celina vem pra chancelar isso, essa importância e esse caminho sem volta desse lugar que a mulher precisa ter de igualdade, de segurança e enfim, de oportunidades** (Carla Nascimento, 02/06/2020).*

***Eu acho o Celina uma revolução, assim. Eu acho que a gente sempre vai precisar mais, mas eu acho que é uma evolução, e acredito profundamente. É uma reinvenção do jornalismo, da mídia feminina.** E não é uma coisa exclusiva do Celina, é uma onda que inclusive as revistas femininas têm se dado conta [...] **eu acho que Celina é um exemplo ...** Eu acho que é um exemplo pra outros veículos, **eu acho que é uma oportunidade de dar voz a diferentes segmentos, eu acho que propõe uma reflexão pros leitores e pra mídia, acho que bota luz em alguns assuntos que a gente acaba ignorando, eu acho um projeto maravilhoso** (Constança Tatsch, 22/05/2020).*

Todas as jornalistas demonstram, nas suas falas, o objetivo e a importância do Celina em dar destaque e oficialidade a temas ligados a gênero e diversidade. Algumas delas, inclusive, consideram o projeto como uma revolução não só para o jornal O Globo, mas também para o jornalismo de um modo geral. É possível notar traços dessa “revolução” nas práticas diárias do Celina quando as jornalistas falam sobre o dia a dia de trabalho da iniciativa. Destaco algumas condutas, como a premissa de só ouvir mulheres como fontes nas notícias, de propor uma maior análise sobre os temas e de ter uma atuação mais colaborativa entre a equipe, independentemente da hierarquia dos cargos.

***É um espaço muito informal** e eu acho que é informal por minha influência sabe, porque eu não gosto de ser aquela editora que é a super chefe, sabe. Eu monto as pautas, eu mando as pessoas fazerem, elas me entregam do jeito que eu quero e ponto. Eu acho que não funciona assim, sobretudo num projeto que é muito pequeno, tem pouca gente trabalhando, e **um projeto desses que a gente trabalha com mulheres eu acho que eu preciso trazer pra perto de mim outras experiências. Não só as experiências pessoais delas, mas o que elas ouvem, o que elas vão trazer sabe [...]** É muito um **trabalho coletivo**, e agora que a gente tá em home office **a gente também divide tarefas.** A Leda, por exemplo, ela faz 90% do Instagram de Celina, todos os textos sou eu que edito, a Rapha faz as matérias, mas quem vira o site sou eu ou a Leda, a gente tem algumas tarefas assim, específicas de cada uma, mas a gente também vai fazendo coisas [...] **Mas é tudo muito compartilhado sabe, quando uma tá com dificuldade passa para a outra, é muito colaborativo entre nós três** (Renata Izaal, 21/05/2020).*

*Então quando a gente consegue entrar nessas discussões também é uma repercussão muito legal e a gente busca fazer essa **explicação** mesmo, essa coisa **didática**, tipo assim, olha só, isso aqui tá*

*acontecendo por causa disso e disso, de **por essa lupa mesmo da ótica do gênero sobre essas coisas que tão bombando** [...] Eu acho que Celina não se limita a nenhum dos assuntos, tenta fazer o máximo de coisas, e desde investigações, eu gosto de fazer muita coisa com lei de acesso, dados de violência, dados de crimes sexuais e tal, às vezes a gente não vê muito uma cobertura assim e tal, eu gosto muito de fazer esse tipo de pauta, mas **é tudo... um diálogo muito aberto, é muito bom e a gente vai trocando ideias** (Leda Antunes, 16/06/2020).*

*A gente sempre opta por preferencialmente mulheres, e, enfim, entrevistar não só mulheres brancas, mas também mulheres negras, claro que vai depender da pauta, vão ter algumas pautas que vão precisar ter algum homem ou alguma coisa assim, mas é basicamente isso, a gente tenta trazer a **diversidade nas fontes**, não só nas pautas, às vezes é uma pauta que nem tenha esse recorte, mas que é legal a gente trazer uma mulher ou uma mulher negra falando (Raphaela Ramos, 27/05/2020).*

*O Celina faz uma maior análise sobre os casos, porque não tem uma obrigatoriedade com o **factual** como as outras editorias. Como o Celina não tem essa obrigação, ele [o Projeto] pode propor uma **reflexão** em outra esfera, então ele vai **pensar e repensar o problema** de forma mais ampla. Então é nesse sentido de **ouvir outras vozes**, que não estão ali (Constança Tatsch, 22/05/2020).*

A maior análise e reflexão que o Celina propõe também é um reflexo das condutas das próprias jornalistas, enquanto profissionais e enquanto mulheres. Nesse sentido, é evidente que as subjetividades delas enquanto mulheres, e suas experiências, vão influenciar nas pautas e no jornalismo que elas produzem. Mas, por vezes, elas demonstram certa confusão ao fazer relação e separação entre jornalismo e ativismo. Como, de fato, as experiências delas vão reverberar na prática profissional, no dia a dia do projeto.

*Você tem que trazer pro projeto gente que esteja engajada nessa luta, que não é ativismo, é simplesmente gente que queira, assim como tem gente que queira fazer o melhor jornalismo político, gente que queira fazer o melhor jornalismo no trato com as questões de gênero [...] É isso de **agregar**, de **ouvir**, de colocar todo mundo pra ter **responsabilidade**, colocar todo mundo pra fazer parte da **decisão**, porque eu realmente acho que, achava isso no Ela e no Celina é muito mais importante, a gente tem que acreditar nisso que a gente tá fazendo, você tem que estar muito a fim de fazer aquela pauta, você tem que acreditar no projeto, você tem que querer que esse projeto seja relevante, você tem que querer que a vida dessas mulheres mudem. Então pra que as meninas se engajem eu preciso que a decisão seja delas também, preciso que elas participem, não é simplesmente chegar, colocar a bolsa e dizer “hoje você vai fazer isso” e aí quando acabar “ai, acabou, ótimo, beijo, até amanhã”. Não pode né, **elas têm que ser o motor da coisa toda. E isso é muito a maneira como eu lido com as coisas na minha vida pessoal, sabe. Eu como mulher não verticalizo nada, não fico dando ordens por aí, não gosto de mandar, de chefiar, nada, eu gosto de discutir, de trazer, de sentar com os meus amigos e ouvir, e falar pra eles, enfim. Então acho que as coisas se confundem e no final das contas a contribuição é essa, não é uma contribuição jornalística em si, é uma gestão que é outra** (Renata Izaal, 21/05/2020).*

*Eu acho que é engraçado assim porque **no jornalismo você tem que prezar por um distanciamento**, mas ao mesmo tempo quando o assunto é esse eu acho que é impossível que você não... não é se envolver a palavra, mas não é possível você não ter esse, não ser impactada de alguma forma [...] Mas eu acho que **existe uma sensibilidade diferente, sabe? Existe uma... um cuidado**, principalmente quando a gente tá cobrindo sobre assuntos sensíveis, um cuidado na hora de falar com o outro, **atenção** a algumas coisas que talvez um homem não fosse prestar atenção ou um homem que não está atento a essas coisas, pode ser que um homem que está mais atento preste, mas no geral eu acho que não. Enfim, mas eu acho que tem um baita impacto no meu trabalho, mas não pode me limitar. Claro, **eu tenho as minhas limitações, como a minha vivência de uma mulher com privilégios de mulher de classe média, branca, etc, isso não pode me limitar a fazer uma cobertura só sobre aquilo que eu entendo como problemático numa sociedade patriarcal, aí tem que observar as coisas com um olhar interseccional, sempre isso tá***

na minha mente o tempo todo. E aí a gente busca as vozes que podem falar sobre isso, porque eu não vou poder falar sobre os problemas de uma mulher lésbica, por exemplo, sobre as dificuldades que uma mulher lésbica tem em se relacionar, cuidar da própria saúde e etc., aí acho que entra o lado muito interessante do jornalismo que é isso de falar com essas pessoas, você ter a oportunidade de falar com essas pessoas e ouvi-las, acho que isso é o mais legal (Leda Antunes, 16/06/2020).

Assim como eu trouxe em Celina algumas questões ligadas à maternidade, como essas matérias sobre puerpério, do luto perinatal, são das vivências da maternidade que eu tinha e outras pessoas não tinham. A Naíse trouxe a questão da mulher negra. Eu trouxe a questão da solidão da mãe. Depois a Amanda trouxe as questões da mulher na Rocinha. Então assim, eu acho que todo mundo traz, e se todo mundo traz uma bagagem, a gente vai agregar experiências. Mas o jornalista também tem um papel de ouvir. Eu não vou falar, eu vou ouvir, e isso não me impede de ouvir as dores que não são só minhas. Eu vou ter esse olhar atento de entendimento e vou transpor essas questões. Seja homem, seja mulher, branco ou negro, a gente tem que falar com respeito a dor e o lugar do outro (Constança Tatsch, 22/05/2020).

Um aspecto que chama a atenção é essa preocupação em demonstrar que o jornalismo produzido por Celina não é ativista, o que reforça a ideia de um jornalismo objetivo e imparcial que não pode se posicionar sobre essas questões, mesmo quando estamos falando dos inúmeros percalços que as mulheres enfrentam em decorrência das opressões de gênero, raça, classe e sexualidade. Entretanto, esse processo de escuta, de agregar as experiências das jornalistas no dia a dia do projeto certamente demonstra uma conduta feminista, de ouvir e ser empática com a dor de outras mulheres, podendo até mesmo estar ligada à sororidade. Por essas e outras práticas jornalísticas já mencionadas, todas as entrevistadas consideram que Celina é, sim, um projeto feminista.

Ele [o projeto] é vendido como a plataforma de gênero do Globo. Eu, no meu Twitter, eu boto que é o projeto feminista do Globo. Porque feminismo é isso, a gente já falou, é um movimento político que exige a igualdade de direitos, e o que o Celina faz é isso, exigindo o tempo inteiro essa igualdade de direitos, expondo as situações terríveis a que as mulheres brasileiras são submetidas, não só as brasileiras, mas em especial elas. A gente cobra, a gente expõe, e no fundo, no fim das contas, o que a gente quer é ajudar nesse caminho até a igualdade de gênero, então não tem como não ser feminista. Celina é feminista porque a equipe é feminista, nós três, eu, Leda e Rapha nos assumimos como feministas, e acho que Celina, pros nossos objetivos, todos estes dos quais a gente já falou, ou é feminista ou não é. Só há o caminho de ser feminista mesmo (Renata Izaal, 21/05/2020).

Cara, eu acho que, eu e Renata a gente tem uma conversa muito aberta sobre isso e a gente faz questão de fazer uma cobertura feminista. Talvez a gente falhe, talvez a gente já tenha falhado em algum momento ou não, mas o nosso objetivo é fazer uma cobertura feminista. Então, assim, não é simplesmente entrevistar qualquer mulher, é entrevistar uma mulher que possa ter um visão crítica sobre as coisas [...]E eu acho que a gente tem como objetivo, falo por mim, mas a Renata concorda comigo, a gente tem o objetivo de fazer uma cobertura feminista e eu não acho que isso é uma coisa ruim. Eu acho que pode ser que tenha gente que ache isso ruim, “ai não, feminista, que absurdo”, mas cara, não é, é simplesmente uma cobertura que preze que a gente realmente tenha uma transformação, de questionar mesmo essa dinâmica de poder, então eu considero que o projeto faz uma cobertura feminista sim, e que isso não é ruim nem prejudica o jornalismo. Não acho que precise ser uma coisa em detrimento da outra, é possível fazer um jornalismo feminista e continuar sendo objetivo, continuar buscando o outro lado das coisas, questionando, enfim, eu acho que isso não impede o exercer do jornalismo (Leda Antunes, 16/06/2020).

*Assim, quando eu cheguei não me apresentaram como “ah, esse é um projeto feminista”, mas já conhecia pelas leituras que eu fazia e porque a gente sempre bate nessa tecla né, da igualdade, enfim, a gente já fez matérias diretamente explicando sobre o que é feminismo, falando, **acho que não tem um medo assim de assumir que seja feminista, eu acho que é feminista por fazer esse papel, por colocar essas questões e atuar nessa luta pela igualdade** (Raphaella Ramos, 27/05/2020).*

*Eu considero o Celina um projeto feminista. **É um projeto feminista produzido por feministas e construído como o feminismo é, com muita coragem, muita resiliência e muita resistência que é o que o feminismo requer.** Falando de assuntos caros pro feminismo, assuntos que importam e são fundamentais pro contexto feminista, dá espaço pro feminismo negro, tem muita matéria que fala sobre feminismo negro e dessa igualdade, orientar sobre essa luta feminista, então eu acho que **não tem outro nome pro Celina que não seja feminista** (Carla Nascimento, 02/06/2020).*

*Considero muito [o Celina como um projeto feminista]. Porque a gente está ali discutindo sobre gênero e diversidade, e **se a gente tá falando sobre gênero e diversidade já é feminismo.** Vamos deixar as mulheres falarem. Seja como especialista, ouvir as fontes, ou seja, pessoas com diferentes vivências, como a Naíse fez ali a pauta sobre a solidão da mulher negra, então eu acho que **isso é feminismo, na minha percepção de feminismo é** (Constança Tatsch, 22/05/2020).*

Como podemos perceber, muitas vezes as jornalistas tratam de feminismo e gênero quase como sinônimos, sobretudo quando falam que por tratar de pautas de gênero e diversidade já é um projeto feminista. No entanto, são conceitos diferentes e que, por mais próximos que possam ser, não significam a mesma coisa, ou seja, ao falar sobre gênero não necessariamente a abordagem de Celina será feminista. Isso fica evidente nas revistas femininas, por exemplo, que abordam pautas de gênero a partir de vivências de um tipo de mulher hegemônica e com um viés, inclusive, machista. Consideramos que o feminismo do projeto fica mais evidente nas práticas cotidianas mais horizontais, inclusivas e colaborativas do que nas pautas propriamente ditas. Falar de mulheres para mulheres, somente, não representa um tipo de jornalismo feminista.

Nesse sentido, outro aspecto importante de mencionarmos é que, ao mesmo tempo em que o jornal dá destaque para os assuntos de gênero com a criação do projeto, as jornalistas mencionam o fato de o cantinho delas, de Celina, ficar mais escondido na redação. Ao passo que elas são menos vistas, no entanto, o espaço também representa um refúgio para outras mulheres, jornalistas de outras editorias.

***A gente na redação tem uma sala de Celina.** É que a redação é um imenso salão aberto com todas as editorias juntas, só que tem um canto, onde ficam os colunistas, e a gente ficou no meio ali, entre opinião e o Anselmo Gois tem uma entrada, uma sala com quatro computadores e uma salinha de reunião e a gente conseguiu esse espaço pra Celina. Então ficamos lá nós três e tem um computador extra, caso tenha um freela ou alguma coisa assim, e **a gente decorou esse espaço, várias dessas ilustrações, a redação em si não tem parede, mas a gente tem parede, então várias ilustrações que a gente fez durante esse ano estão penduradas na nossa parede, a gente tem um quadro em que a gente organiza as pautas da semana, e ficamos as três lá [...]** E isso é um relato que vem das mulheres que não são de Celina, sobretudo as mais jovens, elas veem o **Celina como um lugar de acolhimento, é muito engraçado, de repente as estagiárias se encontram lá e dizem “vim respirar”.** Porque ali é um lugar que tá meio velado do resto da redação e só tem mulheres, então elas se sentem mais à vontade (Renata Izaal, 21/05/2020).*

*A gente tem um **cantinho na redação**, o que eu acho bom, porque a gente tem muitas conversas, é uma equipe super pequena né, da Celina, a Renata que é editora, eu que sou repórter e a Rapha que é a estagiária, mas as estagiárias sempre mudam [...] Então a gente fica no cantinho da redação, o que é positivo por um lado, porque ali a gente tem conversas maravilhosas, porque a gente realmente discute a nossa cobertura, se tem uma ideia de pauta a gente fala qual é a melhor forma de abordar, tem muitas conversas profundas sobre as nossas ideias, o que está faltando cobrir ou o que não tá faltando, e conversas sobre o movimento feminista mesmo e tal, mas ao mesmo tempo **eu acho que ali a gente fica escondida do resto da redação, sabe? Às vezes eu acho que seria melhor a gente estar no meio da redação pra ser mais vista, mas ao mesmo tempo ali é um espaço seguro**, tipo assim, a gente sempre tem alguém que vai lá no canto “ah, eu to cansada, meu deus do céu, preciso conversar” e aí vai lá conversar até de situações assim que a gente tem, frustrações que a gente tem como mulher, profissional assim, eu acho que lá é um **espaço sempre muito aberto pra conversa** (Leda Antunes, 16/06/2020).*

*A redação do O Globo ocupa dois andares, é o terceiro e o quarto, mas a redação é principalmente no terceiro, e é uma sala bem grande com os nichos, as mesas divididas, mas a parte onde fica o **Celina não é uma sala fechada porque não tem uma porta, mas a gente fica bem num cantinho perto das janelas**, que a Renata deve ter te explicado, acaba que **a gente fica mais isoladinha assim, como se fosse uma sala só nossa**. Não tem uma parte que nos separe, mas é um cantinho nosso. E até é bom pra gente debater as coisas e ter um espaço mais privado. **Sempre tem alguma jornalista indo lá, alguma mulher indo lá** (Raphaela Ramos, 27/05/2020).*

Sem dúvida esse acolhimento, a sensibilidade e a colaboratividade são reflexos do feminismo em que as jornalistas acreditam e tentam aplicar no dia a dia de Celina, mas é inclusive interessante notar o quanto, mesmo representando um espaço seguro, elas sentem que o projeto ainda não possui o protagonismo que deveria dentro do jornal. Podemos interpretar isso como um entendimento do jornal de que a cobertura dessa temática de gênero é importante, uma demanda social, mas, ao mesmo tempo, não tem a pretensão de dar um destaque para essa iniciativa, alocando a equipe, que é super pequena, em um cantinho da redação.

Tendo exposto os excertos das entrevistas, chamando a atenção para alguns aspectos, podemos compreender algumas relações entre jornalismo e feminismo dentro de Celina. No **Quadro 3**, abaixo, apresento um resumo dos tópicos acionados por elas durante as entrevistas sobre as temáticas relativas à pesquisa, fazendo aproximações e nos permitindo algumas interpretações.

Quadro 3 – Resumo dos tópicos temáticos identificados nas entrevistas

	JORNALISMO	FEMINISMO	GÊNERO E SEXUALIDADE	VIOLÊNCIA DE GÊNERO	CELINA
Carla Nascimento	Invisibilidade do próprio pensamento, tornar oficial, compromisso social, desconstruir,	Igualdade, ativismo, lugar, oportunidades, reconhecimento, empatia, lutas, prioridades.	Construção social, papéis sociais.	Posições de poder, demarcação de lugares, consciência coletiva.	Gênero como rotina, oficialidade, coragem, resiliência, resistência.

	legítima, chancela a discussão, mostra, informação, constrói rótulos.				
Constança Tatsch	Não é ativismo, embate, rigidez, seriedade, investigar, denunciar, estar vigilante, vivências, agregar, experiências, escuta, respeito a dor e o lugar do outro.	Direitos das mulheres, direitos iguais, igualdade de oportunidades, grupos minoritários, humanidade, agregar, troca, mostrar pessoas invisíveis.	Classificação cultural.	Desrespeito, inferioridade da mulher, reflexão, desserviço.	Falar para todas as mulheres, inclusão, vozes diferentes, entrevista, equilibrar a balança, análise, reflexão, pensar e repensar o problema, revolução, reinvenção, exemplo.
Leda Antunes	Discursos machistas e misóginos, responsabilidade social, análise crítica (não é só narrar os fatos), entender, aprofundar denunciar, mostrar, colocar luz, prestar um serviço, refletir, incidir na prática diária, transformar, questionar, distanciamento, envolvimento, impacto, sensibilidade, cuidado.	Lutar, interseccionalidade, igualdade, direitos, oportunidades, movimento social, corrente de pensamento, dinâmica de poder, diferenças, vivência, conquistas, reconhecimento.	Construção social e cultural, expectativas, comportamentos, condutas, identidade, moral patriarcal.	Dominação, revelação de poder, machismo, patriarcal, subjugar, acompanhar, por uma lupa, naturalização, responsabilidade, diagnóstico, ação/intervenção, mudança, influência.	Jornalismo feminista e objetivo, cantinho escondido na redação, espaço seguro, aberto para conversa, diálogo, explicação, didática, investigação, lei de acesso, dados, liberdade, menos intervencionista, importância, destaque, postura editorial, visão crítica, entrevista, prioriza mulher negras como fontes.
Raphaella Ramos	Debate, pontos de vista, dar voz, serviço, influência da trajetória, apagamento do jornalista.	Igualdade, interseccionalidade, direitos iguais.	Pluralidade, expressão.	Superioridade, conscientização coletiva.	Divisão/colaboração, espaço isolado e privado, mulheres, leitura, conhecimento, debate.
Renata Izaal	Fatos, dados, objetivo, número, demanda social, informação, denúncia, prestar um serviço, lugar de fala, contar histórias, fazer o básico, consciência política e feminista, as coisas se	Interseccionalidade, movimento político, patriarcal, mulher como inferior, direitos, igualdade, combate, ferramenta.	Escolhas, identidade, natureza humana, liberdade, corpo como território de ação, a fetos.	Imagem/prova da desigualdade/inferioridade, tema obrigatório, denúncia, apuração, acolhimento, sensibilidade.	Vertical de conteúdo, não é ativismo, espaço informal, grupo de discussão, trabalho coletivo, processo compartilhado e colaborativo, só ouve mulheres, rejuvenescimento do jornal, se coloca à frente do

	misturam.				debate, pauta o debate, informação de qualidade, apuração, pesquisa, serviço, exige, expõe, ajuda, acolhe, espaço velado, trabalho horizontal, ouve, agrega, responsabilidade, decisão, liberdade.
--	-----------	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como demonstrado no **Quadro 3**, as jornalistas de Celina não consideram o projeto feminista só porque elas, enquanto mulheres, são feministas, mas, porque na prática diária, elas romperam com uma série de pressupostos jornalísticos masculinistas e machistas, como a hierarquização e superioridade das relações entre elas. Além disso, há uma possibilidade de desenvolvimento de pautas que condizem com as próprias individualidades de cada jornalista, de compartilhamento de tarefas, de escuta, acolhimento, que, em geral, não é uma conduta comum nas redações, como elas mesmas falaram durante as entrevistas. No entanto, quando o assunto é jornalismo, elas voltam a recorrer aos valores masculinos do jornalismo, principalmente a objetividade e a rigidez da informação, dos fatos, dos dados, mesmo buscando uma cobertura feminista.

Há, portanto, em Celina, um certo equilíbrio entre os dados, os fatos, a rigidez, a objetividade do jornalismo, com a escuta, acolhimento, luta, empatia do feminismo. Elas parecem buscar conciliar essas duas esferas, jornalismo e feminismo, tão distantes em relação a valores e práticas. Esse dilema fica ainda mais visível quando elas falam em um tipo de jornalismo feminista que não é ativista, como se o ativismo tirasse a confiabilidade, a credibilidade e a verdade que o jornalismo carrega. Ativismo e jornalismo são postos em polos opostos, mesmo quando elas admitem que são ambas as coisas, feministas e jornalistas.

Nesse sentido, entendo que a objetividade no jornalismo enquanto pressuposto profissional pode dificultar coberturas que se comprometem com algumas causas sociais, como é o caso de Celina. A objetividade pode atuar na construção de desigualdades de gênero, classe, raça, sexualidade, indo no sentido oposto ao que o projeto se propõe a fazer.

Entendendo que a objetividade é situada (HARAWAY, 1995) e que, portanto, as jornalistas são permeadas por suas experiências ao elaborar uma notícia, é que escolhemos trabalhar com a análise pragmática das narrativas jornalísticas, elaborada por Motta, pois,

segundo o autor, com esse tipo de análise conseguimos colher pistas em relação aos objetivos enunciativos dos interlocutores. Portanto, no próximo capítulo, apresentaremos, a partir das análises dos textos, como os feminismos de Celina se manifestam na construção das notícias veiculadas pelo projeto. Como já exposto em outros momentos, esta pesquisa optou por analisar as narrativas construídas sobre violência de gênero, buscando compreender como os feminismos das jornalistas do Celina se manifestam na rotina produtiva do projeto e, da mesma forma, quando a objetividade aparece como um limitador nessa cobertura.

6 ANÁLISES

Neste capítulo serão apresentadas as análises das narrativas (MOTTA, 2017) sobre violência de gênero veiculadas pelo Projeto Celina durante o seu primeiro ano de funcionamento. A partir da identificação dos círculos dêiticos nas narrativas é possível discutir alguns fatores referentes ao processo de construção das notícias e reportagens, bem como as intenções comunicativas das jornalistas e os sentidos que os textos podem gerar no público. As notícias foram separadas em conjuntos temáticos, ou seja, pelas proximidades de vieses na abordagem, como forma de encontrar alguns padrões e facilitar a análise. Aliada a análise das narrativas, também propomos, por fim, uma aproximação com os dados obtidos nas entrevistas realizadas com as jornalistas, apresentados em outro capítulo, a fim de compreendermos como os feminismos das profissionais se manifestavam na prática diária de Celina e, conseqüentemente, nas narrativas divulgadas.

6.1 As narrativas sobre violência de gênero em Celina

Apresentaremos, a seguir, a análise dos textos que compõem o corpus de análise, aplicando uma adaptação da Análise de Narrativa, proposta por Motta (2017), nas notícias dos conjuntos temáticos apresentados no capítulo Estratégia Metodológica. Concordamos com o autor ao afirmar que a narrativa deve ser

[...] compreendida não mais como um discurso, escrita ou fala, mas como uma ação cujo protagonismo, voz e perspectiva dos sujeitos narrador e destinatário na coconstrução do sentido sejam incorporados a uma análise crítica que privilegie as performances dos sujeitos na enunciação narrativa (MOTTA, 2017 p. 48).

A adoção por esse tipo de análise se dá justamente porque acredito que ela possa dar uma dimensão maior sobre a construção das notícias em si, considerando não só o texto, conteúdo ou discurso, mas também os contextos nos quais elas foram desenvolvidas e os sentidos que elas podem gerar. Esse movimento de análise, portanto, tem um “potencial de contextualizar a interpretação narrativa e revela as relações de poder” (MOTTA, 2017, p. 50). Partindo desse pressuposto, iniciaremos a análise com a identificação de alguns traços linguísticos, os círculos dêiticos, propostos pelo autor, para então, a partir do texto, poder relacionar as informações obtidas com as entrevistas realizadas com as jornalistas de Celina e, também, as teorias e conceitos trabalhados ao longo do presente trabalho. Reforçamos que, assim como propõe Roviada (2015. P. 81), fazemos um movimento de análise, um texto que

utiliza os conceitos ou teorias como apoio para a interpretação dos dados, “dessa forma, estabelece-se um pensar *com* os conceitos e não, exclusivamente, um pensar *sobre* os conceitos”.

A “dêixis diz respeito às maneiras pelas quais a linguagem gramaticaliza traços do contexto no ato de fala” (LEVINSON, 2007 apud MOTTA, 2017, p. 58), portanto, entendendo os círculos dêiticos como pistas linguísticas, eles serão considerados em cada conjunto temático dependendo da sua pertinência para tal. Outro aspecto importante de ser ressaltado é que a própria identificação dos círculos dêiticos já pressupõe uma interpretação da pesquisadora, por isso é um movimento mais analítico do que descritivo das notícias coletadas. Levando em consideração que não é possível identificar todos os círculos em todas as notícias analisadas trabalharemos com os seguintes círculos dêiticos³⁷:

1) *Identidade dos sujeitos participantes, o lugar social que ocupam, seus interesses e intenções comunicativas*: Aqui procuro expor as informações referentes aos personagens/fontes centrais na narrativa jornalística e presentes na notícia. Portanto, se coloca quem são esses sujeitos, o lugar social que ocupam em relação a gênero, classe, raça, sexualidade, etc. Importante ressaltar, no entanto, que nem todas as matérias apresentam a totalidade dessas informações. Além disso, aqui também são expostos os objetivos dos personagens, seja algo presente dentro do fato jornalístico em si ou a partir das entrevistas concedidas ao jornal. Ou seja, interessa-me mostrar o que o personagem/fonte e/ou jornalista deseja comunicar;

2) *Percepções recíprocas por parte dos participantes dos fatores anteriores*: Aqui saliento aspectos anteriores ao fato jornalístico reportado na notícia analisada, ou seja, funciona como uma espécie de contextualização do acontecimento. São percepções contextuais “passadas” evocadas pelo personagem/fonte ou pela própria jornalista que desenvolveu a matéria;

3) *Circunstâncias históricas de ocorrência do ato*: Aqui trago informações referentes ao contexto histórico atual ou passado, algo que é utilizado pelo personagem/fonte ou pela jornalista para explicar a relevância do fato/acontecimento/situação abordada pela notícia;

4) *Circunstâncias culturais, crenças, mitologias, ideologias, conhecimento de mundo compartilhado*: Aqui exponho informações referentes a fatores sociais e culturais que

³⁷ Motta (2017) não define minuciosamente cada um dos círculos dêiticos, apenas os aponta como pistas necessárias para uma análise interpretativa das narrativas. No entanto, considero importante definirmos cada um deles para que haja uma compreensão de quais informações do texto estão sendo consideradas em cada um dos círculos e porquê. Portanto, as definições com as quais trabalhamos foram elaboradas por mim.

circunscrevem a temática tratada na notícia. Pode ser elencado pelo personagem/fonte ou pela jornalista;

5) *Percepções recíprocas de todo este conjunto de fatores*: Como percepções recíprocas compreendo os fatores textuais tanto dos personagens/fontes quanto das jornalistas, que confluem para uma “moral da história”. Funciona como uma conclusão/interpretação presente na notícia.

Aqui, analisaremos as narrativas sobre violência de gênero que o Projeto Celina veiculou separando-as em Conjuntos Temáticos, como já foi explicitado no capítulo Estratégia Metodológica. Nesse sentido, considero importante lembrar que

Existem muitas notícias e reportagens que são narrativas integrais, histórias mais ou menos completas, com princípio, meio e fim. Podem ser isoladamente analisadas como narrativas fechadas porque possuem uma unidade integral. Entretanto, a nossa opção aqui é pela análise de um conjunto de notícias isoladas sobre um mesmo tema publicadas dia após dia, que aparentemente não possuem narrativa. Propomos integrar essas notícias isoladas em um conjunto significativo solidário, como uma história única: um acontecimento. Juntar o que a dinâmica da atividade jornalística separa. Reunir as notícias diárias em episódios e sequências maiores, como se fossem um acontecimento único e singular (MOTTA, 2010, p. 145-146).

O **Conjunto Temático 1**, o primeiro a ser analisado, é composto por notícias que falam sobre a violência de gênero a partir de casos de violência doméstica, feminicídio ou histórias de vida, colocando a centralidade do texto em uma ou mais personagens. Ou seja, as notícias giram em torno dos depoimentos de mulheres que lidam ou já lidaram com a violência de gênero, seja enquanto vítimas ou profissionais, por exemplo. A primeira matéria que faz parte deste conjunto, “Precisamos falar sobre a saúde emocional das mulheres que sofrem violência” (**Notícia 1**), foi publicada no dia 05/04/2019 e fala sobre as marcas emocionais que uma violência pode causar à vítima. Para tanto, são entrevistadas especialistas que demonstram alguns dos problemas emocionais que as mulheres podem enfrentar decorrentes das agressões, e, ao final do texto, são elencados canais e instituições para que a mulher vítima de violência possa buscar ajuda. A segunda matéria “Quem é a criadora da primeira delegacia do Brasil especializada em investigar feminicídio” (**Notícia 2**) foi publicada no dia 27/06/2019 e traça o perfil de uma profissional pioneira em iniciativas de combate a violência de gênero no Brasil. A narrativa se centra nas declarações da delegada sobre as especificidades da violência contra mulheres que devem ser levadas em consideração na hora do acolhimento da denúncia e processo, como também expõe as iniciativas que ela teve no sentido de combater o fenômeno, como a criação de um aplicativo em que a mulher pode pedir ajuda de forma mais ágil e rápida. A terceira notícia “Quem é a líder assassinada

que deu origem à 'Marcha das Margaridas', protesto que ocupa Brasília nesta quarta-feira” (**Notícia 3**), publicada no dia 14/08/2019, conta a história da mulher que inspirou a Marcha das Margaridas, um dos maiores movimentos de mulheres da América Latina, e também expõe algumas pautas do protesto que ocorre a cada três anos. No entanto, a matéria é construída de forma descritiva, sem declarações de ativistas ligadas à Marcha. A quarta matéria que compõe este conjunto temático, “Autocuidado é prática crescente entre mulheres negras, para driblar violência e falta de acesso a sistemas de saúde” (**Notícia 4**), foi publicada em 14/10/2019 e fala das especificidades das experiências das mulheres negras em relação a violência, trazendo algumas iniciativas que buscam empoderá-las nesse sentido. A narrativa conta com entrevistas com especialistas, pesquisadoras e mulheres negras pioneiras em iniciativas de autocuidado. A quinta notícia deste conjunto “‘A primeira agressão que minha mãe sofreu foi quando estava grávida de mim’, revela Hermila Guedes, de ‘Segunda chamada’” (**Notícia 5**) foi publicada em 29/10/2019 e conta com a entrevista da atriz brasileira que, além de interpretar uma personagem que sofria violência doméstica em série produzida e exibida pela TV Globo, também vivenciou essa situação de perto na sua vida pessoal. A matéria é construída em modelo *pingue-pongue*, ou seja, apresentando as perguntas feitas pela repórter e as respostas dadas pela atriz. A sexta matéria “Violência doméstica na favela traz ‘impossibilidade da denúncia já que a polícia não vem até agressor’, diz pedagoga” (**Notícia 6**), publicada em 14/12/2019, também traz a história de uma mulher, moradora da periferia, que foi vítima de violência e resolveu criar uma roda de conversa para que outras mulheres pudessem buscar um apoio quando são vítimas de agressões. Essa notícia também é estruturada em modelo *pingue-pongue*, centrando a narrativa na entrevista com a personagem. A sétima notícia “Glamour Garcia fala sobre retorno aos palcos, feminismo e violência: ‘Não quero ser mártir. Quero ser feliz’” (**Notícia 7**) foi publicada no dia 06/03/2020 e conta a história de vida de uma atriz mulher trans que ganhou muita visibilidade após sua participação em novela no horário nobre da TV Globo. A matéria também é construída em formato *pingue-pongue* e centra a narrativa na sua história de vida e nas situações de violência a que já foi exposta. A última matéria deste conjunto, intitulada “Dia internacional da Mulher: as lições de uma militante de 95 anos” (**Notícia 8**) e publicada no dia 08/03/2020 conta a história de uma militante e ativista de 95 anos que, apesar de lutar pelos direitos das minorias há muito tempo, ganhou visibilidade após manifestações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco. O texto é em estilo perfil, e conta toda a trajetória da mulher, sobretudo relacionada à ligação com movimentos sociais e políticos.

Quadro 4 – Identificação dos círculos dêiticos do Conjunto Temático 1

<i>Identidade dos sujeitos participantes, o lugar social que ocupam, seus interesses e intenções comunicativas</i>	
Notícia 1	<p>Identidade e lugar social: psicóloga Waléria Gonzalez, do Centro Especializado de Atendimento à Mulher (CEAM), psicóloga Márcia Modesto e Rosângela Pereira, diretora do CEAM.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: a fala de todas as três fontes vão ao encontro do título da notícia que reforça o quanto a violência sofrida por mulheres acaba reverberando na saúde emocional das vítimas, o que atrapalha diversos aspectos cotidianos da vida delas. Elas reforçam também a necessidade de as vítimas procurarem ajuda em instituições especializadas.</p>
Notícia 2	<p>Identidade e lugar social: Eugênia Villa, 55 anos, mulher branca, delegada, criadora da primeira delegacia de investigação de feminicídios do Brasil, em 2015, em Teresina, e de um aplicativo de celular pelo qual vítimas podem pedir socorro à polícia acionando um "botão de pânico".</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: "Identificar o feminicídio é imprescindível para se entender o ciclo de violência e combatê-lo". O ponto central da entrevista é demonstrar porque é importante a tipificação da violência de gênero para que possa ser efetivamente combatida.</p>
Notícia 3	<p>Identidade e lugar social: Margarida Maria Alves foi sindicalista defensora dos direitos humanos. Atuou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, sendo uma das primeiras mulheres a ocupar um cargo de direção sindical no país. Como a personagem central que deu origem à Marcha das Margaridas já é falecida, não há entrevista, apenas uma recuperação descritiva da sua história.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: A intenção da notícia em si, não da personagem, é a contextualização do surgimento e das pautas da Marcha das Margaridas.</p>
Notícia 4	<p>Identidade e lugar social: Luciene Lacerda, psicóloga e mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Renata Varela e Andressa Abreu, ambas com 34 anos, fundaram o Clube das Pretas; Laura Pitangui, 33 anos, terapeuta holística e criadora do Ateliê Casa Vênus; Giovana Xavier, 40 anos, historiadora e professora da UFRJ.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: Mostrar que o autocuidado é uma ferramenta de conscientização e fortalecimento das mulheres negras para enfrentarem os diferentes percalços que elas encontram na vida em função da sua raça e posição socioeconômica.</p>
Notícia 5	<p>Identidade e lugar social: Hermila Guedes, atriz, 39 anos, heterossexual, mãe de duas meninas, mulher branca.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: A atriz vivenciou situações de violência dentro de casa, pois o pai agredia a mãe. Ela diz que mais que leis, a violência contra mulheres precisa ser refletida no âmbito da educação e da cultura. "Precisamos discutir mais sobre o feminicídio, sobre a cultura da violência contra a mulher. Temos que ter educação. Mais do que a lei, a educação é</p>

	o que muda”. “A arte já me ajudou muito na vida, e então é muito bom poder usar a arte para falar desse assunto com as pessoas. Hoje, a gente consegue discutir isso abertamente. Hoje, vejo que as mães de meninos são mais preocupadas com que tipo de meninos estão criando”.
Notícia 6	Identidade e lugar social: Fabbi Silva, 38 anos, pedagoga, mulher negra. Ela é idealizadora de uma roda de conversa com mulheres moradoras da comunidade Parque das Missões, em Duque de Caxias (RJ). Interesses e intenções comunicativas: A principal intenção comunicativa de Fabbi é chamar a atenção para as especificidades da violência de gênero cometida contra mulheres negras e pobres. Ela foi vítima de violência doméstica e só conseguiu sair da relação pois contou com a ajuda de outras mulheres.
Notícia 7	Identidade e lugar social: Glamour Garcia, mulher branca, trans, atriz. Ganhou visibilidade após estrelar uma novela em horário nobre. Interesses e intenções comunicativas: Durante a entrevista Glamour relata as situações de violência e preconceito que já enfrentou, e ainda enfrenta, e também falou da fama e visibilidade após a novela. A principal intenção comunicativa identificada é o fato de que a atriz não quer ser reconhecida como um mártir ou um exemplo, só quer poder ter uma vida normal e tranquila como qualquer outra mulher.
Notícia 8	Identidade e lugar social: Maria dos Santos Soares (Dona Santinha), mulher negra, 95 anos. Ativista e militante feminista, participa de diversas manifestações e protestos. Interesses e intenções comunicativas: Dona Santinha parece querer mostrar a importância do feminismo e dos protestos. Para ela, o problema não são as pessoas, mas os sistemas.

<i>Percepções recíprocas por parte dos participantes dos fatores anteriores</i>	
Notícia 1	Há a evocação de dados que mostram que, somente em 2018, 536 mulheres foram agredidas fisicamente por hora no Brasil. Os dados evidenciam a cultura de violência que submete muitas mulheres a relacionamentos abusivos e até ao feminicídio, o que gera não só marcas físicas, mas também emocionais.
Notícia 2	Dados e pesquisas mostram que em 2017 a taxa de homicídios de mulheres no Piauí era a quarta menor do país. Houve uma melhora do indicador em relação ao ano de criação da delegacia especializada.
Notícia 3	Em 1983 Margarida foi assassinada com um tiro, a mando de latifundiários, na frente do marido e do filho. O crime teve repercussão internacional, com denúncia encaminhada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), mas até hoje ninguém foi responsabilizado pela morte da sindicalista.
Notícia 4	A notícia apresenta alguns dados referentes à violência sofrida por mulheres negras, que mostram que mais da metade das mulheres assassinadas no Brasil são negras e que, entre os anos de 2007 e 2017, os assassinatos delas cresceram 30%, enquanto os das mulheres brancas cresceu 4,5%.

Notícia 5	Hermila interpretou uma personagem que vivia a violência doméstica em série de televisão, portanto, a entrevista articula como a vivência de violência acabou influenciando a construção da personagem, além de questioná-la sobre o que ela pensa sobre o assunto.
Notícia 6	A história de Fabbi é retratada no documentário “Histórias para contar”, de Julia Lemos Lima, que foi exibido no Festival do Rio.
Notícia 7	Glamour já era uma atriz reconhecida no teatro, recebendo inclusive o prêmio de melhor atriz no Festival de Cinema de Paranoá, pelo curta "Nome provisório". Em 2019 ela viveu uma personagem na novela “Dona do Pedaco” e conquistou o prêmio de atriz revelação no Troféu Melhores do Ano, do Domingão do Faustão. Foi a primeira vez que uma atriz transexual atingiu este patamar na teledramaturgia brasileira.
Notícia 8	Dona Santinha chamou a atenção ao participar da versão carioca da performance "Um violador em teu caminho", ao cantar a letra e fazer a coreografia. Também se tornou símbolo de resistência durante as manifestações por justiça após a morte de Marielle Franco, em 2018, quando subiu no caminhão usado por manifestantes e disse: “Eu sei quem matou Marielle. Quem matou Marielle foi o sistema. Alguém que armou a mão daquele atirador para calar uma voz que defendia minorias”.

<i>Circunstâncias históricas de ocorrência do ato</i>	
Notícia 1	Não há circunstâncias históricas nesta notícia.
Notícia 2	Eugênia está na polícia desde 2002, época em que ainda não existia a Lei Maria da Penha, principal política pública de combate a violência contra mulheres. Ela relata que nessa época era comum que as mulheres se sentissem merecedoras das agressões cometidas pelos maridos/companheiros.
Notícia 3	Na Paraíba, Margarida lutou pelo fim da violência no campo e por direitos trabalhistas. Ela foi responsável por mais de cem ações trabalhistas na Justiça do Trabalho regional e foi a primeira mulher a lutar pelos direitos trabalhistas no estado da Paraíba durante a ditadura militar.
Notícia 4	A narrativa traz uma passagem de Audre Lorde, escritora feminista, sobre a importância do autocuidado para as mulheres negras: “Cuidar de mim mesma não é autoindulgência. É autopreservação, um ato de luta política”. Ela escreveu isso em 1988, ou seja, não é algo recente, mas que precisa ser constantemente lembrado, pois pode funcionar, inclusive, como tática de sobrevivência para as mulheres negras acometidas pelo machismo e racismo.
Notícia 5	Não há circunstâncias históricas nesta notícia.
Notícia 6	Não há circunstâncias históricas nesta notícia.
Notícia 7	Não há circunstâncias históricas nesta notícia.
Notícia 8	Dona Santinha é militante desde 1984, quando perdeu o irmão, filiado ao Partido Comunista, preso, perseguido e morto durante a ditadura militar. Desde então participa ativamente de protestos e manifestações feministas, antirracistas e LGBT.

<i>Circunstâncias culturais, crenças, mitologias, ideologias, conhecimento de mundo compartilhado</i>	
Notícia 1	<p>Ambas as entrevistas reforçam o quanto a vítima de violência acaba não denunciando a agressão ou não procurando a ajuda por medo e vergonha. E esses aspectos não só afetam as atividades cotidianas das mulheres, mas também podem impedir que elas deixem a situação de violência.</p>
Notícia 2	<p>Eugênia destaca que, após o estado começar a investigar os assassinatos de mulheres sob a ótica de gênero, foi possível criar um mapa e traçar o perfil dos feminicídios. Constatou-se que os crimes ocorriam em sua maioria na capital, eram cometidos pelo companheiro, ex-companheiro ou namorado, dentro de casa, no domingo ou feriado, à noite e na madrugada, com faca. Além disso, as vítimas tinham depoimentos “confiscados”, pois violência psicológica e estupro marital não eram identificados como um tipo de violência. Segundo ela “Quando falamos de crime, o crime reduz a violência. Quando eu encaixoto ou emolduro, estou silenciando o discurso da mulher”.</p>
Notícia 3	<p>A cada três anos — desde a sua criação, em 2000 —, a “Marcha das Margaridas” é realizada em Brasília e reúne agricultoras familiares, ribeirinhas, quilombolas, pescadoras, extrativistas, camponesas, mulheres indígenas, pescadoras e todas aquelas envolvidas com o cenário rural. Elas se juntam para um protesto em busca de mais políticas públicas voltadas para as trabalhadoras da área rural, entre elas o combate à pobreza e à violência contra a mulher.</p>
Notícia 4	<p>Um dos pontos trazidos na notícia é que o ato de assumir os cabelos crespos e cacheados e cuidar deles pode ser visto como um ato político e identitário, já que os estereótipos sociais cobram um outro padrão de beleza estética. Também são abordadas questões relativas a terapias holísticas. Uma das entrevistadas, Giovana, historiadora e professora, traz outro aspecto relevante sobre o autocuidado: “penso que autocuidado é buscar ferramentas para estar bem consigo mesma. No meu caso, procuro alinhar corpo, mente e espírito. E principalmente nós, mulheres negras, que somos colocadas na posição de cuidar e atender as demandas dos outros. Precisamos cuidar de nós e isso não pode ser confundido com egoísmo. É algo necessário, até porque se não estivermos bem conosco não estamos preparadas para promover mudanças no mundo externo”.</p>
Notícia 5	<p>Na entrevista vários fatores culturais e sociais são evocados por Hermila. Ela reforça como os homens acabam sendo educados com referências patriarcais e acabam reproduzindo isso sem pensar, como é o caso do pai dela. E também o quanto as mulheres assumiram mais tarefas, como o trabalho fora do âmbito doméstico, mas os homens não assumiram também as responsabilidades ligadas à casa e aos filhos, o que sobrecarrega e gera uma pressão em cima das mulheres.</p>
Notícia 6	<p>Fabbi expõe na entrevista que a violência doméstica praticada contra mulheres da comunidade não envolve somente elas, mas os filhos e toda a família, é uma violência intrafamiliar. Então a abordagem para que as mulheres denunciem agressões e saiam de</p>

	relacionamentos abusivos é mostrando o mal que essa relação gera no desenvolvimento das crianças. Ela ainda reforça o quando o feminismo branco não chega nas favelas, lá se faz o feminismo que é possível, considerando a realidade das mulheres, perpassada pelo racismo estrutural.
Notícia 7	Glamour fala como o ambiente escolar é cruel para pessoas transexuais e relata que, ainda na adolescência, foi a arte que fez ela se sentir um ser humano novamente. No início dos anos 2000 o processo de transição ainda era cheio de tabus, e primeiro ela precisou se assumir como um homem gay, para depois passar a entender que era uma mulher trans. “A gente acha que não, mas toda pessoa é resistente ao nosso direito de cidadania trans, porque isso está imbuído no que é ser um cidadão. Ser um cidadão é não aceitar a transexualidade, é hierarquizar as pessoas”. Ela também fala sobre como a fama e a visibilidade acabaram invadindo a privacidade da sua vida pessoal, transformando seu corpo em um fetiche.
Notícia 8	Dona Santinha conta que cresceu em um lar religioso e que foi ensinada a abominar pessoas LGBT, por exemplo. Também conta que já foi impedida de entrar em lojas por ser negra, quando era mais jovem. Conta que parou de assistir televisão pela falta de representatividade de negra.

<i>Percepções recíprocas de todo este conjunto de fatores</i>	
Notícia 1	A partir da fala de especialistas que comprovam as inúmeras consequências emocionais da violência às mulheres, há um reforço para que as vítimas busquem ajuda em centros especializados para esse tipo de atendimento. Inclusive a matéria faz uma lista de locais onde a mulher pode buscar auxílio.
Notícia 2	Se reforça a importância de desenvolver metodologias e protocolos específicos de investigação de feminicídio. Os agressores se sentem mais à vontade para descrever detalhes e motivações do crime para outros homens, por exemplo. Também há o destaque para o fato de que, mesmo com inúmeros avanços, há uma média de 13 homicídios de mulheres por dia, o maior número em uma década, o que justifica a urgência da reflexão sobre o tema.
Notícia 3	A Marcha das Margaridas é a maior ação de mulheres da América Latina. Nesta edição reuniu mais de 100 mil mulheres lutando por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência. Considerando o número de participantes na marcha, é possível entender o quanto a problemática de gênero no âmbito rural ainda é recorrente.
Notícia 4	Nessa notícia, especificamente, a percepção recíproca já fica claro logo no primeiro parágrafo do texto: “A palavra "autocuidado" tem feito cada vez mais parte do dia a dia de mulheres — sobretudo as negras. Para não adoecer por conta do racismo e de estereótipos naturalizados como “mulheres negras são fortes”, elas entenderam a necessidade de reservar um tempo para o cuidado emocional, físico e mental, principalmente para continuar na militância.”.

Notícia 5	A principal interpretação que a entrevista pode gerar é a de que a educação e a cultura podem influir muito em mudanças positivas no que tange à violência de gênero. A história de Hermila, que é atriz, também mostra o quanto situações de violência doméstica são comuns, dando visibilidade ao fenômeno e promovendo reflexão sobre.
Notícia 6	Fabbi deixa claro que a vida da menina, preta e favelada será atravessada pela violência em algum momento (se não for nas relações pessoais, será nas instituições como a polícia). Portanto, na realidade dessas comunidades, ter uma rede de apoio, ter essa roda de conversa com outras mulheres que passam pelas mesmas situações, é extremamente importante para que elas tenham coragem de sair desse ciclo de violências.
Notícia 7	Glamour expõe como o feminismo e a comunidade LGBT, enquanto movimento, deveriam acolher as pessoas trans, não julgá-las como aconteceu com ela. Ela expõe o quanto exercera sua cidadania enquanto mulher trans é um desafio diário e reforça que não quer ser um exemplo de superação (em relação à violência que sofreu e ainda sofre do ex-marido), mas quer ser uma mulher livre.
Notícia 8	Dona Santinha reforça que não sabe explicar de onde vem tanta disposição para protestar, mas tem certeza que “não adianta nada falar mal do governo” do sofá de casa e que o carinho recebido nas ruas a mantém em movimento. E também salienta o quanto o feminismo se torna necessário, sobretudo com tantos casos de violência. A notícia ainda apresenta um vídeo, com trechos da entrevista, que encoraja, de certa forma, as pessoas a continuarem lutando por um mundo menos desigual.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As notícias que compõem o **Conjunto Temático 1**, as quais identificamos os círculos dêiticos no **Quadro 4**, discutem a violência de gênero a partir de histórias, sejam elas ligadas à violência doméstica, feminicídios ou mulheres que são exemplos e pioneiras na luta por uma maior igualdade de gênero. Ou seja, nessas notícias analisadas, as fontes/personagens são centrais, pois é a história de vida delas o fio condutor das narrativas. Em relação a identidades delas é importante destacar que todas têm ou tiveram alguma visibilidade social, seja por serem atrizes ou ativistas conhecidas, por exemplo. No entanto, há uma diversidade no que tange os marcadores sociais dessas mulheres: há a história de uma mulher transexual, seis negras e quatro mulheres brancas, de classes sociais distintas. Nesse sentido, fica evidente a preocupação de Celina em evidenciar diferentes vozes, de diferentes mulheres, sobretudo por se tratar de narrativas em que elas são as protagonistas. Em relação às intenções comunicativas, há uma divergência justamente por essas mulheres ocuparem lugares sociais diferentes, tendo, portanto, experiências e visões de mundo diversas. As fontes institucionais, ligadas à polícia ou à área da saúde, por exemplo, reforçam aspectos relacionados à

tipificação dos crimes de violência contra a mulher, as consequências emocionais que a vítima de violência enfrenta e a importância de a mulher buscar ajuda nos locais com atendimento especializado para esse tipo de situação. Já as atrizes falam da importância da arte, da cultura e da educação no combate à violência contra a mulher e, no caso de Glamour Garcia, ainda há a expressão de um descontentamento com a feitiçização do corpo e da vida dela por ser uma mulher trans de visibilidade. As mulheres negras, no entanto, chamam a atenção para a necessidade de ações práticas no combate à violência de gênero, seja promovendo iniciativas de roda de conversa e rede de apoio dentro das comunidades, como é o caso de Fabbi, promovendo iniciativas de autocuidado, como no caso de Renata, Andressa e Laura, ou participando de manifestações e protestos, como é o caso de Dona Santinha.

No que diz respeito às percepções recíprocas, que atuam como uma forma de contextualização da notícia, há em geral a apresentação de dados da violência de gênero no Brasil, que justificam a abordagem da matéria, ou algo da vida das personagens que legitimem o espaço de fala que elas estão recebendo, como é o caso das atrizes e das ativistas/militantes/profissionais que tiveram alguma iniciativa no sentido de combate à violência. Percebe-se, nesse sentido, que Celina tem uma preocupação em mostrar com fatos e dados que a violência de gênero é um fenômeno concreto e complexo, que vai atravessar a vida de muitas mulheres, de diferentes raças, classes e sexualidades.

As circunstâncias históricas não se mostraram presentes em todas as notícias do Conjunto Temático 1, visto que, como as narrativas se centravam na vida e nas experiências das próprias personagens, nem sempre era necessário evocar estes fatores para o texto. Essas circunstâncias históricas apareceram na Notícia 2, para demarcar que a personagem teve uma vivência anterior à promulgação da Lei Maria da Penha, que modificou a abordagem não só jurídica, mas as visões das próprias vítimas de violência; na Notícia 3, pois era necessário fazer uma retomada histórica das lutas enfrentadas por Margarida, personagem que deu origem à Marcha; na Notícia 4, chamando a atenção para a pauta do autocuidado estar presente desde 1988 na luta de mulheres negras e feministas e mesmo assim ainda ser algo contemporâneo; e na Notícia 8, visto que a ativista de 95 anos iniciou sua militância ainda na ditadura militar, após a morte do irmão.

Todas as notícias apresentam circunstâncias culturais e sociais que acabam se tornando centrais para o entendimento das intenções comunicativas, das fontes e também das jornalistas que produziram as matérias. Esses aspectos mostram como a violência de gênero é um fenômeno complexo, arraigado na cultura e na criação dos brasileiros, e que guarda distintas especificidades dependendo do contexto em que ela está inserida. Para as mulheres

trans é preciso reafirmar a própria cidadania, para as mulheres negras é preciso incluir os filhos na abordagem da violência de gênero, assim como o racismo estrutural e o autocuidado, para as mulheres brancas é preciso reforçar o quanto os homens, no papel de companheiros, devem assumir responsabilidades domésticas, mas, para todas elas, é visível o quanto a violência acaba gerando consequências emocionais que dificilmente são superadas completamente. É nesse sentido que as notícias deste Conjunto Temático procuram demonstrar o quanto homens e mulheres precisam refletir sobre suas práticas cotidianas machistas que corroboram para a ocorrência da violência de gênero.

Levando todos os círculos dêiticos mencionados acima em consideração, o último deles nos leva a uma interpretação geral das motivações da construção da narrativa. Fica claro, pelas notícias analisadas acima, que Celina se posiciona contra a violência de gênero e inclui, nesse sentido, não só as mulheres cisgênero, mas as mulheres trans também, como é o caso de Glamour. Além disso, apesar dos inúmeros avanços no combate ao fenômeno, fica evidente nas notícias que a discussão e a reflexão sobre a temática é urgente e necessária, visto que milhares de mulheres continuam sofrendo com as consequências da violência de gênero.

Agora iniciaremos a análise das notícias que compõem o **Conjunto Temático 2**, que tratam de um tipo de violência de gênero: o abuso e assédio de cunho sexual. Mesmo o tema geral das notícias serem o mesmo, os enfoques são diversos: há matérias sobre assédios em diferentes locais, do carnaval à violência obstétrica. A primeira notícia que compõe este conjunto, “Fogo!, Socorro! e a urgência de salvar nossas garotas” (**Notícia 9**) é uma coluna escrita pela modelo Luiza Brunet e foi publicada no dia 08/03/2019. No texto, Luiza faz um apelo para que as pessoas escutem o grito de socorro das mulheres que sofrem violência e as ajude; trazendo o caso de Elaine Caparroz que foi espancada durante horas e mesmo gritando por ajuda, ninguém a socorreu – um caso explícito do quanto a sociedade não está preparada para ajudar as vítimas de violência de gênero. A segunda notícia é “Constrangimento verbal. Toques não consentidos. Abuso sexual. A dura realidade das mulheres que sofrem violência obstétrica” (**Notícia 10**), foi publicada em 19/03/2019 e faz um panorama das violências que as gestantes enfrentam durante o pré-natal e o parto, entrevistando fontes médicas e também mulheres que já passaram por situações de violência obstétrica. A terceira matéria “A primeira vez com um negão não dói”, diz promotor à defensora em júri. Organização repudia fala” (**Notícia 11**) foi publicada no dia 05/07/2019 e fala sobre uma ofensa, de cunho sexual, dita para uma defensora pública durante sessão de justiça, o que gerou brecha para a discussão do machismo institucional e estrutural. A quarta notícia deste conjunto é “Carnaval 2020:

assédio dentro e fora do bloco é crime. Saiba como e onde denunciar” (**Notícia 12**), publicada em 20/02/2020, e expõe como as mulheres devem se posicionar frente aos assédios que sofrem durante as festas de carnaval, algo recorrente no país, bem como também explica onde elas podem buscar ajuda. A quinta e última notícia deste conjunto temático “Short 'tipo Anitta' ou qualquer outra roupa não justificam assédio. Parece óbvio, mas até a cantora teve que explicar. Veja vídeo” (**Notícia 13**), publicada em 20/02/2020, discute o assédio justificado pelas roupas que as mulheres usam, utilizando como exemplo o caso de uma menina menor de idade assediada pelo motorista durante corrida de aplicativo.

Quadro 5 – Identificação dos círculos dêiticos do Conjunto Temático 2

<i>Identidade dos sujeitos participantes, o lugar social que ocupam, seus interesses e intenções comunicativas</i>	
Notícia 9	<p>Identidade e lugar social: Elaine Caparroz, paisagista, 55 anos; Cristiane Machado, atriz; Érica Paes, ex-lutadora de MMA e especialista em prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher. As três mulheres e a colunista, Luiza Brunet, foram vítimas de violência de gênero. Também estão presentes no texto as falas de Gabriela Manssurre e Valéria Scarance, promotoras de justiça.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: Sensibilizar as pessoas para que ajudem as mulheres quando elas pedem ajuda e gritam por socorro em situações de violência.</p>
Notícia 10	<p>Identidade e lugar social: Ana Fialho, obstetra; Suzanne Miranda, educadora perinatal; Patrícia Ramos, psicóloga e consultora de sexualidade; Raquel Correa, publicitária (vítima de violência obstétrica); Munique Figueiredo (vítima de violência obstétrica); Maria do Carmo Leal, pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: A falta de conhecimento das gestantes em relação às práticas durante o pré-natal e o parto tornam as mulheres mais vulneráveis à violência obstétrica. Nesse sentido, a narrativa tem o intuito de conscientizar e alertar as gestantes sobre os seus direitos enquanto mulheres.</p>
Notícia 11	<p>Identidade e lugar social: Fernanda Moraes, defensora pública; José Figueiredo da Silva, promotor de justiça, homem negro.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: Mostrar que o machismo está também presente nas instituições, e que as mulheres são vistas como objetos sexuais até mesmo por profissionais da justiça.</p>
Notícia 12	<p>Identidade e lugar social: Rebeca Servaes, presidente da Comissão Mulher da OAB do Rio de Janeiro; Juliana Emerique, diretora da coordenação geral das Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (Deams) do Rio.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: Conscientizar que os assédios agora são enquadrados como crimes de importunação sexual e devem ser denunciados/notificados à polícia.</p>

Notícia 13	<p>Identidade e lugar social: Adolescente (não identificada), 17 anos, que foi assediada durante corrida de aplicativo; André Lopes Machado, 43 anos, motorista da Uber; Marina Dillenburg, delegada responsável pelo caso. Anitta, cantora, também aparece na narrativa por ter sido citada como uma influenciadora das vestimentas que a adolescente usava durante a corrida – o que segundo o motorista justificava o assédio.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: A intenção da narrativa e da personagem central, vítima do assédio, é demonstrar que independentemente da roupa ou do comportamento da mulher ela nunca está pedindo para ser assediada.</p>
-------------------	---

<i>Percepções recíprocas por parte dos participantes dos fatores anteriores</i>	
Notícia 9	A notícia traz o caso de Elaine Caparroz, agredida por um homem com quem estava se relacionando, dentro da sua casa. Ela foi espancada por quase quatro horas, gritou por ajuda e nenhum vizinho ou funcionário atendeu seu pedido de ajuda. A demora para socorrer-la quase lhe custou a vida.
Notícia 10	A notícia faz menção a um vídeo que circulou nas redes sociais e que causou revolta ao mostrar uma mulher em trabalho de parto sendo agredida pelo médico obstetra que a acompanhava na Maternidade Balbina Mestrinho, em Manaus.
Notícia 11	O promotor pediu para que Fernanda se acalmasse durante os debates em plenário, argumentando que "a primeira vez com um negão não dói". A situação gerou repercussão e a Coletiva Mulheres Defensoras Públicas do Brasil divulgou uma nota repudiando a atitude do promotor.
Notícia 12	Desde 2018, os assédios podem ser enquadrados como importunação sexual, com pena de 1 a 5 anos de prisão. No carnaval de 2019 foram registradas 19 ocorrências no período de 1º a 6 de março no Rio de Janeiro, segundo a Polícia Civil.
Notícia 13	Um motorista da Uber foi banido do aplicativo após ter sido acusado de assediar uma adolescente de 17 anos durante uma corrida em Viamão, região metropolitana de Porto Alegre.

<i>Circunstâncias históricas de ocorrência do ato</i>	
Notícia 9	Não há circunstâncias históricas nesta notícia.
Notícia 10	Muitas gestantes são submetidas a práticas arcaicas que já não são recomendadas há décadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS). As mais recorrentes são a episiotomia, uma incisão feita na área entre a vagina e o ânus para ampliar o canal de parto, e a manobra de Kristeller, em que a barriga da mulher é empurrada com força para baixo para acelerar o nascimento. Essa última foi criada pelo ginecologista alemão Samuel Kristeller em 1867 e, 149 anos depois, continua em voga no país, como procedimento de praxe.
Notícia 11	Não há circunstâncias históricas nesta notícia.
Notícia 12	Até a criação da lei, em 2018, o assédio era considerado contração penal, ou seja, um crime de menor potencial ofensivo. Depois da lei que tipificou como importunação sexual qualquer ato libidinoso cometido

	sem consentimento contra alguém com o objetivo de satisfazer o próprio desejo sexual ou de terceiros, a resposta penal para esse tipo de atitude ficou mais grave. Dependendo da gravidade, o abuso ainda pode ser enquadrado como estupro.
Notícia 13	Não há circunstâncias históricas nesta notícia.

<i>Circunstâncias culturais, crenças, mitologias, ideologias, conhecimento de mundo compartilhado</i>	
Notícia 9	A crença de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” é tão presente no imaginário dos brasileiros que mesmo num caso em que uma mulher estava precisando de ajuda, ela precisou pedir socorro durante quatro horas para ser atendida, como ocorreu com Elaine. O texto ainda traz o fato de que o grito de “fogo” ao invés de “socorro” pode ser mais efetivo para as mulheres que estão em perigo e precisando de ajuda para se livrar de uma situação de violência. A possibilidade de incêndio gera maior mobilização do que alguém pedindo socorro por estar sendo agredida.
Notícia 10	Um dos tipos de violência obstétrica é a realização de cesarianas sem indicação, o que fizeram o país ser o campeão desse tipo de cirurgia - atualmente a taxa é de 55% ultrapassando os 15% recomendados pela OMS. Outro aspecto cultural e social que muito recentemente começou a ser discutido no Brasil é o chamado "ponto do marido". Trata-se de um ponto feito ao término da sutura de uma episiotomia, onde se "aperta" a entrada da vagina, com o intuito de torná-la mais estreita, ou seja, visando um maior prazer para o homem no ato sexual.
Notícia 11	Segundo a nota divulgada pela coletiva “A explícita conotação sexual da fala do promotor não é apenas inadequada ao ambiente em que fora proferida. Ela configura, mais do que isso, uma violenta manifestação de machismo institucional arraigado dentro do sistema de Justiça, que submete historicamente mulheres ao lugar de objetos sexuais e sexualizados, deslegitimando-as como profissionais nas relações estabelecidas neste sistema. A conduta do promotor, ao comparar a atuação das duas instituições em plenário a uma relação sexual, constringendo publicamente uma defensora pública no exercício de suas funções, é repugnante e inaceitável”.
Notícia 12	A notícia frisa que mesmo com o clima de folia e tumulto que o carnaval gera, isso não é um passaporte para assédio contra as mulheres. Passadas de mão, 'encoxadas', beijos à força, puxões no cabelo e outras investidas sem consentimento contra qualquer pessoa são um tipo de assédio e não podem ser naturalizadas. A tipificação do assédio como crime de importunação sexual contribui nesse sentido de combater essas condutas.
Notícia 13	O motorista que assediou a adolescente justificou o assédio, pois, segundo ele, a menina vestia um "short tipo Anitta", uma miniblusa e estava sentada "de pernas abertas no banco, chamando a atenção." Para ele, a forma como ela se vestia e se comportava dava a ele o direito de assediá-la. A cantora, que foi citada, se manifestou nas redes sociais dizendo “Nada justifica um assédio. A forma de se vestir, sentar, falar, etc, não significa

	qualquer autorização ou pedido ou convite a ser assediada e/ou invadida, abusada, estuprada”.
<i>Percepções recíprocas de todo este conjunto de fatores</i>	
Notícia 9	A colunista faz um apelo, reforçando que “quem pede socorro precisa que alguém corra, se mova, que faça alguma coisa. A sociedade não parece sensibilizada o suficiente para atender ao chamado a flito de uma mulher que sofre violência. Essa escuta não pode mais ser passiva. Um pedido de socorro precisa motivar uma atitude responsável e a mobilização pública em favor de quem corre perigo”. Ela também chama a atenção para a necessidade da criação de um código que seja mais eficaz no caso de mulheres agredidas, assim como funcionou o SOS em tempos de guerra.
Notícia 10	“Quanto maior o acesso das gestantes à informação, menor o espaço para que ocorra a violência. O plano de parto é um instrumento poderoso para promover a informação das gestantes e companheiros/as. Por meio dele, elas conhecem as opções disponíveis para a assistência ao trabalho de parto e ao parto, os cuidados com o recém-nascido e sabem melhor o que esperar dos profissionais que atendem o nascimento do seu bebê - a firma Fialho lembrando que o documento só muito recentemente passou a ser encorajado no Brasil, onde ainda encontra grande resistência por parte da assistência obstétrica”.
Notícia 11	A construção da narrativa leva a crer que comportamentos discriminatórios e machistas, seja em instituições públicas ou privadas, não podem ser tolerados.
Notícia 12	Entendendo que a conduta de assédio durante o carnaval é crime e não pode ser tolerada, a narrativa enfoca bastante em como as mulheres podem denunciar e onde podem fazer isso. “— Quando sofrem a violência, muitas mulheres ficam fragilizadas e preferem não denunciar. Reconheço que é difícil ter coragem para denunciar, mas é importante fazer esse registro — a firma Servaes, da OAB — Em primeiro lugar porque o agressor vai ser responsabilizado e assim a gente pode evitar que outras mulheres sejam vítimas. E quanto mais as mulheres denunciarem, mais vamos ter informações e estatística corretas em relação à violência contra a mulher. Assim o Estado pode pensar políticas públicas mais efetivas para combatê-la — completa”.
Notícia 13	No fechamento da matéria o caso ainda estava sendo investigado, mas “mesmo que o motorista negue ter assediado a adolescente, a justificativa que usa para explicar seu comportamento revela o machismo estrutural da sociedade brasileira. A roupa de uma mulher, seja ela curta ou não, não são é uma autorização ou um convite para qualquer toque ou atitude invasiva e não consentida”.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As notícias que compõem o **Conjunto Temático 2**, as quais tiveram seus círculos dêuticos identificados no **Quadro 5**, falam de aspectos da violência de gênero que, muitas

vezes, são pormenorizados pela sociedade e pelas instituições de justiça: o assédio sexual, enquadrado como crime de importunação sexual, e a violência obstétrica, dois fenômenos ainda muito naturalizados e legitimados entre os brasileiros. Nessas notícias nem sempre as fontes/personagens são entrevistadas, como é o caso de algumas matérias que fazem uma discussão sobre o assunto a partir de algum caso que tenha repercutido nas redes sociais ou na mídia. Por falta de informações nas próprias notícias não há como afirmar por quais marcadores sociais essas mulheres são atravessadas, mas são sempre pessoas ligadas a instituições sociais oficiais ou pessoas que tem/tiveram algum tipo de notoriedade, mesmo que momentânea – em geral pela violência que sofreram. São notícias que discutem sobre pontos ainda pouco abordados sobre a violência de gênero e promovem uma reflexão sobre as condutas machistas que geram tanto os assédios quanto a violência obstétrica. Como ponto central de intersecção entre todas as narrativas deste conjunto temático podemos citar o esforço em mostrar que não podemos naturalizar essas situações de violência e assédio que objetificam o corpo das mulheres de diversas formas, seja como objeto sexual ou como objeto procriador.

Em relação à identidade das personagens podemos dizer que todas as fontes que tiveram centralidade nas narrativas são mulheres, e é notável o esforço de Celina em escutar mulheres inclusive como fontes oficiais, ou seja, há uma busca por especialistas mulheres que possam falar dos assuntos abordados nas notícias. O fator geração, o único marcador explícito nas notícias do Conjunto Temático 2, é contemplado em diferentes vieses. Adolescentes e mulheres jovens são retratadas nos assédios que ocorrem em transporte particular e no carnaval, as mulheres um pouco mais velhas são representadas pela matéria sobre violência obstétrica, e as mulheres mais maduras podem ter uma identificação com o caso de Elaine, que teve um relacionamento com um homem mais jovem e acabou sofrendo uma tentativa de feminicídio. Percebe-se, portanto, uma preocupação em abarcar pautas que perpassam a vida das mulheres em diferentes idades.

No que diz respeito às percepções recíprocas de fatos anteriores nota-se uma preocupação de sempre ter um acontecimento central que acaba gerando determinada reflexão nas notícias. Seja o vídeo da violência obstétrica ou do assédio contra a adolescente durante uma corrida de Uber, ou o relato dos casos do assédio sofrido pela advogada durante sessão do júri e da tentativa de feminicídio contra a paisagista, todas as situações geram uma espécie de gancho para que estes aspectos da violência de gênero possam ser discutidos nas narrativas.

Já as circunstâncias históricas não são tão comuns nestas notícias analisadas no Quadro 4, visto que nem todos os acontecimentos relatados têm algum tipo de contextualização histórica necessária. As exceções são a Notícia 10, que faz um resgate das técnicas de obstetrícia consideradas arcaicas e violentas, e a Notícia 12, que mostra as mudanças na tipificação penal do enquadramento do assédio sexual como crime. Nessas duas narrativas esse tipo de contextualização histórica é importante, pois mostra as mudanças pelas quais estes dois assuntos passaram até serem considerados um tipo de violência de gênero – na prática e nas leis.

As circunstâncias culturais e sociais, assim como no conjunto temático anterior, são relevantes para entendermos por qual fio condutor as jornalistas pretendem promover a reflexão das temáticas tratadas nas notícias. Ao elencar alguns pontos da cultura brasileira, é possível entender algumas interpretações que Celina faz sobre a violência de gênero, neste caso, especificamente sobre abusos e assédios sexuais. O machismo da nossa sociedade fica evidente em todas as matérias: quando a crença de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” corrobora para que mulheres sejam agredidas, violentadas e mortas; quando as gestantes são levadas a crer que estratégias arcaicas e violentas são as melhores para o parto e para a própria individualidade delas enquanto mulheres; quando um promotor assedia uma advogada durante audiência e acha que não foi ofensa; quando os homens acham que no carnaval pode tudo, inclusive invadir o corpo de mulheres sem permissão; e quando o modo como uma adolescente se veste é visto como um aval para que motorista de aplicativo lhe diga absurdos de cunho sexual.

Enfim, todo esse conjunto de fatores vão ao encontro das percepções recíprocas das narrativas que promovem reflexão sobre as raízes de todos esses aspectos da violência de gênero, mostrando o quanto é inaceitável tais práticas com as meninas e mulheres. No caso das notícias analisadas aqui, pertencentes ao Conjunto Temático 2, há um objetivo de Celina por informar e, conseqüentemente, empoderar as mulheres para que saibam lidar com as situações de assédio sexual e violência obstétrica.

A seguir faremos a análise dos círculos dêiticos presentes nas notícias que compõem o **Conjunto Temático 3**, que discutem a violência de gênero a partir de leis e pesquisas sobre a temática. A primeira notícia que compõe este conjunto, “Projeto de lei propõe agilizar divórcio para quem sofreu violência doméstica” (**Notícia 14**), foi publicada no dia 15/04/2019, e fala de um projeto de lei que pretende acelerar o processo de divórcio para as vítimas de violência doméstica e escuta, além do deputado que criou o projeto, uma advogada especialista e uma mulher que já sofreu com essa situação. Já a segunda notícia “Pesquisa

afirma que maior parte das empresas brasileiras não monitoram casos de violência doméstica” (Notícia 15), veiculada em 07/11/2019, mostra o quanto o fenômeno da violência de gênero é ignorado pelas empresas, mas, ao mesmo tempo, como o não acolhimento das funcionárias vítimas de violência pode afetar na produtividade e no andamento da própria corporação.

Quadro 6 – Identificação dos círculos dêiticos do Conjunto Temático 3

<i>Identidade dos sujeitos participantes, o lugar social que ocupam, seus interesses e intenções comunicativas</i>	
Notícia 14	Identidade e lugar social: Luiz Lima, deputado do PSL-RJ, autor do projeto de lei; Paola Stroschoen Pinent, advogada especialista em advocacia para mulheres; Camila, professora, vítima da violência doméstica. Interesses e intenções comunicativas: As três fontes ouvidas convergem no sentido de mostrar que o projeto de lei pode facilitar (no sentido jurídico e doméstico) na separação entre a mulher vítima e o homem agressor.
Notícia 15	Identidade e lugar social: Edna Goldini, fundadora do Instituto Vasselo Goldoni e uma das idealizadoras da Rota VCM; Rodrigo Vianna, diretor da Talenses e membro da Aliança para Empoderamento da Mulher; Carolina Ferreira, líder do Comitê de Combate à Violência Contra a Mulher da Lojas Marisa. Interesses e intenções comunicativas: Mostrar que a violência contra mulheres pode influenciar na qualidade e na produtividade do trabalho nas empresas e buscar conscientizar as corporações que elas devem adotar medidas nesse sentido.
<i>Percepções recíprocas por parte dos participantes dos fatores anteriores</i>	
Notícia 14	Projeto de lei que está em tramitação para aprovação no Senado promete trazer um pouco de rapidez ao doloroso processo de divórcio das mulheres vítimas de violência doméstica. A proposta é uma pequena alteração na Lei Maria da Penha que, caso aprovada e sancionada, permite o pedido de divórcio no juizado específico de violência doméstica e familiar.
Notícia 15	Foi realizada uma pesquisa, chamada “A Violência e Assédio Contra a Mulher sob a perspectiva do mundo corporativo”, que mostrou que a maior parte das empresas (55%) não monitora e nem atua sobre os casos de mulheres que sofrem com algum tipo de violência. Aos respondentes que afirmaram não haver controle de casos de mulheres que sofrem com algum tipo de violência, foi feita a pergunta: por qual razão você acredita que não há o controle de casos. As três principais respostas são: não está na agenda prioritária da organização (33%), falta de apoio da liderança (12%), dificuldade de mensurar e controlar (12%).
<i>Circunstâncias históricas de ocorrência do ato</i>	
Notícia 14	Segundo o texto do projeto de lei, “Apesar da Lei da Maria da Penha já criar diversas medidas para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, como o

	afastamento do agressor, há necessidade de prevermos medidas que facilitem de forma definitiva o encerramento do vínculo da mulher e da família com o agressor. Nesse sentido, a decretação imediata do divórcio ou do rompimento da união estável nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, a pedido da ofendida, é uma medida que pode vir a minimizar os efeitos negativos, e muitas vezes catastróficos, para a ofendida, por conta da convivência durante o andamento do processo de divórcio ou dissolução da união estável”.
Notícia 15	Não há circunstâncias históricas nessa notícia.

<i>Circunstâncias culturais, crenças, mitologias, ideologias, conhecimento de mundo compartilhado</i>	
Notícia 14	A advogada Paola fala, na notícia, que apesar de o projeto de lei ser um avanço, pode ser que, na prática, não funcione, visto que muitas vezes as vítimas desistem da medida protetiva, portanto podem vir a desistir do divórcio também. Segundo ela a violência doméstica geralmente ocorre em ciclos e depois da violência física, vem um período de “lua de mel”. “Nesse ciclo, as emoções variam muito. A mulher fica confusa e instável. Ela registra a ocorrência e depois desiste porque ainda ama ou porque é dependente emocionalmente daquele homem. Uma coisa é tomar a decisão, outra é manter. Muitas têm até dificuldade de pensar que precisam se separar. Às vezes, elas só querem tirar o cara de casa. Já o divórcio exige um advogado, mas ela pode não ter a informação ou as condições financeiras. Se o divórcio for imediato, é mais uma ferramenta para ela se empoderar”.
Notícia 15	O entendimento de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” gera um entendimento de que a violência contra mulheres é um problema pessoal e privado, ou seja, de que não é responsabilidade das empresas enquanto contratantes.

<i>Percepções recíprocas de todo este conjunto de fatores</i>	
Notícia 14	Para Camila, uma mulher que sofreu com a violência doméstica, se a mulher chega na delegacia e faz a denúncia é porque ela precisa sair de casa imediatamente. Nesse sentido, da facilidade, do acolhimento e da rapidez, as três fontes confluem para uma interpretação de que o projeto de lei pode ser benéfico para as mulheres vítimas de violência.
Notícia 15	Depois de mostrar que as empresas e corporações precisam se preocupar com a violência a que as mulheres, suas funcionárias, estão expostas, e o quanto isso influencia no ambiente de trabalho, os personagens da notícia dizem que primeiro as empresas precisam criar um canal seguro de denúncia. Um RH preparado, onde a mulher vai ter um espaço de escuta. Além disso, as empresas precisam saber para onde direcionar a vítimas, quais são as delegacias e dar orientação jurídica.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As notícias do **Conjunto Temático 3**, expostas no **Quadro 6**, fazem a discussão da violência doméstica a partir ganchos bem factuais: a divulgação de uma pesquisa e a criação de um projeto de lei. Esse tipo de violência é, talvez, um dos tipos de violência de gênero que mais tem visibilidade da mídia, seja pelo apelo emocional ou pelo apelo jurídico, sendo a Lei Maria da Penha um mecanismo que pauta o combate ao fenômeno desde 2006, quando foi promulgada. Nessas duas matérias apresentadas acima há a predominância de fontes oficiais, ligadas a instituições oficiais, o que, de certa forma, acaba burocratizando a discussão e reflexão sobre a violência doméstica. No entanto, ambas as notícias apontam ferramentas que podem ajudar as mulheres vítimas de violência, no âmbito do divórcio e do mercado de trabalho, ou seja, com o entendimento de que a violência de gênero precisa ser combativa, Celina elenca, nessas notícias, algumas soluções.

No que tange especificamente às identidades das fontes ouvidas nas narrativas, há, diferente dos outros conjuntos temáticos, a presença de homens enquanto personagens – o que se justifica, no entanto, por se tratarem de pessoas ligadas diretamente à pauta: no caso da Notícia 14 há uma fala do deputado que propôs o projeto de lei; no caso da Notícia 15 há o presidente de uma das instituições que realizou a pesquisa. Fora isso, há a presença de mulheres que complementam a narrativa das notícias como no caso da advogada especialista em advocacia para mulheres, que vai trazer aspectos sociais e culturais que poderiam inviabilizar a efetividade do projeto de lei, e também a presença de uma líder à frente da implementação de uma política de acolhimento às funcionárias vítimas de violência da Lojas Marisa. Essa mobilização por escutar outras personagens, mulheres e especialistas no assunto, acabam contribuindo para a ampliação do debate.

Em relação às percepções recíprocas, como mencionamos anteriormente, por se tratarem de duas notícias produzidas a partir de um acontecimento mais factual, ambas trazem uma contextualização, ou seja, apresentam o fato gerador da narrativa: a criação do projeto de lei e a pesquisa que mostra como as empresas não se preocupam em ter políticas que mapeiam a violência contra as mulheres. Nesse sentido, esses fatos acabam funcionando como uma justificativa da pauta, o porque elas foram produzidas e os motivos pelos quais essas discussões são relevantes.

Apenas uma das matérias, a Notícia 14, apresenta circunstâncias históricas, pois, por se tratar de um projeto de lei que busca modificar algumas partes da Lei Maria da Penha, é preciso fazer uma breve retomada do que a lei prevê ou não e como o projeto de lei mudaria, na prática, a aplicabilidade desse importante mecanismo de combate à violência doméstica.

No caso da Notícia 15, por se tratar de dados obtidos a partir de uma pesquisa recente, não há a evocação de nenhuma circunstância histórica.

No que diz respeito às circunstâncias sociais e culturais é importante notar o quão relevante é para as narrativas elucidar esses aspectos em ambas as pautas. Tanto no caso do projeto de lei quanto no caso da pesquisa, as crenças e atitudes sociais, seja das mulheres vítimas de violência ou das instituições/empresas, nos ajudam a compreender parte da complexidade do fenômeno da violência de gênero. Na primeira notícia deste conjunto temático a advogada reforça o fato de que muitas mulheres vítimas de violência doméstica, seja por uma dependência emocional ou por inúmeros outros fatores, acabam retirando as medidas protetivas, por exemplo, o que poderia levá-las a retirarem um pedido de divórcio também. A especialista explica que isso ocorre porque, em geral, essas situações de violência doméstica são compostas por um ciclo de agressão física seguido por uma fase de “lua de mel”, o que faz com que as vítimas fiquem indecisas e confusas. Já a pesquisa que mostra que as empresas não se preocupam com o mapeamento da violência contra as mulheres mostra um lado da cultura presente no cotidiano dos brasileiros, a crença de que a violência que ocorre no âmbito doméstico e familiar é um problema individual e que terceiros não podem/devem interferir. No entanto, fica claro, pelos dados e pelas explicações das fontes, que a violência contra as mulheres que estão no mercado de trabalho acaba por interferir na qualidade do serviço que elas desenvolvem, portanto, o combate à violência de gênero seria, também, uma responsabilidade das corporações.

As narrativas analisadas no Quadro 5 mostram, a partir das percepções recíprocas, que todas as instituições sociais devem estar empenhadas no combate à violência contra as mulheres, pois, somente com o envolvimento e a responsabilidade de todos é que as mulheres, vítimas de violência, poderão romper e sair desse ciclo.

Passando para a próxima análise, as notícias que compõem o **Conjunto Temático 4** tratam da violência de gênero sob um viés político, relacionando à temática a decisões do governo ou a declarações de governantes. A primeira notícia, “Para deputado, roupa é chamariz para estupros: 'você sabe o risco que está correndo’” (**Notícia 16**), foi publicada em 10/05/2019 e trata da declaração de um deputado durante votação de projeto de lei sobre a cultura do estupro. Para ele, a roupa que uma mulher usa pode provocar um estupro. Esta notícia tem um teor mais factual e não conta com entrevistas ou outro tipo de contextualização. A segunda notícia deste conjunto, “Mulheres apontam 'sequência de erros' na fala de Moro sobre violência doméstica” (**Notícia 17**), veiculada no dia 08/08/2019, faz uma análise da fala sobre violência doméstica do então Ministro da Justiça. Moro justificou a

violência doméstica com aspectos machistas e foi corrigido por inúmeras mulheres após a repercussão do seu depoimento.

Quadro 7 – Identificação dos círculos dêiticos do Conjunto Temático 4

<i>Identidade dos sujeitos participantes, o lugar social que ocupam, seus interesses e intenções comunicativas</i>	
Notícia 16	<p>Identidade e lugar social: Jessé Lopes, deputado do PSL-SC.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: No caso dessa notícia, não há nenhuma fonte ou personagem, apenas a repercussão da fala do deputado durante votação de projeto de lei da deputada Luciane Carminatti (PT) que é contra a cultura de estupro. Há uma intenção comunicativa da repórter que produziu a narrativa, cuja identidade não é revelada, que é mostrar que a cultura do estupro está no imaginário social brasileiro, inclusive perpassa a fala do deputado.</p>
Notícia 17	<p>Identidade e lugar social: Sérgio Moro, ex-juiz e Ministro da Justiça. Debora Diniz, antropóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB); Gabriela Rondon, advogada que integra o Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis); Lena Lavinas, professora titular de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e especialista em desigualdades de gênero; Fátima Pacheco Jordão, socióloga e fundadora do Instituto Patrícia Galvão; Flávia Biroli, professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB).</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: Mostrar os erros da fala de Sérgio Moro sobre violência doméstica, apontando não só as falhas do depoimento dele, mas também esclarecendo a complexidade da violência de gênero no Brasil.</p>
<i>Percepções recíprocas por parte dos participantes dos fatores anteriores</i>	
Notícia 16	<p>O deputado Jessé Lopes (PSL), revelou em discurso no plenário da Assembleia Legislativa de Santa Catarina que a roupa que uma mulher usa pode chamar o estupro. “Se você quer andar na rua com sua saíinha, seu shortinho, seu decote, ótimo. Se você quer chamar a atenção de estupra-dores, você sabe o risco que está correndo. Se você se deparar com essa situação, lamento. Mas se você tiver uma arma na bolsa, você vai poder se defender do estupra-dor. E eu espero que você realmente tenha uma arma e mande ele para o inferno que é para lá que o estupra-dor de verdade merece ir”, disse.</p>
Notícia 17	<p>Durante a solenidade que celebrou os 13 anos da Lei Maria da Penha, o ministro da Justiça, Sergio Moro, declarou que alguns homens agredem mulheres porque se sentem atualmente intimidados por elas. “Talvez nós, homens, nos sintamos intimidados pelo crescente papel da mulher em nossa sociedade. Por conta disso, parte de nós recorre, infelizmente, à violência física ou moral para a firmar uma pretensa superioridade que não mais existe, disse o ministro”.</p>

<i>Circunstâncias históricas de ocorrência do ato</i>	
Notícia 16	A notícia apresenta dados sobre o estupro no Brasil que, anualmente, acomete milhares de mulheres. Em 2016, 49.497 brasileiras foram estupradas segundo o Atlas da Violência, produzido pelo Ipea e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Esse número é apenas das mulheres que denunciam a violência — boa parte dos crimes não são relatados. No Estado do deputado, Santa Catarina, foram registrados 3.084 crimes de estupro no mesmo ano.
Notícia 17	Uma das circunstâncias históricas trazidas na notícia é o fato de Moro ter citado a violência contra mulheres como um fenômeno recente, quando, na verdade, isso ocorre há décadas.

<i>Circunstâncias culturais, crenças, mitologias, ideologias, conhecimento de mundo compartilhado</i>	
Notícia 16	Quando o deputado a firma que a roupa de uma mulher pode dizer se ela quer ou não ser estuprada já está em evidência uma crença de que o comportamento das mulheres é que gera um estupro, não dos homens abusadores. Outra circunstância cultural mencionada na notícia está presente na própria fala do deputado, que a firma que o projeto de lei, ao mencionar a cultura do estupro, estaria dizendo que todos os homens são potenciais estupradores. Segundo ele “quem em sua consciência cultiva o estupro?”.
Notícia 17	Diversos aspectos culturais e crenças sociais sobre a violência contra mulheres são evocados nessa notícia, a partir da fala equivocada do então Ministro da Justiça. Há uma culpabilização das vítimas de violência, como se, caso não houvesse uma ascensão social da mulher, não haveria violência, ou seja, há uma inversão da narrativa de vitimização, da ordem de causalidade dos fenômenos. Também há a citação de um desconhecimento do ministro em relação a complexidade dos casos de violência contra a mulher e que o tratamento sobre o tema merece seriedade. Outro ponto é que a fala do ministro pode naturalizar e de certa forma até justificar a violência de gênero, quando, no entanto, nenhuma atitude ou conduta é motivo para mulheres serem agredidas.

<i>Percepções recíprocas de todo este conjunto de fatores</i>	
Notícia 16	As percepções recíprocas ficam claras no fechamento da notícia, que diz que “Na verdade, a cultura do estupro está presente no imaginário social. Ela consiste na naturalização ou na diminuição de casos de assédio e violência sexual contra mulheres. Pode-se observar a cultura do estupro em argumentos que culpabilizam vítimas deste tipo de violência ou neutralizam assédio associando à natureza masculina”.
Notícia 17	Toda a discussão e reflexão gerada pela notícia, que entrevista cinco especialistas na temática da violência e das desigualdades de gênero, vai ao encontro da percepção de que a fala de Moro foi equivocada e demonstrou um desconhecimento da complexidade do fenômeno da violência contra as mulheres. Além disso, há um reforço de que a violência de gênero não é um

	fenômeno atual, que nenhuma conduta da mulher deve ser utilizada para justificar e legitimar a violência e que a fala do ministro na verdade mostra a explicação da ótica do homem, anacrônica e ressentida, relacionada a crescente perda de poder do masculino.
--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As notícias que compõem o **Conjunto Temático 4**, e que tiveram seus círculos dêiticos identificados no **Quadro 7**, divergem bastante em relação à estruturação da narrativa, mesmo que tenham em comum a discussão da violência de gênero a partir da fala de políticos. A primeira matéria, a Notícia 16, é um relato bem factual sobre a declaração de um deputado sobre projeto de lei que prevê a cultura do estupro, não trazendo entrevistas ou qualquer outro tipo de contextualização para a discussão do assunto. Já a segunda matéria, a Notícia 17, faz um panorama bem completo sobre a complexidade da violência contra as mulheres, com a contribuição de cinco especialistas no assunto, pegando como gancho a fala do então Ministro da Justiça, Sérgio Moro. Mesmo com as divergências, ambas as narrativas confluem para uma interpretação de que o fenômeno da violência de gênero é complexo e não pode ser naturalizado, justificado e legitimado por figuras políticas.

A identidade dos personagens que influenciaram a criação das notícias são de fácil identificação, por serem figuras públicas e por terem suas imagens divulgadas nas matérias: são dois políticos, homens e brancos, provavelmente pertencentes a classe social mais alta. Eles, no entanto, não adquirem poder de fala nas narrativas, somente são divulgadas as suas declarações como uma justificativa pela qual se torna necessário o debate sobre a violência contra as mulheres. No caso da Notícia 17, as personagens entrevistadas são especialistas mulheres que possuem notoriedade na área dos estudos de gênero e feminismo, pois pertencem a instituições ou universidades conhecidas no meio acadêmico e social. As intenções comunicativas, seja dessas especialistas ou da jornalista que produziu a notícia, ficam evidentes no sentido de mostrar o quanto a violência de gênero ainda é naturalizada e legitimada por figuras políticas, sobretudo por homens.

As percepções recíprocas de fatos anteriores de ambas as notícias são muito semelhantes, pois se trata da declaração de dois políticos sobre a violência de gênero que geraram certa comoção, o que justifica contextualmente a necessidade da produção dessas matérias. As narrativas utilizam esses fatos como ponto de partida para a discussão e debate da cultura do estupro e da complexidade da violência doméstica.

No que diz respeito às circunstâncias históricas, há, na Notícia 16, a explanação de alguns dados sobre os estupros cometidos contra mulheres no Brasil, que resgatam a

necessidade de o fenômeno ser debatido e combatido, já na Notícia 17 há a explicação de que a violência doméstica não é uma problemática atual, e sim que acomete mulheres há muitas décadas justamente por esta crença de superioridade dos homens e do masculino em relação às mulheres e ao feminino. Portanto, não há nenhuma conduta das mulheres, hoje, que possa justificar a violência, assim como anos atrás também não havia.

Em relação às circunstâncias culturais e às crenças sociais apresentadas nas notícias deste conjunto temático há, na primeira notícia, apenas o apontamento de que a cultura do estupro é algo presente na sociedade brasileira, exemplificada inclusive pela própria fala do deputado. Mas, na segunda matéria, da fala de Moro sobre a violência doméstica, há a explicação de uma série de fatores culturais e crenças que acabam não só legitimando a violência, mas também culpabilizando as próprias vítimas. Há, portanto, uma cultura que tenta responsabilizar as mulheres pela violência que sofrem, seja pela forma que se vestem ou se comportam, tirando a culpa dos homens, agressores e abusadores e, conseqüentemente, naturalizando e legitimando a violência de gênero.

Todos os fatores mencionados acima levam a crer de que as duas notícias do Conjunto Temático 4 se posicionam contra as declarações proferidas pelos dois políticos, buscando promover uma reflexão sobre o fenômeno da cultura do estupro e um debate sobre a complexidade da violência doméstica.

Seguindo para a análise do **Conjunto Temático 5**, as notícias que compõem este conjunto tratam da violência de gênero a partir de manifestações e movimentos criados a partir das redes sociais. A utilização dessas plataformas como ferramenta de enfrentamento à violência de gênero tem se mostrado central, devido à facilidade de denunciar situações de assédio, por exemplo, e por sua conseqüente visibilidade. A primeira notícia que compõe esse conjunto temático “Após morte, campanha tenta proteger mulheres de falsos motoristas de aplicativo” (**Notícia 18**), publicada no dia 18/04/2019, utiliza um fato que ocorreu nos Estados Unidos para denunciar as situações de violências as quais as mulheres estão expostas ao utilizar aplicativos de transporte particular. A narrativa fala principalmente dos casos nos EUA e da campanha iniciada lá chamada #Whatsmyname, que alerta sobre a necessidade de conferir os dados do motorista e carro antes de embarcar, mas também comenta de alguns casos muito semelhantes que ocorreram aqui no país. A segunda notícia “#LinkedInNãoéTinder: usuárias reagem a assédio na plataforma de networking profissional” (**Notícia 19**) foi publicada no dia 18/07/2019 e relata alguns casos de mulheres que foram assediadas no LinkedIn, rede social focada no mercado de trabalho e no âmbito profissional, além de entrevistar especialistas que afirmam que essas posturas podem representar que os

assediadores não sabem separar suas vidas profissional e pessoal. Já a terceira matéria “Com a hashtag #ondedói, campanha contra abusos médicos viraliza nas redes” (**Notícia 20**), publicada em 09/12/2019, trata de um tipo de assédio bem específico, cometido em consultórios médicos – assunto que ganhou visibilidade a partir de uma hashtag que foi um dos assuntos mais comentados no Twitter. Essa notícia conta a história de uma mulher vítima de violência sexual pelo pediatra como principal e também traz outros relatos de assédio como secundários.

Quadro 8 – Identificação dos círculos dêiticos do Conjunto Temático 5

<i>Identidade dos sujeitos participantes, o lugar social que ocupam, seus interesses e intenções comunicativas</i>	
Notícia 18	<p>Identidade e lugar social: Samantha Josephson, 21 anos, estudante, americana, morta por um falso motorista de aplicativo. Mulher abusada sexualmente por motorista e adolescente de 15 estuprada também por um motorista, ambas moradoras do Rio de Janeiro, não identificadas. Todas as personagens são apenas mencionadas, sem maiores detalhes ou informações.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: Por não terem espaço de fala na notícia, não é possível identificar as intenções comunicativas das personagens. No entanto, a intenção da jornalista parece ser mostrar que as brasileiras, assim como as americanas, estão expostas a situações de abuso, estupro e até mesmo assassinato ao utilizar aplicativos de transporte como a Uber.</p>
Notícia 19	<p>Identidade e lugar social: Maria Amélia Saad, pesquisadora; Cacau Dias, redatora; foram vítimas de assédio no LinkedIn. José Colhado, advogado especialista em direito digital e crimes cibernéticos. Maria Cecília Sepulveda, assistente executiva e criadora do grupo INpoderadas. Tais Targa, escritora, psicóloga, especialista em carreira profissional e mestre em educação. Renata Perrone, recrutadora; Mariangela Cabral, psicóloga e analista de RH.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: Mostrar que o assédio em redes sociais, sobretudo numa rede profissional como o LinkedIn, pode ser equiparado com assédio moral e de trabalho. Além disso, também há uma intenção de evidenciar que utilizar essa rede para relacionamentos é errado.</p>
Notícia 20	<p>Identidade e lugar social: Nina Marqueti, 28 anos, atriz e ativista, foi vítima de abuso pelo pediatra durante consulta médica quando tinha 16 anos.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: De maneira mais explícita, a notícia tem como intenção “promover a conscientização da sociedade a respeito da violência contra as mulheres praticada por profissionais de saúde”. Nina ainda explica que o silêncio dela poderia dar a oportunidade do assediador continuar fazendo isso com outras meninas, por isso se encorajou a denunciar.</p>

Percepções recíprocas por parte dos participantes dos fatores anteriores

Notícia 18	Uma jovem americana chamada Samantha Josephson foi morta por um falso motorista de aplicativo nos Estados
-------------------	---

	Unidos. A morte dela gerou comoção e a campanha #WhatsMyName (qual é o meu nome) que reforça a importância de se certificar de que aquele é mesmo o carro solicitado por aplicativo.
Notícia 19	No início da notícia são evocados dados do IBGE sobre o desemprego das mulheres no Brasil e como o LinkedIn pode ser uma ferramenta para elas reverterem essa situação. Também há a divulgação de um caso de assédio nesta rede que repercutiu, gerando 35 mil visualizações, e quase 200 comentários.
Notícia 20	Uma campanha levou mulheres às redes sociais para contar casos de violência praticada por médicos de diversas especialidades. A hashtag #ondedói foi lançada à tarde e à noite já estava em terceiro lugar nos Trending Topics do Twitter no Brasil. Junto com a hashtag foi lançado um site para dar apoio emocional e jurídico às vítimas que quiserem denunciar. O projeto, criado em parceria por vários coletivos feministas, foi idealizado a partir da experiência de assédio vivida por Nina e transformada em peça teatral por ela.

<i>Circunstâncias históricas de ocorrência do ato</i>	
Notícia 18	De acordo com a notícia, nove mulheres foram abusadas em uma área de bares em Los Angeles entre os anos de 2016 e 2018 e pelo menos 24 mulheres foram atacadas nos últimos anos nos EUA após cometer erro semelhante ao de Samantha. Aqui no Brasil, uma mulher e uma menina de 15 anos também foram estupraadas durante viagem de aplicativo.
Notícia 19	Segundo o advogado José Colhado, não há leis que punam esse tipo de comportamento, no entanto “O assédio digital pode comportar todas as outras classificações, como morale de trabalho. Quando um recrutador age indevidamente, mesmo na internet, chamando o candidato para jantar ou dando apelidos pejorativos, já é uma forma de assédio porque a escolha de um perfil faz parte do processo seletivo”.
Notícia 20	Não há circunstâncias históricas nessa notícia.

<i>Circunstâncias culturais, crenças, mitologias, ideologias, conhecimento de mundo compartilhado</i>	
Notícia 18	Tanto nos casos ocorridos nos EUA como aqui no Brasil se critica a postura da empresa Uber em não alertar as usuárias do aplicativo sobre essa onda de falsos motoristas. A campanha lançada no exterior reforça a necessidade das mulheres se certificarem dos dados do motorista e do carro, como nome, foto e placa de veículo, assim como compartilhar detalhes da viagem com familiares ou amigos. Críticos lamentam que sempre caiba às mulheres o ônus de ser vigilante para se manterem seguras.
Notícia 19	Algumas especialistas entrevistadas para a matéria rebatem o argumento de que pessoas se conhecem e se relacionam no ambiente de trabalho, portanto, na rede social seria a mesma coisa. Para elas, utilizar a plataforma para relacionamento é inadequado pois equivale a marcar um encontro na empresa onde trabalha. E também salientam a necessidade da separação entre vida profissional e pessoal. O assédio às mulheres

	na rede social, assim como no ambiente de trabalho, é recorrente, mas não pode ser tolerado como uma conduta normalizada.
Notícia 20	Na época em que Nina foi assediada ela contou para a família, mas ninguém acreditou. O assediador, pediatra dela, era um médico prestigiado na cidade. Ela foi morar em outro país e passou os últimos 10 anos diminuindo a importância do assédio, com depressão e ataques de pânico. “Não tinha denunciado ainda. A gente não sabe como fazer e tem medo que se reverta contra você. Você pensa: ‘foi traumático, mas eu consigo lidar com isso. Mas e se surgir coisa pior com a minha denúncia?’ Mas agora, se vou falar, vou falar por mim e por pessoas que não podem”.

<i>Percepções recíprocas de todo este conjunto de fatores</i>	
Notícia 18	A narrativa alerta as mulheres brasileiras para tomarem cuidado com as corridas de aplicativo como o Uber.
Notícia 19	Todos os pontos discutidos na notícia, sejam pelos especialistas ou pelas vítimas, levam a crer que as abordagens feitas às mulheres, fora do contexto profissional no LinkedIn, se configuram como assédio e devem ser denunciadas para o suporte da plataforma. Além disso, os assédios na rede social podem dificultar e desmotivar as mulheres na procura por um emprego utilizando o LinkedIn como ferramenta.
Notícia 20	A notícia alerta para algumas condutas que não são profissionais e que se enquadram como assédio e abuso sexual, conscientizando as mulheres. Também reforça a importância da denúncia no sentido de romper com esse ciclo de abusos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As notícias pertencentes ao **Conjunto Temático 5**, as quais tiveram seus círculos dêiticos identificados no **Quadro 8**, são bem semelhantes em relação a temática: ambas falam sobre assédio em intersecção com as redes sociais, utilizando hashtags, inclusive, nos títulos das notícias. A terceira notícia traz inúmeras fontes, desde vítimas de assédio no LinkedIn até especialistas, como o advogado e as psicólogas que trabalham com recrutamento e RH. Talvez essa movimentação em escutar diversas pessoas se dê pelo fato de a temática ser nova e ainda causar muitas dúvidas, como a própria narrativa mostra – diferente de outros casos de assédio, os relatados pelas usuárias do LinkedIn não passam de abordagens ofensivas por meio de mensagens. Ou seja, ao escutar diferentes personagens, mas que convergem as opiniões no sentido de considerar o fato como assédio, a jornalista que produziu a notícia, de certa forma, legitima a pauta e traz maior consistência e relevância para a discussão. Por outro lado, a primeira e a terceira notícias, mesmo também sendo um movimento que ganhou visibilidade a partir da divulgação em redes sociais, são fatos concretos, estupros e abusos sexuais causados por profissionais dentro de consultórios médicos e em corridas de aplicativo,

que, ao invés de causar transtornos físicos e psicológicos para as mulheres, deveriam oferecer amparo, auxílio e segurança. No caso da Notícia 20, a narrativa conta com uma personagem principal, a Nina, atriz e ativista, que foi abusada sexualmente por seu pediatra aos 16 anos, e que transformou a sua experiência em uma peça teatral. Também, foi a experiência dela que acabou influenciando uma *hashtag* na qual milhares de mulheres denunciaram situações de abuso por médicos, muito semelhantes àquela que Nina passou. Já a Notícia 18, mesmo apresentando uma personagem principal, Samantha, jovem americana que foi morta por um falso motorista de aplicativo, não há entrevistas ou uma maior problematização sobre os perigos que as mulheres enfrentam numa simples corrida de Uber, que deveria ter como único objetivo ser um transporte seguro para todos, inclusive e sobretudo para as mulheres.

No que diz respeito à identidade dos sujeitos presentes na Notícia 18, por se tratar de mulheres vítimas de violência, estupro e assassinato durante corridas do aplicativo Uber, que foram apenas mencionadas, mas não escutadas pela jornalista, é difícil afirmar algo mais específico em relação às suas identidades e intenções comunicativas. Já na Notícia 19 há uma diversidade de vozes: são entrevistadas três mulheres vítimas de assédio no LinkedIn (uma não identificada no texto), um advogado, uma mulher criadora de iniciativa relacionada ao empoderamento e denúncia de mulheres vítimas de assédio nas redes sociais, e três especialistas na área de psicologia, recrutamento e RH. Apesar de não haver nenhuma descrição que nos permita saber a classe, raça e sexualidade dos entrevistados, por exemplo, podemos afirmar com certeza de que apenas um se identificava como homem. Outro aspecto importante de mencionar sobre a identidade das personagens é que, de algum modo, são mulheres que possuem alguma notoriedade, seja por serem especialistas em determinado assunto ou, no caso das vítimas, pela repercussão que o caso de assédio em si gerou. Nessa narrativa, a principal intenção comunicativa das personagens é mostrar que algumas abordagens no LinkedIn são configuradas como assédio e que, se os homens buscam se relacionar de uma maneira que não seja a profissional, existem redes sociais específicas para isso. No caso da Notícia 20 há apenas uma personagem, Nina Marqueti, atriz e ativista. Assim como na outra notícia deste conjunto temático, não há a identificação de outros marcadores sociais além do gênero, mas, por ter desenvolvido uma peça que denuncia os abusos sexuais cometidos por médicos, tendo viralizado e influenciado uma movimentação no Twitter, é possível afirmar, também, que a fonte tinha um lugar de fala privilegiado e, em alguma medida, legitimado. A intenção comunicativa dessa personagem, que fica clara na narrativa, é mostrar a importância da denúncia desses crimes, pois, como ela mesma falou, se não há

denúncia, não há conhecimento de que aquela situação ocorre e esses médicos abusadores continuam atendendo pacientes e, possivelmente, fazendo mais vítimas.

As percepções recíprocas apresentadas nas narrativas deste conjunto temático são aspectos que mostram a relevância das pautas. Na primeira notícia é apresentado o caso de Samantha que influenciou a criação do movimento #WhatsMyNam, que, além da repercussão no Twitter, acabou alertando mulheres de outros países, incluindo as brasileiras, sobre um problema comum: os assédios, estupros e a insegurança em pedir um Uber. Na segunda notícia, são evocados dados que mostram a gravidade do desemprego das mulheres no Brasil, justificando o quão importante pode ser a inserção delas no LinkedIn enquanto ferramenta de busca de trabalho. Além disso, ainda nessa notícia, é apresentado o caso de uma mulher que denunciou o assédio que sofreu em um próprio post na rede social e que acabou gerando uma grande repercussão, contextualizando o assunto que seria tratado na matéria. Já na terceira notícia deste conjunto temático é apresentada a criação de uma hashtag que acabou alcançando os Trend Topics do Twitter em poucas horas. A partir dessa repercussão é que as situações de abuso sexuais e estupros cometidos por médicos começam a serem discutidas na narrativa.

Em relação as circunstâncias históricas, por se tratarem de temáticas atuais, ou que, no mínimo, tiveram maior visibilidade nos últimos anos, não há aspectos históricos a serem apresentados como uma forma de contextualização cronológica. Apenas no caso da Notícia 18 são resgatados alguns outros casos de estupro por motoristas da Uber em região dos EUA e, no caso da Notícia 19, o advogado ressalta que, mesmo não havendo uma lei que puna esses assédios que ocorrem no âmbito digital, eles também podem ser enquadrados como assédio moral ou do trabalho, ou seja, existe uma punição para os assediadores. Essa discussão é interessante porque aponta que, possivelmente, em um futuro, possa haver uma tipificação penal que prevê esses assédios nas redes sociais, sobretudo no caso do LinkedIn que é uma rede profissional.

As circunstâncias culturais e sociais pertinentes as três notícias deste conjunto temático são apresentadas de forma bem sutil no texto. Na Notícia 18 fica subentendido no texto que, como a Uber não se responsabilizou pelos casos de assédio e estupro, e também não alertou as usuárias sobre a onda de falsos motoristas, caberia às mulheres os cuidados e medidas preventivas para a própria proteção ao utilizar o aplicativo. No caso da Notícia 19 discute-se, a partir das falas das especialistas em psicologia e RH, que o ambiente de trabalho exige seriedade e profissionalismo, portanto, numa rede social destinada a esse fim se espera a mesma conduta dos usuários. Há o reforço para o quão importante é separar a vida

profissional da pessoal, mas não há uma discussão sobre os motivos que levam os homens a agirem dessa forma com as mulheres, seja no mercado de trabalho ou nas redes sociais. Mais do que uma discussão sobre essas barreiras rígidas entre profissional versus pessoal, tendo em vista o debate sobre gênero e violência contra mulheres, seria importante mencionar os aspectos culturais que levam os homens a serem que essa conduta de assédio, com mensagens invasivas para as mulheres, é naturalizada e aceita, pois a maioria deles não enxerga o que há de errado nessa postura. Já no caso da Notícia 20 fica claro como as mulheres, mesmo quando são vítimas, continuam a ser culpabilizadas pela violência sofrida. Quando Nina foi assediada pelo seu pediatra, enquanto ainda era uma adolescente, criou coragem para contar a situação para a família algum tempo depois, mas ninguém acreditou, já que o médico era conhecido na região. Portanto, mesmo entendendo que o abuso não foi uma conduta adequada entre médico e paciente, ela ainda tentava diminuir a importância do abuso que havia sofrido e acabou desenvolvendo depressão e crises de pânico. Ou seja, fica claro como em nossa cultura a voz de um médico homem possui maior prestígio em relação à voz de uma adolescente mulher, até mesmo entre a própria família da vítima.

Levando em consideração todos esses aspectos mencionados, as percepções finais das narrativas são em defesa das mulheres vítimas de assédio/abuso, ou seja, se colocam a favor da discussão dessas temáticas, reforçando a importância da denúncia nos dois casos, seja quando há assédios nas redes sociais, seja quando se percebe condutas inadequadas por parte dos médicos, além de chamar a atenção para os riscos que as mulheres correm ao utilizar transporte por aplicativos, como a Uber. Nesse último caso, no entanto, é preciso mencionar que é perigoso colocar ênfase nos cuidados que as próprias usuárias devem tomar ao pedir uma corrida pelo aplicativo, pois, dessa forma, se coloca a responsabilidade dos estupros e abusos em cima das próprias vítimas, e não da empresa que deveria ter uma política mais efetiva nesse sentido.

Continuando, as notícias que compõem o **Conjunto Temático 6** discutem a violência de gênero a partir de um viés artístico e cultural. A primeira matéria deste conjunto temático, “Cidade que mais mata mulheres no México inspira peça de protesto no Brasil” (**Notícia 21**), foi publicada no dia 27/06/2019 e fala de uma peça teatral brasileira inspirada nos feminicídios cometidos em Ciudad Juarez, no México. O texto aproveita a situação factual da peça que está em cartaz para contextualizar brevemente a situação de assassinatos de mulheres no Brasil e no mundo. A segunda matéria, “Por que Junior Lima está certo ao criticar letra de 'Maria Chiquinha'” (**Notícia 22**), publicada em 22/07/2019 traz à tona uma crítica feita pelo cantor Junior Lima durante show com a sua irmã, Sandy. Ele afirmou ser

inadmissível cantar uma música na qual o feminicídio é naturalizado e mudou a letra ao vivo no show. Decorrente deste fato o Celina ainda publicou outras duas matérias: a terceira matéria do conjunto temático, “14 músicas que trazem em seus versos machismo ou violência contra a mulher” (**Notícia 23**), publicada também no dia 22/07/2019, e a quarta matéria, “Seis músicas brasileiras que denunciam em suas letras a violência contra a mulher” (**Notícia 24**), publicada no dia 23/07/2019. Ambos os textos procuram trazer uma reflexão acerca da música brasileira e sua intersecção com a realidade de violência vivida por inúmeras mulheres. A quinta e última matéria presente no conjunto é “Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres: livro em quadrinhos discute abusos e feminicídio” (**Notícia 25**), publicada no dia 25/11/2019 e que traz o lançamento de um livro em quadrinhos sobre violência de gênero justamente no dia em que se luta pela eliminação da violência contra mulheres; o texto faz, portanto, um panorama da situação das mulheres aqui no Brasil no que diz respeito a violência.

Quadro 9 – Identificação dos círculos dêiticos do Conjunto Temático 6

<i>Identidade dos sujeitos participantes, o lugar social que ocupam, seus interesses e intenções comunicativas</i>	
Notícia 21	Identidade e lugar social: Luciana Mitkiewicz, mulher, branca. É a atriz que produz e interpreta a peça teatral. Interesses e intenções comunicativas: A intenção da atriz com a peça é fazer uma espécie de ativismo pois, segundo ela, o caso da cidade mexicana evidencia o aspecto estrutural da violência contra a mulher, muito parecido com o que acontece no Brasil.
Notícia 22	Identidade e lugar social: uma dupla de cantores, irmãos, um homem e uma mulher (Sandy e Junior), brancos, heterossexuais e de classe social elevada. Como cantores, têm um local de fala privilegiado. Interesses e intenções comunicativas: durante o show, o cantor modificou a letra da música “Maria Chiquinha”, que trazia um feminicídio em tom de brincadeira, naturalizando a violência de gênero. Junior afirmou que “Isso não é mais aceitável”. Ou seja, a intenção é mostrar que a violência de gênero não pode ser naturalizada, seja em músicas ou outros aspectos da vida cotidiana.
Notícia 23	Essa notícia traz uma série de músicas brasileiras que naturalizam a violência de gênero. Identidade e lugar social: todas as músicas expostas na matéria são cantadas por homens, mas não se traz nenhum dado mais detalhado da identidade deles. Interesses e intenções comunicativas: não há como afirmar com precisão quais são os interesses dos cantores, apenas que veem a violência de gênero como algo normalizado. Já a intenção comunicativa da jornalista é denunciar quantas músicas brasileiras trazem situações de violência de gênero de forma banalizada.
Notícia 24	A matéria elenca músicas brasileiras que possuem letras de protesto em relação à violência de gênero.

	<p>Identidade e lugar social: todas as músicas expostas são cantadas por mulheres, mas não se traz nenhum dado mais detalhado da identidade das mesmas.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: as letras expõem a realidade da violência contra as mulheres e tenta atuar no empoderamento das mulheres e no combate das desigualdades de gênero.</p>
Notícia 25	<p>Identidade e lugar social: Tinda Costa, mulher, branca, jornalista e escritora. É autora da história em quadrinhos sobre violência doméstica e feminicídio, fato central da notícia.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: a autora tinha a intenção de transformar a história em uma série de televisão, mas não houve interesse de nenhuma emissora. Tinda acredita, no entanto, que o formato em quadrinhos pode atrair mais pessoas, inclusive os jovens. O objetivo dela é gerar reflexão e discussão sobre machismo e violência contra mulheres.</p>

<i>Percepções recíprocas por parte dos participantes dos fatores anteriores</i>	
Notícia 21	Ciudad Juarez, no México, é uma cidade conhecida pela violência extremamente brutal para as mulheres. Desde 1993 enfrenta uma onda de assassinatos na região que anda não cessaram.
Notícia 22	Desde 1991, quando a música “Maria Chiquinha” fez sucesso, a consciência sobre relacionamentos abusivos, violência doméstica, sexismo e outros temas a fins ganhou novas dimensões.
Notícia 23	Depois do cantor Junior ter alterado a letra de "Maria Chiquinha", o debate revisionista acerca de canções brasileiras de teor machista e que naturalizam a violência doméstica se reacendeu.
Notícia 24	Mesmo havendo muitas canções que banalizam a violência de gênero, outros cantores têm se preocupado em combater essa naturalização
Notícia 25	A notícia, já no início, relata justificativas comuns as mulheres vítimas de violência quando dão entrada no hospital: queda na escada, batida por freada brusca no carro, escorregão no tapete. Essa é uma situação real que inspirou a escrita da história por Tinda.

<i>Circunstâncias históricas de ocorrência do ato</i>	
Notícia 21	No relato de Luciana, a personagem da notícia, ela evidencia como o machismo faz parte da história de todos os países latino-americanos.
Notícia 22	A notícia traz a importância de duas leis brasileiras. A Lei Maria da Penha, de 2006, que criou mecanismos de prevenção e punição à violência contra a mulher. E a Lei do Feminicídio de 2015, responsável por tipificar o assassinato motivado pela condição de gênero.
Notícia 23	Essa notícia não traz nenhuma circunstância histórica de contextualização.
Notícia 24	Idem.
Notícia 25	O livro foi lançado no Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, instituído pela ONU em 1999. Além disso, há dados na matéria que demonstram a preocupação com a temática no Brasil: a taxa de mortes de mulheres cresceu 5,4% no Brasil e 28,5% dos homicídios de mulheres aconteceram dentro

	de casa.
--	----------

<i>Circunstâncias culturais, crenças, mitologias, ideologias, conhecimento de mundo compartilhado</i>	
Notícia 21	Alguns dados sobre feminicídio no Brasil e no México são expostos. Enquanto no Brasil os feminicídios são cometidos por familiares, fruto de uma violência doméstica, no México os crimes são cometidos por desconhecidos. A notícia afirma que, dentre os países latinos, o México possui a legislação mais dura de feminicídio.
Notícia 22	Há a entrevista com uma pesquisadora e professora de história, que ressalta que as músicas refletem a cultura e a moral de uma época, mas que é necessário ter uma visão crítica sobre elas, pois, quando banalizadas, podem favorecer a aceitação da violência de gênero. Também há a apresentação de um estudo que demonstrou que a mulher é retratada de cinco formas: como alguém que deve buscar um ideal de perfeição, um casamento, a maternidade, como alguém que tem o corpo objetificado ou que é objeto de violência.
Notícia 23	Essa notícia traz trechos de músicas que banalizam e naturalizam a aceitação da violência contra a mulher: "Se te agarro com outro, te mato! Te mando algumas flores e depois escapo". "Todo homem que sabe o que quer, pega o pau pra bater na mulher". "Ajoelha e chora, quando mais eu passo o laço muito mais ela me adora".
Notícia 24	Por outro lado, essa notícia traz trechos de música que incentivam as mulheres a denunciarem a violência: "Cadê meu celular, eu vou ligar pro 180 vou entregar teu nome e explicar meu endereço Aqui você não entra mais, eu finjo que não te conheço". "Mulher com olho roxo, espanca da todo dia Eu tinha uns cinco anos, mas já entendia Que mulher apanha se não fizer comida Mulher oprimida, sem voz, obediente Quando eu crescer, eu vou ser diferente".
Notícia 25	A protagonista da história em quadrinhos defende que as questões religiosas têm grande influência na perpetuação da violência contra mulheres e também defende as causas feministas. A autora da história reforça como, mesmo com avanços, as mulheres ainda precisam lutar para ter igualdade de direitos e respeito. Tinda chama a atenção também para o fato de que só em 1932 as brasileiras conseguiram direito ao voto e que só a partir de 1962, com o novo Código Civil, as mulheres deixaram de ser definidas como incapazes dependentes do pai ou do marido.

<i>Percepções recíprocas de todo este conjunto de fatores</i>	
Notícia 21	Há uma comparação sobre feminicídio entre México e Brasil, elencando as diferenças nos crimes e penas, por exemplo, mas não apresenta uma interpretação maior dos fatos.
Notícia 22	Evidencia-se que a atitude do cantor Junior foi louvável, pois demonstrou uma compreensão de que a letra da música hoje tem um peso que não se atribuía a ela 30 anos atrás.
Notícia 23	Constata-se que são muitas as músicas que abordam, sem cerimônia, comportamentos sexistas e casos de

	feminicídio.
Notícia 24	Mostra-se um movimento de cantoras que se posicionam, por meio de suas músicas, contra a desigualdade de gênero.
Notícia 25	A partir da história em quadrinhos, da entrevista com a autora e da apresentação de alguns dados, evidencia-se como o fenômeno da violência contra as mulheres ainda é estrutural e precisa ser combatido constantemente.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Com as informações expostas no **Quadro 9**, podemos fazer algumas interpretações em relação às narrativas presentes no **Conjunto Temático 6**. Quando analisamos a identidade dos sujeitos centrais nas notícias, ou seja, os personagens/fontes, percebemos que, mesmo que a maioria sejam mulheres, ainda assim são mulheres pertencentes a um padrão hegemônico. As duas mulheres que foram fontes, ou seja, convidadas a falar, são Luciana e Tinda, a primeira atriz, a segunda jornalista e escritora, ambas mulheres brancas. No caso da notícia sobre a mudança na letra da música da dupla Sandy e Júnior além da questão da raça, também entra uma questão de classe: os irmãos são brancos e filhos de uma família com alto poder aquisitivo. Além de trazer a dupla de cantores, que são centrais na matéria, há também outras duas fontes secundárias: Miriam Hermeto, professora de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Amanda Contieri, mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), as quais não é possível informar sua posição social pelas informações descritas no texto. Nas outras duas matérias não há como identificar personagens centrais, visto que ambas foram produzidas a partir do gancho da Notícia 22, e contém uma espécie de compilado com músicas brasileiras com letras que naturalizam a violência de gênero, no primeiro caso, e com músicas brasileiras feministas que atuam como uma forma de protesto a situação da violência de gênero. Quando percebemos as intenções comunicativas, seja dos personagens/fontes ou jornalistas, vemos um padrão: identificamos que o objetivo de todos ia ao encontro do combate à violência contra mulheres, reforçando a necessidade do debate e reflexão sobre o tema e enfatizando que a presença do machismo e da violência nas músicas contribui para a naturalização dessa situação que leva muitas mulheres a morte cotidianamente.

Ao analisarmos as informações referentes às percepções contextuais dos fatos das notícias, vemos que cada matéria vai fazer um tipo de contextualização, ou seja, cada uma delas vai evocar algum acontecimento marcante ou fato rotineiro relacionado a um passado ou o presente do assunto central. No caso da Notícia 21, é trazida a informação de que os assassinatos de mulheres são recorrentes no México desde 1993; a Notícia 22 afirma que,

desde 1991, quando a canção “Maria Chiquinha” foi lançada, muita coisa mudou, principalmente em relação a não aceitação da violência de gênero como algo normal; a Notícia 23 também afirma que a consciência sobre violência de gênero ascendeu e que há inclusive uma cobrança para que as músicas não naturalizem mais esse tipo de situação; a Notícia 24 vai ao encontro das duas anteriores e reforça que há um movimento, encabeçado principalmente por cantoras mulheres, que estão reagindo e escrevendo músicas de protesto e denúncia da violência de gênero; na Notícia 25 a autora da história em quadrinhos traz como é comum que as mulheres que sofrem violência omitam sobre ela quando vão procurar ajuda médica, sempre alegando acidentes domésticos. Há, em todas as notícias, no entanto, uma preocupação em situá-las em relação a fatores anteriores, a um passado do país que é extremamente patriarcal, desigual e machista, mostrando, inclusive, o quanto é relevante a discussão deste tema, visto que esses assuntos ainda não foram superados na nossa sociedade.

Em relação à contextualização histórica dos acontecimentos, há informações somente nas Notícias 21, 22 e 25. As matérias 23 e 24, que trazem um compilado de músicas, não traz nenhum tipo de informação nesse sentido. No caso da Notícia 21, há o relato de Luciana, atriz e personagem central da narrativa, de que o machismo e a violência de gênero são presentes na história de todos os países latino-americanos. Na Notícia 22, para fazer uma contextualização sobre a problemática da violência de gênero no Brasil, a notícia traz a criação de duas políticas públicas: a Lei Maria da Penha, de 2006, e a Lei do Feminicídio, de 2015. Já a notícia 25, além de reforçar o fato de o livro em quadrinhos estar sendo lançado no Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, instituído pela ONU em 1999, também evoca dados sobre violência doméstica e sobre a morte de mulheres.

Além do contexto histórico, todas as notícias também apresentam aspectos sociais e culturais que permeiam os fatos centrais da narrativa. Na Notícia 21, há uma comparação das especificidades dos feminicídios cometidos no México e no Brasil, enquanto aqui a maioria das mortes de mulheres é perpetrada por familiares dentro de um contexto de violência doméstica, lá elas são mortas por desconhecidos. Na Notícia 22, a contextualização histórica é feita a partir da fala de duas especialistas, uma historiadora e outra linguista. A historiadora afirma que as músicas refletem a cultura e moral social de uma época, justificando, portanto, o porquê de a música “Maria Chiquinha” não ter sofrido com críticas antes; no entanto, ela também salienta que essa visão crítica é necessária, pois, ao banalizar a violência de gênero na música, é também uma forma de aceitação com a problemática. A outra pesquisadora, que desenvolveu um trabalho sobre a representação da mulher na música sertaneja, constatou que elas são tratadas sob diferentes aspectos, mas sempre calcadas em um ideal perfeito de

feminilidade e nas desigualdades de gênero. Nas Notícias 23 e 24, a partir das letras das músicas expostas, vemos uma movimentação oposta: na primeira, um reforço de uma cultura patriarcal, desigual e machista que ainda naturaliza a violência contra a mulher na música; na segunda, a necessidade que cantoras sentiram de se apropriar dos discursos feministas e transformá-los em música, como maneira de empoderar as mulheres e ajudar no combate a violência de gênero. Já na Notícia 25, a autora da história em quadrinhos faz a relação da violência doméstica com as questões religiosas, destacando este como um dos aspectos sociais que geram a tolerância com a agressão de mulheres, sobretudo se forem esposas ou filhas. Nesse sentido, a escritora também lembra que só em 1962 as mulheres deixaram de ser propriedade dos pais ou maridos com a promulgação do Código Civil. Ou seja, são conquistas muito recentes, e que precisam de vigilância para que não haja um retrocesso de direitos relativos às mulheres.

Considerando esses aspectos acima mencionados, podemos chegar a algumas interpretações possíveis em relação às percepções recíprocas das narrativas. Na Notícia 21, por exemplo, apesar de elencar uma série de informações sobre feminicídio no Brasil e no México, falar sobre a peça teatral e entrevistar a atriz, não é possível identificar uma conclusão, uma reflexão sobre a problemática. Fica evidente que o assassinato de mulheres é inaceitável, pois é um crime, mas não há uma maior reflexão sobre a problemática ou sobre o conteúdo da peça em si. Já na Notícia 22, a partir das percepções recíprocas entre personagens, fontes e jornalista, conseguimos compreender que a atitude do cantor Junior foi louvável, pois não é mais aceitável cantar sobre um feminicídio como se isso fosse algo normal. 30 anos após o sucesso da música, percebeu-se o peso que a cultura, e a música brasileira especificamente, carregam na normalização de atitudes, que, no caso da violência de gênero, pode levar mulheres à morte. Na Notícia 23 constata-se que muitas músicas, algumas antigas outras bem atuais, todas cantadas por homens, banalizam a violência contra a mulher e o feminicídio, chamando a atenção para como a violência de gênero é naturalizada e está presente no imaginário social brasileiro. Na Notícia 24 há um entendimento da importância do movimento de mulheres cantoras que, através da música, procuram mostrar como a violência de gênero é errada e inadmissível, contribuindo no combate às desigualdades de gênero e no imaginário social que ainda normaliza a violência contra as mulheres. Na notícia 25, a partir da entrevista e das informações dispostas durante a notícia, podemos concluir o quanto a violência contra as mulheres é estrutural no Brasil e tão normalizada que é negada até mesmo pelas vítimas que sofreram agressões, por medo e como forma de proteger os agressores, que, na maioria das vezes, são familiares.

Indo ao encontro da última análise das narrativas, as notícias que compõem o **Conjunto Temático 7** discutem a violência de gênero a partir de atos ou protestos relacionados com a temática. A primeira notícia deste conjunto temático, “Mulheres cariocas reproduzem performance chilena contra estupro” (**Notícia 26**) foi publicada em 03/12/2019 e trata de uma performance interpretada pelas mulheres cariocas, inspirada em um ato feito por chilenas, contra a cultura do estupro, patriarcado e violência. Na notícia não há entrevistadas nem uma discussão sobre o tema, apenas a descrição factual do protesto que ocorreu no Rio de Janeiro. A segunda notícia, “Ato feminista reúne 100 mulheres em São Paulo com coreografia surgida no Chile” (**Notícia 27**), publicada em 04/12/2019, também fala de uma adaptação do ato chileno, mas, dessa vez, feito por mulheres paulistas. Mas, nessa notícia, há entrevista com uma das organizadoras do ato em São Paulo, uma breve contextualização da situação da violência de gênero no Brasil, sobretudo do estupro, a partir de dados e estatísticas, e também um vídeo da performance. As duas narrativas são muito semelhantes, seja por tratarem de um mesmo ato ocorrido em estados diferentes, seja pela estrutura do texto e da pauta mais ligada ao factual.

Quadro 10 – Identificação dos círculos dêiticos do Conjunto Temático 7

<i>Identidade dos sujeitos participantes, o lugar social que ocupam, seus interesses e intenções comunicativas</i>	
Notícia 26	<p>Identidade e lugar social: Daíne Valdés Vargas, Sibila Sotomayor Van Rysseghem, Paula Cometa Stange e Lea Cáceres Díaz, criadoras do coletivo Lastesis, do Chile. São apenas mencionadas no texto.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: A intenção do coletivo é levar ideias feministas em "um formato cênico de uma forma simples e pegajosa para que a mensagem chegue a mais pessoas e também desmistificar a violência como um problema pessoal".</p>
Notícia 27	<p>Identidade e lugar social: Flávia Estevan, uma das organizadoras do ato e representante do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Foi entrevistada sobre a performance realizada em São Paulo.</p> <p>Interesses e intenções comunicativas: Com o refrão "A culpa não era minha, nem onde estava, nem o que vestia, o estuproador é você", as mulheres fizeram uma performance de cerca de três minutos, de olhos vendados, para denunciar abusos.</p>
<i>Percepções recíprocas por parte dos participantes dos fatores anteriores</i>	
Notícia 26	A performance "Un violador en tu camino" ficou conhecida no dia 25 de novembro quando foi executada por dezenas de mulheres em uma manifestação em Santiago, no Chile.
Notícia 27	A performance contra o estupro e o feminicídio que começou com mulheres chilenas e se espalhou por vários

	países chegou a São Paulo alguns dias depois.
<i>Circunstâncias históricas de ocorrência do ato</i>	
Notícia 26	Depois do ato no Chile, centenas de mulheres reproduziram a performance em cidades como Paris, Londres, Barcelona, Nova York, Cidade do México, Istambul, Madri, Berlim e Bogotá.
Notícia 27	Alguns dados e estatísticas são evocados para demonstrar a relevância do fenômeno da violência de gênero. De acordo com dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em setembro, o Brasil nunca teve tantos casos de estupro quanto em 2018, com recorde de 66.041 registros — aumento de 5% em relação a 2017. Entre as vítimas, 81,8% são mulheres e 18,2%, homens.
<i>Circunstâncias culturais, crenças, mitologias, ideologias, conhecimento de mundo compartilhado</i>	
Notícia 26	A tradução da música para o português expõe parte da problemática social e cultural que envolve a violência de gênero: "O patriarcado é um juiz que nos julga por nascer e o nosso castigo é a violência que se vê. Femicídio. Impunidade. Desaparecimento. E estupro. E a culpa não era minha. Nem de onde estava ou o que vestia. O estupro é você. É a PM. É o juiz. É o Estado. O presidente. O Estado opressor é um macho estupro." As mulheres cantavam com os olhos vendados, simbolizando, também, a cegueira do estado e da sociedade diante dos casos de violência contra a mulher.
Notícia 27	Segundo Flávia a realidade histórica das mulheres no Brasil acaba sendo muito semelhante a situação do Chile. "É um ato de apoio a mulheres chilenas, mas também é um ato nosso. Foi uma iniciativa no Chile, em um contexto local, mas para nós tem identidade com mulheres no geral. Dá para tirar do contexto chileno e colocar no Brasileiro e, infelizmente, serve como uma luva".
<i>Percepções recíprocas de todo este conjunto de fatores</i>	
Notícia 26	Apesar de não haver uma reflexão maior, nem entrevistas, a divulgação dessa notícia parece ir ao encontro do objetivo do próprio protesto, de desmistificar a violência de gênero e gerar uma conscientização sobre o fenômeno na sociedade como um geral.
Notícia 27	Podemos entender, pelos dados e pela entrevista feita com Flávia, que a violência de gênero também é um fenômeno que abrange muitas mulheres brasileiras e, como no caso das chilenas, é preciso chamar a atenção para que a sociedade e a justiça abram os olhos e ajudem no combate da violência e punição dos agressores.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

As notícias pertencentes ao **Conjunto Temático 7**, e que tiveram seus círculos dêuticos identificados no **Quadro 10**, são narrativas praticamente iguais, visto que tratam da

mesma performance, adaptada e desenvolvida por mulheres de dois estados brasileiros: Rio de Janeiro e São Paulo. O texto é construído, em ambas, de forma bem factual, mencionando o ato chileno "Un violador en tu camino" que deu origem aos protestos aqui no Brasil, apenas descrevendo a performance. A única diferença entre as Notícias 26 e 27, além do local onde ocorreram, é que na Notícia 27 há a fala de uma das organizadoras do ato em São Paulo e também há o vídeo da performance feita no Largo da Batata, na zona oeste da capital paulista. São narrativas que, mesmo abordando um tema cuja discussão é extremamente importante para as mulheres não só no Brasil, mas em tantos outros países, há pouca contextualização histórica, social e cultural, conseqüentemente, gerando pouca reflexão sobre o tema da violência de gênero, sobretudo sobre estupro e feminicídio.

Como já mencionamos, as notícias que compõem este conjunto temático, por não trazerem personagens principais, mas sim a descrição dos acontecimentos (os protestos no Rio e em São Paulo), é difícil afirmar a identidade dos sujeitos participantes e a intenção comunicativa deles. Na notícia 26 apenas são mencionadas as quatro mulheres que criaram a performance no Chile, portanto, a única informação que temos sobre a identidade delas é que são ativistas feministas. No caso da Notícia 27 há entrevista com uma das ativistas criadoras da adaptação da performance chilena em São Paulo, mas também não há mais informações sobre a identidade dela. A intenção comunicativa que fica explícita em ambas as narrativas é o objetivo da performance em si, que é conscientizar e denunciar a problemática da violência de gênero, chamando a atenção para a responsabilidade da sociedade, do Estado e da justiça no combate ao estupro e ao feminicídio.

As percepções recíprocas de fatos anteriores é a mesma para as duas notícias, visto que ambas foram desenvolvidas a partir de um mesmo acontecimento, o protesto chileno "Un violador en tu camino", cujo vídeo viralizou nas redes sociais pelo mundo e acabou influenciando atos e performances em diversos países. Mencionar esse fato é importante para situar sobre o surgimento dos protestos que ocorreram no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas seria interessante, também, trazer uma maior contextualização sobre os motivos que levaram uma mesma performance, uma mesma música, representar a vida de tantas mulheres diferentes, oriundas de países e culturas diversas.

Em relação às circunstâncias históricas do acontecimento narrado nas narrativas há apenas a citação de que o protesto do Chile acabou influenciando protestos em outros países, no caso da Notícia 26, e, no caso da Notícia 27, foram evocados alguns dados da violência de gênero no Brasil, mais especificamente sobre os crimes de estupro, que aumentaram 5% entre os anos de 2017 e 2018. Esses dados são importantes para dimensionar a gravidade do

fenômeno da violência contra as mulheres, mas, quando o debate é reduzido a números e estatísticas, acaba-se desumanizando a pauta e a reivindicação das ativistas, diminuindo, inclusive, a reflexão que elas propõem com o protesto.

No que diz respeito às circunstâncias culturais presentes nas narrativas, elas se tornam evidentes apenas nos trechos em que excertos da música das performances são colocadas na notícia. Esses fatores que envolvem a violência de gênero não só no Brasil, mas no mundo inteiro, aparecem nas notícias de forma secundária, sem uma maior problematização e discussão sobre o assunto. Quando, na música, as ativistas citam que “o Estado opressor é um macho estuprador” deveria haver uma explicação dessa sentença, sobre como o Estado, a polícia e a justiça, sendo omissos para os casos de violência de gênero, acabam naturalizando e legitimando as agressões cometidas pelos homens e menosprezando as inúmeras violências pelas quais as mulheres são submetidas no dia a dia apenas por seu gênero. Caso contrário, essa e outras sentenças parecem deslocadas e podem causar indignação em pessoas comuns, que não têm o entendimento e a dimensão das lutas feministas, mas que poderiam ser aliadas no combate ao fenômeno da violência de gênero.

Em relação a todos esses fatores mencionados acima, fica mais difícil identificar quais eram as percepções recíprocas, ou seja, a “moral da história” nessas notícias, justamente por não trazerem nada além do meramente factual, sem promover uma discussão sobre o tema. No entanto, ao divulgarem tais pautas, sobre os protestos no Rio de Janeiro e em São Paulo, podemos interpretar que o Celina possui essa preocupação em conscientizar as pessoas sobre a violência de gênero e, em alguma medida, mostrar que a sociedade tem um papel importante para combatê-la.

Como uma forma de fechamento das análises, retomarei, agora, alguns pontos que julgo importantes sobre as notícias que compõem os sete conjuntos temáticos analisados aqui, buscando fazer algumas aproximações e já traçando pistas sobre a construção das narrativas sobre violência de gênero veiculadas pelo Projeto Celina.

É importante notar que o Celina não construiu todas as narrativas sobre violência de gênero da mesma forma. A estrutura do texto e as fontes ouvidas divergiam dependendo da pauta e da jornalista que a desenvolviam, por exemplo. No caso das narrativas relacionadas à violência doméstica e ao feminicídio, trazendo histórias de vida, pudemos notar que o Projeto abrangeu não só as mulheres no sentido hegemônico, mas também deu espaço de fala para mulheres negras e trans, algumas moradoras de favela. Também, em algumas notícias sobre estupro e outros abusos sexuais, Celina contou a história de vítimas de diferentes idades, mostrando que a violência de gênero ultrapassa gerações. Isso demonstra que a percepção de

feminismo interseccional está, de alguma forma, presente no cotidiano das jornalistas, no entanto, essa conduta não se mostrou como uma regra em todas as pautas. No caso das narrativas que relacionavam o fenômeno com a arte e a cultura, por exemplo, as personagens ouvidas eram, em maioria, mulheres brancas e pertencentes a uma classe social mais alta. Em relação às fontes, um dos aspectos que se mostrou predominante em todos os conjuntos temáticos é o da notoriedade: mesmo que seja claro que há, por parte do Celina, uma preocupação em ouvir mulheres e dar espaço de fala a elas, todas as personagens tinham determinada legitimidade, seja por serem especialistas bem-conceituadas, pesquisadoras conhecidas ou vítimas que tiveram seus casos de violência amplamente divulgados pela própria mídia ou pelas redes sociais. A maioria das fontes, mesmo sendo mulheres, já tem um local de fala legitimado por se caracterizarem como fontes oficiais, no caso das especialistas, e no caso das próprias vítimas por terem uma experiência concreta de violência a compartilhar. Outras mulheres que não pertencem a esses grupos, mas que também tem vivências e saberes que devem e merecem ser compartilhados como provocativos de debate e reflexão, não são sequer lembradas como fontes. Algumas que podemos citar são indígenas, prostitutas e travestis, por exemplo.

É possível notar, também, que nas narrativas sobre violência de gênero discutidas a partir do viés das leis, pesquisas ou da política, houve uma maior contextualização social e cultural, uma preocupação em ouvir diferentes fontes, gerar uma discussão e consequente reflexão sobre as raízes desse fenômeno no Brasil. Isso não ocorreu, por exemplo, nas narrativas que falavam sobre atos e protestos em prol do combate a violência de gênero. Nesses casos, a cobertura foi extremamente factual, descritiva, sem discutir o fenômeno social da violência de gênero em si ou entrevistar pessoas ligadas ao movimento feminista, sejam ativistas dos próprios atos ou pesquisadoras sobre o assunto. Inclusive, algo recorrente em todas as narrativas é a presença de dados e estatísticas sobre a violência de gênero no Brasil ou sobre algum outro aspecto mais específico relacionado a pauta. Por vezes esses dados eram o ponto de partida para uma reflexão sobre a violência, mas, por outras, eram usados como legitimadores da pauta, como se conferissem relevância. Contudo, ao apenas apresentar os dados sem discuti-los, o debate sobre o assunto acabava por ser esvaziado. Esse pouco protagonismo das notícias relativas a atos e protestos também representa um distanciando do jornal, de maneira geral, de tudo aquilo ligado ao ativismo.

Um dos pontos positivos das narrativas sobre violência de gênero divulgadas por Celina é o fato de, em várias notícias, com informação e, principalmente, interpretação, ajudar as mulheres a se empoderarem e, em alguns casos, inclusive apontando para soluções de

como elas poderiam lidar com situações de violência, agressão, divórcio, abusos sexuais e assédios. Além disso, por tratar da violência de gênero sob diferentes vieses temáticos, muito além do simples relato policial, o Projeto também acaba mostrando a relevância de todas as instituições sociais se envolverem no combate à violência de gênero, pois, não só as leis e a justiça influenciam nesse sentido, já que as condutas cotidianas machistas, racistas, misóginas são moldadas pela cultura, pelo mercado de trabalho, pela própria mídia, e tantas outras. É preciso ressaltar, no entanto, um perigo com essa abordagem que coloca a responsabilidade de ação das mulheres frente a situações de assédio, abusos ou violência doméstica. Quando há uma responsabilização da vítima em buscar ajuda ou denunciar, por exemplo, acaba ocorrendo um esvaziamento da responsabilidade de outras instituições sociais que deveriam atuar mais enfaticamente nesse sentido. O combate da violência de gênero depende, sim, da atuação das mulheres vítimas, mas exige, sobretudo, um enfrentamento político, policial, econômico, educativo, social e cultural.

A seguir faremos uma comparação entre os dados obtidos a partir da Análise Pragmática da Narrativa com as informações coletadas a partir das entrevistas e já analisadas no capítulo 4.2. Com isso, conseguimos fazer aproximações entre o discurso das jornalistas que participam de Celina e o que realmente aparece nas notícias que veiculam sobre violência de gênero, compreendendo, assim, de que forma e em que medida o feminismo se manifesta nas práticas jornalísticas cotidianas do projeto.

6. 2 Jornalismo e feminismo em embate no Projeto Celina

Como já demonstramos em capítulos anteriores, é preciso dizer que o jornalismo, enquanto instituição social, pode interferir nas condutas dos indivíduos em diferentes assuntos cotidianos, tendo, portanto, uma grande responsabilidade social (VEIGA DA SILVA, 2014). Quando a temática influencia no reforço das desigualdades (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019), o compromisso do jornalismo torna-se ainda mais urgente. E esse é o caso da violência de gênero, fenômeno responsável por impor diversos percalços à vida das mulheres, sobretudo quando consideramos marcadores sociais como a raça, a classe e a sexualidade em intersecção com o gênero (CRENSHAW, 2002). Esses marcadores não só enquadram os sujeitos em lugares específicos no mundo, como também determinam as oportunidades, direitos e a vida que terão. É nesse sentido, de combater as diferenças que se tornam desigualdades (BRAH, 2006), que o discurso jornalista precisa atuar.

Infelizmente a realidade de inúmeras brasileiras não condiz com a legislação do país, justamente porque é necessária uma mudança mais profunda, uma virada de chave na cultura, na educação, no pensamento – o que ultrapassa muito a formulação e aplicabilidade das leis. Ainda na década de 1970 a violência de gênero tornou-se uma pauta internacional (BLAY, 2003). Desde então, inúmeros mecanismos de combate a esse fenômeno foram criados, como as delegacias especializadas no atendimento à mulher (BANDEIRA, 2019); a própria Constituição brasileira de 1988, que conferiu direitos iguais para homens e mulheres perante a lei (BARSTED, 2016); a Lei Maria da Penha, de 2006, que contribuiu sobretudo com punições mais efetivas para os agressores (BANDEIRA, 2013); e a Lei do Feminicídio, de 2015, que tornou a morte de mulheres em virtude do gênero um crime hediondo e uma responsabilidade do Estado (PRADO; SANEMATSU, 2017). O que vemos é que, apesar de tantas políticas públicas desenvolvidas para atuar no combate a esse problema, a violência de gênero continua a acometer tantas mulheres porque não se caracteriza como uma patologia ou desvio individual, mas como um tipo de permissão social aprendida ao longo da vida nos processos de socialização (BANDEIRA, 2019). E essa permissão social está diretamente ligada aos estereótipos de gênero que determinam os traços de comportamento que homens e mulheres devem ter, na sociedade e nas suas relações. Mesmo que haja uma série de avanços e mudanças nesse sentido, as hierarquias e os papéis de gênero ligados ao feminino e ao masculino se ressignificam, mas não rompem com uma lógica tradicional (BANDEIRA, 2019), ou seja, não promovem uma ruptura significativa com esses valores hegemônicos que, em última instância, causam a violência de gênero.

Sabemos que hegemonicamente o jornalismo foi um dos responsáveis por colocar as mulheres em um lugar de inferioridade. Em geral a cobertura jornalística sobre violência de gênero trata os acontecimentos a partir de um viés estatístico (COELHO et al, 2020) ou como tragédias privadas, culpabilizando as vítimas e tratando os agressores como “monstros” (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020). Entretanto, algumas iniciativas comunicacionais vêm propondo uma nova forma de comunicar e informar, mais alinhada a essa perspectiva de gênero. O feminismo, entendendo a importância da comunicação, não só criou seus próprios canais, mas também acabou ocupando um espaço dentro de grandes conglomerados de comunicação (ESCOSTEGUY, 2019; HOLLANDA, COSTA, 2018), como é o caso do Projeto Celina, iniciativa do jornal O Globo.

Ao realizar entrevistas com algumas das jornalistas que fazem o Celina no dia a dia e analisar a cobertura de violência de gênero que o projeto fez durante seu primeiro ano de funcionamento, pudemos perceber uma série de avanços nessa busca por um jornalismo

feminista. Importante destacar que o entendimento que tenho sobre jornalismo feminista pressupõe uma quebra com os paradigmas que formam a profissão, sobretudo com o reconhecimento da subjetividade como uma estratégia pertencente ao jornalismo (MORAES, 2019a), visto a impossibilidade de neutralidade, além da necessidade da utilização da alteridade (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019) e de uma objetividade que entenda a sua relação e integração com a subjetividade. Ou seja, uma objetividade feminista que signifique um posicionamento crítico de interpretação e tradução, no qual o objeto do conhecimento (ou das notícias) seja visto como ator e agente (HARAWAY, 1995). Assim, o jornalismo seria responsável por construir notícias que dessem subsídios para que as pessoas pudessem pensar e questionar suas próprias verdades (VEIGA DA SILVA, 2015), sem a pretensão de veicular “a verdade”, aquela universal e espelho da realidade. Ademais, esse jornalismo também se apropriaria de condutas presentes na atual “quarta onda” do feminismo, na qual se preza por uma maior horizontalidade, coletividade e o uso do corpo como principal linguagem política e plataforma de expressão, conferindo autonomia para experiências pessoais e subjetivas (HOLLANDA; BOGADO, 2018).

Entretanto, ao mesmo tempo em que identificamos rupturas, também constatamos algumas permanências, sobretudo a crença em um “velho jornalismo” que entende que a objetividade é tudo o que se deseja da profissão, sendo um sinônimo de credibilidade, qualidade e do compromisso com a verdade (SPONHOLZ, 2009). Não só os jornalistas, mas também a audiência, acreditam que é a objetividade que confere ao jornalismo o lugar da verdade, com texto claro, isento e preciso (MOTTA, 2010). Na verdade, o compromisso com a objetividade é um dos responsáveis por dar respostas simplificadoras para questões complexas (VEIGA DA SILVA, 2015), o que acaba impedindo que Celina rompa com o pressuposto de saber universal (CURIEL, 2019; LERMA, 2010), com o qual a profissão tem ligação direta.

Os feminismos são diversos e, justamente por isso, se manifestam de distintas maneiras em cada mulher (HOLLANDA, 2018). No caso das jornalistas do projeto há muitas semelhanças sobre o que elas acreditam sobre o feminismo e o entendimento que têm sobre gênero e sexualidade, por exemplo. Mas nesse jogo de subjetividades das jornalistas, que são acionadas na construção das notícias (VEIGA DA SILVA, 2014), a empatia delas acaba, de alguma forma, se aproximando de pautas que sejam mais próximas às suas próprias experiências enquanto mulheres. Isso não é visto como um ponto negativo, pelo contrário, entendemos como um ganho esse reconhecimento da subjetividade no momento da proposição de uma pauta ou do desenvolvimento de uma matéria, só chamamos a atenção

para o fato de que, mesmo que isso ocorra, não está sendo explicitamente posto para as leitoras. Além disso, naturalmente as notícias veiculadas pelo Projeto vão dizer respeito às vivências de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média, já que as jornalistas do Celina, em sua maioria, são atravessadas por estes marcadores sociais. A questão é que, mesmo que haja a preocupação com a cobertura de temas ligados a gênero e diversidade, ainda há uma exclusão ou uma falta de protagonismo das experiências das mulheres não pertencentes e não identificadas com esse feminino – e feminismo – universal. Outro aspecto interessante de se notar, a partir da fala das entrevistadas e também das narrativas analisadas, é que a concepção de gênero que as jornalistas têm ainda está muito ligada às mulheres em si, aos corpos, às relações entre os gêneros. Mesmo que haja esse reconhecimento da importância da interseccionalidade nesse debate, gênero, em Celina, ainda é visto como uma categoria analítica, diferente da concepção de gênero como categoria teórico-epistemológica que vê gênero como uma forma de poder presente em todas as coisas do mundo, não só nos corpos (BONETTI, 2012). É por isso que as pautas veiculadas pelo projeto dizem respeito a problemas enfrentados pelas mulheres em si e não discutem gênero a partir desse viés relativo a poder em todos os aspectos da vida cotidiana.

A seguir, pontuaremos mais especificamente algumas condutas identificadas no Projeto Celina que podem se caracterizar como rupturas ou permanências no que diz respeito a esse jornalismo objetivo e universal e ao cumprimento do jornalismo feminista a que se propõem a fazer.

Entendemos como práticas feministas, por exemplo, o fato de a construção das pautas partirem muito das subjetividades das próprias jornalistas, seja em relação a situações que elas mesmas vivenciaram ou a experiências que, de alguma forma, tornaram-se conhecidas delas. Contudo, aqui é importante mencionar que mesmo que haja uma equidade de gênero dentro da redação de O Globo, precisamos considerar a raça, a classe e a sexualidade dessas profissionais. Das cinco entrevistadas para essa pesquisa, todas são mulheres cisgênero, de classe média e atualmente em relacionamentos heterossexuais, sendo duas pardas e três brancas. Portanto, as suas vivências, e, conseqüentemente, as pautas e reportagens que desenvolvem, estão mais limitadas às suas realidades, considerando todos esses marcadores sociais. Isso se comprova nas narrativas veiculadas pelo Celina, sobre violência de gênero, e analisadas neste trabalho. Em grande maioria, as notícias que tratavam sobre violência de gênero (e as quais foi possível identificar esses marcadores) tinham como personagens centrais mulheres cisgênero brancas. Analisamos algumas matérias que traziam como fontes mulheres transgênero ou negras, mas eram em menor medida quando comparadas ao restante.

Importante dizer, também, que como as próprias jornalistas chamam a atenção durante as entrevistas, muitas das pautas sobre mulheres negras e da favela surgiram de estagiárias do jornal que eram negras e moradoras da favela, ou seja, possivelmente a possibilidade do desenvolvimento dessas pautas só se deu porque jornalistas que viam e vivenciavam essas situações sugeriram. Além disso, os feminismos da diferença, ou seja, o feminismo negro, trans e lésbico, por exemplo, ganharam maior visibilidade a partir das discussões travadas em redes sociais – e essa pressão das redes reverberou numa necessidade da mídia tradicional em cobrir essas temáticas (HOLLANDA; COSTA, 2018). Esses aspectos reforçam ainda mais a ideia de que o jornalismo, via de regra, conta as histórias de seus pares e veicula informações que são pertinentes para eles. Com isso podemos compreender que o lugar de fala das jornalistas influencia, sim, a cobertura que elas vão realizar em Celina, mesmo que algumas neguem isso. De qualquer forma, a simples preocupação em visibilizar esses feminismos da diferença (HOLLANDA, 2018), que naturalmente não teriam espaço na mídia hegemônica, é um ponto positivo, já que essas práticas comunicacionais fortalecem a difusão de múltiplas vozes num cenário político e midiático conservador (ESCOSTEGUY, 2019).

Outro aspecto que podemos mencionar como um ganho feminista no fazer jornalístico é a busca que a equipe, sobretudo a editora de Celina, tem em proporcionar um ambiente informal, com discussão, trocas, reflexões, resultando, inclusive, em relações mais colaborativas e menos verticais e hierarquizadas (como é o comum em redações de jornal). Isso certamente reflete na qualidade das narrativas construídas sobre violência de gênero, seja pela importância da pauta ou pela qualidade e pertinência das fontes escolhidas para promover a discussão sobre o assunto. Em sua maioria as narrativas evocam uma série de circunstâncias históricas, sociais e culturais que permitem uma visão do fenômeno da violência de gênero como um todo, como um problema coletivo, não somente individual. Isso fica evidente, por exemplo, quando a violência de gênero é discutida não só a partir de casos factuais de mulheres vítimas de alguma agressão ou até mesmo de assassinato, mas também a partir de histórias de vida, de iniciativas positivas de combate a essa problemática, de leis, pesquisas, ou a partir de outros âmbitos, como a política, as redes sociais, a cultura e a arte. Isso demonstra que elas enxergam a violência de gênero e as opressões que ela provoca para além dos casos isolados de violência, mas como um assunto que perpassa diversas áreas do cotidiano.

No entanto, ao mesmo tempo em que há espaço para essa maior reflexão e discussão sobre o tema, também há um movimento recorrente de evocação de dados, números, estatísticas, que de alguma forma tornam a violência de gênero um assunto mais tangível,

além de demonstrar uma relevância real para o debate dessa pauta. Sem negar a importância dos dados não só para uma discussão jornalística, mas para tantas outras questões, acredito, inclusive, que esse movimento por uma quantificação do problema pode burocratizar e limitar todas as reflexões e mudanças que o entendimento da violência de gênero exigiria. Quando há a apresentação de números e estatísticas é como se fosse desnecessário qualquer explicação, como se o dado por si só bastasse, quando, na verdade, o dado atua mais no sentido de ser um ponto de partida para reflexões acerca do fenômeno.

Essa necessidade de apresentação de dados, aparente nas narrativas analisadas, demonstra a importância que as jornalistas dão ao que é objetivo no jornalismo, algo que fica evidente também nas entrevistas. Mesmo que elas se declarem feministas e que entendam que o jornalismo tem um compromisso social muito grande, elas têm dificuldade de entender como, de fato, podem aplicar isso na prática cotidiana do jornalismo: por ora colocam jornalismo e ativismo em polos opostos, por outra afirmam fazer um jornalismo e uma cobertura feminista em Celina. Algumas delas afirmam que, em casos de violência de gênero, não tem como não ser ativista. Também falam que não existe essa separação nítida entre a mulher, sujeita, e a jornalista, profissional. Portanto, não há como ser jornalista e, nas horas vagas, ativista. E esse ativismo, nas notícias, é escondido pelo mito da objetividade no jornalismo, da imparcialidade e da realidade, mas, como vimos nas narrativas, mesmo que haja essa preocupação e o cumprimento dessa norma profissional, fica evidente que as jornalistas do projeto se posicionam a favor do feminismo e contra as inúmeras desigualdades de gênero, dentre elas a violência.

A limitação e o entrave das jornalistas em relação à prática do feminismo dentro do jornalismo talvez sejam causados por um constrangimento empresarial causado pelo próprio jornal O Globo. Algumas delas admitem que o jornal é conservador e não apresenta o projeto como feminista, mas como uma plataforma destinada a cobertura de temas ligados a gênero e diversidade. Inclusive na ciência, durante muito tempo, a utilização da palavra gênero era uma forma de neutralidade e objetividade ao tratar sobre assuntos relativos às mulheres (SCOTT, 2019) e entendemos que a nomenclatura escolhida pelo jornal se dá nesse mesmo sentido. Portanto, existem motivos que levam o jornal a criar essa iniciativa, que está bem distante do ativismo em si, como esclarece a editora do Celina durante a entrevista. Então é perceptível que o jornal, além de suprir uma demanda social por cobrir essas temáticas, também tem o objetivo de captar leitoras mais jovens. Sabemos que todas as empresas e os grandes conglomerados jornalísticos têm como principal objetivo questões comerciais, de lucro, mas

também acreditamos que esses valores empresariais, além das normas jornalísticas, limitam, de alguma forma, o trabalho (e o feminismo) das jornalistas de Celina.

Algo que fica no plano simbólico, mas que foi mencionado pelas três jornalistas da equipe fixa do projeto, é que elas ficam em um cantinho na redação, mais escondidas. E mesmo que isso signifique, para elas e para as outras repórteres do jornal, um lugar seguro e de acolhimento, também representa o objetivo d'O Globo em não dar protagonismo para esse projeto. Ou seja, para o jornal, é um projeto sobre gênero, não sobre feminismo, e é uma iniciativa que de alguma forma torna-se urgente na contemporaneidade, mas que não pode ter mais visibilidade que as outras editorias tidas como as importantes, as relevantes, as masculinas, como economia e política, por exemplo.

Tudo isso pode dizer sobre as limitações dessa cobertura sobre violência de gênero feita pelo Celina, que rompe com diversos pressupostos jornalísticos machistas, mas que acaba esbarrando na principal norma profissional masculinista e, portanto, pouco feminista: a objetividade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo geral *analisar como as narrativas jornalísticas sobre violência de gênero veiculadas pelo Celina são construídas e atravessadas pela perspectiva feminista das jornalistas do Projeto*. Para que tal objetivo fosse alcançado, se mostravam necessárias duas movimentações metodológicas: a seleção das narrativas (notícias) sobre violência de gênero que comporiam o *corpus* de análise e a realização das entrevistas com as jornalistas de Celina. Foi a partir da coleta de todas as notícias que tratavam sobre violência de gênero veiculadas no primeiro ano de funcionamento do Projeto Celina e da sua leitura preliminar que as escolhas teóricas e metodológicas se puseram. Primeiro, entendi que a pesquisa era permeada por três temas principais – gênero, feminismo e jornalismo –, que necessitavam de um aprofundamento, por isso os capítulos teóricos foram estruturados nesse sentido, como um tipo de contextualização e também como a apresentação das lentes teóricas que seriam pertinentes para a posterior análise do objeto de estudo. Também, após contato preliminar com a editora do Celina, Renata Izaal, fiz um levantamento das jornalistas que haviam produzido as matérias selecionadas por mim, e entrei em contato com todas as que foi possível, no entanto, por inúmeras dificuldades que se impuseram nesse percurso, optei por realizar entrevista com apenas cinco jornalistas, garantindo, assim, a atenção e qualidade de análise que os dados mereciam. A escrita dos capítulos teóricos e a realização das entrevistas ocorreram na mesma época, o que justifica tantos cruzamentos temáticos entre os dados obtidos nas entrevistas e o que optei por articular teórica e metodologicamente.

O primeiro capítulo versou uma discussão sobre **gênero e feminismo**, abrangendo um histórico do movimento feminista no Brasil, as suas pautas e as inúmeras desigualdades de gênero que se impõem no nosso contexto. Considero essa articulação teórica importante porque traz concretude ao debate sobre gênero, mostrando que, apesar dos inúmeros avanços, em alguns aspectos ainda estamos estagnadas, sobretudo após a eleição de um presidente ligado à política de extrema direita que inaugura crises governamentais relacionadas a saúde, educação, segurança, meio ambiente, nas quais as pautas relacionadas aos direitos humanos, além de invisibilizadas, são ridicularizadas. Essa primeira movimentação teórica mostra, portanto, a subalternidade e os percalços a que pessoas marcadas pelo gênero, pela raça, pela classe e pela sexualidade ainda precisam enfrentar no nosso país. Em seguida, delimito que gênero, nesta pesquisa, não é trabalhado como uma palavra autoexplicativa, mas como um conceito, como uma categoria teórico-epistemológica. Essa categoria entende gênero como

uma primeira instância de poder, não somente nas relações entre os indivíduos ou sob os seus corpos, mas também em todos os âmbitos da vida cotidiana, já que todas as coisas do mundo têm atributos relativos a gênero e poder (BONETTI, 2012). Nesse sentido, convenções hegemônicas de gênero (perpassadas também pela raça, classe e sexualidade) se manifestam de forma educativa como métodos corretos de ser, viver e estar no mundo em seus distintos feixes. Como nos lembra Brah (2006), a questão não é a diferença em si, mas quem define aquilo que vai ser considerado o diferente, o que foge do padrão social. As diferenças de gênero, raça, classe e sexualidade, nesse sentido, não são vistas como complementares na nossa sociedade, mas como sinais que permitem a exclusão.

Ainda nesse primeiro capítulo faço um recorte sobre a discussão da **violência de gênero**, mostrando os avanços e políticas públicas conquistadas aqui no país desde os anos 1970, quando essa pauta passou a ser prioritária para os feminismos, por ser uma problemática que afetava as mulheres de diferentes etnias, classes sociais, sexualidades e idades. Muito se avançou em relação ao enfrentamento legislativo desse fenômeno, mas a verdade é que pouco se discute as raízes da violência de gênero, que não só legitimam essa prática, como também culpabilizam a vítima em diversas esferas. Se encontram razões socialmente aceitáveis para que a violência de gênero tenha ocorrido e a família, as instituições policiais, a justiça, os amigos, a mídia culpam a vítima, quando, em última instância, a própria mulher se vê como culpada dessa situação. Portanto, mesmo que haja uma resignificação da ordem tradicional, os valores sexistas e as hierarquias de gênero se remodelam e não rompem significativamente com o ciclo de violência de gênero (BANDEIRA, 2019) que continua acometendo milhares de mulheres todos os anos. Importante lembrar que, aqui, considero violência de gênero aquela que significa um desrespeito e um desprezo pela identidade de gênero dos sujeitos, abrangendo, portanto, não só mulheres cisgênero, mas também as transexuais, travestis, LGBTQ+, etc. Contudo, cada uma dessas mulheres vai enfrentar a violência de gênero de diferentes formas, levando em consideração a interseccionalidade dos seus marcadores sociais.

No segundo capítulo teórico fiz a discussão dos princípios fundantes do campo jornalístico e da **objetividade jornalística**, uma ferramenta de trabalho tradicional e obrigatória nos veículos de comunicação hegemônicos. A objetividade é vista pela comunidade jornalística, e também pelo público, como um sinônimo de credibilidade, qualidade e verdade (SPONHOLZ, 2009), sendo a responsável por conferir as notícias um texto claro, isento e preciso (MOTTA, 2010). No entanto, como pude perceber, a objetividade, dentre tantas outras ferramentas profissionais acionadas no fazer jornalístico,

confere respostas simplificadoras para questões complexas e promove o apagamento das subjetividades dos jornalistas nesse processo (VEIGA DA SILVA, 2014; 2015). Entendendo que qualquer discurso é marcado por complexas relações, inclusive o midiático (MIGUEL; BIROLI, 2010), é preciso pontuar que o jornalismo é apenas uma das inúmeras interpretações que um fato ou acontecimento pode gerar, promovendo, portanto, a representação de uma realidade situada. A objetividade jornalística, com isso, não representa uma verdade universal, mas sim uma realidade hegemônica (sexista, racista, classista) que é tida como verdade. É nesse sentido da legitimação da objetividade enquanto “ideal da profissão” é que as diferenças vão sendo transformadas em desigualdades, o que, obviamente, representa um impasse no que diz respeito ao alcance da pluralidade na nossa sociedade.

O terceiro capítulo buscou fazer uma aproximação entre **gênero e jornalismo**, entendendo que o jornalismo, enquanto instituição social, atua na construção de realidades e tem papel central na circulação dos valores hegemônicos de gênero perante a sociedade, que acabam por legitimar, em última instância, as desigualdades de gênero e a própria violência. Início o capítulo mostrando como esse novo levante do feminismo, os feminismos da diferença (HOLLANDA, 2013), acabam tomando força sobretudo depois do ano de 2013, não só criando seus próprios canais de conteúdo e se apropriando das redes sociais, como também exigindo que os veículos de comunicação hegemônicos também destinassem suas coberturas para essas pautas. Essas práticas, sem dúvida, fortalecem e dão visibilidade às vozes de minorias sociais e aos feminismos, o que é benéfico e transformador, principalmente se considerarmos o cenário político e midiático conservador em que o Brasil se encontra atualmente (ESCOSTEGUY, 2019). Em seguida, falo um pouco da cobertura jornalística sobre violência de gênero especificamente, que falha em tantos aspectos, desde o tratamento do fenômeno a partir de um viés estatístico até a culpabilização das vítimas e a desresponsabilização dos agressores ao tratá-los como monstros, os quais tiveram tais atitudes devido a algum tipo de surto (LEAL; CARVALHO; ANTUNES, 2020).

Por último, ainda nesse capítulo, apresento o contexto de criação do **Projeto Celina**, a prática cotidiana e os excertos das entrevistas realizadas com cinco jornalistas que contribuem ou contribuíram com a iniciativa durante o primeiro ano de funcionamento, mostrando suas posições enquanto mulheres e os entendimentos delas sobre as temáticas que permeiam esta dissertação, tais como gênero e sexualidade, feminismo, violência de gênero, jornalismo e o próprio Celina. Em relação aos entendimentos que elas têm sobre gênero e sexualidade, foi recorrente o uso os termos “construção social”, “classificação cultural”, “expectativas”, “comportamentos”, “condutas” e “identidades”. Em relação ao feminismo, as jornalistas

explicaram seus entendimentos evocando palavras como “igualdade”, “ativismo”, “empatia”, “luta”, “direitos”, “oportunidades”, “humanidade”, “combate” e “ferramenta”. Sobre violência de gênero, “posições de poder”, “consciência coletiva”, “desrespeito”, “inferioridade da mulher”, “dominação”, “machismo”, “patriarcado” e “desigualdade” foram utilizados para explicar o fenômeno, seja em relação à ocorrência da própria violência ou dos fatores que a causam. Ao falar sobre o papel do jornalismo, as profissionais utilizaram verbos como “tornar oficial”, “mostrar”, “denunciar”, “informar”, “refletir”, “transformar”, “questionar”, “prestar um serviço”, mas, ao mesmo tempo, disseram que as principais formas de se fazer isso é “mantendo um distanciamento” e apresentando “dados” e “fatos”. Sobre a prática do Celina em si, dos seus objetivos e funções, elas mencionaram o fato de o projeto trazer uma “oficialidade do gênero como pauta”, além de caracterizá-lo como um espaço de “coragem”, “resiliência”, “inclusão”, “escuta”, “análise”, “reflexão”, “reinvenção”, “diálogo”, “explicação”, “liberdade”, “colaboração”, “debate”, “ajuda” e “acolhida”. A partir das entrevistas e da recorrência desses termos, percebi que o Celina era, sim, um projeto feminista, e que rompia com várias lógicas profissionais hierarquizantes e masculinistas, no entanto, o compromisso das jornalistas com a objetividade parecia dificultar essa relação necessária entre o feminismo, enquanto movimento e ativismo, e o jornalismo, enquanto prática, profissão e instituição social.

Como forma de buscar pistas sobre o quanto a objetividade aparecia nas notícias sobre violência de gênero e também como os feminismos se manifestavam nessa cobertura, optei por realizar uma adaptação da **análise de narrativas** (MOTTA, 2017) nos 27 textos que compõem o corpus de análise. Os textos foram divididos e agrupados em conjuntos temáticos, de acordo com o viés abordado na discussão sobre violência de gênero: violência doméstica/feminiídios/histórias de vida (Conjunto Temático 1); abuso/assédio sexual (Conjunto Temático 2); leis/pesquisas (Conjunto Temático 3); política (Conjunto Temático 4); redes sociais (Conjunto Temático 5); cultura/arte (Conjunto Temático 6); e atos/protestos (Conjunto Temático 7). No Conjunto Temático 1 há uma diversidade de personagens, apresentando histórias de mulheres cis, trans, brancas, negras, pobres e ricas, sendo centrais para as narrativas. Além disso, mesmo apresentando dados e estatísticas sobre a violência de gênero, há uma boa discussão sobre as circunstâncias culturais e sociais relativas ao fenômeno. No Conjunto Temático 2 há uma discussão sobre a não objetificação do corpo das mulheres, apresentando como personagens mulheres de diferentes idades, mas há, também, uma busca por fontes oficiais e especialistas mulheres que fornecem um respaldo para a discussão. Circunstâncias culturais também são acionadas como um fio condutor para explicar

as raízes da violência, além de promover certo empoderamento das mulheres ao orientar como as vítimas de abuso/assédio devem agir nessas situações. No Conjunto Temático 3, as narrativas são desenvolvidas a partir de ganchos factuais relacionados a novas leis e pesquisas sobre o assunto e, a partir disso, desenvolvem uma discussão sobre o tema. Fontes oficiais e institucionais são as mais utilizadas nessas notícias, inclusive homens, mas o que se justificativa pela ligação direta com a pauta. Nessas narrativas há uma boa reflexão sobre fatores culturais e sociais ligados à violência de gênero, aponta algumas soluções e enfatiza a importância de todas as instituições sociais estarem envolvidas no combate à violência. No Conjunto Temático 4, apesar da semelhança em relação à pauta, as notícias são construídas de maneiras distintas: uma delas é uma descrição estritamente factual, a outra conta com a contribuição de várias pesquisadoras. A discussão promovida, sobretudo nessa segunda matéria, é interessante porque mostra o quanto a violência de gênero é naturalizada e legitimada por figuras públicas, nesse caso, políticos pertencentes ao atual governo federal. No Conjunto Temático 5 todas as notícias apresentam um caso, uma história de uma personagem central, que acaba reverberando na discussão promovida nas matérias, mas as circunstâncias sociais e culturais da violência de gênero são apresentadas de forma bem sutil nessas narrativas. As mulheres que são consultadas, nesse caso, sendo vítimas ou especialistas, possuem alguma notoriedade. No Conjunto Temático 6, as narrativas também contam com mulheres que têm notoriedade, sobretudo no meio artístico e cultural. Nessas notícias há o resgate de pontos históricos e sociais relevantes sobre a violência de gênero e reforçam o quanto os produtos culturais brasileiros podem contribuir com a naturalização, ou, em contrapartida, com o combate a violência. No Conjunto Temático 7 todas as notícias apresentam um cunho mais factual e são muito calcadas nos dados e estatísticas da violência, sem discutir o teor das performances de protesto. Ao não dar atenção a essa pauta, as narrativas acabaram diminuindo a importância de atos e ativismos relacionados ao feminismo.

É interessante notar, seja pela análise das narrativas, seja pelos dados obtidos através das entrevistas com a equipe de Celina, o quanto o ativismo em si ainda é um tabu para elas. Isso fica mais explícito em dois aspectos: quando elas reforçam que o que fazem é um jornalismo de gênero, não um jornalismo ativista; e quando nitidamente há uma menor atenção e profundidade nas narrativas que falavam sobre atos e protestos feministas, como é o caso das notícias do Conjunto Temático 7. Mesmo que haja uma postura editorial do projeto em ter somente mulheres como fontes, percebemos que, majoritariamente, essas mulheres são pertencentes a uma classe de mulheres privilegiadas no sentido hegemônico (cisgênero, brancas, ricas, etc.). Além disso, também foi possível perceber que a violência de gênero, para

Celina, ainda é vista como um sinônimo de violência contra mulheres cisgênero, apresentando apenas uma narrativa com uma mulher trans como fonte – em relação à raça, poucas notícias contaram com mulheres negras, e nenhuma consultou uma indígena como fonte.

Por outro lado, as entrevistas realizadas com as jornalistas ajudam a perceber que há um esforço muito grande da equipe em fazer uma cobertura jornalística feminista dos temas de gênero, não só por abordar pautas feministas, mas também por adotar uma postura feminista no próprio cotidiano do projeto: ao estabelecer uma relação horizontal entre editora, repórter e estagiária; ao criar um banco de fontes femininas para todas as temáticas, podendo ser consultado por todos os profissionais da redação; a tentativa de escutar mais mulheres negras, inclusive em temas que não são ligados ao racismo; ao trabalhar de forma colaborativa e compreensiva, sempre uma jornalista dando apoio e ajudando quando a outra está mais sobrecarregada. Entendo que todas essas práticas cotidianas são um esforço das jornalistas para que a cobertura seja feminista, mesmo que esse não seja um objetivo do jornal O Globo. No entanto, para elas, a única maneira que o jornalismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero é informando, denunciando, prestando um serviço, “mostrando a realidade”, posturas muito ligadas ao pressuposto profissional da objetividade. A objetividade, contudo, exige a neutralidade do jornalista de forma que mostre o mundo tal qual ele é para o público, ou seja, acredita-se que somente com a anulação do sujeito profissional é que uma notícia é realmente digna de ser publicada. O fato é que, a partir disso, vejo como impossível a cobertura feminista baseada na objetividade jornalística, que é por si só perpassada pelas convenções de gênero, assim como as outras normas profissionais. Me parece que Celina não consegue fazer uma cobertura efetivamente feminista justamente por esbarrar numa norma profissional que nega que elas tomem uma posição como mulheres frente às notícias. Como já exposto anteriormente, a objetividade, respaldada pela suposta imparcialidade, na verdade só reforça a opressão ao transformar o ponto de vista de grupos privilegiados como uma posição universal (MIGUEL; BIROLI, 2010).

Acredito que para um jornalismo ser considerado efetivamente feminista seja necessário o reconhecimento das subjetividades das profissionais como uma estratégia, visto a impossibilidade de neutralidade no campo (MORAES, 2019a), além do esforço por uma alteridade na construção das notícias (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019), seja no estabelecimento das pautas, no contato com as fontes e na própria escrita da narrativa. Assim, seria possível articular uma objetividade feminista (HARAWAY, 1995), que combina objetividade e subjetividade, e que representa um posicionamento crítico da jornalista em relação a interpretação e tradução dos acontecimentos. Nesse sentido, o jornalismo

contribuiria com a formação dos indivíduos no sentido de promover reflexões e questionamentos, dando subsídios para que as pessoas pudessem abdicar as verdades hegemônicas (VEIGA DA SILVA, 2015).

Com os resultados apresentados aqui, considero que o Projeto Celina inicia uma importante ruptura no que tange à cobertura de temáticas relativas a gênero e diversidade dentro do jornalismo hegemônico, pelos fatores já mencionados, pelo rompimento com diversas práticas masculinistas e hierarquizantes pertencentes ao campo jornalístico, e pelas jornalistas assumirem uma postura pessoal enquanto feministas. No entanto, esse compromisso com a objetividade, e a crença de essa é a única forma de se fazer um jornalismo de qualidade e credibilidade, dificulta muito o cumprimento com os preceitos em que o feminismo acredita. Celina pode ser considerado feminista porque é feito por mulheres jornalistas que se consideram feministas, mas ao não assumir o ativismo como ferramenta que, em alguma medida, perpassa o jornalismo, e ao adotar a objetividade como regra profissional, não consegue promover uma cobertura jornalística efetivamente feminista.

Cabe ainda salientar que o objetivo geral da pesquisa buscava compreender o tipo de feminismo praticado em Celina, já que o feminismo não é um movimento singular, homogêneo e estanque, mas disposto a diversas ramificações e pluralidades. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa não foi medir o “grau” de feminismo do projeto ou colocar em prática um juízo de valor capaz de dizer se o feminismo praticado pelas jornalistas era o ideal, correto ou necessário. O objetivo foi, portanto, compreender como era possível praticar o feminismo dentro de um conglomerado jornalístico naturalmente conservador. Constatou-se que, sim, Celina é um projeto feminista por romper com as práticas jornalísticas hierarquizantes já mencionadas, mas também é fato que as jornalistas ainda recorrem à ferramentas profissionais masculinistas, sobretudo a objetividade. Isso é identificado, por mim, como uma **problemática**, não como um **impeditivo** dos feminismos que elas já praticam. Compreendo como uma problemática porque as jornalistas, enquanto feministas, parecem acreditar que ao adotar um conjunto de técnicas conseguem alcançar a objetividade, serem neutras e esconderem, portanto, seus próprios ativismos nas notícias que produzem e veiculam. A estrutura do jornalismo é masculinista e exige uma postura das profissionais nesse sentido, por isso sendo as jornalistas identificadas como feministas interfere parcialmente nessas mudanças. O que pretendo chamar a atenção na conclusão desta dissertação é um masculinismo presente na **estrutura** do jornalismo, não nas mulheres **jornalistas**, portanto, as críticas aqui tecidas não são voltadas às profissionais, mas ao campo jornalístico.

Ademais, é com certo desconforto que finalizo essa pesquisa, jamais colocando um ponto final, já que entendo que os resultados obtidos aqui (pelos quais me responsabilizo inteiramente) são parciais e localizados, reconhecendo, inclusive, as inúmeras lacunas que posso ter deixado em aberto nessa discussão tão complexa que é a relação entre feminismo e jornalismo. Como mencionei na introdução, essa pesquisa é permeada de inúmeras formas pelas minhas subjetividades enquanto mulher, feminista, jornalista e pesquisadora. Contudo, ao mesmo tempo, fico feliz e satisfeita por poder contribuir com reflexões e discussões sobre assuntos que julgo tão necessários e pertinentes no nosso cenário social-político-histórico-cultural, seja no que tange às inúmeras desigualdades a que ainda estamos expostas, aos desesperadores dados sobre violência de gênero que causam medo e indignação na mesma medida, como também na necessária crítica e reformulação dos preceitos do campo jornalístico, entendendo o seu papel e sua responsabilidade num país marcadamente sexista, racista, classista, homofóbico, dentre tantos outros preconceitos e opressões que, infelizmente, rodeiam a vida de muitas brasileiras.

Considero essa pesquisa como um dos tantos pontos de partida para que a prática jornalística seja reformulada de forma que se torne menos mecânica e mais humana, mais afeita à alteridade, e que de fato ajude a transformar a vida daquelas que precisam. Também espero que ela promova reflexões que gerem rupturas e que nos ajude a alcançar uma sociedade feminista por completo, com passos mais largos do que os que andamos hoje rumo a esse mundo mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (orgs). **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- BANDEIRA, Lourdes. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da Imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARSTED, Leila Linhares. O feminismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil. In: SARDENBERG, C.M.B., and TAVARES, M.S. comps. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016.
- BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Durados. In: DEL PRIORE, Mary (org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007.
- BELLIGNI, Silvano. Extremismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 13º ed., 5ª reimpressão, 2010.
- BENETTI, Márcia. O jornalismo como acontecimento. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia (Orgs.). **Jornalismo e Acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, p. 143-164.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BIROLI, Flávia. O público e o privado; Justiça e família; Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BISTANE, Luciana; BACELLAR, Luciane. **Jornalismo de TV**. São Paulo: Contexto, 2010.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e política públicas. **Estudos Avançados**. 2003.

BONETTI, Alinne de Lima. Gênero, poder e feminismos: as arapiracas pernambucanas e os sentidos de gênero da política feminista. *labrys, études féministes/ estudos feministas juillet/décembre 2011 -janvier /juin 2012 - julho /dezembro 2011 -janeiro /junho 2012*. Disponível em: <<https://www.labrys.net.br/labrys20/brasil/aline.htm>>. Acesso em: 14 jul 2020.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), p.329-376, janeiro-junho, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 14 jul 2020.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In:BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b.

COELHO, Dalila; CHAGAS, Dalila; PRATES, Patricia; CARVALHO, Carlos Alberto de. Violência contra mulher em portais de notícias: (des)continuidades narrativas na cobertura jornalística. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ANTUNES, Alberto (orgs). **Um problema cotidiano [recurso eletrônico]: jornalismo e violência contra mulher no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lilia Blima. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2002. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 14 jul 2020.

CURIEL, Ochy. Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista. **Revista de Teoria da História**, Universidade Federal de Goiás, v. 22, n. 2, dezembro de 2019.

DA SILVA, Cidinha. Feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Mídia e questões de gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades do **XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_22M2AT9FW1L6KF0QT6HH_28_7782_22_02_2019_05_08_08.pdf> Acesso em: 14 jul 2020.

FERREIRA, Paula. Brasil registrou 1.685 denúncias de violência contra LGBTs em 2018. **O GLOBO**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/brasil-registrou-1685-denuncias-de-violencia-contralgbts-em-2018-23769474>>. Acesso em 15 jul 2020.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. A construção do campo do jornalismo em uma perspectiva histórica. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 18, p. 1-18, jan/jun 2008. Disponível em: <<seer.ufrgs.br/intexto/article/view/6729/4031>>. Acesso em: 12 abr 2021.

GÊNERO e Número. Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral. 2019. Disponível em: <http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf>. Acesso em: 20 fev 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p. 7-41. Campinas: Unicamp, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 14 jul 2020.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Falo eu, professora, 79 anos, mulher, branca e cisgênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; BOGADO, Maria. Rua. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de; COSTA, Cristiane. Rede. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução: Ruy Jungmann; consultoria: Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de; ANTUNES, Alberto (orgs). **Um problema cotidiano [recurso eletrônico]: jornalismo e violência contra mulher no Brasil**. Belo Horizonte, MG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

LERMA, Betty Ruth Lozano. El feminismo no puede ser uno porque las mujeres somos diversas. Aportes a un feminismo negro decolonial desde la experiencia de las mujeres negras del Pacífico colombiano. **La manzana de la discordia**, v. 5, n. 2, p. 7-24, julio-diciembre, 2010.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. In:BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. Disponível em: <<https://bibliotecaonlinedahisfj.files.wordpress.com/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>>. Acesso em: 14 jul 2020.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, Bogotá – Colombia, n. 9, p. 73-101, julio-diciembre, 2008.

MACIEL, Alice et al. Apoiadores de Bolsonaro realizaram pelo menos 50 ataques em todo o país. In: **Revista Exame**. São Paulo, 11 out. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>>. Acesso em: 24 de jan. 2020.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MATOS, Marlise. Mulheres em busca de cidadania política: paradoxos de uma incompletude. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero Nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe. O feminismo e a política; A igualdade e a diferença; A identidade e a diferença; Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Universidade Federal de Santa Catarina**, 1997. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>. Acesso em: 12 abr 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. A produção da imparcialidade: A construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**,

vol. 25, n° 73, junho/2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 14 jul 2020.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Introdução; Conclusão. A política do feminismo. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOHANTY, Chandra Talpade. Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais. In: BRANDÃO, Izabel; CAVALCANTI, Ildney; COSTA, Claudia de Lima; LIMA, Ana Cecília Acioli (orgs.). **Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL, Editora da UFSC, 2017.

MORAES, Fabiana. Ativismo, isenção e subjetividade: sobre um jornalismo que ainda não ousa dizer os nomes. **SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia (GO) – Novembro de 2019a.

MORAES, Fabiana. Subjetividade: ferramenta para um jornalismo mais íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204-219, jan.jun./2019b.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do **XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019. Disponível em: <http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBBT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf>. Acesso em: 14 jul 2020.

MOSER, Magali. O ponto de partida para uma teoria das narrativas jornalísticas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**: v. 15, n. 1, p. 174-177, 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (INTERCOM)**. 2005. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 19.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa: Teoria da narrativa como teoria da ação comunicativa. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana Quatrin. **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas** [recurso eletrônico]. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga; COSTA, Gustavo Borges; LIMA, Jorge Augusto. Notícia e construção de sentidos: análise da narrativa jornalística. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo: v. 27, n. 2, p. 31-51, 2004.

PEDRO, Joana Maria. Corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis; A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Femicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; SANTOS, Anne Rafaela Telmira; ALECRIM, Denyr Jeferson Dutra; CARNEIRO, Júlia; GÉA, Karina Dias; LOPES, Igor Monteiro; OLIVEIRA, Lorena Hellen de; COSTA, Nicole Gonçalves da; FREITAS, Rafaela Vasconcelos. Travestis e Transexuais no Brasil: ciclos de violência, inteligibilidade institucional e efeitos da invisibilidade. In: VEIGA, Ana Maria; LISBOA, Teresa Kleba; WOLFF, Cristina Scheibe (orgs.). **Gênero e violências: diálogos interdisciplinares**. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016.

RIBEIRO, Stephanie. Feminismo negro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ROVIDA, Maria Ferreira. Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma metodologia de pesquisa empírica. **Líbero**. Volume 18, número 35. São Paulo, 2015.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti (orgs). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana. Introdução. In: SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In:BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa (org.). **Pensamento feministas: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial, **e-cadernos CES** [Online], 18 | 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1533>>. Acesso em: 20 fev 2021.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

SROUR, Robert Henry. As ideologias políticas. In: SROUR, Robert Henry. **Poder, cultura e ética nas organizações: os desafios das formas de gestão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TOMAZETTI, Tainan Pauli. **Genealogias Dissidentes: os estudos de gênero nas teses e dissertações em Comunicação do Brasil (1972-2015)**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo. Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade**. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VEIGA DA SILVA, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira. A contribuição do jornalismo para a reprodução de desigualdades: um estudo etnográfico sobre a produção de notícias. **Verso e Reverso**, XXV(60):183-192, setembro-dezembro 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2011.25.60.05>>. Acesso em: 14 jul 2020.

VEIGA DA SILVA, Marcia; MAROCCO, Beatriz. O feminino no livro de repórter: uma mirada epistemológica de gênero sobre as práticas jornalísticas. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos de Jornalismo do **XXVI Encontro Anual da Compós**, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017. Disponível em: <http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_HPYP1U9GFDE8MPXC_N9XH_26_5505_20_02_2017_15_11_31.pdf>. Acesso em: 15 jul 2020.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set-dez 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.16716>>. Acesso em: 14 abr 2021.

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

1. Entrevista com Renata Izaal, editora do Projeto Celina

Idade: 40 anos

Gênero com o qual se identifica: Feminino

Orientação sexual: Heterossexual

Raça: Branca

Classe: Classe média alta

Qual o cargo que ocupa no O Globo? Há quanto tempo?

Desde 2011. Entrou como repórter, editora assistente e depois editora.

Você se declara feminista? Por quê?

Sim. Sem dúvidas, sim. Eu entendo que sobretudo no Brasil por razões históricas as mulheres tenham dificuldade em se declarar feministas. É sempre aquele discurso de que não gosta de rótulos e tal e acho que é justamente por isso que eu me declaro. Primeiro porque há muita desinformação sobre o que é o feminismo e também porque eu faço questão de me declarar feminista pra poder explicar o que eu acho que é feminismo e também porque nunca para só na declaração. Nunca acaba quando eu digo “eu sou feminista”, sempre tem um depois. O interlocutor sempre pergunta porque ou faz um comentário machista “como assim”, “ah, feminazi” e eu acho importante partir pra esse diálogo porque aí a gente começa a desconstruir a ideia que o brasileiro médio tem do que é feminismo né. Então eu me declaro sim pra dizer o que é feminismo, porque as pessoas tem muito a ideia de que feminismo é o contrário de machismo. Então eu acho importante me declarar como feminista pra poder falar sobre feminismo e também como uma posição política. As estatísticas são terríveis no Brasil, então eu acho que quando a gente se declara “sim, eu sou feminista”, é um posicionamento político, pra mim é um pouco como dizer “sim, eu defendo os direitos das mulheres”.

Existe alguma corrente feminista com a qual você se identifica mais? Se sim, por quê?

Eu acho que eu como muitas mulheres brancas da classe média alta sempre me declarei como feminista e ponto. E nesses últimos anos eu acho que de 2003 até 2015 a gente viu o feminismo meio que ressurgindo, eu digo ressurgindo com uma nova geração. Eu acho que talvez um dos traços mais interessantes do que a gente chama de essa quarta onda do

feminismo é o fato de que não é só feminismo e ponto né, é um leque. Hoje as meninas falam muito isso né, o feminismo negro, o feminismo marxista, o feminismo liberal, meio que tentando entender quais são as demandas de cada grupo, porque as demandas não são as mesmas. E no fim das contas aquela ideia do feminismo interseccional que começa lá atrás com a Angela Davis dizendo que você precisa levar em conta as diferenças de raça e classe tem sido muito discutida. E depois de muitos anos me afirmando só como feminista eu me afirmo hoje como uma feminista interseccional porque é impossível ser feminista no Brasil e discutir qualquer tipo de projeto político no Brasil sem levar em conta as questões de raça e classe.

Me conta um pouquinho da sua trajetória pessoal e profissional até chegar onde você está hoje. Você estudou em escolas particulares ou públicas? Coursou uma universidade privada ou pública? Contou com algum tipo de financiamento ou crédito estudantil? Trabalhou em alguma outra área antes do jornalismo?

Eu estudei em escolas particulares. Eu venho de uma história familiar que é bastante privilegiada, nasci numa família de classe média alta, na zona sul do Rio, que a zona mais nobre da cidade e eu estudei numa escola particular a minha vida inteira. Na questão familiar eu sempre fui muito livre em relação a escolha profissional, nunca houve uma pressão pra escolher determinada carreira. Eu escolhi jornalismo porque um dia eu descobri que eu escrevia bem. E eu fui estudar na Escola de Comunicação na Universidade Federal do Rio de Janeiro, uma universidade pública né, então não contei com nenhum financiamento, só o financiamento do próprio povo brasileiro, e na época da escola foram meus pais que podiam pagar. Eu fiquei um tempo trabalhando e aí eu parei, fui fazer mestrado, ganhei uma bolsa do governo britânico e fui fazer mestrado em Londres, Estudos pós-coloniais pela Universidade de Londres. Depois que eu me formei eu comecei a trabalhar com jornalismo cultural. Eu trabalhei numa plataforma aqui do Rio especializada em música clássica que não existe mais, chamava Viva Música, era o que hoje a gente chamaria de um veículo multiplataforma de música clássica, então tinha revista, tinha livro, tinha programa no rádio e tudo mais. E eu parei lá porque eu entendi depois de um tempo que o jornalismo que me interessava era no campo da cultura. Trabalhei lá durante alguns anos, em 2007 eu consegui essa bolsa e entendi que esse trabalho tinha terminado pra mim, eu tava com muita vontade de estudar, então me inscrevi pra esse programa do governo do britânico, é um programa do ministério das relações exteriores deles, se chama “Tievening”. Eu sempre tive vontade de morar lá, então eu fiquei um ano com uma grana que eu tinha guardado pra esse tipo de coisa e também trabalhando

como jornalista, enfim. Até que eu quis voltar e aí logo que eu voltei eu fui chamada pra uma vaga no caderno Ela, que não existe mais. Não é que ele não existe mais, mas desde 2017 o caderno Ela que era num formato standart, que circulava todo sábado, virou revista, Revista Ela, e circula todos os domingos. Então em 2011, no segundo semestre, eu comecei a trabalhar no Globo como repórter do caderno Ela, que é um produto editorial voltado pra mulheres, mas que tem muito aquela cara do jornalismo feminino tipo que as revistas de moda fazem sabe, enfim... temas para mulheres. Acho que muito mais um caderno voltado pra estilo de vida do que pra mulher em si. Acho que é uma ideia meio ultrapassada do que é o conteúdo pra mulher né, que é moda, gastronomia, beleza, relacionamento e tudo mais. O Ela já era um pouco diferente porque ele foi criado já com a ideia de ser um produto pra mulher menos careta, então tinha todas essas coisas mas também tinha muita matéria de comportamento, muita matéria sobre sexualidade, muita matéria sobre cultura. Então foi um experimento interessante, lá eu fui repórter por 2 anos, depois eu virei editora assistente, a editora na época era a Ana Cristina Reis, que aqui no Rio é uma referência importante no jornalismo para mulheres. Ela já tá aposentada. Quando ela passou para outra área no jornal eu virei editora do caderno Ela e fiquei como editora até ele terminar, em 2017. Eu ainda fiquei mais 6 meses quando virou revista, mas aí já não me interessava mais, eu já tava ali há muito tempo, então o jornal me levou pra essa área de novos projetos de jornalismo digital. Foi quando o Globo começou a pensar aquilo que eu te expliquei outro dia no whatsapp que é a ideia das verticais de conteúdo que é, enfim, começar a pensar o jornal digital de uma maneira diferente, porque as editorias no jornal digital são exatamente as mesmas que no jornal impresso, e uma coisa que a gente começou a entender, acho que os jornais todos já tão entendendo isso é que não dá pra ser a mesma divisão porque a gente não lê o jornal digital como a gente lê o jornal impresso. O The New York Times faz isso há algum tempo e o Globo começou a fazer isso em alguns projetos, primeiro a gente pesquisou o que os nossos leitores tinham mais vontade de ler e que tava escondido no nosso site e também temas que são de interesse da sociedade e que a gente achava por bem discuti-los, pra pautar e ser pautado nessas conversas. Então, por exemplo, a primeira vertical de conteúdo foi gastronomia, que era um tema que os leitores de O Globo queriam muito e diversas editorias fazem gastronomia mas você entrava no site e não via gastronomia. Depois a gente teve uma de saúde que acabou não dando muito certo, ela foi extinta, e aí veio Celina, já com essa experiência das outras duas, meio que como um mix, com essa ideia de vertical de conteúdo porque outras editorias fazem conteúdo que Celina quer mas também entendendo que as questões de gênero são uma pauta importante do mundo atual, então o projeto digital do

Globo tem que estar no centro desse debate. O Celina foi gestado durante um ano dentro da redação, eu participei dessas reuniões, eram reuniões só de mulheres, com todas as editoras, e a partir dali, desse grupo, a gente fazia reuniões com repórteres, com outras mulheres da redação, com as mulheres de outras áreas da empresa que em algum momento trabalhariam com Celina, tipo marketing, comercial e tudo mais. E aí foi um ano de gestação até que ela nasceu obviamente, não poderia ser diferente, no Dia Internacional da Mulher, no ano passado e aqui estamos. - Engraçado como a conversa foi indo pro Celina naturalmente, né? - É, é engraçado... é muito interessante como às vezes a gente... eu não sou muito boa de planejamento assim, eu até sou organizada, mas eu não sou de planejar, e de repente cê olha pra trás e caramba, se eu tivesse planejado não teria sido assim né. Porque eu comecei a fazer jornalismo por isso, porque eu queria escrever. Eu brinco que eu tenho algumas amigas na redação, algumas das minhas melhores amigas são da redação, e eu brinco com elas, cara vocês são JORNALISTAS, que é aquela gente que gosta de apurar, gosta de ir atrás da notícia, que tem um faro sabe. O meu barato sempre foi, desde o início, é mexer no texto, é por isso que eu gosto de editar e eu fico muito mais tempo trabalhando nos meus textos do que na apuração. Então lá atrás eu só queria fazer isso, trabalhar com texto. Ano passado, no fim do ano, eu tava de férias em Portugal e eu fui almoçar com um colega que era do jornal e a gente não se via há um tempo e a gente tava falando sobre isso, sobre construção da carreira e tudo mais e ele falou, mas engraçado né, porque se você olhar pra trás você só trabalhou com mulher e o seu assunto é mulher. E é verdade assim, porque mesmo quando eu trabalhei com música era uma equipe só de mulheres, e eu sempre entrevistava as mulheres, sempre fazia as perguntas relacionadas ao gênero, o meu trabalho no mestrado foi sobre a construção do Brasil e uma das partes da minha avaliação era sobre a construção da ideia da mulher brasileira e aí depois quando eu fui pro jornal me chamaram por Ela, não me chamaram pra outro lugar. E aí depois Celina né. Então assim, eu não planejei, mas eu acho que as coisas naturalmente... minha conversa com você naturalmente chega em Celina porque a minha vida naturalmente chegou em Celina sem planejamento. É muito curioso, só hoje eu to entendendo como as coisas levaram assim. Até porque eu acho em 2011, quando eu entrei no jornal, era impensável um projeto como o Celina em qualquer jornal do Brasil sabe, então eu acho que nem dava pra pensar “ah, um dia eu vou discutir questões de gênero no jornal”, não, porque ninguém tava discutindo sabe. Pensar um projeto desses era inviável, então tinha que ser natural mesmo.

Seus pais tem formação superior (quais)? Possui irmãos? Cresceu em qual bairro? Hoje, vive em qual bairro? Mora sozinha, é casada ou está em um relacionamento estável, tem filhos?

Meus pais tem formação superior. Minha mãe é formada em Letras, é professora. Meu pai tem etapas, assim. Meu pai como muitos jovens da geração dele (meu pai tem 80 anos) ele cedo foi pra uma carreira militar, ele entrou pra Marinha, porque era uma forma de ele conquistar a independência muito mais cedo. Meu pai tem 80 anos mas ele é filho de pais que se separaram, não tinha divórcio, então ele ficou com a minha avó e ele precisou ter essa independência financeira cedo, pra não ter que ficar sempre dependendo da mãe. Então ele foi pra Marinha, que ele largou muito cedo, porque não tem nada a ver com ele, e foi fazer História, que era o sonho dele. E ele é doutor, enfim, fez toda a formação e é doutor em História, pesquisador e foi professor na universidade. Então sim, os dois têm formação superior. Eu moro na Lagoa, que é um bairro de classe média alta aqui no Rio. Meus pais se separaram eu era muito pequena, os dois casaram de novo, meu pai nunca mais teve filhos, mas a minha mãe teve dois filhos, meus irmãos, uma irmã e um irmão. Os dois são formados na universidade, ele é engenheiro e ela é advogada, ela agora tá fazendo um mestrado. Não tenho filhos, é uma opção tá, não quero ter filhos, faz parte do meu feminismo afirmar isso, porque as mulheres que não querem ter filhos sofrem bastante. Eu sou solteira, nunca me casei, tive relacionamentos, mas me casar no papel não. Moro sozinha e adoro morar sozinha. Eu tenho um relacionamento mas não é nada... oficial, civil. E na verdade é meu namorado mas ele mora em Portugal então nesse momento é um relacionamento meio atingido pelo Coronavírus. Na verdade quando isso começou, quando a quarentena começou aqui no Rio eu tinha uma passagem já comprada pra um mês depois. Eu teria ido pra Portugal em abril e agora em junho ele estaria chegando aqui. A gente brinca que ser a distância é um problema um tempo inteiro pra gente, mas dessa vez o fato de ser tão longe não é o problema. A gente fala assim “ah, se fosse em São Paulo né, não seria tão longe”, mas agora o fato de ser tão longe não afeta porque as pessoas que moram perto também estão com o mesmo problema.

Qual meio de transporte você utiliza para ir trabalhar na redação (carro próprio, de táxi/aplicativo, ônibus, trem...)?

Se eu vou de casa ou eu vou de aplicativo, porque eu chego cedo na redação, não tem infelizmente transporte público coletivo da minha casa direto pra redação. A redação do O Globo é numa região ali do centro, próximo do sambódromo, que é complicada de transporte público e é uma zona meio perigosa. Então como eu vou muito cedo, e é muito perto, eu vou

de aplicativo. Ai a volta às vezes é aplicativo, as vezes é táxi porque eu saio pra uma pauta, às vezes o carro do jornal ou carona, enfim...

O que você entende por gênero?

É cara, não vou teorizar né. É que é aquela pergunta que ganhou um outro significado agora no Brasil que a gente vive. É... eu dou sempre uma resposta que é uma resposta assim, pra todo mundo entender, que é o masculino e o feminino e tudo que tem no meio disso tudo e que são escolhas que as pessoas fizeram. Escolha não é a palavra né, mas em algum momento você se dá conta de que aquela é a sua identidade, independente de como você nasceu. E eu tento sempre explicar de uma maneira quase infantil porque eu acho que é mais pedagógico em um país que fala sobre ideologia de gênero. Então, enfim, é a identidade. Se eu fosse definir em uma palavra seria a identidade, aquilo com o que você se identifica, você com os seus botões, porque isso não diz respeito a ninguém e não tem nada a ver se você nasceu com uma vagina ou com um pênis. E não é ideológico (risos).

O que você entende por sexualidade?

Cara, sexualidade pra mim é um conceito até meio psicanalítico, sabe. Eu adoro psicanálise, eu faço análise eu acho que há uns 20 anos, e nos últimos anos eu comecei a ler muito porque eu sou absolutamente fascinada por Freud, então quando eu penso em sexualidade eu saio um pouco dos estudos de gênero e eu vou muito pra esse canto de pensar a sexualidade como natureza humana que deve ser exercida com liberdade e se ela não é exercida com liberdade em algum momento se libertará. E se exercida com liberdade é fundamental, mesmo, tão fundamental quanto a imunidade biológica pro ser humano ser saudável. Não sei se eu respondi ou se eu filosofei muito. É muito aquela ideia mesmo do Freud que a sexualidade é central na natureza humana e tudo o que a gente faz envolve e passa por ela, eu concordo muito com isso. E quando a gente vê o que tá em volta das discussões de gênero, as performances de gênero, a construção da sua identidade de gênero, as perseguições as discussões saudáveis sobre gênero, sexualidade e reprodução aí você vê mesmo que isso é central né, por isso ela é tão atacada. É muito fundamental pra gente.

O que você entende por feminismo?

Ah, feminismo é um movimento político feito por mulheres para as mulheres para lutar contra uma situação social, política e econômica absolutamente desigual que foi criada pelo patriarcado, por essa sociedade em que os homens sempre mandaram e decidiram. Pra se

afirmarem como líderes dessa sociedade sempre colocaram a mulher no lugar de um Outro inferior, então o feminismo é esse movimento nosso, e eu gosto de dizer que é nosso porque eu não acredito que existam homens feministas, eu acho que os homens são aliados do feminismo, mas feministas somos nós que construímos esse movimento político pelos nossos direitos, pela tão falada igualdade de gênero. E pra mim igualdade de gênero é pra todas as mulheres que se identificam como mulheres, não me importa a sigla do LGBTI, é pra mulheres trans, pra mulheres lésbicas, enfim, pra todas nós.

O que você entende por violência de gênero?

Violência de gênero é uma dessas... é talvez a imagem, a prova mais atual e quase visual dessa tremenda desigualdade e inferioridade do qual o patriarcado colocou as mulheres. Quando eu digo que a sociedade foi construída, liderada e comandada por homens, com a mulher como Outro num lugar inferior, é como se eles fossem nossos donos e pudessem fazer o que quisessem, e as cenas mais sórdidas disso são as violências, não apenas a violência física, a violência física é o último grau, mas pra mim violência de gênero inclui todos os tipos de assédio e todas as carências sabe, desde a falta de oportunidade, a desigualdade de rendas, de salários. Isso que a gente tá vendo agora, por exemplo, durante a pandemia, em que... não sei, você certamente soube disso. As mães que são chefes de família tem direito ao auxílio do governo, esse auxílio emergencial dobrado, ou seja, elas tem direito a ter R\$ 1.200, então elas tem que dar o seu CPF e o CPF dos filhos. A gente fez uma matéria sobre isso na semana passada, e as denúncias são várias, os pais estão fraudando esses CPFs, e tirando o dinheiro e deixando essas mulheres com os filhos sem renda nesse momento terrível que a gente atravessa. Isso pra mim é uma violência de gênero. É uma das enormes e terríveis violências que os homens cometem contra as mulheres, que estão em situação mais vulnerável sim, estamos, nessa sociedade.

Como você vê a relação entre gênero e sexualidade?

Cara, pensando que sexualidade não é apenas sexo, é... pô, ela é tão mais ampla. Difícil responder essa. Mas eu acho que quando a gente coloca essas coisas juntas e a gente pensa no exercício da sexualidade feminina, e aí gente pode incluir o sexo em si, o corpo como um território de ação da mulher, a gente pode incluir os afetos, é uma sexualidade que é a sexualidade feminina de mulheres trans, cis, negras, lésbicas, é uma sexualidade regulamentada, proibida. Enfim, tem uma ideia do que a mulher pode ou não fazer, mas ao mesmo tempo não é pra todas as mulheres. As mulheres brancas tem aquilo que a Virginia

Wolf chama de anjas do lar, que são as mães de família, a gente tem que ser respeitável, então essa mulher branca não pode trair, não pode utilizar certos tipos de roupa, enfim, elas são as anjas do lar. Agora com a mulher negra é o contrário, elas são completamente objetificadas, exploradas, violentadas, os números, as estatísticas mostram. Então, desculpa, essa relação entre gênero e sexualidade tem uma coisa comum a todas que é o controle da sexualidade feminina, mas dependendo de quem é essa mulher são controles diferentes. Agora acho também que há muita reação das mulheres é, sempre houve, e acho que atualmente há muita consciência, uma consciência que cresce, de que os homens têm e querem manter esse controle de uma maneira que é muito violenta, palavreados, violência física, dessas coisas que é da nossa cultura, do que uma mulher pode ou não pode, mas isso depende muito de quem seja mulher, e eu acho realmente que pras mulheres negras é muito mais sério.

Como você vê a relação entre gênero e feminismo?

Acho que a gente sempre gostou de pensar que o feminismo era para o feminino, que o feminismo era um movimento estanque no espaço e que lutava pelo direito de todas, e ele deveria ser, mas... é até difícil a gente conceituar o feminismo distante dessa ideia, justamente pelo feminismo negro. E o feminismo trans que é cada vez mais forte no Brasil, as mulheres trans tem feito um trabalho incrível, o que ta deixando de ser um sinônimo de luta de mulheres brancas, é com as transsexuais, com o seu corpo biológico dentro da formação do que é um corpo natural de mulher, existem mulheres com pau, e o feminismo também é delas. Não sei se te respondi!

Você acha que existe relação entre gênero, raça, sexualidade e classe? Se sim, quais? No que essas relações implicam?

Cara, como diz o feminismo interseccional, eu acho que é impossível discutir gênero sem pensar essas outras questões todas. Ainda mais num país tão machista, tão violento e tão desigual quanto o Brasil. Então, se a gente pensar em classe, sexualidade, e feminismo negro. A gente sabe que as mulheres negras são a maior parte da população brasileira, mas também são a fatia da população mais pobre e mais vulnerável, são as mulheres maiores vítimas de violência, seja de assédio ou abuso sexual, são a maior parte das mulheres assassinadas, são as mais desprivilegiadas economicamente e são as que têm os seus corpos mais objetificados. Isso acontece com as mulheres trans também. Eu acho que essas coisas todas estão relacionadas. E quando você chega lá no básico do jornalismo que são os fatos, os dados, quando você vai ali no que é objetivo, o dado, o número, fica muito ilustrado como todas

essas questões estão interligadas. É impossível tratar essas questões de gênero... não é possível discutir a situação das mulheres no Brasil sem discutir as nossas desigualdades, as terríveis desigualdades do Brasil em geral, mas também as nossas desigualdades entre mulheres. O meu mundinho aqui de mulher branca, de cidade grande, que mora num bairro de classe média alta não é a realidade da maior parte das mulheres brasileiras, sejam elas negras ou trans, se elas foram de baixa renda, se elas tiverem em regiões mais pobres, se ela está nesses grupos que são ultra objetificados pela sociedade, o que também não é o meu caso.

Porque falar sobre gênero e diversidade na mídia é importante?

Tá, é... Eu acho que tem várias coisas aí. Eu acho que é importante porque é uma demanda social, algo que a gente falou lá no início, nos últimos anos, o movimento feminista, não é a melhor palavra, mas o movimento feminista meio que renasceu, não só no Brasil e no mundo, mas também na América Latina, porque as nossas estatísticas são terríveis. Então primeiro porque é uma demanda da sociedade, as mulheres estão nas ruas, estão nas redes sociais também, então não dá pra gente postar uma matéria, desde de aquela matéria fútil que trata da mulher como uma idiota, ou fazer uma matéria sem ouvir mulheres, enfim, o jornalismo passou a ser cobrado. Na semana passada a Folha de São Paulo fez uma matéria, que obviamente foi feita por um homem, explicando como os advogados, procuradores e juizes homens estavam tendo uma vida muito difícil por estar trabalhando de casa, ouvindo os homens né, então no domingo a Folha teve que refazer a matéria ouvindo só mulheres, e aí colocaram até a Silvia Chakian, que é promotora do MP de São Paulo, com uma foto de primeira página, meio que fazendo um mea culpa. Então é uma demanda da sociedade né, uma matéria que só tem homens não é mais aceita pelas mulheres, a gente vai lá e faz o jornal saber que ele fez errado né, então acho que primeiro tem essa demanda, e o jornalismo não pode, não deve, fechar os olhos pra essas demandas. Eu acho que é uma demanda das redações também, porque enfim, nós mulheres jornalistas fazemos parte dessa sociedade, a gente tá vendo isso acontecer e como cidadãos fazemos parte desse movimento, então a gente também começa a pedir que as redações mudem, que se ouçam mais mulheres, que tenham mais mulheres em cargos de decisão, que tenham mais mulheres nas equipes, enfim, é uma demanda das jornalistas também. E certamente por ser uma demanda da sociedade é uma demanda das áreas comerciais, não só das áreas comerciais das redações, mas também das áreas comerciais dos anunciantes. É legal pra um anunciante estar do lado de um projeto que fala sério sobre as mulheres, já que as mulheres... eu acho muito que esse jornalismo que pauta as questões de gênero como o Celina faz ele interessa muito mais as leitoras mais

jovens, do que aquela leitora tradicional do jornal, que é uma leitora mais velha e mais conservadora, quem tá levando esse movimento são as meninas mais jovens. Então se tem uma marca que fala com as mulheres você precisa falar com essas meninas mais jovens, e se você precisa atingir essas meninas mais jovens tem que mudar o discurso. Então, enfim, em resumo é uma mudança da sociedade em esferas diferentes. E eu quero te dizer uma coisa, é em particular no Brasil, uma demanda das feministas negras. Todo esse movimento feminista que tem acontecido no Brasil de 2015 pra cá é impulsionado pelo feminismo negro. Então as mulheres negras tão cobrando, por que não tem mulheres negras na capa das revistas, por que não tem mulheres negras na passarela, por que as mulheres, a maneira como as mulheres negras são retratadas nas páginas policiais, e nunca tão nas revistas de luxo, enfim, há uma demanda gigantesca das mulheres negras pra ter o seu lugar, pra ter a sua voz ouvida, pra aparecerem, pra terem as suas questões discutidas, pautadas, então acho que é muito graças a elas também.

Como você acha que o jornalismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero?

Eu acho sobretudo com informação, sabe. Informação e denúncia. Quando você trabalha num veículo de esfera nacional, como é o Globo, você imagina que cê tem um leque muito diferente de leitores, sobretudo hoje que as pessoas se informam muito mais via redes sociais do que indo aos sites ou comprando jornal impresso. É o que compartilham no whatsapp, é o que você ve no feed do Twitter, Facebook e tal. Claro que tem pesquisa e a gente sabe quem tá lendo as coisas, mas tem uma margem de erro, tem uma margem aí que é desconhecida. Então eu acho que tem que ter cada vez mais a ideia de prestar um serviço pro leitor, sabe. Então por exemplo uma coisa que a gente fala em Celina e que é muito importante pra gente é informar as mulheres, elas precisam saber quais são os direitos delas, que legislação existe, o que elas podem fazer. E denúncia, é denunciar o assediador, denunciar a carência de serviços, eu acho que a gente tem esse papel. Se não for o jornalismo quem será?

Como o feminismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero?

O feminismo eu acho que é a mola propulsora, o feminismo é o combate às desigualdades de gênero, eu acho que ele não tem um papel porque ele É esse combate. E a gente tá nesse momento muito interessante que graças as redes sociais, e graças a essa ideia que veio junto com a quarta onda do feminismo, que feminismo vende, que tem um espaço no mercado, então tem muita informação circulando, nas redes, nos coletivos, em projetos como o Celina, a gente sabe que não é o único projeto, tem livro pra caramba, tem festival. Cê imaginar que

os livros da Djamilia estão sempre na lista dos mais lidos no país, sabe. É muito empoderador isso. Eu acho que o feminismo ele é o combate às desigualdades, mas ele tá num momento que não pega mais mal ser feminista. Acho a Djamilia um exemplo incrível assim, ela foi convidada pela Prada pra estar num desfile, quando você imagina que uma feminista negra é convidada de honra de uma marca de luxo consumida por patricinhas. E é muito simbólico ela estar lá. É meio que dizer “ó mundo machista, vocês vão ter que engolir a gente”. Então é uma vitória no meio daquela gente rica, branca... enfim, eu acho que o feminismo ele é o combate, mas eu acho que ele é combate e ferramenta nesse momento em que a informação circula com muito mais facilidade e aí permite que o feminismo chegue a lugares que aquelas feministas históricas do passado não poderiam nem imaginar.

Você acha importante a mídia jornalística abordar o fenômeno da violência de gênero?

Por quê?

Acho importante, mas eu faço ressalvas. Eu acho que sim, acho que é obrigatório que a imprensa aborde violência de gênero, acho obrigatório que a imprensa faça denúncias, que apure os casos, que faça um mapa da violência de gênero no Brasil, onde ela ocorre, quais são os números, mas eu tenho uma ressalva: pra fazer tem que fazer direito, sabe? Não adianta simplesmente dizer que tá pautando violência de gênero e mandar um repórter machista ir fazer essa matéria, entendeu? Nisso eu acho que Celina foi legal, Celina foi um projeto gestado dentro da redação durante um ano. Você tem que mudar alguma coisa na redação, e você tem que chamar pra esse projeto... enfim, é impossível mudar a redação por completo, as pessoas têm uma vida nessa sociedade machista, mas você tem que chamar pra esse projeto lentamente mudando a configuração da redação, a cultura da redação, mas ao mesmo tempo você tem que trazer pro projeto gente que esteja engajada nessa luta, que não é ativismo, é simplesmente gente que queira, assim com tem gente que queira fazer o melhor jornalismo político, gente que queira fazer o melhor jornalismo no trato com as questões de gênero. Então tem muito vocabulário pra estudar, tem legislação, tem modos de operar, você não pode mandar, por exemplo, mandar um homem pra entrevistar uma mulher que foi vítima de violência sexual, sabe? Por mais que ele seja um repórter incrível, não dá, por uma questão de acolhimento, você tem que ter sensibilidade pra tratar das questões de gênero, sobretudo quando a gente trata das violências. Tem que entender que não é só número e... tem que ter a sensibilidade. Eu vou te dar um exemplo de sensibilidade, que cara, é o detalhe. Celina tem muito um trabalho com ilustração, e a gente tem mulheres ilustradoras que são do Globo e fazem esse trabalho, mas a equipe de Celina é formada por mulheres e mulheres da redação

contribuem, mas como eu te expliquei por whatsapp, o que as outras editorias produzem eu avalio, e às vezes tem matérias de outras editorias feitas por homens que são legais e eu pego, mas é muito mais difícil que uma matéria feita por um homem seja tão boa quanto uma matéria feita por uma mulher, por causa da sensibilidade. E na ilustração, cara, isso é muito notório. A gente tem as meninas que fazem, algumas foram freela e já saíram, mas a gente tem a Ana Luiza, até se você quiser falar com a Ana eu te passo o contato dela, ela é da equipe de arte do jornal e eu sempre falo pra eles, “gente, se tiver que mudar a grade de pautas eu jogo mais pra frente pra dar tempo da Ana fazer”, pra não darem pra um homem, porque às vezes você dá a ilustração pra um cara, e a gente tem ilustradores incríveis no Globo, INCRÍVEIS, mas aí quando o cara vai fazer pra Celina, como é pra mulher, aí vai lá e ilustra a pauta com flor, bota uma borboleta, se eu ainda tiver os exemplos eu te mando, mas aí a gente volta e diz “cara, não dá pra botar rosas, né?”. A Ana já não, elas faz e manda “o que você acha?” e tá certo, sabe? Porque tem aí uma questão de sensibilidade mesmo. Que de certa maneira é a tal da história do lugar de fala né. Não é que os homens não possam falar, não possam fazer matérias, mas a gente faz a partir de um lugar, a Ana ilustra a partir de um lugar que é muito próprio, que tem um outro conhecimento, que de muitas maneiras o leitor entende aquele desenho, tá ali, é subliminar, mas tá ali. Então eu acho que pra fazer tem que fazer direito, não adianta você pautar a questão de gênero e violência de gênero e não engajar as mulheres nesse projeto, sabe. - Que legal, quero entrevistar ela, sim -.

Como funciona o processo produtivo do Celina? Como são definidas as pautas? Como se define quem produzirá determinada matéria? Vocês tem um espaço físico delimitado na redação? Ficam todas juntas ou sentam em locais separados? Como é o processo de definição de fontes? E como funciona a edição dos textos?

A gente na redação tem uma sala de Celina. É que a redação é um imenso salão aberto com todas as editorias juntas, só que tem um canto, onde ficam os colunistas, e a gente ficou no meio ali, entre opinião e o Anselmo Gois tem uma entrada, uma sala com quatro computadores e uma salinha de reunião e a gente conseguiu esse espaço pra Celina. Então ficamos lá nós três e tem um computador extra, caso tenha um freela ou alguma coisa assim, e a gente decorou esse espaço, várias dessas ilustrações, a redação em si não tem parede, mas a gente tem parede, então várias ilustrações que a gente fez durante esse ano tão penduradas na nossa parede, a gente tem um quadro em que a gente organiza as pautas da semana, e ficamos as três lá. E é um espaço muito informal e eu acho que é informal por minha influência sabe, porque eu não gosto de ser aquela editora que é a super chefe, sabe. Eu monto as pautas, eu

mando as pessoas fazer, elas me entregam do jeito que eu quero e ponto. Eu acho que não funciona assim, sobretudo num projeto que é muito pequeno, tem pouca gente trabalhando, e um projeto desses que a gente trabalha com mulheres eu acho que eu preciso trazer pra perto de mim outras experiências. Não só as experiências pessoais delas, mas o que elas ouvem, o que elas vão trazer sabe. Então a gente sempre faz, a gente tá falando de pauta o tempo inteiro. Celina é um projeto digital, nossa ideia é que ele tenha de duas a três viradas de site diárias, de segunda a sexta, sábados, domingos e feriados é só uma [virada], e a gente faz sempre a primeira virada com as pautas mais especiais, que a gente organiza durante a semana, a gente discute, combina e fica lá no nosso quadro, e aí a segunda e terceira virada geralmente são coisas que a gente vê no dia, vendo o que os jornais internacionais tão falando, o que as agências de notícias fizeram, que é uma rotina normal na redação. Agora, então de vez em quando eu viro pras meninas e digo “vamos fazer uma reuniãozinha amanhã?”, aí a gente marca um horário, cada uma traz as suas pautas e a gente vai conversando, e uma vai dando pitaco na pauta da outras, e daí dessa conversa as pautas nascem, e nascem novas pautas, e todo dia a gente vai se falando, como é que tá a apuração de uma, como é que tá a apuração de outra, pra montar o nosso quadro com a nossa programação da semana. Agora que estamos de home office, cada uma na sua casa, eu, Rapha e Leda, a gente tinha, tem ainda, existe, um grupo de whatsapp que eu fiz com a equipe que começou Celina e não tá mais lá, a pessoa só sai desse grupo se ela quiser, até hoje acho que só duas estagiárias que não tão mais na redação que saíram. Então esse é um grupo de discussão, as meninas que não estão mais em Celina mandam “olha, eu vi isso”, “to com tempo livre, posso fazer”, “você viram isso aqui nas agências?”. Mas agora tem um segundo grupo de whatsapp em função da quarentena que somos eu, a Leda e a Rapha, que é onde a gente discute o nosso dia a dia, o que a gente vai fazer, pra também não ficar entupindo as outras meninas com as nossas conversas diárias. Então ali a gente tem uma rotina normal. Ai eu mando, “e aí, vamos pensar as nossas pautas?” e elas sugerem, sugerem, sugerem. Toda segunda-feira eu pergunto como é que tá a apuração das pautas, elas me dizem e eu vou dando sugestões, vamos fazer assim essa semana, tá ok, beleza, mas todo dia a gente vai se falando pra ver se essa nossa ideia inicial se mantém ou se muda. E aí, quando, enfim, conforme a gente decide a pauta a gente já conversa rápido sobre como a coisa deve ser, vamos falar com o fulano, vamos fazer assim, vamos realçar esse aspecto, a gente troca muito fontes, gente, to fazendo uma matéria sobre libido, quem conhece uma ginecologista que pode falar sobre isso. É muito um trabalho coletivo, e agora que a gente tá em home office a gente também divide tarefas. A Leda, por exemplo, ela faz 90% do Instagram de Celina, todos os textos sou eu que edito, a Rapha faz as matérias,

mas quem vira o site sou eu ou a Leda, a gente tem algumas tarefas assim, específicas de cada uma, mas a gente também vai fazendo coisas, eu faço muito menos matéria justamente porque eu to editando e porque eu tenho outros compromissos no jornal, é o chefe que chama, reuniões do jornal, é Zoom quase todo dia, então eu faço menos matéria porque eu to editando mais. Foi o caso de hoje, a primeira matéria do dia era uma matéria minha, que eu fiz pra elas também se desafogarem um pouco. A gente divide entre nós as traduções, coisas que vem de agências de notícias, de serviços de notícias estrangeiros, a gente divide a ronda, a gente chama de ronda que é olhar as agências de notícias, os jornais internacionais, a gente faz isso umas duas vezes por dia, eu sempre faço cedo, quando eu viro o site, daí eu já aproveito e traduzo alguma coisa, a Leda sempre faz uma outra, maior, mais robusta, pra gente ter umas matérias com cara de matérias principais, às vezes a gente tá enrolada e pede pra Rapha fazer a ronda, a Rapha faz e manda pra gente e aí eu decido o que a gente vai usar da ronda e na minha ausência a Leda decide. Mas é tudo muito compartilhado sabe, quando uma tá com dificuldade passa para a outra, é muito colaborativo entre nós três. - Quando tu fala em virada de site é a mudança das matérias principais ali da home? - Isso, é trocar os destaques na página de Celina e na home do Globo, que lá também tem um espaço para Celina. Os destaques na home do Globo somos nós que editamos.

Qual você acha que é o objetivo do Celina como produto jornalístico? E qual a importância da existência dele, especificamente, pra sociedade?

Eu acho que qualquer produto jornalístico tem alguns objetivos, não tem só um sabe. Eu acho que pro Globo, especificamente. Celina é... como projeto é a chance de trazer mais mulheres pra lerem o jornal. Tem pesquisas sobre isso, e não é só no Globo, mas a maioria dos leitores de jornal do Brasil são homens, inclusive de assinantes. Então, eu acho que no Celina um dos objetivos é trazer mais mulheres pra lerem o jornal, pra serem fontes do jornal, isso é muito importante, por isso que a gente criou o banco de fontes. Quando o banco foi criado a gente notou, o pessoal do acervo fez uma pesquisa e 70% das fontes ouvidas eram homens, então o banco foi criado pra isso, e é por isso que Celina só ouve mulheres. Eu acho que uma coisa importante é trazer mais mulheres pra lerem o jornal, pra assinarem o jornal, porque tem uma escolha aí, você escolher se informar é uma escolha importante, não é alguém que escolhe pra você, não é assim “ah, meu marido assina o Globo e aí chega aqui em casa”, não, é mais um “eu escolhi assinar esse jornal”. E trazer mais mulheres pra serem fontes do jornal e isso já tá acontecendo. Vira e mexe tem colegas de outras editorias e vem um colega “tô fazendo uma matéria e preciso ouvir uma antropóloga, tem no banco de fontes?”. Eles ainda não tão

procurando por si, porque o banco tá lá, é só procurar, mas eles vem perguntar pra gente e eu já acho que é um avanço sabe. Acho que também por conta dessa quarta onda feminista não só o jornal trazer mulheres, mas trazer leitoras mais jovens, ou seja, rejuvenescer o jornal, eu acho que Celina rejuvenesce o jornal, inclusive pelo perfil editorial, que não é aquele velho de revista feminina, acho que a gente rejuvenesce o jornal. E obviamente eu acho que Celina é uma nova oportunidade comercial pro jornal mesmo, entendendo que as marcas tão querendo falar pras mulheres de uma outra maneira, tão querendo discutir gênero e diversidade, acho que Celina é uma nova oportunidade. E acho que também é um objetivo do jornal, sabendo que as questões de gênero são questões das mais importantes pra sociedade brasileira nesse momento, pro bem e pro mal das mulheres discutindo, olha o Presidente da República falando sobre ideologia de gênero, eu acho que Celina coloca o Globo na vanguarda dessas discussões, não tá mais lá um repórter de política conversando com a Damares sobre ideologia de gênero, não, tem a Leda que é um repórter especialista nessa área, com experiência nessa área, conversando com as especialistas, todas as “ólogas”, com mulheres, pras elas dizerem o que tem que ser dito. Então eu acho que pro jornal também tem isso, é uma maneira da gente se colocar à frente desse debate e da gente pautar o debate também né. E obviamente também nesse momento político em particular, em que as questões de gênero são exploradas de uma maneira muito nociva pras mulheres, eu acho que é uma maneira também da gente informar a sociedade “tá vendo isso que tá acontecendo? na verdade é isso aqui”, vamos ouvir as mulheres e trazer a informação correta. E eu acho que, no fim, resumindo, o que a Celina faz é trazer informação de qualidade, bem apurada, bem pesquisada, feita por mulheres que estão discutindo, pensando, estudando essas questões e querendo lidar com elas com seriedade. Informar mesmo, sabe. Você sabe que as matérias de Celina que fazem mais sucesso em termos de audiência são os serviços?! Assim, matérias como “o que é o desejo sexual feminino, como ele funciona e porque as vezes ele desaparece?”, “como você pode perceber que seu ginecologista passou da linha e tá sendo abusivo”. Agora durante a pandemia a Leda fez duas matérias “como você reconhece os sinais de que você tá na quarentena correndo risco de sofrer violência, como você identifica?” e a outra era “como você identifica que uma outra mulher tá correndo perigo e como você pode ajudar?”. Essas duas foram muito lidas. Então acho que tem uma postura antiga do jornalismo que é meio arrogante, de querer contar as histórias e não querer fazer aquilo que é o básico, e a gente descobriu em Celina que precisa fazer o básico. A gente precisa explicar quais são os direitos, a gente precisa explicar pras mulheres o que configura uma violência, o que configura um assédio, o que configura um abuso, a quem ela deve recorrer, qual o número de telefone que ela liga, o que deve deixar ela

alerta, coisas que de repente parecem bobas, mas que tem um impacto enorme num país que é muito desigual e muito violento. Então a gente tá aqui mesmo pra prestar um serviço pras mulheres.

Você considera o Projeto Celina um projeto feminista? Por quê?

Considero. Ele é vendido como a plataforma de gênero do Globo. Eu, no meu Twitter, eu boto que é o projeto feminista do Globo. Porque feminismo é isso, a gente já falou, é um movimento político que exige a igualdade de direitos, e o que o Celina faz é isso, exigindo o tempo inteiro essa igualdade de direitos, expondo as situações terríveis a que as mulheres brasileiras são submetidas, não só as brasileiras, mas em especial elas. A gente cobra, a gente expõe, e no fundo, no fim das contas, o que a gente quer é ajudar nesse caminho até a igualdade de gênero, então não tem como não ser feminista. Celina é feminista porque a equipe é feminista, nós três, eu, Leda e Rapha nos assumimos como feministas, e acho que Celina, pros nossos objetivos, todos estes dos quais a gente já falou, ou é feminista ou não é. Só há o caminho de ser feminista mesmo.

Como você acha que a sua posição e a sua experiência como mulher, levando em consideração todos os outros marcadores sociais (raça, classe, sexualidade) afeta a sua produção jornalística?

Certamente afeta. Eu tenho consciência que no passado eu já fiz matérias para mulheres cujo conteúdo falava apenas pras mulheres que tinham o mesmo perfil que eu, já fiz muita matéria assim. É claro que por uma consciência política e feminista que eu desenvolvi ao passar dos anos, eu faço outras coisas hoje, eu pauto outras coisas hoje, mas eu acho que essa minha condição me afeta mais como repórter do que como editora, sabe? Porque, enfim, se eu for escrever uma matéria, eu to escrevendo desse lugar, como editora eu edito desse lugar, mas como eu não sou uma editora idiota, e sou uma editora feminista interseccional, eu trago outras pessoas pra trabalharem comigo. Então, por exemplo, nesse ano inteiro de Celina... você sabe que nas redações do jornal, hoje, já existe equidade de gênero nas posições de chefia, mas a gente tem um grande problema em relação a questão étnica, tem muito poucas pessoas negras trabalhando nos jornais, o Globo não é exceção. Eu e a Leda somos mulheres brancas, confesso a você que nunca perguntei pra Rapha como ela se identifica, é... mas a gente tem recebido nos últimos anos no jornal uma nova leva de jornalistas que já tem mais pessoas negras do que tinha antes. E o mais interessante é que essas jornalistas mais jovens já vem interessadas em Celina, eu não preciso nem chamar. As mais velhas eu preciso convidar

“ah, faz uma matéria pra Celina”, as mais novas não, elas vão lá na salinha “aí, dá licença, você que é Renata? Eu tenho uma pauta pra Celina”. E depois que faz a primeira... a gente acolhe muito as meninas que chegam e aí elas começam a vir. Quando Celina foi criado a gente tinha a Naíse, que foi uma estagiária que ficou acho que uns 3 meses com a gente, no início, e ela fez uma parte do trabalho que existe até hoje, o nosso glossário foi feito por ela, a gente tem um material perene nosso, ela que começou nosso banco de fontes, ela é muito importante, uma mulher negra que pautou muito Celina. E aí ela saiu, foi pra outras editorias, mas continuou pautando, continuou vindo. E isso é um relato que vem das mulheres que não são de Celina, sobretudo as mais jovens, elas veem o Celina como um lugar de acolhimento, é muito engraçado, de repente as estagiárias se encontram lá e dizem “vim respirar”. Porque ali é um lugar que tá meio velado do resto da redação e só tem mulheres, então elas se sentem mais à vontade. E tem a Amanda, que ainda tá no jornal, ela começou estagiária, hoje ela é trainee, e ela só foi estagiar comigo em Celina no final do período de estágio dela, entre novembro e dezembro do ano passado, mas ela começou a colaborar com Celina em março. Ela era amiga da Naíse, aí a Naíse falou “olha, tem uma estagiária aqui, a Amanda, ela viu uma pauta nossa e quer conversar”. Ai eu falei “traz ela aqui”. Era sobre um vídeo, o primeiro vídeo de Celina, com as jornalistas da redação falando sobre situações de abuso e assédio que sofreram na carreira. E a Amanda não é só mulher negra, mas ela vem da Rocinha. E ela falou assim “olha, o que eu queria dizer pra você é que quando você mora em um favela a ideia da situação de abuso é muito mais grave”. E eu falei pra ela “pô, vamos fazer essa pauta”, e ela “vamos”. E aí ela foi desenvolvendo a pauta, ia lá todo dia, desenvolvendo, desenvolvendo, e eu falei pra ela “cara, isso é um vídeo”. Falei pra ela ir na editoria de vídeo, ela foi, armou todo o vídeo e no dia eu resolvi que eu ia, aí eu apareci lá e ela “nossa, você veio” e eu falei, “claro”. Uma parte das minhas funções é orientar os estagiários né, e aí desde então a gente fez um vídeo que eu amo, que é “Como é ser mulher na Rocinha”, que são quatro mulheres falando. E desde então a Amanda colabora com Celina sempre. Sempre tem duas matérias dela por mês e ela tá no nosso grupo de whatsapp, então ela traz discussões, ela traz personagens, ela me chama a atenção pra coisas que estão acontecendo nas redes sociais, nos movimentos sociais aqui no Rio. Então assim, a minha condição me afeta mais no meu lugar de repórter, no meu lugar de editora é claro que afeta, mas afeta menos porque eu não sou idiota e eu não acredito nessa redação verticalizada em que o editor manda em tudo, eu acredito muito num trabalho horizontal em que todo mundo contribui, todo mundo discute, e acho que em Celina isso fica ainda mais importante. Então eu como editora desapareço um pouco, sabe. Meus colegas até devem achar estranho, porque a gente tá ali reunido e eu viro

pra estagiária e pergunto “o que que cê acha? Você acha que vale a pena a gente fazer?”. Então eu acho que como editora pega menos porque de certa maneira todo mundo é um pouquinho editor, como repórter certamente pega mais. E aí é claro, eu sei que eu posso fazer uma matéria na Rocinha com competência, mas é completamente diferente da pauta que a Amanda faria. É por isso que eu tenho que ouvir muito o que a Amanda tem pra me dizer.

Como você se enxerga dentro do Celina? Qual a sua contribuição como jornalista e mulher para o projeto?

Cara, eu acho que como jornalista e como mulher a contribuição é a mesma. Eu, por, não sei se por uma escolha consciente, mas também não vou dizer pra você que foi por sorte, no fundo tudo o que acontece na vida da gente é por escolhas, mas eu tive na minha vida inteira chefes mulheres, duas delas foram muito importantes pra mim. A primeira delas, a Helô, ela me fez virar uma editora, me fez aprender a trabalhar o produto editorial, e a outra, que foi a Ana Cristina Reis lá no Globo, ela me ensinou a gerir pessoas. E eu acho que na vida do jornalista como você tá ligado o tempo inteiro as coisas se misturam. A hora que eu saio da redação eu não necessariamente paro de trabalhar, porque a informação tá aí, tá chegando aqui no meu celular, eu tô de folga hoje mas a Leda tá trabalhando, então de certa forma a gente tá se falando, então as coisas se misturam, a mulher e a jornalista. E eu acho que a minha contribuição pro Celina é a minha gestão, sabe, que de muitas maneiras, o modo como eu edito Celina e a forma como eu faço a gestão ali do nosso minifúndio e dessa micro equipe... eu venho do Ela que é um latifúndio, uma equipe imensa, e também só de mulheres, e eu aprendi isso lá, fiz lá e agora faço com Celina. É isso de agregar, de ouvir, de colocar todo mundo pra ter responsabilidade, colocar todo mundo pra fazer parte da decisão, porque eu realmente acho que, achava isso no Ela e no Celina é muito mais importante, a gente tem que acreditar nisso que a gente tá fazendo, você tem que estar muito a fim de fazer aquela pauta, você tem que acreditar no projeto, você tem que querer que esse projeto seja relevante, você tem que querer que a vida dessas mulheres mudem. Então pra que as meninas se engajam eu preciso que a decisão seja delas também, preciso que elas participem, não é simplesmente chegar, colocar a bolsa e dizer “hoje você fazer isso” e aí quando acabar “aí, acabou, ótimo, beijo, até amanhã”. Não pode né, elas tem que ser o motor da coisa toda. E isso é muito a maneira como eu lido com as coisas na minha vida pessoal, sabe. Eu como mulher não verticalizo nada, não fico dando ordens por aí, não gosto de mandar, de chefiar, nada, eu gosto de discutir, de trazer, de sentar com os meus amigos e ouvir, e falar pra eles, enfim. Então acho que as coisas se confundem e no final das contas a contribuição é essa, não

é uma contribuição jornalística em si, é uma gestão que é outra. Não sei, você trabalhou em redação? - Nunca! - Pois é, na redação de jornal, historicamente é um lugar muito machista, e a gente tem também um histórico de muita agressão e muito assédio nas redações. Eu lembro de quando eu cheguei no Globo, e antes de mim eu tenho relatos de colegas, de relações super agressivas, super verticalizadas, chefe que grita, que fala palavrão, chefe que te manda a merda, chefe que te humilha, e a ideia era muito essa, você chegava, ia na mesa do chefe e ele mandava “vai fazer isso” e aí quando você entrega se tivesse bom, ok, se não tivesse você era massacrado. Eu vi muitas dessas cenas e eu sou muito grata a Ana Cristina, que foi a minha querida editora no Globo, que nunca deixou que isso chegasse no Ela. Ela fazia questão que a gente fosse feliz. Ela tinha até uma brincadeira, ela dizia “gente, gente, vamos ficar aqui, não vamos rir muito, porque os outros vão ficar com inveja da nossa felicidade”, e a gente ria porque era isso, as pessoas precisam estar felizes, porque se você não tá feliz e acreditando no que você tá fazendo, pode parecer até uma bobagem falar isso, mas é um pouco por aí. E a Ana Cristina também, quando eu fui editora-assistente dela, ela me deu muita liberdade pra produzir. Então, por exemplo, quando ela tava de folga ou tava de férias, eu não precisava tá correndo atrás dela pra tomar as minhas decisões, ela tava fora então eu tomava as minhas decisões. E assim eu cresci muito como jornalista e é isso por exemplo que eu fiz com a Clarissa, que era a pessoa que me substituía em Celina, hoje eu faço com a Leda, se eu tô de folga eu nem falei com a Leda, a não ser que ela realmente precise de mim, a gente combinou o que ia fazer hoje e eu já vi que era pra subir uma matéria e ela subiu outra, eu não quero nem saber, hoje a escolha é dela, ela que tá comandando, então é muito por aí. Tem muita liberdade pra elas, eu sempre brinco com as estagiárias que estagiário em um jornal é mais braço, então o cara chega lá e vai fazendo matéria, fazendo matéria, e Celina é o único lugar na redação que ele pode sugerir uma matéria, fazer uma matéria que ele tá afim. A Rapha sugere muito. Ela faz coisas que eu peço pra ela fazer ou que a Leda pede pra ela fazer, mas ela tem muita liberdade assim, então no final das contas minha contribuição é essa, mas é uma contribuição que eu herdei de outras mulheres que me chefiaram, é deixar trabalhar com liberdade e eu me esforçar pra que elas possam ser livres e possam estar felizes fazendo o que elas estão fazendo. Agora se de fato essa é a minha contribuição só elas podem dizer, eu tento fazer isso, mas se eu faço realmente só elas vão poder dizer (risos). Mas foi o que fizeram comigo e foi muito importante pro meu crescimento como jornalista, sabe. E é o que eu tento fazer.

2. Entrevista com Leda Antunes, repórter do Projeto Celina

Idade: 28 anos, quase 29

Gênero com o qual se identifica: Mulher, cisgênero

Orientação sexual: Esse negócio de orientação sexual é um negócio complicado. Porque as vezes eu me acho bissexual e as vezes eu me acho uma pessoa heterossexual, então é alguma coisa entre essas duas coisas aí.

Raça: Branca

Classe: Classe média

Qual o cargo que ocupa no O Globo? Há quanto tempo?

Eu sou repórter 2, acho que você entra como repórter 1, mas eu já entrei como repórter 2, fui contratada em dezembro do ano passado (2019), então não tem muito tempo que eu to oficialmente em Celina, mas eu contribuo pra Celina como freelancer, de uma maneira que não foi muito, foi meio eventual no ano passado, mas começou em abril, desde abril do ano passado, daí eu fui fazendo outros freelas e em dezembro eu fui contratada como repórter. - E tu fazia esse trabalho como freela mas não chegou a participar da constituição e criação do projeto? - Não, não. Não participei da criação do projeto, não. É que assim, meu namorado trabalha no Globo e eu sabia que isso tava sendo discutido e que ia rolar, tanto que quando a Celina foi lançada ela foi lançada junto com um documentário da Marielle e eu fui nesse evento do lançamento, mas fui só como ouvinte assim, participei como espectadora do evento do lançamento, então como espectadora do projeto eu já tava acompanhando e pensava “nossa, que projeto legal, queria ta fazendo isso”, mas o primeiro trabalho que eu fiz foi ali em abril/maio que na verdade foi a produção de um documentário sobre coletivos feministas nas escolas e daí depois eu comecei a fazer matérias pra Celina mesmo, mas então eu não participei da concepção assim não.

Você se declara feminista? Por quê?

Sim, me declaro feminista. Porque eu acho que todo mundo que entende o básico de feminismo se declara feminista, quer dizer, as mulheres, os homens eu acho que não são feministas, podem ser pró-feminismo. Mas assim, a coisa que eu mais acredito é que a gente precisa é lutar pra que as mulheres, e aí é claro, fazendo todo o recorte interseccional nessa análise, mas o meu grande objetivo de vida é contribuir de alguma forma pra que as mulheres

tenham igualdade de direitos e oportunidades. Acho que pra mim esse é o meu principal motivador de existência.

Tu falou na questão da interseccionalidade, é a corrente feminista com a qual tu mais te identifica?

É, assim... eu tendo a me identificar mais com essa análise da interseccionalidade, eu acho que ela é essencial pra pensar no feminismo e o que a gente quer atingir com o feminismo. E eu estou fazendo uma especialização agora e eu to cada vez mais anticapitalista, então tipo, pra mim o feminismo liberal tem muitas limitações, porque não existe a gente chegar na igualdade num sistema que é baseado na desigualdade, então pra mim acho que... não sei se eu posso me dizer uma feminista socialista porque eu não tenho um arcabouço teórico pra dizer que eu sou isso, sabe? Mas assim, definitivamente não me identifico com o feminismo liberal, nem com aquela corrente do feminismo radical que são transfóbicas, sabe? Não sei muito bem qual é o rótulo da linha de feminismo que eu me encaixo mais...

Me conta um pouquinho da sua trajetória pessoal e profissional até chegar onde você está hoje. Você estudou em escolas particulares ou públicas? cursou uma universidade privada ou pública? Contou com algum tipo de financiamento ou crédito estudantil? Trabalhou em alguma outra área antes do jornalismo? Seus pais tem formação superior (quais)? Possui irmãos? Cresceu em qual bairro? Hoje, vive em qual bairro? Mora sozinha, é casada ou está em um relacionamento estável, tem filhos? Qual meio de transporte você utiliza para ir trabalhar na redação (carro próprio, de táxi/aplicativo, ônibus, trem...)?

Eu estudei... a maior parte da minha vida eu estudei em escola particular. Eu sou natural de Curitiba, eu estudei a maior parte da vida em escola particular lá, mas o ensino médio eu fiz em colégio público. E a faculdade também, eu sou formada pela Universidade Federal do Paraná. Eu até cheguei a fazer um sanduíche na UFRJ, aqui no Rio, mas concluí minha graduação em jornalismo lá em Curitiba mesmo. A única bolsa que eu tive foi pra fazer o cursinho [pré vestibular], na época do ensino médio, porque minha família... é, a minha família sempre foi de classe média, classe média baixa, não, não sei se da pra dizer que é classe média baixa, mas classe média média, e assim chegou uma hora, mas chegou uma hora que não dava mais pra pagar o colégio particular e ai eu fui estudar na escola pública. Então eu consegui uma bolsa pra fazer o cursinho e passei na federal e fiz a faculdade numa universidade federal. Eu não tenho irmãos, eu sou filha única, minha mãe faleceu, já faz quase

20 anos, e ela tinha formação superior, mas meu pai não, meu pai fez só até o ensino fundamental, e... mas a minha família por parte de mãe, que é a minha família que é a minha referência assim, tenho uma família formada só por mulheres, basicamente, que é a minha avó e quatro filhas, que é a minha mãe e mais três tias, e três netas. Te falo isso porque tem bastante peso, até na minha formação e na dedicação a esse trabalho que eu faço, assim... dessa minha formação feminista, de vida. Que mais cê me perguntou? - Hoje, tu vive em qual bairro, se tu mora sozinha? - Ah, hoje eu moro com meu namorado, a gente mora aqui em Flamengo, na Zona Sul do Rio. E eu não falei o bairro que eu morava lá em Curitiba, né? Na verdade eu morei em vários lugares, mas eu morava num bairro chamado Portão, é um bairro de zona sul, mas lá em Curitiba zona sul é um bairro mais de classe média, classe média baixa.

Quais foram as principais dificuldades que você encontrou no seu percurso?

Nossa, não sei. Ah, eu não falei né, mas eu não trabalhei em outra área além do jornalismo, eu comecei a trabalhar no meu primeiro ano de faculdade, eu não tinha trabalhado antes, como estágio em assessoria de imprensa, aí no terceiro ano de faculdade eu entrei num estágio numa TV pública lá do Paraná e depois disso só trabalhei com jornalismo. E aí da minha formação... assim que eu me formei eu fui pra São Paulo fazer o curso de jornalismo econômico do Estadão, o Focas, e aí de lá que eu comecei a trabalhar em grandes redações. E eu acho que pra mim o que foi mais difícil nessa minha trajetória foi uma questão pessoal mesmo, de... acho que eu tive muita dificuldade de ter confiança no meu próprio trabalho. Sabe aquela parada da síndrome da impostora, assim? Pra mim é tipo, até hoje eu lido ainda com isso, mas acho que sempre foi muito forte, eu sempre tive que lidar muito com uma desconfiança sobre o meu próprio trabalho, acho que isso que foi mais difícil. Mas de todo modo eu sempre fui muito cara de pau, assim, de ir atrás das oportunidades, de pedir vaga e insistir pra pessoa me dar uma chance e tal, eu sempre me joguei muito, mas sempre teve um fantasma dentro da minha cabeça da síndrome da impostora. Acho que isso foi o principal obstáculo pra mim. E entender também uma coisa que... na época que eu entrei na Federal do Paraná é... as pessoas que entram na Federal do Paraná e acho que em geral, em todas as universidades federais do Brasil, a maior parte das pessoas são muito ricas, na verdade. E aí foi engraçado porque eu estudava num colégio público, que as pessoas tinham uma realidade, e aí eu entrei na faculdade e eu era a pessoa mais “pobre”, assim, da faculdade, sabe? E eu não era uma pessoa pobre, nunca me faltou nada, nem nada disso, e às vezes é difícil. Rolou um tempo em que eu ficava comparando as oportunidades que essas pessoas tinham tido e eu

que não tinha, tipo fazer intercâmbio, umas coisas assim, sabe? Acho que por muito tempo isso me incomodou e talvez tenha contribuído pra síndrome da impostora, mas eventualmente eu superei, assim, mas eu acho que também tem essa dificuldade de se comparar com pessoas que tão em outra realidade que tiveram outras oportunidades. Mas também não acho que me faltou nenhuma oportunidade essencial, eu tenho a noção plena de que eu tenho um milhão de privilégios, de estudar, trabalhar na minha área, eu acho que isso é um baita de um privilégio. - É maluco como numa universidade federal tu percebe que quem tá lá são os ricos, mas numa universidade privada também, são poucas as pessoas que tem um fies ou um crédito estudantil, então realmente o pobre numa universidade é um peixe fora d'água - Total, é, tipo era num nível tipo assim, 90% dos meus colegas ganharam um carro por ter passado na federal, e cara, eu ganhei tipo assim, um parabéns, não faz mais que obrigação (risos). Então realmente, eu entrei num convívio de pessoas que tinham tido outra realidade mesmo, da minha, mas, enfim, acho que de alguma forma me fez aprender bastante.

O que você entende por gênero?

Eu entendo por uma construção de, uma construção social e cultural, de expectativas, de comportamentos, de condutas que a gente atribui a determinado sexo biológico. A gente tem a construção de um gênero masculino, que é uma construção social, que a gente tem uma construção do feminino, que é uma construção social. Então essas construções são atribuídas pra gente quando a gente nasce.

O que você entende por sexualidade?

Nossa, sexualidade é difícil. Acho que sexualidade é a nossa relação com o, nossa, é várias coisas né, sexualidade, não sei nem se eu sei conceituar. Mas é a nossa relação com a gente mesmo e com o outro. Puxa vida... É que não é só sobre sexo né, não tem a ver só com sexo, tem a ver com a própria identidade, assim da maneira como a gente interage com a gente mesmo e interage com os nossos sentimentos e com os nossos desejos também, em relação com a gente e com os outros. Tá, acho que é isso, talvez. Não sei se eu sei definir sexualidade, sendo honesta. É bem difícil (risos).

O que você entende por feminismo?

Pra mim feminismo é um movimento social e uma corrente de pensamento que... cujo objetivo principal é transformar as relações sociais de modo que a gente não tenha uma dinâmica de poder entre os gêneros. Que a gente tenha igualdade de direitos, igualdade de

oportunidades, mas não só individualmente. Eu acho que o feminismo é muito mais que uma questão individual, é uma questão social mesmo, eu acho que o movimento prevê realmente transformar as relações sociais de gênero pra que a gente tenha realmente oportunidades e direitos iguais, considerando todas as nossas diferenças né. Não é ignorando as nossas diferenças, mas é considerando elas todas e pensando que a gente precisa levar isso em conta pra ter de fato oportunidades e direitos iguais.

O que você entende por violência de gênero?

Violência de gênero eu acho que é qualquer tipo de violência né, considerando todos os tipos de violência, violência patrimonial, violência psicológica, violência física mesmo, violência verbal... que acontece pelo fato de você viver nesse contexto em que existe uma dominação do gênero masculino com o gênero feminino. Então a violência de gênero se baseia nessa relação de poder, onde o gênero masculino tem poder sobre o gênero feminino.

Como você vê a relação entre gênero e sexualidade?

Hmmm, como eu vejo a relação? Eu acho que culturalmente a gente é ensinado... a sexualidade do gênero feminino culturalmente é muito julgada pela moral, por essa dupla moral que a gente tem na sociedade né. Mas eu acho que num mundo ideal essa relação seria algo natural assim. Tipo assim, você é uma pessoa, e você tem um gênero, que pode ser o masculino, o feminino ou um gênero fluido, você eventualmente vai ter uma sexualidade, é claro, são coisas inerentes, então eu acho que essa relação deveria ser mais natural. Mas hoje eu acho que a gente tem uma relação que é desigual, porque a sexualidade do gênero feminino é muito culpabilizada e julgada pela moral patriarcal.

Como você vê a relação entre gênero e feminismo?

Então, eu acho engraçado que... eu tenho lido uns textos, porque eu to fazendo uma especialização de políticas públicas e justiça de gênero, no Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, comecei esse ano. E... eu acho que é a primeira vez que eu to estudando mais afincado isso sabe, porque eu estudava, mas era um estudo meio assim, jornalismo é bizarro né, porque você estuda as coisas muito superficialmente, você tem que estar sempre estudando várias coisas então acho que é a primeira vez que eu to mais dedicada a estudar isso assim. E daí é engraçado porque acho que o feminismo é anterior ao conceito de gênero né, a gente não tinha um conceito de gênero antes né, mas a gente já tinha um conceito de feminismo e a luta das mulheres é anterior ao próprio conceito do feminismo. Mas aí o

conceito de gênero surge pra fortalecer a luta feminista eu acho, porque aí a partir do conceito de gênero a gente consegue entender que todas essas condutas e comportamentos que são esperados de uma mulher são de uma construção social, não tem nada de... quando a gente cria o conceito de gênero a gente consegue desbancar essa ideia de que a mulher é naturalmente uma boa mãe, que ela nasceu pra ser mãe, nasceu pra ser alguém que cuida, a gente consegue questionar isso através do conceito de gênero, mas ao mesmo tempo eu acho que, hoje a gente tem muitos estudos de gênero, mas é como se eles não fossem estudos feministas, sabe, tipo, é um jeito de deixar a coisa mais aceitável: estudos de gênero, tudo bem, mas estudos feministas, não. Então eu acho que tem um perigo aí, no esvaziamento da palavra, no sentido de que um estudo de gênero ele tem que ser feminista, se não ele não faz sentido. Então acho que tem essas duas relações. De início, o conceito de gênero fortalece o movimento feminista, e depois ele é meio que usado pra dar uma apagada assim, porque o feminismo meio que ficou muito demonizado, o movimento e a palavra feminista ficaram muito demonizadas, então acho que tem essas duas relações aí.

Você acha que existe relação entre gênero, raça, sexualidade e classe? Se sim, quais? No que essas relações implicam?

Eu acho que sim, em absoluto tá tudo relacionado. E eu acho que se a gente olha só pra uma coisa a gente não consegue entender a vivência de uma pessoa. Então uma pessoa ela está inserida na sociedade e ela tem ali uma raça, ela tem um gênero que lhe é atribuído ou que ela se identifica, ela tem uma sexualidade, ela tem uma classe social, ela pertence a uma classe social... tudo isso faz com que ela tenha uma vivência diferente né. Então, essas relações significam que a gente não pode nunca... não existe como separá-las, é isso. Não tem como separar esses marcadores sociais porque se você separar você vai fazer uma análise vazia e agora que eu to estudando políticas públicas, por exemplo, você não vai conseguir construir políticas públicas que sejam de fato efetivas pra ajudar essas pessoas. E não é que a violência de gênero não vá atingir todas as mulheres, ela vai atingir todas as mulheres, o machismo e o patriarcado vai tentar subjugar todas as mulheres, mas considerando todos esses marcadores ele vai incidir de maneiras diferente sobre a pessoa, não só considerando gênero, mas considerando a classe social, a raça e a sexualidade. Então eu acho que essas relações são intrínsecas e se a gente não faz essas relações numa análise a gente vai ficar dando murro em ponta de faca.

Porque falar sobre gênero e diversidade na mídia é importante?

Cara, porque eu acho que a gente... uma que eu acho que por muito tempo o jornalismo reproduziu discursos machistas, misóginos, que reforçavam, na verdade, a violência contra as mulheres, e eu acho que o jornalismo tem uma responsabilidade social imensa, embora tenha muitas falhas evidentemente, mas a responsabilidade é imensa, e eu acho que quando a gente não fala dessas questões a gente tá deixando 50% da população de fora de uma cobertura, de uma análise crítica, dessas questões da sociedade, assim. Acho que fazer jornalismo não é só narrar os fatos, é fazer essa análise crítica das coisas que tão acontecendo, e tem muitas coisas que acontecem, ainda mais num país como o Brasil, que acontecem por causa do machismo, por causa da dominação de gênero, dessas relações de poder. Então é muito importante que no jornalismo, é... pra aprofundar mesmo, pra entender melhor como as coisas funcionam e como acontece, sabe.

Como você acha que o jornalismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero?

Eu acho que denunciando, é... denunciando essas desigualdades, no sentido de mostrando mesmo, escancarando que elas estão ali. Por exemplo, quando a gente fala em impactos da pandemia, que foi uma cobertura que a gente fez recentemente. Não adianta a gente pensar em impactos da pandemia de uma maneira completamente generalista, a gente precisa pensar em como a pandemia vai impactar as pessoas de maneira diferente, então é importante a gente pensar, “olha só, o impacto pras mulheres na pandemia vai ser diferente, porque as mulheres na pandemia estão nos empregos informais, nos empregos de cuidado doméstico, as mulheres estão nas relações de trabalhos mais precárias, então elas vão ser mais afetadas, além do que as mulheres são responsáveis por milhares de famílias, são chefes de famílias em milhões de famílias pelo Brasil, e eu acho que isso tem um efeito de que hoje, por exemplo, a gente tem a criação de um auxílio emergencial especial, em dobro, pras mães solo, embora não esteja sendo pago da maneira correta e tal, mas pô, o fato de isso pela primeira vez estar sendo reconhecido num benefício especial é bizarro assim, é importante. Você não teria isso se você não fizesse essa análise de como as coisas são e funcionam, e em como as coisas afetam de maneiras diferentes mulheres e homens no Brasil, e aí também a gente precisa falar do recorte de raça junto com isso, porque se não também a coisa fica vazia. Então eu acho que o papel do jornalismo é colocar luz sobre esses problemas, fazer essas denúncias e falar de... eu acho que também tem muito a ver com uma coisa de prestar serviço, sabe? Então, levantar essas discussões, prestar um serviço de dar informação importante pras pessoas, fazer gerar essas reflexões e... incidir na prática diária, cotidiana. Eu acho que é uma ambição grande, mas eu

acho que quando uma pessoa faz jornalismo eu acho que ela faz meio que com essa ambição mesmo, mais utópica.

Como o feminismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero?

Cara, eu acho que o feminismo faz muito mais que o jornalismo só que a gente não reconhece assim, no sentido de que o jornalismo hoje só tem uma cobertura de gênero né, tipo assim, ainda que seja limitada, porque o feminismo lutou pra isso, entendeu. Lutou para que essas questões fossem reconhecidas e pra que esse olhar fosse dado assim, eu acho que o movimento feminista é primordial e a gente tem um problema de não reconhecer mais isso, sabe. Tipo, Lei Maria da Penha, puff, aconteceu do nada, porque o Brasil é um país que se preocupa com as mulheres. Não, no Brasil a Lei Maria da Penha aconteceu por causa do movimento feminista, sabe, porque as mulheres foram atrás, porque as mulheres foram denunciar o Brasil pra Corte Interamericana de Direitos Humanos porque o Brasil levou uma multa, entendeu. Nada disso do que a gente tem hoje, a gente ainda tem muito o que conquistar, mas tudo o que a gente conquistou até hoje é fruto de luta do movimento feminista, seja dentro das instituições, seja dentro dos partidos, seja de maneira autônoma. O fato de a gente ter um projeto que faça cobertura de gênero dentro de um jornal conservador como é o Globo é fruto do movimento feminista, tudo isso assim. Falta muito do reconhecimento, as pessoas acham que as coisas vem do nada mas tem milhares de mulheres lutando pelas coisas há muito tempo.

Você acha importante a mídia jornalística abordar o fenômeno da violência de gênero?

Por quê?

Acho fundamental e acho que não deveria ser uma coisa restrita a projetos como o Celina, entendeu? Tipo, eu acho que a abordagem de gênero tem que ser, tem que fazer parte da prática cotidiana do jornalismo, assim como a violência racial. Tipo, porque eu acho que assim, a gente tem que parar de tratar... é importante que tenha um lugar dentro do jornal que a gente discuta essas questões, mas eu acho que é uma etapa do processo. Pra mim um mundo ideal, pensando no jornalismo, o ideal é que essa cobertura faça parte do jornalismo como prática diária e que a gente não precise ter um lugar dedicado só pra isso, pra que essa cobertura essencialmente esteja na pauta do dia a dia, assim como a cobertura racial e a diversidade sexual também. Mas acho que a racial e a de gênero ainda mais... porque não é uma pauta, me irrita um pouco tratar como pauta identitária, não é uma pauta identitária, é metade da população no Brasil, mais da metade é mulher, mais da metade são pessoas negras,

então interessa a população como um todo. Então eu acho fundamental que o jornalismo trate disso e que trate cada vez mais, acompanhe, ponha uma lupa sobre esse assunto, que se dedique, que não reforce estereótipos de gênero, que não reforce culpabilização de vítima e etc. O que é difícil né, por mais que a gente tenha melhorado muito nesse aspecto, acho que ainda tem muitos veículos, principalmente veículo popular assim, que reforça muito assim, principalmente na violência de gênero, ainda reforça muito mais violência. Eu acho que me perdi um pouco nessa resposta, mas é... acho fundamental, que o jornalismo faça isso sim. Pra que isso faça parte da nossa conversa diária também, porque o jornalismo tem esse potencial de pautar o que as pessoas tão discutindo né, e a violência de gênero muitas vezes passa despercebida, porque ela já é tão naturalizada que a gente não percebe, então se a gente cada vez mais cobrir isso de maneira responsável, isso vai aparecer no nosso dia a dia e vai ter mais pessoas capazes de diagnosticar isso e poder agir, intervir em situações e mudar seus comportamentos, influenciar nas suas realidades. Acho que isso já acontece muito com a violência doméstica, por exemplo, hoje em dia é muito menos tolerável, então é um processo longo mas eu acho que a gente tá conseguindo construir aos poucos. Talvez tenha que ser mais rápido, talvez... mas é difícil.

Como funciona o processo produtivo do Celina? Como são definidas as pautas? Como se define quem produzirá determinada matéria? Vocês tem um espaço físico delimitado na redação? Ficam todas juntas ou sentam em locais separados? Como é o processo de definição de fontes? E como funciona a edição dos textos?

Então, eu vou te falar da realidade pré pandemia, tá? Porque a realidade com a pandemia mudou um pouco. Mas na pré pandemia... a gente tem um cantinho na redação, o que eu acho bom, porque a gente tem muitas conversas, é uma equipe super pequena né, da Celina, a Renata que é editora, eu que sou repórter e a Rapha que é a estagiária, mas as estagiárias sempre mudam. E a ideia da Celina, que eu imagino que a Renata tenha te explicado, é que as outras editorias... porque na verdade não é que Celina seja um editoria, ela é uma plataforma e uma vertical de conteúdo, que todo conteúdo sobre gênero que seja produzido no jornal seja centralizado ali, mas a ideia é que todo mundo produza. Só que, na prática, isso mais difícil, porque as pessoas tão sempre na correria da redação e como a gente falou essa cobertura não faz parte ainda do dia a dia do jornalismo, eu acho. Então, a gente também produz, então a gente fica no cantinho da redação, o que é positivo por um lado, porque ali a gente tem conversas maravilhosas, porque a gente realmente discute a nossa cobertura, se tem uma ideia de pauta a gente fala qual é a melhor forma de abordar, tem muitas conversas profundas sobre

as nossas ideias, o que tá faltando cobrir ou o que não tá faltando, e conversas sobre o movimento feminista mesmo e tal, mas ao mesmo tempo eu acho que ali a gente fica escondida do resto da redação, sabe? As vezes eu acho que seria melhor a gente estar no meio da redação pra ser mais vista, mas ao mesmo tempo ali é um espaço seguro, tipo assim, a gente sempre tem alguém que vai lá no canto “ah, eu to cansada, meu deus do céu, preciso conversar” e aí vai lá conversar até de situações assim que a gente tem, frustrações que a gente tem como mulher, profissional assim, eu acho que lá é um espaço sempre muito aberto pra conversa. E aí as pautas vem muito de mim. Hoje, eu como repórter, sugiro muitas pautas, a estagiária também sugere muitas pautas, a Rapha é muito legal, muito boa, e a Renata também a vezes traz umas demandas, e agora a gente tem trocado no whatsapp né, mas em geral a gente tinha uma reunião semanal em que a gente trocava as nossas ideias do tipo “ai nossa, to com vontade de fazer isso, to com vontade de fazer aquilo”, não é uma coisa vertical assim, sabe. Ali a gente tem um diálogo muito aberto, a Renata é muito aberta pras nossas pautas, então... e eu acho até que seria muito mais legal se a gente tivesse uma equipe maior, porque a gente tem várias ideias que a gente nem dá conta de fazer porque a gente é uma equipe muito pequena. E a gente vai distribuindo assim e aí surgem coisas no dia a dia, assuntos que acabam surgindo e que a gente tem que entrar, que a gente acha que tem que entrar, as vezes a gente entra antes. Por exemplo, a questão da violência doméstica durante a pandemia a gente foi o primeiro veículo que publicou no Brasil, já era uma coisa que tinha sido discutida na China, mas a gente foi a primeira que publicou essa matéria no Brasil, então a gente entrou bem antes da discussão. Mas às vezes, como é pequena a equipe, a gente acaba entrando com o bonde andando. As vezes tem que entrar, pega uma discussão que tá bombando, aproveita um gancho bom que tá bombando. Tem vários exemplos legais, no ano passado o Bolsonaro falou alguma coisa da Brigitte Macron, e aí a gente foi falar com psicanalistas porque que todo homem acha que pode comentar sobre a aparência de uma mulher, o homem pode ser o cara mais horroroso do planeta, mas ele acha que tem direito de comentar da aparência de uma mulher, e essa matéria foi muito bem. Depois também rolou uma matéria numa época que eu não tava fazendo freela lá, mas eu me lembro que rolou, era “Por que os homens odeiam a Greta?”, porque eles tem esse ódio da Greta e tal, não é de graça, sabe, essas coisas acontecem por causa de machismo. Então quando a gente consegue entrar nessas discussões também é uma repercussão muito legal e a gente busca fazer essa explicação mesmo, essa coisa didática, tipo assim, olha só, isso aqui tá acontecendo por causa disso e disso, de por essa lupa mesmo da ótica do gênero sobre essas coisas que tão bombando. Quando a gente falou de BBB [o reality show Big Brother Brasil] também foi

super bem e tal, então às vezes a gente entra nesses assuntos que tão bombando. E aí produz, a gente entrevista pessoas que a gente acha que são incríveis, e aí as pautas se dividem em pautas de comportamento, que a gente trabalha bem e vão bem, assim, e vão desde transtornos alimentares até estética de cabelos brancos das mulheres que tão adotando os grisalhos, é todo um universo de coisas enormes, eu acho que a Celina não se limita a nenhum dos assuntos, tenta fazer o máximo de coisas, e desde investigações, eu gosto de fazer muita coisa com lei de acesso, dados de violência, dados de crimes sexuais e tal, às vezes a gente não vê muito uma cobertura assim e tal, eu gosto muito de fazer esse tipo de pauta, mas é tudo... um diálogo muito aberto, é muito bom e a gente vai trocando ideias... Acho que faltou dizer como que define quem vai fazer? Ah, quem sugere normalmente faz, as vezes a Renata pede e aí quando uma tá muito atolada e outra faz, então não tem muito uma regra assim. - E a questão da edição dos textos, quem é que faz, é só a Renata? - Ah, então, eu as vezes edito os textos da Rapha, a Renata edita, mas eu as vezes eu só público a minha matéria e ela vai dar uma lida só depois, não tem muito um... a não ser que o texto vá pro impresso, quando o texto vai pro impresso você tem que enxugar ele ao máximo, e eu sou uma pessoa que gosta de escrever bastante, então quando eu sou limitada a uma forma de impresso eu fico um pouco deprimida porque tem que resumir muito. Mas geral ali a gente tem uma liberdade de tamanho, não tem muito corte, as vezes é só um erro de digitação ou um título que seja... ainda tem muita edição de título, porque a gente tem que se ligar nos títulos pra ir bem na função do google, mais essas coisas de SEO e de redes sociais e tal, mas não tem uma edição assim... como é que eu posso te dizer... acho que a Renata é menos intervencionista como editora de texto, assim, mas quando ela edita ela sempre edita pra ficar melhor. Eu sou uma pessoa meio desapegada, se quiser mexer no meu texto pode mexer, eu não me importo, eu gosto.

Qual você acha que é o objetivo do Celina como produto jornalístico? E qual a importância da existência dele especificamente, pra sociedade?

Eu acho que o objetivo é realmente trazer pra dentro de um dos maiores jornais do país, eu acho que o Estadão tem alguma coisa nesse sentido né, mas eu não tenho certeza se tem algo de cobertura de gênero, mas eu acho que é fundamental ter isso dentro de um grande jornal, pensando nos três maiores jornais do país o Globo é que pegou e foi fazer isso. Então eu acho que o objetivo é realmente dar importância pra um assunto que não tava tendo uma cobertura tão grande, até pelas limitações mesmo do próprio jornal, as redações estão cada vez menores, a cobertura de gênero ficaria com a editoria de sociedade, mas por exemplo, a cobertura de

coronavírus e a cobertura de educação também fica com sociedade, ou de meio ambiente, então pensa assim, no governo Bolsonaro, que você tem uma crise ambiental, uma crise no ministério da educação toda semana, aí vem uma pandemia, eu acho que realmente fica difícil de você exigir que essa equipe consiga fazer uma cobertura de gênero. Então eu acho que é fundamental nesse sentido de dar esse destaque de “olha só, a gente acha que é importante isso, é importante fazer essa cobertura”, então não é importante só pra fora, de o jornal o Globo tem agora um projeto dedicado à cobertura de gênero, mas pra dentro assim, pra própria equipe do jornal é importante. E qual era a segunda pergunta? - Não, era isso, a importância e o objetivo do Celina - Eu acho que essas duas coisas meio que convergem, acho que a importância é você ter um grande jornal fazendo isso, e o objetivo é realmente dar esse destaque a uma cobertura que não necessariamente é feita no dia a dia. É claro que o jornal já cobria violência doméstica, por exemplo. Mas eu acho que essa cobertura nos jornais ainda depende... e aí eu to falando de achismo, eu, Leda, que já trabalhei no Estadão e já trabalhei no Grupo Folha, no jornal Agora, que é o popular da Folha, eu acho que quando existe uma cobertura assim nos jornais é porque o repórter se interessa, sabe, um repórter que quer fazer cobertura de gênero, que quer fazer cobertura de diversidade, então ele propõe essas pautas e consegue emplacar, mas não é uma postura editorial. Então eu acho que a existência do Celina tem essa importância no sentido de que ela cria uma postura editorial, o jornal está dando importância a esse assunto. Então eu acho que isso é fundamental assim, dentro do próprio jornalismo e pra mídia como um todo.

Você considera o Projeto Celina um projeto feminista? Por quê?

Eu considero, sim. Eu não sei se o jornal O Globo considera, mas eu considero (risos). Cara, eu acho que, eu e Renata a gente tem uma conversa muito aberta sobre isso e a gente faz questão de fazer uma cobertura feminista. Talvez a gente falhe, talvez a gente já tenha falhado em algum momento ou não, mas o nosso objetivo é fazer uma cobertura feminista. Então, assim, não é simplesmente entrevistar qualquer mulher, é entrevistar uma mulher que possa ter um visão crítica sobre as coisas. Então às vezes a gente recebe uma sugestão de pauta “ai, a fulana tá fazendo não sei o que”, tá, mas, a fulana vai poder conversar comigo sobre gênero mesmo, vai poder conversar comigo sobre como... fazer uma análise crítica mesmo, da posição da mulher nesse ramo que ela atua, se existe uma dificuldade ou não, se ela já sofreu machismo ou não, ela não precisa se considerar feminista, eu posso perguntar pra ela se ela se considera feminista e ela vai dizer não, mas que ela possa pelo menos conversar sobre isso. E eu acho que a gente tem como objetivo, falo por mim, mas a Renata concorda comigo, a gente

tem o objetivo de fazer uma cobertura feminista e eu não acho que isso é uma coisa ruim. Eu acho que pode ser que tenha gente que ache isso ruim, “ai não, feminista, que absurdo”, mas cara, não é, é simplesmente uma cobertura que preze que a gente realmente tenha uma transformação, de questionar mesmo essa dinâmica de poder, então eu considero que o projeto faz uma cobertura feminista sim, e que isso não é ruim nem prejudica o jornalismo. Não acho que precise ser uma coisa em detrimento da outra, é possível fazer um jornalismo feminista e continuar sendo objetivo, continuar buscando o outro lado das coisas, questionando, enfim, eu acho que isso não impede o exercer do jornalismo.

Como você acha que a sua posição e a sua experiência como mulher, levando em consideração todos os outros marcadores sociais (raça, classe, sexualidade) afeta a sua produção jornalística?

Eu acho que é engraçado assim porque no jornalismo você tem que prezar por um distanciamento, mas ao mesmo tempo quando o assunto é esse eu acho é impossível que você não... não é se envolver a palavra, mas não é possível você não ter esse, não ser impactada de alguma forma. A minha criação, principalmente, eu sei que sou uma mulher privilegiada, eu sou branca, de uma família relativamente estável, não sofri nenhum tipo de violência, nunca me faltou nada, sempre tive bom acesso a estudo, etc, e talvez isso me faça, talvez não observar tudo o que eu poderia observar, mas eu acho que toda essa minha criação faz toda a diferença pra como eu faço o meu trabalho e acho que existe um esforço pra observar, pra mostrar tudo aquilo que eu não vivi. Impacta a violência de gênero, ou a violência física de gênero, porque eu acho que a violência de gênero eu acho que todas nós experimentamos de alguma forma. Mas eu acho que existe uma sensibilidade diferente, sabe? Existe uma... um cuidado, principalmente quando a gente tá cobrindo sobre assuntos sensíveis, um cuidado na hora de falar com o outro, atenção a algumas coisas que talvez um homem não fosse prestar atenção ou um homem que não tá atento a essas coisas, pode ser que um homem que tá mais atento preste, mas no geral eu acho que não. Enfim, mas eu acho que tem um baita impacto no meu trabalho, mas não pode me limitar. Claro, eu tenho as minhas limitações, como a minha vivência de uma mulher com privilégios de mulher de classe média, branca, etc, isso não pode me limitar a fazer uma cobertura só sobre aquilo que eu entendo como problemático numa sociedade patriarcal, ai tem que observar as coisas com um olhar interseccional, sempre isso tá na minha mente o tempo todo. E aí a gente busca as vozes que podem falar sobre isso, porque eu não vou poder falar sobre os problemas de uma mulher lésbica, por exemplo, sobre as dificuldades que uma mulher lésbica tem em se relacionar, cuidar da própria saúde e etc., ai

acho que entra o lado muito interessante do jornalismo que é isso de falar com essas pessoas, você ter a oportunidade de falar com essas pessoas e ouvi-las, acho que isso é o mais legal. Ah, a gente não falou da escolha das fontes de Celina né, eu esqueci. Mas eu acho que o lance da escolha das fontes é que a gente prioriza mulheres, sempre, e tem algumas reportagens em que a gente fala com homens, mas assim, são muito específicas, tipo, eu fiz uma matéria sobre o STF decidindo sobre a doação de sangue por homens gays, por exemplo, aí eu falei com homens, mas acho que tem ali uma priorização das mulheres, a gente também prioriza mulheres negras, e não só mulheres negras pra falar de racismo, mas mulheres negras pra falar de outros assuntos, né, e aquilo de mulheres que possam contribuir pra discussão, embora às vezes a gente escute pessoas que acham que o machismo não existe, daí a gente vai lá e coloca um contraponto. Mas a gente escuta algumas mulheres que acham que o machismo não existe, é engraçado. O que eu acho muito engraçado é que as pessoas relatam coisas que ela sofreu, tipo, “ah, eu me ferrei pra entrar nesse campo, sofri preconceito, mas não porque eu era mulher”, sabe? Mas no geral as pessoas que a gente conversa tão mais por dentro desse debate e contribuem muito pra discussão.

Como você se enxerga dentro do Celina? Qual a sua contribuição como jornalista e mulher para o projeto?

Ai, a minha relação com Celina começou comigo contribuindo como freela mas eu já tinha muita vontade de fazer parte da equipe porque é um projeto que eu acredito e que acho fundamental. Eu já tava cobrindo gênero e diversidade, eu tinha começado a cobrir esses assuntos no HuffPost Brasil, que eu acho que também faz uma cobertura muito legal disso, e aprendi muito lá, com a editora e uma outra repórter, a Marcela e a editora era a Andreia Martinelli, duas repórteres maravilhosas que me ensinaram muito assim, e eu acho que eu vim com uma bagagem boa, de uma cobertura consistente de fazer reportagem mesmo, fazer reportagem mesmo, buscar dados, fazer investigações sobre isso, falar de assuntos mais densos, então eu acho que eu contribuo com essa bagagem. E hoje me enxergo ali... ah, eu acho que é muito legal fazer parte da equipe, tipo, eu acho que é uma equipe muito pequenininha, o que é uma pena, a gente poderia fazer um trabalho imensamente maior e melhor se a gente tivesse mais equipe, mas eu acho que a gente já contribui muito pra discussão, eu vejo assim, vejo que as coisas que a gente faz repercutem de uma maneira legal. Pra mim foi um grande presente assim, surgiu uma vaga em função de uma mudança na equipe, a menina que ocupava essa minha vaga passou num concurso, então ela saiu do jornal, ela era ótima, a Clarissa, ela era muito boa, então eu já entrei com uma alta expectativa, tinha

que cumprir uma alta expectativa pra ocupar o lugar da Clarissa, mas eu acho que eu trago uma contribuição diferente assim da dela. Mas, é, eu acho que é isso. Pra mim eu penso, sendo bem honesta, se eu falasse pra Leda de 10 anos atrás que ainda tava na faculdade, que ela ia ser paga pra escrever sobre gênero, feminismo, sobre mulheres, eu não ia acreditar (risos). Então eu acho que é uma baita de uma conquista pra mim, pode estar num lugar e escrever as coisas que eu escrevo e fazer essa cobertura que eu faço, de uma maneira sem que eu tenha que me comprometer com algo que eu não acredito, pelo contrário, então pra mim isso é um baita de um privilégio. E eu acredito muito no projeto, acho um projeto que tem muito a contribuir e o meu sonho é que tivesse uma equipe grande, pra gente fazer várias coisas, fazer podcast, fazer mais documentários, poder produzir mais, seria isso, num mundo ideal. - Talvez daqui alguns anos a gente consiga ocupar esse espaço maior nos jornais - É, e sem essa parada de ter que ficar... eu acho que tem revistas femininas hoje que fazem uma cobertura interessante, a cobertura das revistas femininas mudou muito, a Cláudia [revista] faz uma cobertura de violência de gênero muito boa, a própria Marie Clarie também mudou muito, então... mas ainda são revistas que de alguma forma ainda reproduzem algumas coisas quando se fala de moda, quando se fala de consumo de beleza, ainda reproduzem certos estereótipos. E eu realmente acredito que esses assuntos não tem que ficar exclusivos as revistas femininas, tem que ser um assunto que faz parte da cobertura jornalística mesmo, diária.

3. Entrevista com Raphaela Ramos, estagiária do Projeto Celina

Idade: 23 anos

Gênero com o qual se identifica: Feminino

Orientação sexual: Heterossexual

Raça: Parda

Classe: Classe média

Qual o cargo que ocupa no O Globo? Há quanto tempo?

Sou estagiária, entrei em janeiro deste ano [2020]. Eu entrei, teve uma semana de apresentação e logo depois eu comecei em Celina. Normalmente tem um rodízio né, na redação [os estagiários passam por todas as editorias do jornal, ficam poucos meses em cada uma delas], mas com essa questão do isolamento eu fui continuando em Celina. E eu estudo na UFRJ.

Você se declara feminista? Por quê?

Sim, porque eu acho que feminismo é a busca pela igualdade, então desde que... eu acho que no colégio eu ainda não tinha tanto contato assim, porque é algo mais recente, mas desde que eu entrei na faculdade, comecei a ler e a ouvir falar mais eu sempre me identifiquei.

Existe alguma corrente feminista com a qual você se identifica mais? Se sim, por quê?

É... assim, não que tenha uma corrente que eu diga assim, nunca escolhi assim uma corrente, mas eu me identifico bastante com o feminismo interseccional, porque que eu acho que é importante ter outros olhares, além do olhar de gênero também ter um olhar de raça, olhar de classe, então eu acho que é isso assim. Eu não faço tanto essa distinção, mas acho importante ter sempre esse olhar mais abrangente.

Me conta um pouquinho da sua trajetória pessoal e profissional até chegar onde você está hoje. Você estudou em escolas particulares ou públicas?

Estudei em escola particular a minha vida toda, estudei no Colégio Marista São José, no bairro que eu moro, na Tijuca, aqui no Rio, estudei lá a vida toda, me formei lá. Ai sai de lá e cheguei a entrar na PUC, pro curso de comunicação, mas aí no próximo semestre eu já passei na UFRJ e entrei na UFRJ.

Trabalhou em alguma outra área antes do jornalismo?

Não trabalhei em outra área, mas eu estagiei em outros lugares. Quer que eu te conte? - Uhum - É, logo no início da faculdade eu estagiei na Rede Bandeirantes, na MOBE TV, que é uma TV, acho que até acabou agora, mas que tinha aqui no Rio que é uma TV que fica no ônibus e no BRT, então meu primeiro estágio foi lá, bem no início da faculdade. Depois eu comecei a estagiar na Webedia, que é uma empresa de comunicação, e aí eu escrevia pra dois sites que eram patrocinados por marcas, era uma coisa mais estilo blog, e aí até um dos sites era sobre universo feminino, não tinha uma pegada feminista, até tinha uma pegada de empoderamento e tal, mas como era pra uma marca não chegava a ser tão engajado assim. Era mais no sentido de papos mais leves e coisas assim. Fiquei lá, aí depois eu fiz intercâmbio pela minha faculdade, fiz em um semestre de 2018, eu estudei em Sorbonne, Paris, e aí depois quando eu voltei eu estagiei no Canal Futura, não sei se você conhece, é um canal sobre educação, aí eu tava lá e sai para agora entrar no Globo.

Seus pais tem formação superior (quais)?

Minha mãe é formada em design, mas agora ela não trabalha mais como designer, ela atua numa empresa de joias, mas mais na parte administrativa, e meu pai é formado em economia e atua na área.

Possui irmãos?

Tenho dois irmãos, tenho um irmão de 21, tá na faculdade, ele estuda engenharia, na UFF, aqui em Niterói, e minha irmã tem 15, tá no colégio ainda. Moramos todos juntos. - Tu tinha mencionado que mora na Tijuca, tu sempre morou na Tijuca? - Sim, desde que eu nasci.

Tu tem namorado, tá em algum relacionamento, é solteira, tem filhos?

Tenho namorado e não tenho filhos.

Qual meio de transporte você utiliza para ir trabalhar na redação (carro próprio, de táxi/aplicativo, ônibus, trem...)?

Eu uso pra ir pro trabalho, na verdade na ida eu uso ônibus e na volta metrô. E pra faculdade os dois. Mas agora na verdade na faculdade, como eu já to terminando, na verdade por causa do intercâmbio eu acabei atrasando um pouco, e talvez provavelmente eu adie mais um semestre pra poder fechar um ano e continuar estagiando lá no Globo, então agora eu to fazendo TCC, então mesmo antes do isolamento eu já não tava mais me deslocando pra faculdade, eu tava conversando com a orientadora, mas mais a distância mesmo.

Quais foram as principais dificuldades que você encontrou no seu percurso?

Ah, no começo... eu fui fazer jornalismo porque eu sempre gostei muito de ler e escrever e também porque eu sempre gostei, e queria trabalhar com algo que pudesse fazer a diferença e essas coisas assim, que a gente tem idealizado quando a gente entra pro jornalismo, então no início eu tive dificuldade de conseguir um estágio que fosse nessa área que eu queria, agora eu to muito feliz nesse estágio no O Globo, mas as oportunidades que foram aparecendo eu fui entrando pra ganhar experiência, mas eu tive essa dificuldade de entrar numa área que eu realmente queria atuar, porque a gente vê bem pouca vaga né, atualmente, e aí enfim, participei de vários processos e fui fazendo pra ganhar experiência, então foi mais nesse sentido mesmo. E agora também, perto da minha formatura, vou passar por isso de novo.

O que você entende por gênero?

Tem que pensar... Bom, gênero, o que eu penso primeiramente é que existem múltiplos gêneros, hoje em dia não é mais aquilo só sobre masculino e feminino. Normalmente quando eu vou apresentar o Projeto Celina quando eu vou entrevistar alguém o que eu falo é “nossos uma editoria do jornal que fala sobre as questões de gênero e de diversidade”, então quando eu penso em gênero a primeira coisa que eu penso é nisso, nessa pluralidade, e quando eu falo questões de gênero é basicamente tudo, em todas as áreas a gente consegue encontrar essas questões, seja na política, seja no esporte ou qualquer coisa do nosso dia a dia, a gente consegue fazer um recorte que tenha ligação com gênero pras mulheres ou de qualquer outra forma.

O que você entende por sexualidade?

Sexualidade... acho que a maneira da pessoa é.... expressar com o seu corpo, a maneira de ela mostrar e encontrar prazer sexual.

O que você entende por feminismo?

Feminismo é a luta pela igualdade, pela igualdade entre gêneros, enfim pelos direitos iguais.

O que você entende por violência de gênero?

Violência de gênero eu entendo que é qualquer tipo de violência que esteja baseada na ideia de superioridade de um gênero em relação ao outro. Então pode acontecer de diversas formas, pode ser uma violência física, pode ser psicológica, e também relacionada a diversas áreas e

diversas questões, às vezes de uma forma mais ampla, mais evidente, e as vezes de uma forma mais subjetiva.

Como você vê a relação entre gênero e sexualidade?

Hmmm... em que sentido? - Em qualquer sentido - Ai, deixa eu pensar... [pausa] É, assim, eu acho que as duas coisas não são... por muito tempo podem ter sido vistas como se fossem a mesma coisa, no sentido se não ter uma distinção, mas são coisas diferentes. A pessoa pode se identificar com um gênero e ter diferentes tipos de sexualidade. Então nesse sentido eu acho que são coisas que se relacionam, mas que não são correspondentes.

Como você vê a relação entre gênero e feminismo?

É... gênero e feminismo. Bom, tem, quando a gente fala em violência de gênero tem muito relação, da violência contra a mulher né, em Celina a gente foca bastante nisso, então acho que tem relação no sentido de que o feminismo é a luta pela igualdade entre os gêneros, então acho que é isso. O feminismo luta em relação a igualdade e direitos iguais entre os gênero.

Você acha que existe relação entre gênero, raça, sexualidade e classe? Se sim, quais? No que essas relações implicam?

Sim, é...eu acho que tem relação, como eu falei no início, tem essa questão que até tem sido bem falada ultimamente da interseccionalidade que é a pra gente olhar além do gênero também olhar as questões de raça, de classe. Então eu acho que as pessoas são múltiplas, então todas essas questões interferem no tipo de violência que elas vão sofrer, no tipo de privilégio que elas vão ter, nas relações que elas têm e como isso vai ser lido socialmente, as relações que elas vão formar. Então tem relação nesse sentido, porque até me veio na cabeça um livro que eu tava lendo recentemente que o Mulheres, Raça e Classe da Angela Davis, então acho que tem ligação nesse sentido, que são diferentes recortes que a gente tem que estar atentas e ver as diferenças entre cada um.

Porque falar sobre gênero e diversidade na mídia é importante?

Eu acho que é importante porque, primeiro porque como existe a desigualdade de gênero, acho que é importante que esse tema seja tratado e debatido na mídia. E em relação a diversidade porque de forma geral a gente acaba vendo sempre, tanto ponto de vista como as fontes, enfim, e todas as questões, a gente vê normalmente pelos homens, brancos, heterossexuais. Então eu acho importante por esse lado da diversidade trazer outras pessoas

pra falarem, darem seus pontos de vista, porque a gente vive numa sociedade que é formada por pessoas diferentes, então todo mundo tem que ter voz. E como existe essa questão da desigualdade de gênero, e todas as outras desigualdades que a gente já comentou, é importante que na mídia tenha um espaço pra se falar e se debater também essas questões. E também com eu disse antes, em Celina a gente trata dessas questões que são diretamente ligadas, mas às vezes a gente fala também de um tema mais amplo, mas a gente traz um recorte de gênero, um recorte de diversidade, porque isso tá em tudo o que a gente faz e tudo o que a gente vê.

Como você acha que o jornalismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero?

Acho que pode atuar no combate tanto dando vós pras pessoas, pra que elas mostrem que existe essa desigualdade, tanto também mostrando iniciativas positivas e buscando, assim, mostrando que o problema existe, mas também quando existem iniciativas, soluções, e o que pode ser feito. A gente faz muita matéria também de serviço em Celina, dizendo onde é que é a delegacia, como pode fazer, como pode denunciar, quais são os motivos que são enquadrados na lei. Então acho que é dessa forma.

Como o feminismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero?

O feminismo é, assim, o ativismo? - É, o movimento feminista - Tá, o movimento feminista. As desigualdades de gênero elas estão pautadas nessa relação né, de que existe uma relação de superioridade ou enfim de desigualdade em geral de que tal lugar pertence a tal gênero, a aquelas pessoas, então no momento que a gente luta pelos direitos iguais, pela igualdade, a gente também tá indo contra esse tipo de violência.

Você acha importante a mídia jornalística abordar o fenômeno da violência de gênero?

Por quê?

Sim, acho importante porque é um problema que existe e que precisa ser falado, mostrado, pra que as pessoas se conscientizem e saibam e vejam que isso é um problema e que precisa ser feito algo pra mudar essa situação.

Como funciona o processo produtivo do Celina? Como são definidas as pautas? Como se define quem produzirá determinada matéria? Vocês tem um espaço físico delimitado na redação? Ficam todas juntas ou sentam em locais separados? Como é o processo de definição de fontes? E como funciona a edição dos textos?

As pautas, a Renata deve ter explicado que a equipe de Celina é eu, ela e a Leda, outras jornalistas do jornal contribuem, mas a equipe mesmo somos nós. Antes do isolamento a gente fazia uma reunião de pauta e aí todo mundo trazia ideias, conversava sobre as ideias, o que cada uma ia fazer, qual matéria ia em cada dia, a gente tinha até um quadrinho que a gente escrevia e ajudava a organizar. Agora com o isolamento a gente não tem feito uma reunião fixa de pauta, mas a gente conversa todo mundo pelo grupo no whatsapp, teve até um dia que a gente fez uma reunião por vídeo, mas foi só uma vez, normalmente a gente fala ali pelo whatsapp mesmo. E aí é isso assim, eu mando sugestões, a Leda manda sugestões, as vezes a Renata também fala pra gente fazer alguma coisa, e aí normalmente se eu sugiro sou eu mesma quem faço, e aí as vezes a Renata passa alguma ideia que ela teve pra eu fazer, ou pra Leda fazer, ou então, enfim, se a coisa tiver mais pegada pra outra a gente vai dividindo, aí é mais ou menos isso. E a gente tenta variar nas pautas, pra não ficar também... principalmente agora, no isolamento, que houve o aumento nos casos de violência doméstica, e aí também, pra não ficar só notícia ruim, a gente tenta variar e trazer coisas não necessariamente positivas, mas falar de iniciativas e outras coisas assim. A gente tem um espaço. A redação do O Globo ocupa dois andares, é o terceiro e o quarto, mas a redação é principalmente no terceiro, e e uma sala bem grande com os nichos, as mesas divididas, mas a parte onde fica o Celina não é uma sala fechada porque não tem uma porta, mas a gente fica bem num cantinho perto das janelas, que a Renata deve ter te explicado, acaba que a gente fica mais isoladinha assim, como se fosse uma sala só nossa. Não tem uma parte que nos separe mas é um cantinho nosso. E até é bom pra gente debater as coisas e ter um espaço mais privado. Sempre tem alguma jornalista indo lá, alguma mulher indo lá. As fontes depende muito, às vezes a gente recebe uma sugestão e aí já tem uma sugestão de fonte, quando é alguma coisa relacionada a serviço a gente pede pra alguma associação ou alguma coisa do tipo assim que a gente pede a fonte, tem também o banco de fontes de Celina, não sei se a Renata comentou, então às vezes também a gente pega alguma coisa lá, e aí é basicamente isso, vai depender muito da pauta, mas a gente sempre opta por preferencialmente mulheres, e enfim, entrevistar não só mulheres brancas, mas também mulheres negras, claro que vai depender da pauta, vão ter algumas pautas que vão precisar ter algum homem ou alguma coisa assim, mas é basicamente isso, a gente tenta trazer a diversidade nas fontes, não só nas pautas, as vezes é uma pauta que nem tenha esse recorte, mas que é legal a gente trazer uma mulher ou uma mulher negra falando. A edição quem faz principalmente é a Renata, as vezes a Leda também faz, mas aí fica por conta delas, eu faço a matéria, a gente tem um cronograma de publicação, eu coloco lá e aviso, aí a Renata ou a Leda fazem a edição. - E aí elas fazem a

edição e já publica direto? Não chega a voltar pra ti com a edição? - Não, não volta, publica direto. Normalmente programa né, faz no dia anterior e deixa programado pro dia seguinte, alguma coisa assim.

Qual você acha que é o objetivo do Celina como produto jornalístico? E qual a importância da existência dele especificamente, pra sociedade?

Acho que o objetivo é trazer esse... dentro do jornal O Globo né, que é um jornal grande, trazer esse olhar de mulheres né, que tão definindo as pautas, definindo as fontes, definindo como vai ser feito, e de sempre olhar pra essas questões que a gente comentou, de gênero e diversidade. Garantir que tenha né, porque esse olhar poderia também ter mais geral no jornal, mas garantir que esteja sendo produzido conteúdo nesse sentido. Eu acho que Celina é importante [pra sociedade] porque é um jornal de grande alcance e também de renome, é um jornal que as pessoas, enfim, conhecem e confiam. E aí trazer esse olhar pras pessoas que talvez não tivessem acesso a esse tipo de informação, e trazer esse olhar pra essas questões. Acho que é importante nesse sentido, de que as pessoas leiam, conheçam e debatam sobre esses assuntos.

Você considera o Projeto Celina um projeto feminista? Por quê?

Sim, é... assim, quando eu cheguei não me apresentaram como “ah, esse é um projeto feminista”, mas já conhecia pelas leituras que eu fazia e porque a gente sempre bate nessa tecla né, da igualdade, enfim, a gente já fez matérias diretamente explicando sobre o que é feminismo, falando, acho que não tem um medo assim de assumir que seja feminista, eu acho que é feminista por fazer esse papel, por colocar essas questões e atuar nessa luta pela igualdade.

Como você acha que a sua posição e a sua experiência como mulher, levando em consideração todos os outros marcadores sociais (raça, classe, sexualidade) afeta a sua produção jornalística?

Sim, com certeza, eu acho que tudo né, quando a gente vai produzir conteúdo todas as nossas questões, quem a gente é, e a nossa trajetória acabam influenciando de alguma forma, às vezes positivamente, às vezes não tão positivamente, apesar de como jornalista a gente não se colocar na matéria, com certeza a ideia da pauta, as fontes que eu vou escolher, as ideias que eu vou trazer vão ter a ver, vão estar relacionadas com quem eu sou e a minha história. E as vezes isso é bom, mas às vezes... até por isso assim eu tento abrir os horizontes, ler ou

conversar outras coisas com as pessoas pra tentar também trazer coisas fora da minha bolha né, tentando e sugerindo coisas só dentro da minha bolha.

Como você se enxerga dentro do Celina? Qual a sua contribuição como jornalista e mulher para o projeto?

Acho que a minha contribuição como jornalista é fazendo as pautas, sugerindo, assim, atuo como jornalista mesmo, eu faço até a sugestão da pauta, até escolher as fontes, até escrever, só não faço parte da edição, enfim, claro que algumas vezes tenho que pedir alguma ajuda né, em alguma coisa que eu tenha mais dificuldade. E como mulher eu acho que contribuo assim né, trazendo as minhas experiências, as vezes uma coisa que eu converso num grupo de amigas, vira uma questão que eu vou trazer, nesse sentido. E assim, antes, como eu falei, meu contato com o feminismo foi quando eu saí do colégio, então foi sempre uma questão que me interessava, até quando entrei como estagiária eu falei que era uma editoria que eu queria entrar, então é um assunto que já me interessava, então consigo contribuir com essa bagagem que eu já trazia. Por ser um assunto que eu me interesse eu to sempre lendo, enfim.

4. Entrevista com Carla Nascimento, repórter do Online/Rede Social do jornal O Globo

Idade: 35 anos

Gênero com o qual se identifica: Mulher, cisgênero

Orientação sexual: Heterossexual

Raça: Parda

Classe: Classe média

Qual o cargo que ocupa no O Globo? Há quanto tempo?

Eu sou repórter e to no Grupo Globo, entra Extra e Globo, há 5 anos. Já tive outras passagens pelo Extra, mas agora to há 5 anos. - E qual é a editoria que tu trabalha atualmente? - Eu sou do Online, mas especificamente de Rede Social.

Você se declara feminista? Por quê?

Sim, porque eu não acho, não existe outro jeito de eu me declarar, não tem saída. O feminismo é natural de alguém que espera igualdade. Então, fora dos clichês do que é ser feminista, eu acho que qualquer mulher que tem qualquer pensamento ou luta ou, enfim, anseio por igualdade, é feminista. E eu não só tenho anseio como também tenho algumas lutas e alguns projetos por isso, sem dúvida, sou feminista. Sempre fui, eu acho. - Tu mencionou que tem alguns projetos, eles são de ativismo? - Não, ativismo não, eu adoraria. Já fiz alguns trabalhos voluntários, já fiz algumas coisas, mas eu não posso ser ativista do feminismo propriamente dito. Eu por exemplo já fiz a matéria de uma mulher que foi queimada pelo marido que foi uma coisa super difícil de fazer, mas que foi boa também, porque não tem como você fazer uma matéria dessas e não sair diferente, se não sair absolutamente ativista mesmo, tipo essa merda tem que acabar, sabe? Não tem como, acho que ativismo é isso: “essa merda tem que acabar!”. E a gente é, não tem como não ser.

Existe alguma corrente feminista com a qual você se identifica mais? Se sim, por quê?

Cara, não. Assim, eu não penso no feminismo dessa forma. Eu acho que o feminismo o único cuidado que eu tenho é... eu entendo que o feminismo ele é diferente pra cada mulher, eu sei que a luta de uma mulher negra é diferente da luta de uma mulher branca, eu sei que a luta de uma mãe é diferente de uma mulher com o conforto que eu tenho, por exemplo, que não tem filho, eu não sou negra, também não sou branca, eu sou parda, mas eu não sofro nenhuma violência por causa da minha cor nesse país racista que a gente vive. Então eu entendo que as

lutas elas tem que ter o espaço que elas precisam, não é nem merecem, é precisam, requerem. Então eu acho que a gente tem que estar de mãos dadas com os outros grupos entendendo que a gente não pode fazer um feminismo da branca da zona sul, zona sul é uma área nobre aqui do Rio, só pra te esclarecer porque eu sei que você não é daqui, mas é um feminismo que é da mulher que pega o trem tarde da noite e tá muito mais exposta ao estupro, que é negra, que sofre um assédio muito mais... sei lá, dando um exemplo meio tosco, mas assim, muito mais escancarado do que a gente sofre no nosso ambiente de trabalho, por exemplo. E sem as proteções que a gente tem. Então eu acho que a gente tem que ter esse cuidado. Eu não penso em mim dentro de uma corrente não... talvez seja um exercício pra fazer no futuro.

Me conta um pouquinho da sua trajetória pessoal e profissional até chegar onde você está hoje. Você estudou em escolas particulares ou públicas? Coursou uma universidade privada ou pública? Contou com algum tipo de financiamento ou crédito estudantil? Trabalhou em alguma outra área antes do jornalismo? Seus pais tem formação superior (quais)? Possui irmãos? Cresceu em qual bairro? Hoje, vive em qual bairro? Mora sozinha, é casada ou está em um relacionamento estável, tem filhos? Qual meio de transporte você utiliza para ir trabalhar na redação (carro próprio, de táxi/aplicativo, ônibus, trem...)?

Eu nasci em Volta Redonda, estudei em escola pública grande parte da minha vida. Minha mãe era professora, agora ela é aposentada e meu pai ele é técnico em mecânica, ele teve um emprego durante um tempo numa usina local e depois ele fez um monte de outras coisas, a grana apertou e eu acho que continuei em escola pública até... eu não sei medir, mas eu fiz um ano na quinta série em escola particular, aí não deu pra pagar, fui pra escola pública e aí no ensino médio eu fui pra uma escola particular muito ruim, mas era barata que era o que dava, faltava ensino médio em escolas públicas durante o dia, e a noite era muito perigoso, e aí minha mãe ficou com medo e me colocou na particular só que era muito ruim, era muito pior do que a pública, a pública era uma boa escola, razoavelmente boa. Aí eu fui pra uma escola mais cara, particular, durante esses dois anos, e depois eu passei pra PUC com 100% de bolsa, a PUC do Rio, aí eu vim morar no Rio. Minha mãe ela tem ensino superior, ela é formada em Letras/Inglês, e o meu pai ele é só técnico. Depois eu fiz mestrado na PUC também, mestrado acadêmico com bolsa. Eu tenho um irmão mais novo e uma irmã mais velha, todos estudaram em escola privada, não tinha quase oferta de curso federal lá em Volta Redonda, então a gente teve que ir pras escolas privadas. Eles estudaram por lá mesmo, trabalhando e bancando a faculdade. Eu moro com o meu namorado e não tenho filhos, só

filho cachorro. Hoje moro em Botafogo. - E qual o meio de transporte que tu utiliza pra ir até a redação? - Ônibus. - Quais foram as principais dificuldades que você encontrou no seu percurso? - Nossa, eu acho que quando você não é da cidade, não tem pais influentes na cidade, não tem um círculo profissional da cidade já formado e tal, isso é um obstáculo, um desafio. Mas eu sempre consegui driblar isso com ferramentas assim, eu aprendi a sobreviver né? E eu tive boas oportunidades. Tive boas escolas, conheci pessoas que sempre colaboraram comigo na faculdade, enfim, eu criei a minha rede. Eu acho que esse é um primeiro desafio que todo mundo enfrenta. Fora isso eu acho que eu enfrentei... eu empreendi durante um tempo e entendi na pele o que é ser uma mulher tentando se sustentar com empreendedorismo, que é a sensação de estar sozinha e completamente vulnerável o tempo todo porque é muito difícil empreender no Brasil e eu acho que em países de terceiro mundo talvez, mas é difícil empreender e ponto. Quando você não tem um suporte fica bem mais difícil. Enfrentei assédio, enfrentei descrédito, enfrentei gente diminuindo o valor do meu produto porque eu sou mulher, isso com certeza aconteceu, cantadas de clientes que marcavam reunião mas só queriam me cantar, isso é muito degradante, é muito desanimador e eu acho que isso me atrapalhou. Mas eu encontrei muito mais gente boa do que mal intencionada, e eu to falando de homens e mulheres. - E essa tentativa de empreender foi na área do jornalismo ou foi fora? - Não, foi na área de comunicação empresarial. Eu empreendi, eu tive bastante sucesso, claro que com crises, mas em momentos bons ganhei muito mais dinheiro do que no jornalismo ao longo da minha carreira como empresária, e tinha uma qualidade de vida bastante boa também, que o jornalismo tira um pouco isso né? Trabalhar no dia primeiro de janeiro, trabalhar em sábado e domingo, perder algumas coisas, mas... teve uma hora que eu quis ser repórter, porque eu sempre tive isso assim dentro de mim e eu sempre fui repórter, apesar de não estar num jornal, no sentido de procurar histórias, de lapidar histórias, de encontrar personagens e pessoas, até nas matérias que eu fazia, nas entrevistas que eu fazia, nas reportagens que eu fazia, sempre ficou muito claro pra mim que eu tinha isso dentro de mim. Eu acho que foi a crise dos 30, do tipo acho que vou fazer isso pra ver se eu to no caminho certo e se não tiver eu mudo de ideia de novo porque eu tenho esse privilégio, eu sei que tem gente que não tem, eu tenho esse privilégio de dar conta, de saber que se eu tiver que mudar vai rolar, entendeu? Não tenho filho, não tenho grandes contas, não sou chefe de família, então eu tenho esse conforto. E aí foi isso. - Eu queria entender melhor como foi a tua trajetória dentro do Globo, porque tu disse que entrou, saiu, depois foi pro Extra... - Eu passei pelo Extra durante uma crise que teve, uma instalação de UPP que foi super polêmica. Eu não sei se você lembra de uma imagem de bandidos fugindo

de uma ação da polícia por um morro meio descampado, a Globo tava filmando e tal e eu participei disso. Eu fazia uma campanha da rede social ali com o Fábio Gusmão, na época, e fui muito legal assim... e aí foi aí, acho que foi uns três anos antes de eu ir pro jornal, eu fiquei com isso na mente de “pode ser legal”. Essas grandes coberturas deixam a gente com um tesão de ser jornalista, aí quando elas passam você pensa “ai que saco ser jornalista”. Aí elas vem de novo e você pensa “caraca, que maneiro que eu to testemunhando essa crise da humanidade” com um olhar, é impagável esse olhar de ser imprensa nesses momentos, assim. Eu não sei se as outras pessoas te disseram isso também, mas o hard news, a cobertura corrida, a coisa do vamos achar essa pessoa, vamos falar com essa pessoa, isso faz meu coração bater mais rápido. E aí eu saí, continuei trabalhando, porque a grana era muito ruim, tem isso também sabe? Você tem que estar disposto de abrir mão de alguns confortos. E aí depois eu pensei quer saber, é a minha hora, eu vou, e aí eu fui, voltei pra redação do Extra, ganhando menos do que eu ganhava, talvez 40% menos, e foi um baque pra mim mas era o que eu queria, nem liguei, fiquei pobretona, mas fiquei amarradona. E aí dois anos depois, talvez, juntamos com o Globo, e aí agora eu nem faço mais o Extra, praticamente. O que eu mais faço é o Globo.

E na construção do Projeto Celina tu chegou a participar mais efetivamente?

Eu participei bem no comecinho, alguns meses, como um trabalho secundário, porque eu tenho algumas responsabilidades, então eu não podia me dedicar tanto, mas eu ajudei a construir as redes sociais de Celina, e foi um processo assim, de como um jornal caretão de 90 e tantos anos tipo o Globo vai ter esse braço de gênero que precisa... que é um produto do Globo mas que é muito diferente do que o Globo tá acostumado a fazer, do olhar que o Globo tinha né. Apesar de já ter um processo de tomar uns cuidados, de sempre ter participado disso, é uma editoria pra isso, então você tem que ter ali um olhar que é diferente né. Eu vou te explicar o que eu faço pra você ter uma noção de como as coisas passam por mim, eu sou repórter de rede social, tudo o que vai pra rede, enquanto eu estou diante da rede, passa por mim. Eu dou uma lida, dou uma checada. Então assim, como eu sou sênior, eu sou uma repórter 6, eu sou a repórter mais experiente do meu grupo, eu tenho uma coisa que eu olho e já sei que vai dar merda, vai dar merda porque é machista, ou tem algum problema conceitual jornalisticamente falando, ou porque às vezes a pessoa não percebe que mostrar o close da bunda de uma mulher, mesmo que ela esteja com a roupa do carnaval, no carnaval, não está certo, que o nosso olhar não deve ser de objetificação e o porquê isso é um olhar de objetificação. Então assim, eu to ali e eu to vendo, e às vezes eu vejo muito rápido antes do

editor ver, ou então vejo o que o editor não vê, porque é normal, somos humanos, passa por mim também, logicamente. Então eu meio que sou esse filtro. Então esse olhar do gênero eu sempre tive, do machismo, do feminismo, do cuidado, da exposição, da criança sexualizada, sempre tive que ter esse olhar pra rede social. Até por uma questão de proteção, porque se eu passo alguma matéria que dá um problema em questão de repercussão negativa na rede, vão me perguntar “por que você postou isso?” e eu tenho que responder “porque eu não percebi” e eu não posso deixar que isso aconteça no meu turno. Então é isso assim, eu sempre tive esse olhar, acho que nesse sentido eu colaborei com essa questão de rede, do que pode ir pra rede, do que funciona na rede. E agora o projeto anda sozinho com a Renata e com a Leda, só dei aquele empurrão inicial fazendo coisas eventuais pra Celina. Matérias, vídeos e tal.

O que você entende por gênero?

Gênero é uma construção social que surge a partir de uma característica biológica. São papéis sociais construídos a partir do sexo.

O que você entende por sexualidade?

Sexualidade pra mim, acho que é importante dizer, sexualidade é diferente de orientação sexual né. Sexualidade é um conceito mais amplo de como a pessoa existe no mundo e se relaciona com ele. E aí entra muitas coisas complexas que não são tanto da minha alçada, mas que eu entendo que são muito além da discussão que se desenrola hoje nos âmbitos políticos, redes sociais e enfim.

O que você entende por feminismo?

Feminismo pra mim é a busca por igualdade entre homens e mulheres. Pra mim é uma questão nesse sentido. Com todas as peculiaridades das lutas e das realidades sociais das mulheres, eu acho que o que a gente quer é igualdade.

O que você entende por violência de gênero?

Eu acho que a violência de gênero ela surge pra “colocar a mulher no lugar dela”. Por exemplo a violência contra mulheres, são posições de poder que são marcadas, enfim, são esses pés que são batidos, esse aqui é o seu lugar, fique aí, não saia daí, você não pode se comportar assim, você abaixa a cabeça pra mim enquanto eu to falando com você, você não pode ser essa “piranha” que sai desse lugar de recato, uma série de entre aspas de motivos que levam a violência.

Como você vê a relação entre gênero e sexualidade?

Só um adendo, e eu sei que tá claro, mas só pra remarcar. Que a violência pra demarcar lugares, eu falo desses lugares que são construídos a partir da noção de gênero. - Sim, não são lugares que tu acredita que sejam o lugar correto... - É, sim. Gênero e sexualidade? Nossa, que pergunta difícil. Eu acho que talvez o gênero ele, os papéis de gênero tenham alguma expectativa em relação a sexualidade no sentido de como as pessoas devem se comportar. Que pra mim são coisas socialmente construídas né, inclusive essas regras que levam as pessoas a se mostrarem para o mundo de determinada forma. Eu acho que o gênero tem que acabar, só assim, acabou isso de papel de gênero, vamos apagar esse negócio e resolve o problema.

Como você vê a relação entre gênero e feminismo?

Então, isso é muito muito muito complexo e muito muito muito difícil. Eu acho que o feminismo ele vem pra questionar os papéis de gênero, essas relações de gênero, eu acho que é isso que a gente não quer. Você me perguntou mais cedo com que gênero eu me identifico e eu disse que me identifico com o gênero feminino, cara se for pra me identificar com submissão, sabe, e esse monte de coisa que eu deveria ser e não sou, e não sou não como uma forma de rebeldia, não sou porque não sou, eu não me identifico mesmo, é... eu não me identifico com o gênero feminino, sabe? Se for pra aceitar esse lugar eu não me identifico. Mas eu me identifico ao mesmo tempo porque eu sou mulher e eu gosto de ser mulher, quero ser mulher, eu me identifico com o ser mulher, só que o que eu entendo por ser mulher não é o que as pessoas entendem por ser mulher, as pessoas não, algumas pessoas não entendem algumas pressões do papel de ser mulher. Então eu acho que o feminismo questiona isso, questiona esse lugar, que lugar é esse, o lugar que a mulher escolheu estar? Que é uma frase que ficou batida que o lugar da mulher é onde ela quiser e é isso, o clichê existe por uma razão, porque ele se sustenta, ela aguenta o tranco e é isso. A gente, como feminista, questiona esse lugar que escolheram pra gente. Que botaram na gente. Falei meio enrolada né? Você tinha que mandar as perguntas antes pra eu fazer uma tese de mestrado, não sei (risos). Com certeza depois eu vou lembrar de um monte de coisa do tipo “eu deveria ter falado isso”. As pessoas nunca perguntam pra mim o que eu penso, eu sempre fico perguntando pra elas o que elas pensam, apesar de eu pensar muito sobre, e de eu ler coisas sobre, essas relações eu nunca tinha parado pra construir. Mas assim, é bom né, acho que a gente melhora em alguma medida.

Você acha que existe relação entre gênero, raça, sexualidade e classe? Se sim, quais? No que essas relações implicam?

Nossa, eu tenho que pegar o manual da Angela Davis pra te responder essa pergunta. Eu acho que sim, eu acho que a gente tá aprendendo mais sobre isso a cada dia. E eu acho que a relação de uma mulher negra que mora... é como aquele exemplo que eu te dei mais cedo, a mulher negra que mora no Alemão não tem a experiência de vida e de feminismo que eu tenho no conforto e privilégio que eu tenho, que moro a cinco minutos do ponto de ônibus, desço a cinco minutos do trabalho, levo vinte minutos no trajeto, moro num lugar confortável do lado de um batalhão da polícia, ninguém vai bater em mim, ninguém vai passar a mão em mim, ninguém vai me estuprar muito provavelmente, aqui onde eu moro, pode acontecer tá, mas a chance é bem menor, então eu me sinto bem menos vulnerável, eu não pego metrô, ninguém vai gozar na minha perna, então eu acho que uma pessoa que fica uma hora e meia e dorme no metrô, dorme em pé, tá muito mais exposta a vivências machistas que eu. Que muito provavelmente não tiveram acesso a coisas que eu tive, uma série de oportunidades e questões, e eu tenho certeza que estão totalmente ligados... eu não sou negra, sou casada com um homem branco, é muito confortável, eu falo de um lugar de conforto inacreditável em comparação a outras mulheres, mas não tem comparação com o homem branco. As vezes eu falo pro meu namorado “você nunca vai entender a importância de morar numa rua iluminada, porque você é um macho branco, você nunca vai entender” e ele anda tranqüilão, anda tranqüilo e tal, e aí as vezes ele para e fala “é verdade né, é uma questão”. Eu falo isso pra ele, a maneira de pensar muda, então provavelmente eu nunca vou conseguir pensar o que uma mulher negra sente quando vai encontrar um cara pela primeira vez. Eu entrevistei uma atriz negra, a Erica Januza, não foi pra Celina, foi pro Extra, é um vídeo muito forte, depois eu posso te mandar o link pra você dar uma olhada, a mulher é linda, bem sucedida, você olha assim pra você e você olha pra ela e pensa “eu não acredito que eu existo, não é justo”, porque ela é linda, ela é maravilhosa, inteligente, articulada, ela é incrível, aí ela fala “cara, mulher negra é só pra transar, ninguém quer namorar comigo” e você pensa não é possível, até eu quero namorar contigo, não existe isso. E ela falando não, mulher negra não é pra sair de mão dada, e eu me sinto sozinha, eu sou sozinha, minha auto-estima balança, então são questões assim que eu não sei se outras mulheres que não são louras, brancas e tal passam por isso, mas eu nunca passei, nunca tive esse problema, nunca ninguém, nunca me senti renegada, rejeitada. Claro que toda a mulher tem as “crecas” de auto-estima que vão colocando na mente da gente, aí meu culote, aí não sei o que, inseguranças do tipo engordei, não posso encontrar o cara, preciso fazer uma dietinha, mas assim nem passa perto do que ela passa,

então é sempre uma surpresa quando uma mulher fala uma coisa dessas pra você. Tipo a dona Santinha, uma feminista de 95 anos que eu entrevistei, essa foi pra Celina. Eu nem sei se isso ta na matéria, mas eu me lembro muito claramente pra mim, ela é muito velha, então isso deve ter uns 50 anos, ela falou que foi entrar numa loja e o cara falou pra ela “a gente não aceita negro aqui não, preto não pode entrar na loja” e eu nunca fui barrada em lugar nenhum, pelo contrário. Então, sabe, a gente tá falando de coisas que a gente não entende, só consegue se colocar no lugar da pessoa e pensar “caraca, como é que não deve ser passar por isso?”. Uma amiga minha, negra, linda, 1,70cm, parece de mentira de tão bonita que é, sabe aquela gente que caraca, não é porque ela é negra, mas porque ela é acima da média de linda, a gente saia juntas e todo mundo olhava pra ela porque ela era incrível, uma beldade, só que ela nunca pegava ninguém, e eu, normalzinha, sempre me dava bem, porque ela é preta. E eu nunca entendi isso, nunca tinha parado pra pensar, e um dia ela falou pra mim “se já reparou que eu sempre fico sozinha?” aí eu falei “cara, reparei”. Ai ela falou “os pretos não me querem porque eles querem as louras, os brancos não me querem porque eles querem as louras, só sobra gringo, eu só posso pegar gringo e aí o gringo me come e vai embora” e eu fiquei “caraca, que merda”. E aí ela só saia com homem casado, ela ficou um tempão nessa de só sair com homem casado, e ela me falou “cara, eu acho que vou embora do Brasil porque aqui não tem, não consigo me relacionar com as pessoas”. Então não dá pra negar que existe, existe sim uma questão aí. - É complicado né, porque aí os gringos querem porque há uma objetificação do corpo da mulher negra também - Sim, mas aí ela fez isso. Ela foi morar na Espanha e casou com um DJ gringo, mas aquilo assim, não sei, mas pra mim sempre soa um pouco como “namoro uma passista de escola de samba”, sabe? E aí tem toda essa questão, mas agora ela namora. Aqui ela nem namorava, não tinha como. Eu entrevistei pro Extra uma vez uma menina, acho que foi um dos vídeos que mais bombaram na história do jornal, chamada Taís Carla, que é uma dançarina da Anitta. Então, eu vou te falar uma coisa arrogante agora, mas é verdade, que a gente deixou essa menina famosa (risos). Cara, a gente não né, ela, porque ela é uma menina incrível, ela fala muito bem, ela fala, fala mesmo, e ela merece tudo que ela conquistou de atenção, mas ela ficou muito famosa depois desse vídeo. Ela é muito gorda, branca, e ela namora um cara que é magro normal, ela pesava mais de 100kg na época, e ela disse que as pessoas olham ela na rua e dizem “o que essa gorda branca tá fazendo com esse preto?”, e é isso assim, é o preto e a gorda branca, é a união que a sociedade mais execra, mais improvável. E ela falou, sempre passei por isso na minha vida, de ouvir falarem “nossa, como ela é gorda”, e enfim, esse vídeo foi muito bem por isso eu acho. Porque você olha e já choca né, você não espera essa combinação, mas porque não?

Que combinação tem que ser? E ela posa nua, sensual, no vídeo tem essas imagens, as pessoas ficaram muito chocadas, muito chocadas.

Porque falar sobre gênero e diversidade na mídia é importante?

Eu acho que a gente demorou pra falar disso, sinceramente. E acho que as redes sociais nesse sentido... foram as redes sociais que mostraram pra gente, como tem acontecido com tudo, as redes sociais mostram pra gente assim olha, não tem como ignorar isso aqui, e aí a gente acaba olhando pra isso e pra um monte de coisa. Então a rede social mostrou pra gente que a gente tinha que se preocupar com isso, a gente já se preocupava enquanto pessoa física, mas enquanto pessoa jurídica não tinha um espaço pra gente falar daquilo, apesar de eu e um monte de gente já se organizar há muito tempo pra falar disso. A própria Renata, a Leda não porque a Leda entrou agora, mas eu, Renata, uma ex editora minha chamada Beatriz, que foi uma das precursoras no debate dos direitos humanos no Extra, na verdade ela não foi precursora ela foi uma grande voz, um divisor de águas pro jornal. E a gente já falava de gênero, a gente já falava de mães negras, a gente já fazia um barulho nesse sentido, então eu acho que a importância de falar disso é tornar oficial de que essa não é uma preocupação passageira, de que esse é um compromisso social dos valores de igualdade do jornal, de falar sobre isso, de discutir isso e de corrigir de alguma forma. Eu acho que o jornal deveria ter essa preocupação de olhar pra si, de ver o que ele já fez de machista, porque somos todos, não tem jeito, é uma desconstrução, então eu acho que ele tem um papel de desconstruir o que quer que seja que ele já tenha ajudado a construir em termos de machismo e gênero. Fica difícil esse papel, porque é muito difícil desconstruir, mas Celina vem como uma marcação desse compromisso mesmo. E eu acho fundamental que as pessoas olhem pra isso e entendam que isso é uma questão pra além do facebook, do instagram e do twitter. É real, estamos falando sobre isso no jornal também e traz um pouco disso, esse caráter de cara, é isso, isso não tem volta, não é uma modinha, é real então vamos falar disso. Eu sinto assim, posso estar viajando, pode ser que o jornal não tenha esse peso mais, eu não sei medir isso, sinceramente, mas eu acho que toda iniciativa que é pra legitimar reflexões sobre gênero tem que estar estampadas, e isso estar em um jornal, na minha opinião, dá uma chancelada na discussão.

Como você acha que o jornalismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero?

Eu acho que o jornalismo tem esse papel de mostrar e desconstruir, sabe? Esse papel do desconstruir do tipo “olha, a gente sempre contou isso assim, mas isso não é só assim, isso também é assim, assim e assim”. Eu acho que a gente passa muito tempo elaborando rótulos,

e construindo a informação no sentido de que os rótulos às vezes só prendem a gente. É isso. Nosso papel de Celina é desconstruir isso. E assim, de certa forma, é bom que tenha isso porque fica claro pras pessoas que é um processo de desconstrução, ninguém tá desconstruindo, eu não to desconstruindo, você não tá, ninguém tá, não existe, é impossível, a gente foi construído dessa forma, então leva muito mais tempo pra desconstruir, então esse é o nosso processo, mas não faz sentido se você pensar caraca, isso ainda acontece, isso ainda passa e não tinha sido editado, até outro dia isso não tinha sido editado, assim, pra um jornal que tá preocupado com isso. O que que o jornal faz, tá, mas isso é muito trabalhoso, é muito difícil e envolve muita gente, não acho que seja má vontade, mas imagina, é uma editoria falar pede desculpa aí, tipo a gente fez isso e tava errado, não era o papel dela, ela foi trabalhar e o filho ficou em casa e eras isso, assim como se o cara fosse trabalhar e o filho ficasse em casa isso não seria uma matéria, porque os pais vão trabalhar e deixam os filhos em casa sem a menor dor na consciência, e tudo bem a mãe fazer isso também. Então tem esse tipo de questão, o Celina enfrenta isso, o papel dele pra mim é isso. É um processo porque envolve a gente puxar as pessoas e falar “cara, por favor, olha só porque isso aqui é um problema” e às vezes as pessoas vêm procurar né “isso aqui, o que você acha?” e eu falo “cara, não acho legal”. É esse filtro, sabe, que a gente faz sempre, esse filtro, eu continuo fazendo esse filtro, no carnaval é tipo gente, por favor, tira essa foto, nada a ver essa foto, eu nem lembro a bunda de quem aparecia na foto, e era uma mulher editando, e eu disse olha, não dá, e ela ah, mas olha só, ela mesma tá com esse biquíni, tudo bem, mas aí é um traje de carnaval, mas aí você achar ok fazer um close na bunda dela, que não conta nenhuma história, não se justifica, não tá num quadro maior, tipo, parece que a função dela é ter essa bunda.

Como o feminismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero?

Eu acho que é elegendo lutas, elegendo prioridades, elegendo questões vitais, tipo, combatendo coisas urgentes, violência doméstica que já tem muito, desigualdade de mercado de trabalho que é muito pesado eu acho, eu acho que isso assim, desigualdades que botam a vida das mulheres em risco, eu iria por aí assim. Na verdade é o que eu tento fazer, mas eu não sei se é o melhor caminho, é um caminho que eu enxergo, como mulher e profissional. É a forma como eu falo, como eu posso contribuir com essa discussão, o que me salta aos olhos com urgência e no que eu posso ajudar, então esse é o movimento que eu faço, talvez uma ativista que entenda melhor esses trâmites, essas coisa da luta da rua que eu não tenho, te respondesse outra coisa.

Você acha importante a mídia jornalística abordar o fenômeno da violência de gênero?**Por quê?**

Eu acho que tem que abordar o absurdo, eu acho que as pessoas se conscientizam que uma coisa tá errada quando você mostra, eu falei dos problemas da minha amiga ou da Erica Januza, não são problemas que são comuns pro teu olho, que você de repente fala não cara, não pode ser assim. Claro que uma situação de violência física ela é mais óbvia, não se bate numa pessoa né, eu acho que é chamando a atenção e criando essa consciência coletiva de gente, isso aqui não é mais aceito como há muito tempo atrás algumas violências, alguns abusos eram simplesmente deixados de lado, tipo não a família que resolve, não se mete a colher. Então eu acho que é nesse sentido de desconstruir verdades e crenças que a gente tem e que a gente carrega no dia a dia, as vezes por falta de reflexão, as vezes por falta de alguém, porque às vezes falta né, alguém falar “não, pera aí, isso tá errado”. Eu acho que a violência contra a mulher foi muito nesse caminho, de gente, aleijar uma mulher? O marido tentou matar ela duas vezes e ele deixou ela aleijada, ele fez muitas coisas com ela, e cara isso tá muito errado. Precisou ir pra uma corte internacional pras pessoas pensarem peraí, tem que fazer uma lei porque isso não pode acontecer [referência a Lei Maria da Penha]. Então eu acho que é isso, são esses movimentos, e o jornalismo tem que olhar pra isso, ele tem que falar disso, ele tem que dizer que uma questão relacionada a gênero, ao abuso, ele tem consequências muito grandes, o assédio no trabalho tem consequências muito grandes pra vida da mulher, pra auto-estima dela, pra saúde mental, pro futuro, pra capacidade dela de num futuro cuidar da própria família, no sentido de que ela pode ter consequências negativas profissionalmente falando. Então é isso, gerar consciência mesmo do peso que as coisas têm, nesse sentido.

Qual você acha que é o objetivo do Celina como produto jornalístico? E qual a importância da existência dele especificamente, pra sociedade?

Eu acho que Celina veio pra ficar, acho que Celina marca o fim de uma era em que o jornalismo não tratava dessa questão com a oficialidade e com o peso com que ela merece. Eu acho que Celina dá esse carimbo sabe, agora a gente vai ter que olhar pra isso sim, isso vai fazer parte da nossa rotina sim, não é mais saúde, educação, política, economia e bem-estar, gênero também é uma questão que é um tema urgente. Eu acho que Celina vem pra cancelar isso, essa importância e esse caminho sem volta desse lugar que a mulher precisa ter de igualdade, de segurança e enfim, de oportunidades. É uma era né, é uma era do MeToo, Celina é uma consequência da era do MeToo, estamos nessa era no Brasil também, temos que

continuar falando disso, brigando por isso porque não pode ter mais volta, não podemos voltar pra aquele absurdo pré MeToo.

Você considera o Projeto Celina um projeto feminista? Por quê?

Eu considero o Celina um projeto feminista. É um projeto feminista produzido por feministas e construído como o feminismo é, com muita coragem, muita resiliência e muita resistência que é o que o feminismo requer. Falando de assuntos caros pro feminismo, assuntos que importam e são fundamentais pro contexto feminista, dá espaço pro feminismo negro, tem muita matéria que fala sobre feminismo negro e dessa igualdade, orientar sobre essa luta feminista, então eu acho que não tem outro nome pro Celina que não seja feminista. É uma seção feminista.

Como você acha que a sua posição e a sua experiência como mulher, levando em consideração todos os outros marcadores sociais (raça, classe, sexualidade) afeta a sua produção jornalística?

Eu acho que... como eu posso elaborar esse pensamento. Eu acho que eu tenho um lugar de conforto hoje, apesar de estar numa editoria que tem maioria masculina, eu to numa editoria em que as discussões de gênero elas tem um lugar e elas têm uma compreensão razoável, elas são de interesse das pessoas. Então eu acho que isso torna os feedbacks no sentido de que, cara, você tá se apropriando da minha ideia, ou de, por favor, pare de me interromper, elas tornam isso possível, então eu olho pra mim como uma jornalista privilegiada, não são todas nesse mesmo lugar, eu vejo que eu to num lugar livre de assédio, hoje, não foi sempre assim. Então eu me enxergo como num lugar de privilégio, minha cor eu não acredito que tenha atrapalhado nunca e eu acho que, talvez, eu possa. Eu acho que hoje eu posso dizer sim que tenho muita sorte nesse sentido assim, comparativamente, pensando em outras mulheres, de modo geral, eu tenho um ambiente muito aberto pra falar disso e pra acolher minhas opiniões e meus argumentos. Eu me sinto escutada, de modo geral, claro que eventualmente vai ter um mansplaining, mas não diretamente na minha equipe, não passo por isso, não me sinto assim. Hoje eu sinto que tô legal, mas não é a regra no meio jornalístico, se deve ter falado com outras jornalistas e... acontece. Apropriação de ideias, já aconteceu comigo, enfim, uma série de outras questões de gaslight mesmo, rola, já rolou, então eu sempre penso, nossa, preciso me manter nesse ambiente saudável, não sei se eu suportaria a essa altura, depois de tantos anos de trabalho, passar por coisas que eu passei antes, sabe? Então cê vai cansando e perdendo a paciência e tem que optar mesmo por ambientes menos tóxicos sabe.

5. Entrevista com Constança Tatsch, repórter de Sociedade do jornal O Globo

Idade: 41 anos

Gênero com o qual se identifica: Mulher, cisgênero

Orientação sexual: Heterossexual

Raça: Branca

Classe: Classe média

Qual o cargo que ocupa no O Globo? Há quanto tempo?

Não faz muito tempo, eu comecei no O Globo justamente em Celina, então faz 1 ano e meio. Entrei como repórter. - Antes de entrar no o Globo tu trabalhava com o que? - Bom, se quer um resuminho da minha carreira? - Uhum - Eu me formei em São Paulo, na Universidade Metodista, e logo comecei a trabalhar na época na Folha Online, era bem no começo, nos anos 2000, aí eu trabalhei lá 2 anos e meio, saí, fui pra França, pra fazer um curso de pós, não exatamente um mestrado, mas era um curso de pós, um diploma que eles chamam, também no Instituto Francês de Imprensa, na Universidade Paris 2, fiquei lá um ano fazendo esse diploma, voltei pro Brasil, fiquei um tempo freelando, ai voltei pra Folha, dessa vez no impresso, onde eu fiquei mais uns 3 anos. Comecei fazendo a cobertura de inter [editoria internacional], fiquei mais ou menos um ano fazendo inter, depois eu fui pra [editoria] cotidiano, enfim, cidade. Aí depois eu fiquei um ano na rádio Band News, que foi um ponto um pouco fora da curva, e aí fiquei mais um tempo freelando. Eu já vou ter que te pedir desculpa porque a minha filha passa aqui. A mamãe agora tá numa reunião, tá? Não derruba tudo. - Não tem problema, fica bem tranquila - (risos) E aí eu fiquei um tempo freelando. Na Folha, quando eu fui pro impresso eu comecei a fazer matéria de saúde, e fiz um tempo uma página de saúde, quase um ano, e depois quando eu fiz freela fui freelando nesse área de saúde, mas ai vida de freela, começaram a pintar umas matérias de saúde/beleza/moda, fazia comportamento... enfim, foi uma época de freela que eu escrevia pra algumas revistas, pra sites também, fiquei alguns anos assim, aí depois eu fui pro Jornal Destaque, que eu acho que vocês aí no Sul não conhecem, em Curitiba tem, mas é um jornal... conhece o Metro? Então, é como o Metro, mas é de um grupo português. Lá eu fiquei 7 anos. No começo eu fazia inter [editoria internacional], depois comecei a fazer uma página de moda/beleza, aí eu fazia essas duas coisas, fiquei um tempão nisso, só que daí eu saí do dia a dia do jornal por motivos pessoais, e aí fiquei fazendo só as páginas extras do jornal num sistema meio home office. Ai casei, vim pro Rio, tive a minha filha, ai fiquei nesse esquema até novembro de 2018, quando

eu me desliguei de vez do jornal, teve um corte, eu fui dispensada, e aí alguns meses depois eu comecei no O Globo. - E aí quando tu entrou no O Globo já entrou direto pra trabalhar em Celina? - É, na verdade Celina era um projeto que tava começando, tavam ainda formulando, e ainda faltava um mês pra estreiar, eu entrei... acho que a gente bateu o martelo em janeiro, comecei mais efetivamente em fevereiro e fui estreiar no começo de março, e aí num primeiro momento eu entrei como freela pra ficar alguns meses, aí ia depender um pouco de como as coisas iam andar, porque eu não tinha uma ligação com o Globo, era uma forma de ver como eu trabalhava e tal, e eu entrei como repórter de Celina.

E agora eu queria entender um pouquinho da tua trajetória antes disso. Você estudou em escolas particulares ou públicas? Coursou uma universidade privada ou pública? Contou com algum tipo de financiamento ou crédito estudantil? Trabalhou em alguma outra área antes do jornalismo?

Eu felizmente tenho o privilégio de ser de uma família de classe média, sempre estudei em escola particular, eu antes do jornalismo eu fiz alguns anos de teatro, fiz um curso profissionalizante, e aí num primeiro momento a minha ideia não era exatamente... minha mãe é jornalista, e aí eu pensava mais em fazer teatro, curti teatro, fiz 6 meses de cinema [faculdade de cinema], e aí eu tinha uma coisa meio de negação, não queria fazer exatamente o que a minha mãe fazia, ela sempre trabalhou com produção, na TV, mas aí eu fiz 6 meses de cinema, e acabei aí, por uma insistência da família eu pensei, bom, vou tentar jornalismo. E aí eu passei na Metodista, na época era a melhor de jornalismo, e aí eu entrei e pensei, bom, agora vou trancar o [curso de] cinema e vou apostar no jornalismo. Eu não tinha certeza absoluta. Só que aí quando eu entrei lá eu vi que era meu universo, me encaixei completamente. Mas eu não tive financiamento, foi um financiamento familiar [risos].

Seus pais tem formação superior (quais)? Possui irmãos? Cresceu em qual bairro? Hoje, vive em qual bairro?

Meu pai é engenheiro, meu pai e minha mãe formados pela UFRGS. Eu tenho uma irmã, três anos mais velha, que é formada em publicidade. Eu nasci em Campo Belo, zona sul de São Paulo, um bairro que tem uma característica mais alemã, minha família tem descendência alemã, principalmente a família do meu pai, meu pai é de Santa Cruz do Sul, então a gente foi morar lá, eu cresci lá, e depois que eu sai de lá eu fui morar na Vila Madalena. Hoje eu moro, aqui no Rio, na Urca, na zona sul Rio.

E filhos é só ela? Sim, só ela, fiz fertilização in vitro. [É casada e mora com o marido e a filha].

O que você entende por gênero?

Bom, gênero é... gênero é uma classificação cultural com a qual você se identifica. Se você se identifica com o feminino ou masculino, ou agênero ou transgênero, enfim, é uma classificação cultural.

O que você entende por sexualidade?

Sexualidade, opção sexual, tem a ver com desejo sexual, independe de gênero. É por quem você sente atração.

O que você entende por feminismo?

Feminismo no meu entendimento é a busca, a luta por direitos das mulheres, por direitos iguais na sociedade, mas é que vai além dos direitos né, o direito ao voto, por exemplo, mas também lutar por mais respeito, é uma igualdade de oportunidades desde a oportunidades profissionais até as coisas mais pequenas como oportunidade de fala, por exemplo. É poder colocar a sua voz, respeitar, ouvir. É muito uma igualdade...oportunidades sociais e domésticas. O que eu quero dizer é ter igualdade na família, nos relacionamentos, ter uma parceria, um equilíbrio.

O que você entende por violência de gênero?

Bom, a violência de gênero é o máximo do desrespeito, vai desde a violência física até o desrespeito pela pessoa por ser o que ela é, pelo gênero com o qual ela se identifica. É quando acredita-se que uma pessoa é menor por ser mulher, ou por ser trans... Essa violência pode ser física, como é em muitos casos, mas ela também pode ser verbal, psicológica.

Como você vê a relação entre gênero e sexualidade?

Acho que as pessoas têm um pouco de dificuldade de entender que gênero é uma coisa e a sexualidade é outra. Então, gênero é a forma como ela se identifica, é a forma como ela se vê, é como ela se vê socialmente, culturalmente, são os “papeis”. E a sexualidade está ligada ao sexual, é algo íntimo.

Como você vê a relação entre gênero e feminismo?

Eu acho que é importante que a gente abarque outros grupos, grupos minoritários, não falar só de mulheres cisgêneros, mas também da população trans, LGBT. O feminismo precisa incluir esses outros marcadores, essas outras minorias.

Você acha que existe relação entre gênero, raça, sexualidade e classe? Se sim, quais? No que essas relações implicam?

Mais em relação ao feminismo isso tudo? - Isso - É uma situação que eu acho que a gente sempre tem que tentar ter um olhar, é...Em Celina a gente tinha essa preocupação de falar pra todas as mulheres, de fazer essa inclusão. A gente tava numa posição de sermos, em maioria, mulheres brancas de classe média. Ao mesmo tempo foi muito enriquecedor quando a gente teve contato com uma repórter negra, com uma estagiária que morava na Rossinha, era muito muito enriquecedor. É muito legal ter essa busca por vozes diferentes, ter uma interlocução com mulheres com outras vivências, outros olhares. Eu entendo, por exemplo, quando a primeira luta é a racial. Essas são questões que talvez o feminismo não contemple como deveria. É difícil um movimento contemplar todo mundo, mas eu acho que o feminismo que eu acredito é um feminismo que agrega o máximo possível.

Tu te declara feminista?

Sim.

E tem alguma corrente com a qual tu te identifica mais?

Olha, assim, eu não sou uma estudiosa do feminismo, então os conceitos exatos, os termos exatos de linhas eu não me arrisco a dizer. Eu não gosto muito de fazer essa separação, mas de alguma forma ela existe. Não é ativismo, é jornalismo. Eu sou feminista, mas sou sobretudo jornalista. Então fazendo um papel de jornalismo. Então dentro disso é importante salientar que não é ativismo, é jornalismo. Lógico que é um jornalismo que tem uma busca por diferentes ideias, que tem um embate, que tem um monte de questões, mas é jornalismo e dentro de uma empresa jornalística. Então a gente tem que saber respeitar.

Porque falar sobre gênero e diversidade na mídia é importante?

Eu acho que mais que importante, é fundamental. É um debate necessário porque a gente ainda vive numa sociedade muito desigual, a gente ainda vive numa sociedade violenta, eu

acho que a sociedade inteira tem que se repensar. A gente vê aí, agora principalmente na pandemia, a situação de violência de algumas mulheres, o que merece destaque e exige uma luta mais efetiva, mais incisiva na pandemia. E isso é só um exemplo de que a sociedade tem que ser repensada. A mulher tem que ter mais voz, a gente tem que ter mais vozes, de outras etnias, grupos, porque quanto mais a gente ouvir essas vozes, mais a nossa sociedade vai ser plural. E quanto mais plural for a nossa sociedade, melhor ela vai ser, mais ela vai avançar. A gente é uma civilização, e uma civilização precisa de todas as vozes, pra que ela avance. E aí quando a gente vai pra política a gente vê os representantes falando várias barbaridades, sobre vários aspectos, a gente vê as mulheres numa condição invisível. Eu acho que a sociedade precisa crescer. Então a gente falar sobre as coisas. A Renata já deve ter te falado isso, mas o Celina tem uma questão que não é só a gente falar de assuntos sensíveis, sobre feminismo e enfim, mas é a gente entrevistar essas pessoas. Porque o jornal fez ali um balanço num sentido de autocrítica, de que porque a gente ouve mais homens, porque a gente sempre recorre a especialistas homens e descarta as mulheres? Então em Celina a gente vai sempre procurar entrevistar uma mulher, não entrevistando mulheres somente em situações muito atípicas em que a gente não tinha uma voz de uma mulher pra falar. E essas situações acontecem, praticamente, nunca. E isso é muito legal, entrevistar mulheres é muito legal. Às vezes você tá fazendo a entrevista e de repente precisa interromper a entrevista porque tem alguma situação com os filhos e a mulher te entende de uma forma, te acolhe, então é outra coisa, é outra forma de pensar, de lidar com essas situações. - É como se houvesse uma cumplicidade, né?- Sim, total. E existe, eu acho que existe muito. Eu acho que existe um certo patriarcado que exige uma forma de rigidez porque isso te transforma em uma pessoa mais séria, em uma fonte melhor, isso é bobagem. A mulher compartilha uma humanidade muito maior. Esses dias eu fui entrevistar um cara que é presidente do não sei o que e ouvia atrás as crianças, então você vê que o cara tem filho, que o cara é uma pessoa. Acho que hoje o mundo é mais humano por causa do feminismo, por essa questão de direitos, de igualdade. Aí você vê que o cara tá em casa, tem filho, às vezes ele até coloca isso, inclusive às vezes ele é até mais bem visto por isso, por ele assumir que tem filho, que tem família. Então eu acho que os homens também tão saindo disso. Eu fiz um mini documentário sobre novas masculinidades muito legal. Ali foi um momento em que a gente ouviu homens falando sobre a reinvenção do masculino, uma reivindicação de grupos sobre o que é o masculino, que é muito interessante. Então eles estão lá nesses grupos se expondo, chorando, pra tentar ser homens melhores. Eu acho isso importante, eu, na minha concepção de feminismo, acho que a gente também precisa olhar pros homens, agregar essas pautas. - Esse documentário que tu comentou foi

produzido dentro de Celina? - Foi! - Ah, vou procurar, achei bem legal a ideia -. É, é bem legal. A gente falou sobre essas novas masculinidades e sobre o encontro desses grupos que pensam essas questões. Entrevistei homens que tem blog de paternidade, sabe? Então dá uma esperança, dá uma esperança de você ver que também tem isso, também tem um outro lado, de que não é uma luta nós contra eles, é eles junto com a gente. É o que eu digo, quanto mais gente tiver pra buscar essa sociedade, melhor.

Como você acha que o jornalismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero?

É uma tarefa que eu vejo como uma das principais tarefas do jornalismo que é ver o que tá errado na sociedade, investigar, fazer uma denúncia do que tá errado. Só um minutinho... (fala com o marido). O que eu tava falando? Ah, do papel do jornalismo. Eu acho que o jornalismo também tem que entender o olhar interno, que é um pouco do que tem em Celina, mas mesmo que não tenha aí uma vertical, que seja uma editoria, tem que ter uma postura que é de ouvir mulheres, ouvir especialistas que sejam mulheres, denunciar algumas coisas e equilibrar um pouco a balança. Nas redações a quantidade de mulheres é enorme, a gente chega a ter mais mulheres que homens, mas a estrutura de alguma forma acaba refletindo nisso. A gente tem cada vez mais mulheres em cargos de chefia... mas eu acho que essa busca é que a mulher possa ser, nesse papel de líder, que ela possa ser uma mulher, não que ela represente um homem nesse papel. Porque às vezes a mulher pra chegar nesse cargo de chefia ela precisa ser mais macho do que muitos homens, então ela se sente na obrigação de ser mais mandona, de ser mais que os homens. Você só espera um minutinho que a bateria do meu computador tá acabando. - Claro, espero sim. - Pronto, voltei. - Então, a gente tava falando de como quando as mulheres tã num cargo de liderança elas acabam vendo a necessidade de mostrar ao invés de uma feminilidade, mostrar traços de masculinidade pra... - É, algumas né. Eu acho que isso não é regra. Acho que talvez já tenha sido mais regra, acho que hoje as mulheres já começam a ter mais oportunidades de serem mulheres e de trazer o feminino.

Como o feminismo pode atuar no combate às desigualdades de gênero?

É a gente denunciar, sempre. A função do feminismo é a busca pelos direitos, é denunciar o que tá errado. E eu acho que não é só ficar citando casos, mulher que foi morta pelo marido porque ele achou que ela tinha uma amante. Bom, mas porquê? Não importa, porque ele matou uma mulher. Então são coisas que a gente tem que estar vigilante, sobretudo no jornalismo. Se a gente for falar de um caso em que uma mulher foi morta... a gente tem que

reler, a gente tem que ouvir as pessoas. Na editoria de cidades, se relata o crime, mas a gente tem que ir por um outro viés. Então por exemplo, lá no jornal... eu vou falar do jornalismo porque é o que eu tenho mais propriedade pra falar. Por exemplo, lá no jornal, a gente tem a editoria Rio, a gente tem a editoria Sociedade e a gente tem Celina. Então uma mesma notícia pode ser construída de três formas diferentes. O Celina faz uma maior análise sobre os casos, porque não tem uma obrigatoriedade com o factual como as outras editorias. Como o Celina não tem essa obrigação ele pode propor uma reflexão em uma outra esfera, então ela vai pensar e repensar o problema de forma mais ampla. Então é nesse sentido de ouvir outras vozes, que não tão ali. A gente teve uma estagiária que propôs uma matéria que jamais proporia, nem você, nem a Renata proporião, que é sobre a solidão da mulher negra, a Renata te falou? - Falou - Essa matéria foi muito marcante pra gente, porque foi uma matéria tão sensível que só poderia vir de dentro de uma mulher que vive aquilo. Eu nunca vivi aquilo, então eu jamais poderia dizer. Então foi uma coisa que a gente ficou muito tocada porque tem coisas que só uma mulher pode falar, e tem coisas que só uma mulher negra pode falar, tem coisas que só uma mulher trans vai poder dizer, só uma mulher lésbica... ou mulheres que sejam tudo isso ao mesmo tempo, ou então uma mulher que não se encaixa em nenhum desses padrões. Então é legal a gente dar espaço pra essas pessoas falarem, ouvir. E é isso, eu acho que é uma troca né.

**Você acha importante a mídia jornalística abordar o fenômeno da violência de gênero?
Por quê?**

Eu acho muito importante, mas eu acho que isso tem que ser feito com uma reflexão em cima. Acho que isso tem que ser feito com uma reflexão e não só com o relato de casos. A gente tem que ter um cuidado porque quando a gente fala sobre essas situações sempre vai ter uma pessoa com um lado meio sádico que vai se deliciar com aquilo, sabe? Ou pode servir de inspiração pra uma outra pessoa... se não trazer uma reflexão aplicada, não soma. Se a gente faz uma matéria de abuso a gente tenta trazer uma coisa de trazer telefones, se você precisar de ajuda onde pode recorrer. Se a gente não trazer ferramentas de apoio, se a gente não trazer reflexão em cima, aí a gente não consegue avançar, e aí a gente pode acabar fazendo um desserviço. Tem questões do jornalismo, que eu não sei se você sabe, por exemplo com a questão do suicídio. Se a gente não fala sobre isso é como se não existisse. Então essas situações tem que ser relatadas, mas você não pode ficar dando ideia pra pessoa se jogar no trilho do metrô. A gente tem que tentar colocar uma opção de quais órgãos podem ajudar essa

pessoa, trazer uma reflexão em cima, falar com especialistas, sei lá, pra que não vire incentivo. Então é desse aspecto que eu queria falar.

E nesse contexto de combate às desigualdades de gênero como tu enxerga a importância da existência do Celina?

Eu acho o Celina uma revolução, assim. Eu acho que a gente sempre vai precisar mais, mas eu acho que é uma evolução, e acredito profundamente. É uma reinvenção do jornalismo, da mídia feminina. E não é uma coisa exclusiva do Celina, é uma onda que inclusive as revistas femininas tem se dado conta. Chega de fazer matérias do tipo “15 formas de ...[inaudível]” não tem coisa mais machista, mais ultrapassada do que isso. Então o Celina existindo é uma proposta pra que a mídia feminina também se reinvente. [interrupção da filha da entrevistada]. Eu acho que é feminista você falar de coisas que você não fala da mulher. Você falar do puerpério. Tem gente que vai falar “puer” o que? Pô, o puerpério é foda pra caramba, entendeu? É um período da vida da mulher que é muito complicado. Então você falar sobre isso é feminismo? Eu acho que é feminismo, porque é você falar sobre algo que quem não é mulher simplesmente ignora. Então se a gente não dá voz a isso, se a gente não fizer matéria pra falar sobre o luto perinatal, a dor das mães que perdem os bebês no final da gestação ou no parto, elas são invisíveis, a dor dessas pessoas são invisíveis, então eu acho que isso também é uma forma de feminismo. A gente tá falando da dor das mulheres e de quanto a sociedade precisa dar um amparo pra mulher e que às vezes ela não tem. E que realmente ela não tem, porque ninguém sabe o que é puerpério. Até pode ser que seja white people problems, vai ter situações em que a mulher vive com a tia, com a mãe, aí é uma outra situação, mas a gente precisa falar. Eu saí totalmente da pergunta. Mas eu acho que Celina é um exemplo... [interrupção da filha]. Eu acho que é um exemplo pra outros veículos, eu acho que é uma oportunidade de dar voz a diferentes segmentos, eu acho que propõe uma reflexão pros leitores e pra mídia, acho que bota luz em alguns assuntos que a gente acaba ignorando, eu acho um projeto maravilhoso.

Você considera o Projeto Celina um projeto feminista? Por quê?

Sim, considero. Considero muito. Porque a gente tá ali discutindo sobre gênero e diversidade, e se a gente tá falando sobre gênero e diversidade já é feminismo. Vamos deixar as mulheres falarem. Seja como especialista, ouvir as fontes, ou seja, pessoas com diferentes vivências,

como a Naíse fez ali a pauta sobre a solidão da mulher negra, então eu acho que isso é feminismo, na minha percepção de feminismo é.

Como você acha que a sua posição e a sua experiência como mulher, levando em consideração todos os outros marcadores sociais (raça, classe, sexualidade) afeta a sua produção jornalística?

Eu acho que afeta. Assim como eu trouxe em Celina algumas questões ligadas à maternidade, como essas matérias sobre puerpério, do luto perinatal, são das vivências da maternidade que eu tinha e outras pessoas não tinham. A Naíse trouxe a questão da mulher negra. Eu trouxe a questão da solidão da mãe. Depois a Amanda trouxe as questões da mulher na Rossinha. Então assim, eu acho que todo mundo traz, e se todo mundo traz uma bagagem, a gente vai agregar experiências. Mas o jornalista também tem um papel de ouvir. Eu não vou falar, eu vou ouvir, e isso não me impede de ouvir as dores que não são só minhas. Eu vou ter esse olhar atento de entendimento e vou transpor essas questões. Seja homem, seja mulher, branco ou negro, a gente tem que falar com respeito a dor e o lugar do outro.

E aí eu só queria entender. Tu falou antes que trabalhava em Celina, mas hoje tá em outra editoria do jornal. Eu queria entender como se deu essa passagem.

Eu trabalhava em Celina mas eu era freela. E aí surgiu um convite pra eu trabalhar como repórter na editoria de Sociedade. E aí depois a repórter de Celina acabou saindo, surgiu uma vaga lá, mas aí eu já estava na Sociedade.